



A IRRADIAÇÃO EMPRESARIAL
ESPAÑHOLA NA AMÉRICA LATINA:
UM NOVO FATOR DE PRESTÍGIO E
INFLUÊNCIA



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Gilberto Vergne Saboia

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO

A Irradiação Empresarial
Espanhola na América Latina:
um novo fator de prestígio e
influência



Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
André Yuji Pinheiro Uema
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Pablo de Rezende Saturnino Braga

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Capa:

Marie-Thérèse Roger, “Bodegón Español”
Técnica mista sobre papel, 23,04 x 16,66cm, 2000

Impresso no Brasil 2011

Cobuccio, Bruno Luiz dos Santos
A irradiação empresarial espanhola na América Latina:
um novo fator de prestígio e influência / Bruno Luiz dos
Santos Cobuccio. – Brasília: Fundação Alexandre de
Gusmão, 2011.

280 p.

1. Relações Internacionais, Espanha. 2. Política Externa

ISBN: 978-85-7631-299-4

CDU 327.3(46)

Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei
nº 10.994, de 14/12/2004.

*À Maria de Lourdes (in memoriam),
Marie Thérèse e Marie Victoire.
Três Marias. Estrelas-guia da minha vida.*



Muitas vezes tenho me perguntado com qual país me sinto mais afim. Há alguns candidatos. Em grande parte sou de cultura francesa, mas, paralelamente, a Espanha é um país muito apropriado para um poeta. Ortega y Gasset escreveu que na Espanha a anormalidade é a norma. Ángel Ganivet escreveu que a lei da Espanha é o absurdo, sem o absurdo não se pode compreender a Espanha e seus contrastes magníficos. O toureiro, por exemplo, antes de tourear reza ajoelhado e com fé intensa. Talvez se deva a que em grande parte os árabes estiveram plantados oito séculos lá, com uma influência profunda. A Espanha me atrai porque eu gosto de tudo, menos da monotonia. Já disse uma vez a João Cabral de Mello Neto: a Itália é um país traduzido, a Espanha é um país por traduzir...

Murilo Mendes, 1972



Sumário

Introdução, 13

I. O Novo Ciclo do IDE Espanhol: Aspectos Gerais, sobretudo Econômicos, 27

1. A internacionalização produtiva da empresa espanhola, 31
 - 1.1 O marco geral para a Espanha, 34
 - 1.2 O peso do IDE na economia espanhola, 35
 - 1.3 Destinos e setores escolhidos pelo IDE espanhol, 35
2. A América Latina na internacionalização produtiva da empresa espanhola, 37
 - 2.1 O IDE espanhol na América Latina: reformas estruturais e desempenho macroeconômico, 42
 - 2.2 O investimento espanhol na América Latina: literatura e evidências, 44
 - 2.3 A eleição da América Latina como principal destino do investimento espanhol: fatores determinantes, 47
 - 2.4 Periodização do IDE espanhol na América Latina, 51
 - a) A década dourada: 1990-2000, 51
 - a1) Características do IDE espanhol na América Latina na década dourada, 52
 - a2) Análise setorial do IDE espanhol (1990-2000), 56
 - b) Período de crise (2000-2003) e de lenta recuperação (2004 até hoje), 62
3. O IDE espanhol no Brasil, 65
4. Os investimentos espanhóis e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 73
5. Investimentos brasileiros na Espanha, 78

II. Algumas Reflexões sobre a Política Externa Espanhola, 83

1. Características principais, 83
2. O vetor europeu: a Europa como solução para os problemas espanhóis (“España es el problema, Europa la solución”), 86
 - 2.1 A difícil europeização: o divórcio entre a Europa e a Espanha de Franco, 87
 - 2.2 As Gerações de 98 e 14: Regeneração e Europeização, 89
 - 2.3 A obra de Ortega y Gasset, 92
 - 2.4 Ortega versus Unamuno. Europeísmo versus Hispanismo. Europa versus Ibero-américa, 94
3. Visões cruzadas entre a Espanha e a América hispânica no contexto do “Desastre” de 98: o olhar latino-americano, 100
 - 3.1 Divergências em torno do passado da América Latina. Detratores versus defensores da matriz ibérica, 103
 - a) A “Barbárie” de Sarmiento: repercussões na Argentina, 103
 - b) América Latina: Os males de origem de Manoel Bonfim, 108
 - c) Rodó e a defesa do passado ibérico. Ariel versus Calibán. O mundo latino versus o mundo anglo-saxônico, 110
 - d) O iberismo conservador de Gilberto Freyre, 112
 - e) Outro ilustre iberista brasileiro: o diplomata Oliveira Lima, 115
4. Olhares cruzados entre a Espanha e a América hispânica. O horizonte americano no imaginário espanhol (1898-1930), 117
 - 4.1 O hispanoamericanismo progressista. A América hispânica como solução para a Espanha e a idealização da Argentina, 121
 - 4.2 Ortega y Gasset e a Argentina: da ilusão à decepção, 122
 - 4.3 Ortega e as Américas: do encanto ao desencanto, 123
 - 4.4 Conclusões, 124

III. A Europeização da Política Exterior Espanhola, 133

1. A ideia de Europa para os Partidos Socialista e Popular, 137
2. Consenso e dissenso na política exterior espanhola, 140
 - 2.1 Transição e governos centristas (1976-1982), 140
 - a) Período de consenso tácito (1976 - 80), 140
 - b) Período de ruptura do consenso tácito (1980 -1986), 141
 - 2.2 Período dos governos socialistas de Felipe González (1982-1996), 142

- 2.3 Período dos governos populares (1996-2004). A ruptura do consenso em matéria de política exterior, 143
- 2.4 Período dos novos governos socialistas de Rodríguez Zapatero (2004 - até hoje), 147

IV. A Vertente Ibero-Americana da Política Externa Espanhola, 149

- 1. Limites da vertente latino-americana, 150
- 2. Etapas da política latino-americana da Espanha, 152
 - 2.1 1976-1992, 152
 - 2.2 1992-2002, 152
 - 2.3 2002-2004: a ruptura do consenso em torno da política latino-americana, 154
 - 2.4 2004 até hoje, 155
- 3. Aspecto multidimensional/multilateral da vertente latino-americana: as Reuniões de Cúpula Ibero-americanas e as relações triangulares Espanha-UE-América Latina, 156
- 4. Conclusões, 160

V. As Relações Brasil-Espanha, 163

- 1. Periodização das relações bilaterais, 167
- 2. Algumas características históricas das relações bilaterais: a irrelevância mútua, 168
- 3. A superação da irrelevância mútua: a construção da relação privilegiada e a chegada dos investimentos espanhóis ao Brasil, 170
- 4. Conclusões: os investimentos espanhóis como os fatores de vanguarda no processo de superação do antigo eixo sentimental das relações bilaterais por um novo eixo verdadeiramente instrumental, 172

Bibliografia, 177



Introdução

Nas duas últimas décadas do século XX, a rápida “latino-americanização” das principais empresas espanholas produziu uma profunda transformação quantitativa e qualitativa nas relações entre a Espanha e a América Latina, que ganharam substância e densidade. A “latino-americanização” do investimento produtivo espanhol não deve, porém, ser apreciada apenas por seus efeitos econômicos e quantitativos. Trouxe no seu bojo efeitos políticos de primeira magnitude. Além de criar uma singular comunidade de interesses bilaterais, passou a dar sustentação à política de prestígio perseguida por Madri na América Latina. Com a presença de suas empresas e o peso de seus investimentos diretos, a Espanha conseguiu estabelecer uma via privilegiada para o adensamento diplomático-comercial das suas relações com todo o continente, minimizando o caráter até então predominantemente retórico do seu discurso latino-americano. A América Latina tornou-se efetivamente uma zona estratégica para a política externa espanhola e, inversamente, Madri também passou a exercer um reconhecido papel de interlocutor privilegiado da América Latina no mundo desenvolvido.

Essa “nova parceria” potencializou uma verdadeira “revolução” nas relações hispano-latino-americanas. Estabeleceu-se um sólido nexos entre a política de prestígio perseguida pela Espanha na América Latina – consubstanciada no plano multilateral pelo projeto das Cúpulas Ibero-americanas e criação de uma “Comunidade Ibero-americana

de Nações” – e o avanço da internacionalização produtiva do capital espanhol na região. Através de seu peso na América Latina, a Espanha passou, ademais, a reforçar, no seio da União Europeia, uma presença antes secundária e a nela desempenhar um papel de aproximação, tal como amplamente valorizado por Madri quando da assinatura do acordo interinstitucional entre a UE e o Mercosul (nessa ocasião, no segundo semestre de 1995, a Espanha exercia a Presidência europeia). A política ibero-americana passa a transformar-se em instrumento do objetivo de Madri de “espanholizar” a Europa e de servir de “ponte” entre a União Europeia e a América Latina, meta que se choca, contudo, com o *status* de potência média da Espanha.

A tese sustenta que, a partir de uma série de fatores potencializados pelo ingresso da Espanha na CEE/UE e pela estabilização econômica e política dos principais países latino-americanos, o adensamento das relações com a América Latina passou a assumir uma dimensão estratégica de primeira ordem para a política externa espanhola, dotando o país de um relativo grau de autonomia em relação aos seus vizinhos europeus mais poderosos e mesmo vis-à-vis os EUA (autonomia relativa, pois a vertente latino-americana da política externa espanhola esbarra na falta de poder absoluto de Madri dentro da UE). Apesar desse limite, os “vínculos especiais” com a Ibero-América passam a dar à Espanha um *plus* dentro do sistema internacional, a dotá-la de um elemento diferencial de sinal positivo.

Analisando as motivações dessa política de aproximação com a América Latina de um outro ângulo, ficou claro à Espanha, sobretudo no final dos 80, que o ingresso na Comunidade Europeia, até então o objetivo prioritário da sua política exterior, era condição necessária, mas não determinante para assegurar-lhe papel preponderante no cenário internacional. À luz das debilidades estruturais da sua economia e do ainda longo caminho a ser percorrido para poder competir em condições de igualdade com franceses, alemães, ingleses e italianos, as autoridades espanholas chegaram à conclusão de que uma das vias a seguir seria a de explorar a fundo as suas “vantagens comparativas” no relacionamento com a América Latina.

Os ganhos dessa aposta pela América Latina foram evidentes e imediatos: Madri transformou-se rapidamente num *locus* de primeira grandeza para o encaminhamento dos assuntos latino-americanos

vis-à-vis a Europa e inversamente dos europeus vis-à-vis a América Latina. Respalhada por um crescente e significativo emaranhado de interesses comerciais, industriais e políticos com a América Latina, bem como por sua condição de pertencer à União Europeia, a capital espanhola tornou-se um centro nevrálgico de afluência de interesses latino-americanos e europeus, i.e., um palco privilegiado através do qual o peso da América Latina passou a irradiar-se para a Europa e o da Europa para a América Latina.

Alguns autores falam em “reconquista” da América Latina. Outros são, contudo, mais moderados e enfatizam que a “latino-americanização” do investimento produtivo espanhol significa tão simplesmente uma “volta” da Espanha à região. Tal movimento agora é muito mais construtivo que na época colonial. Os espanhóis voltam não como “conquistadores”, mas como “sócios” (e dos mais importantes) da América Latina na cena internacional.

O capítulo II da tese analisa, portanto, esse duplo e paralelo processo de “latino-americanização” e “brasilização” do investimento produtivo espanhol de um ponto de vista mais econômico. O capítulo III trata, por sua vez, dos fundamentos históricos da política externa espanhola e da importância dos vetores europeu e ibero-americano à luz do pensamento da geração de 98. A vertente “europeísta”, apoiada na frase de Ortega y Gasset (“*España es el problema, Europa la solución*”), priorizou a Europa, ao passo que o lema de Unamuno (“*hay que españolizar Europa*”), ao apontar a necessidade de serem buscadas soluções endógenas e nacionais para os problemas espanhóis, valorizou a vertente ibero-americana.

O entendimento desses enfoques – o orteguiano e o unamuniano – é fundamental para a compreensão da política externa espanhola ao longo do século XX. Dos pontos de vistas desses dois expoentes das Gerações de 98 e de 14, do apelo de Ortega para a “europeização” da Espanha e da insistência de Unamuno em espanholizar a Europa, nascem as duas vertentes principais da diplomacia espanhola, que continuam válidas até hoje: a europeia e a ibero-americana. O regeneracionismo de Ortega se traduz no europeísmo e na insistência da volta à Europa via ingresso na CEE. O regeneracionismo de Unamuno provoca o nascimento da percepção de que a verdadeira salvação da Espanha se encontra na sua própria identidade e no resgate da essência da hispanidade, o que o leva a valorizar o iberismo e, portanto, a América Latina.

A célebre fórmula de Ortega y Gasset explica apenas a vertente europeia da política externa espanhola. Ela não consegue dar coerência ao todo, que é muito mais complexo, pois também envolve outro polo, o ibero-americano que, apesar de permanecer secundário durante décadas, nunca desapareceu. Desse ponto de vista, a visão de Unamuno – que busca na própria Espanha as soluções para os males nacionais e que, por exaltar o hispânico, valoriza ao mesmo tempo o ibero-americano – talvez seja a mais correta e equilibrada, justamente por ser a mais complexa. Assim, os que enfatizam apenas a frase de Ortega, “*Europa es la solución*”, e esquecem o lema de Unamuno, “*Hay que españolizar Europa*”, vêm apenas uma parte do problema espanhol.

Especial atenção foi dada, portanto, ao impacto da crise de 1898 sobre o pensamento espanhol e latino-americano, pois existe um pano de fundo filosófico, histórico, cultural e psicossocial que incide sobre o movimento de “latino-americanização” e “brasilização” do investimento espanhol.

Hispanismo ou europeísmo? Espanholização ou europeização? Unamuno ou Ortega?

Esse dilema marca toda a vida do país durante o século XX criando uma tensão da qual obviamente não escapa a política externa espanhola. Esta, de modo claro, prioriza o europeísmo e relega a vertente ibero-americana a um lugar marginal e acessório. A prioridade absoluta é o regresso da Espanha à Europa e somente após essa conquista voltam a ganhar importância concreta as relações com a América Latina. Até a chegada dos novos investidores espanhóis na região, a política latino-americana de Madri era claramente dominada por atitudes paternalistas e retóricas, vazias de conteúdo efetivo. A onda de investimentos espanhóis ocorrida na região na década dos 90 reforça obviamente a vertente latino-americana que, apesar de dominada pela europeia, nunca havia desaparecido de todo da política externa espanhola. Não a libera, contudo, das suas tradicionais ambiguidades, manifestas no abismo entre o discurso e a prática. Prova contundente dessa falta de consistência é a falência da teoria da “ponte” pela qual a Espanha procurou credenciar-se como o principal sócio do Mercosul nas negociações com a UE, sempre esbarrando, contudo, em obstáculos internos, como a oposição dos agricultores espanhóis a um acordo bilateral de livre comércio, e em dificuldades regionais, como a falta de poder de Madri no processo decisório comunitário (a condição de potência média limita a sua margem de ação no espaço europeu). A ideia

básica da teoria da ponte consistia em procurar transformar a Espanha em parte determinante de uma relação triangular com a Comunidade Europeia e a América Latina, cabendo à primeira o papel de “porta-voz” da região junto aos demais parceiros comunitários e o de “interlocutor privilegiado” europeu nas negociações comerciais entre os países latino-americanos e a CE/UE.

Os até hoje nulos resultados dessas negociações não podem nem devem esconder, contudo, que a “latino-americanização” do investimento produtivo espanhol deu inegavelmente outra dimensão e importância às relações entre a Espanha e a América Latina, tirando-as da sua tradicional letargia.

Alguns analistas dessa nova onda de investimentos enfatizam que os investidores espanhóis tomaram a dianteira do processo, tendo ocorrido o primado do econômico sobre o político. Sublinham que havia efetivamente uma política de Estado em relação à América Latina, mas que foram as decisões empresariais que determinaram em última instância a “latino-americanização” do investimento espanhol. Casilda Béjar, no artigo *Internacionalización e inversiones directas de las empresas españolas en América Latina*, diz, por exemplo, que “*todos estos movimientos acontecidos, sin embargo, no formaban parte de un programa predeterminado por una estrategia previa entre el Gobierno y las empresas*”. Andrés Ortega afirma que primou o econômico sobre o político, pois a diplomacia espanhola em relação à América Latina não era guiada por uma visão de conjunto ou por um desenho verdadeiramente estratégico: “*en Latinoamérica son las empresas las que han tirado de la política exterior más que al revés*”. No caso brasileiro, esta é também a opinião de Bruno Ayllón, segundo o qual “*existen demasiados indicios para poder afirmar abiertamente que, desde la perspectiva de los actores que han intervenido en la transformación radical de las relaciones bilaterales hispano-brasileñas y sin menoscabo de la importancia de la acción político-diplomática, la verdadera transformación en el patrón de relaciones España-Brasil se ha producido gracias a la visión estratégica de algunas elites empresariales españolas que identificaron, en su momento, las enormes posibilidades existentes en Brasil*”

Tais analistas sugerem, desse modo, que o “chamamento” do Estado espanhol à mobilização do empresariado do país para investir na América Latina foi *ex-post* ao movimento ocorrido de modo quase espontâneo nos

agentes econômicos locais. Não havia então, na Espanha, uma política governamental realmente articulada com o objetivo de incentivar os empresários locais a cruzarem o Atlântico. Sem uma verdadeira ação direta no campo interno de fomento à “latino-americanização”, Madri buscou tão simplesmente “calçar” e “proteger”, no momento seguinte, os seus investidores através da obtenção, por parte dos países latino-americanos selecionados, de maiores garantias legais aos investimentos espanhóis. Em outros termos, a ação do Estado espanhol foi tardia e veio em reação à mobilização dos investidores. Tendo em vista a firme decisão de investir na América Latina por parte das empresas espanholas, o Estado passou a colocar em prática uma política externa latino-americana mais afirmativa, pragmática e funcional. Esta teve o objetivo de aparar eventuais arestas políticas e econômicas (ao nível da segurança oferecida pelas legislações locais ao investimento externo) para, desse modo, facilitar a empreitada latino-americana dos investidores espanhóis. A partir da decisão dos seus empresários, o governo socialista espanhol renovou e aprofundou o desejo de estreitar as relações entre o Reino e os países latino-americanos para, através destes, obter maior peso no cenário internacional e alavancar o seu poder (marginal) na Europa.¹

A contrapartida se deu praticamente do mesmo modo. No caso brasileiro, por exemplo, não havia então uma política governamental específica de atração dos investimentos espanhóis. Havia uma política geral, mas não diferenciada e/ou especialmente focada, de captação de IEDs. É necessário mencionar, contudo, que o governo brasileiro não atuou de modo passivo nesse processo, procurando influir nas decisões espanholas e atrair parte desses investimentos. Estes, até então, dirigiam-se para outros destinos (sobretudo Argentina, México e Chile) e a diplomacia brasileira não deixou de alertar o

¹ Outros analistas, como Pablo Toral, acreditam, ao contrário, que o Governo espanhol exerceu papel fundamental no processo de internacionalização das empresas locais, tanto através da fixação de um marco legal interno liberalizador, como ao criar condições diretas propícias para o salto ao exterior. O primeiro passo teria sido a redução dos requisitos legais pelos quais deviam passar os fluxos de capitais que saíam da Espanha, o que obviamente facilitou o IED. O Governo também reformou o sistema impositivo, criou fundos públicos para apoiar as empresas espanholas em seus investimentos no exterior, colocou em prática um sistema de seguro para proteger os investidores dos riscos existentes no mercado receptor e assinou acordos bilaterais e multilaterais de proteção dos investimentos. Ver Pablo Toral, *Las motivaciones político-económicas de las inversiones españolas en América Latina*, Quórum: Revista de Pensamiento Iberoamericano, n.5-6, 2003.

Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a importância do movimento de “latino-americanização” do investimento produtivo espanhol e sobre a necessidade de conversar sobre o tema diretamente com o Presidente Felipe Gonzalez, alertando-o a respeito do imenso potencial da economia brasileira e das oportunidades de lucro que nela teriam os investidores espanhóis. Após, portanto, as primeiras manifestações concretas do interesse das empresas espanholas em investir no Brasil, sobretudo via participação nos processos de privatização naquele momento em curso, os dois governos aceleraram contatos para o bom êxito da empreitada. O Setor Econômico da Embaixada em Madri, no que talvez tenha sido a primeira reflexão elaborada no Itamaraty sobre o processo de “latino-americanização” do capital espanhol, elaborou, em abril de 1996 – ou seja, dois anos antes do ciclo 1998-2001 que significou a verdadeira inflexão da estratégia das empresas espanholas em relação ao mercado brasileiro (até então os investimentos eram esporádicos e somente a partir de 1998 pode-se falar num efetivo e amplo movimento de aceleração do investimento espanhol no Brasil) – aprofundado relatório intitulado *A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência* (embrião desta tese de CAE), o qual foi devidamente encaminhado para a Presidência da República para reflexão e ação.

O Brasil ocupava, até 1995, lugar secundário na estratégia de expansão empresarial espanhola. O esforço investidor espanhol na América Latina dirigia-se sobretudo à Argentina, Chile, México e Peru. A percepção do excessivo tamanho do mercado brasileiro, acrescida da crença segundo a qual nele o investidor espanhol teria dificuldades para estabelecer parcerias equilibradas, criavam um certo “sentimento de timidez” em relação ao Brasil. A partir do êxito do Plano Real, cresceu, porém, o interesse espanhol em relação às oportunidades de negócios e investimentos no mercado brasileiro. Em pouco tempo, o país tornou-se o principal receptor de investimentos espanhóis diretos na América Latina e no mundo. Entre 1992 e 2001, a Espanha aportou 26% dos 99,9 bilhões de euros investidos conjuntamente no Brasil pela UE e EUA. Em 2000, o país tomou o lugar da Argentina como principal receptor de inversão espanhola. A força desse extraordinário processo passou a ser revelada pela crescente importância das empresas espanholas no mercado brasileiro: a Telefônica detinha, no final de 2002, 13 milhões de usuários de linhas fixas e era a operadora dominante na telefonia móbil; o banco Santander era o terceiro grupo bancário privado; as empresas elétricas Endesa e Iberdrola tinham,

em conjunto, mais de 9 milhões de clientes; a Gas Natural, por sua vez, 600.000. A Telefônica, ademais, tornou-se a maior empresa privada de capital estrangeiro no país, superando multinacionais de peso como Fiat, Volkswagen, Shell e General Motors (fonte CEPAL). Os braços brasileiros dessas duas empresas tendem, inclusive, a superar o tamanho e a importância das suas matrizes espanholas no futuro próximo.

Apesar dos sobressaltos provocados pela crise argentina de 2001 e pela recente crise financeira internacional, os investimentos espanhóis no Brasil continuaram a aumentar. Hoje, calcula-se que o acumulado investido nos últimos 15 anos alcance aproximadamente US\$ 50 bilhões (em 2007, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Turismo e Comércio da Espanha, esse total chegava a US\$ 47,2 bilhões) e uma nova onda de investimentos espanhóis já está em curso com o objetivo de aproveitar as inúmeras oportunidades abertas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pela descoberta das reservas de petróleo e gás no Pré-Sal.

O processo de latino-americanização do capital espanhol também conheceu dificuldades, tendo-se intensificado na América Latina, nos últimos anos da década dos 90, uma atitude crítica diante da maciça e rápida inserção de empresas espanholas nos principais mercados nacionais, em muitos dos quais estas assumiram posição de monopólio com margens de lucro consideradas abusivas. Assim, a agressiva estratégia de aquisições desenvolvida pelas empresas e bancos espanhóis revelou as graves deficiências dos marcos reguladores então existentes na região e os perigos de uma posição excessivamente dominante por parte do capital ibérico. Em vários países, essa preocupação *a priori* legítima a respeito das imperfeições dos seus respectivos mercados veio acompanhada de componentes de nacionalismo, ou seja, de receio contra o que era então considerado, sobretudo por setores de esquerda, como uma nova tentativa imperial de “reconquista” espanhola. Esse não foi o caso do Brasil, onde as críticas limitaram-se às distorções monopólicas e oligopólicas criadas pelos capitais espanhóis de primeira hora, assimetrias que o Estado brasileiro procurou rapidamente, e com êxito, sanar. O fato de o Brasil não ser ex-colônia espanhola, aliado à óbvia sensação de auto-segurança e confiança de um país em múltiplos aspectos muito mais poderoso do que a própria Espanha, livrou-nos do ranço de queixumes pós-coloniais que contaminaram o diálogo entre Madri e outras capitais

latino-americanas. A inexistência de qualquer pré-julgamento negativo em relação aos investimentos espanhóis facilitou, e em muito, o nosso diálogo com os novos investidores que se sentiram confiados em vir para o Brasil. Estes, ao sentirem-se plenamente aceitos e bem recebidos, rapidamente aceleraram os seus projetos brasileiros.

A despeito, portanto, de forças centrípetas que se mostraram hostis em alguns momentos desse processo – muito menos manifestas no Brasil do que em outros países hispanoamericanos – a empreitada espanhola tornou-se uma história de sucesso, tendo-se produzido uma aproximação operativa que, em menos de duas décadas, transformou radicalmente as relações da Espanha com a América Latina.

É importante destacar a importância da vertente iberista-americanista surgida em meados do século XIX e aprofundada pela geração de 98 nesse processo. Quase ao final de um século XX marcado, do lado espanhol, pela hegemonia do europeísmo, o conceito de “Ibero-América” havia conseguido lentamente “amadurecer” e, nos últimos anos da terceira legislatura socialista (1989-1993), verificou-se a consolidação de uma nova postura de Madri com relação à América Latina. Em 1991, no México, no âmbito dos preparativos para a celebração do V Centenário da Descoberta das Américas, surgiu a iniciativa da realização da I Conferência Ibero-americana que congregou representantes de 21 países (Espanha, Portugal e todos os países latino-americanos). As Conferências Ibero-americanas, que têm como objetivo contribuir para a consolidação da “Comunidade Ibero-americana de Nações”, passaram a constituir um foro de debates de temas comuns e um instrumento capaz de reforçar a identidade cultural e política existente entre os povos latino-americanos e da Península Ibérica.

O renovado conceito de Ibero-América, que tinha inicialmente uma conotação claramente cultural, passou a ganhar também matizes políticas, econômicas e comerciais, o que influenciou – se não decisivamente, pelo menos de forma incontestável – a investida espanhola no subcontinente americano. Ele, apesar de não determinante, pavimentou o caminho para o clima de confiança recíproco necessário à decisão de investir por parte das empresas espanholas e à aceitação dos novos investidores hispânicos pelos países latino-americanos.

Todas essas interações positivas entre cultura e política são tratadas com especial cuidado ao longo da tese. São elas que criam, juntamente

com os fatores econômicos descritos no capítulo II, o ambiente favorável para a projeção e recepção dos investimentos espanhóis na América Latina. Descrever o recente ciclo de investimentos espanhóis somente pela ótica econômica seria apresentar um quadro distorcido e fragmentado da realidade. Daí a necessidade de uma análise mais ampla e menos utilitarista.

Como já adiantado, no capítulo III é estudado o ambiente das ideias geradas, em ambos lados do Atlântico, pela crise de 98. Esta produz, na Espanha, o nascimento de um debate teórico que domina a vida espanhola durante todo o século XX: o regeneracionismo, que vem associado ao europeísmo, *versus* o casticismo, que prega a volta à tradição para o renascimento do país e valoriza, portanto, o iberismo-americanismo. A crise finissecular produz, por sua vez, na América Latina, forte oposição entre os defensores de uma aproximação irrestrita com os Estados Unidos e os que, temerosos do novo imperialismo norte-americano, rejeitam a “falsa modernidade” vindo do Norte e pregam o aprofundamento das relações culturais com a “Ibéria”. É sintomática desse confronto de ideias a obra do uruguaio José Enrique Rodó que, no princípio do século XX, identifica a Ibero-América à figura de um Ariel humanista, contrapondo-a a um demonizado Calibã tecnológico anglo-americano. Ao utilizar a metáfora shakespeariana do bem etéreo do Ariel contra o mal materialista do Calibã para descrever a situação latino-americana, Rodó torna-se precursor de um longo e apaixonado debate sobre ibero-americanidade *versus* anglo-saxonidade, o qual perdura até hoje.

Todos esses olhares cruzados são de enorme interesse e significação. É impossível uma análise objetiva das razões que levam os investidores espanhóis a tentar “reconquistar” posições na América Latina sem a compreensão desse emaranhado de temas culturais comuns que fazem parte da complexa relação de atração/repulsão entre as ex-colônias latino-americanas e a Ibéria.

O capítulo III trata, desse modo, do fundo cultural da política externa espanhola e da construção de um olhar cruzado positivo entre a Espanha e a Ibero-América. Enfatiza que o desenvolvimento de uma identidade hispanoamericana teve nos intelectuais dos dois lados do Atlântico agentes fundamentais para o restabelecimento dos laços entre ibéricos e americanos. A ampla circulação de ideias entre a Península Ibérica e a América Latina a partir da segunda metade do século XIX

permitiu o nascimento de fecundos debates políticos e culturais. Dessa maneira, tomou forma toda uma agenda de problemas e enfoques que, indo além das fronteiras nacionais, passaram a ter uma dimensão atlântica. As propostas e abordagens nem sempre foram consensuais, mas permitiram a configuração de um espaço singular de circulação de ideias e a formação de uma opinião pública ibero-americana alimentada por olhares cruzados de sinal positivo. Delas também se alimentaram os investidores espanhóis no final do século XX no seu movimento de “recuperação do tempo perdido”.

Os capítulos IV e V aprofundam essa tentativa de síntese da política externa espanhola durante o século XX, a qual também é marcada pela clivagem “regeneracionismo” *versus* “casticismo” nascida da crise identitária de 98. O debate “europeísmo” contra “iberismo” permanece sempre presente, criando tensões de difícil equacionamento. Tais desequilíbrios e assimetrias levam a diplomacia espanhola a, inclusive, perder coerência em múltiplos momentos. Ocorre uma progressiva “europeização” da política externa de Madri (o objetivo número um é a Europa), mas a vertente ibero-americana continua sendo importante, ainda que de forma secundária. O recente ciclo de investimentos espanhóis na América Latina reforça a vertente ibero-americana, sem, contudo, pelo menos até agora, reverter a posição hegemônica do europeísmo. Os empresários espanhóis tomam a direção da América Latina para reforçarem suas posições na Espanha, na Europa e no mundo. É inegável, contudo, o tremendo impacto quantitativo e qualitativo que tais investimentos espanhóis provocam nas relações entre a Espanha e a América Latina.

Existe, pois, uma íntima conexão entre os vários capítulos da tese: a economia, a cultura, a sociologia e a política estão, obviamente, profundamente ligadas. Se o Estado é fruto da história, a política externa do Estado também é filha do processo histórico e do conjunto de fatores econômicos, culturais, sociológicos e políticos que incidem sobre a vida das nações. As ações internacionais são produzidas por “agentes” guiados tanto por interesses econômicos, como por questões de ordem sociológica e cultural prevalentes numa determinada “estrutura de poder”. Em outros termos, o comportamento dos atores internacionais depende igualmente do contexto social/cultural dominante. De acordo com a teoria construtivista das relações internacionais, que prioriza a

“construção social da realidade”, as práticas, os discursos e os valores dos empresários espanhóis que investiram na América Latina (e dos agentes latino-americanos que abriram seus países a tais investimentos) foram ações situadas num contexto particular, marcado tanto pela economia quanto pela história, cultura e política.²

Apesar dos consideráveis atrativos de ordem econômica, foi grande, pois, a importância dos fatores culturais comuns que davam aos investidores espanhóis a percepção de contarem, na América Latina, com uma enorme vantagem competitiva e comparativa sobre outros investidores internacionais. A aventura transoceânica das grandes empresas espanholas deu-se não apenas pela necessidade de autopreservação, de defesa (via “fuga” para mercados extracomunitários) frente à chegada, na Espanha, de empresas europeias altamente competitivas, como também pela autoconfiança dos empresários locais. Autoconfiança dupla: pelo convencimento de que suas empresas haviam adquirido um nível de desenvolvimento gerencial e tecnológico suficiente para se lançarem, com sucesso, à conquista de terceiros mercados; e pela certeza de que seriam bem recebidos na América Latina, onde encontrariam um ambiente cultural comum, bem conhecido e estimado.

Assim, entraram em jogo duas importantes forças que contribuíram para a latino-americanização das multinacionais espanholas: a) um conjunto de elementos internos que as empurrou para fora da Espanha e da UE (“fator empurrão”) e b) um somatório de fatores externos, de natureza econômica, política e cultural, que as atraíram para a América Latina (“fator atração”). Sem a ocorrência simultânea desses elementos internos e externos, as empresas espanholas talvez não tivessem cruzado o Atlântico.

A competição no mercado espanhol tornou-se, no final dos anos 80, mais intensa e as margens de lucro reduziram-se drasticamente, sobretudo para os bancos. A autoconsciência das empresas locais de que eram relativamente pequenas se comparadas às grandes firmas europeias que entravam no mercado espanhol criou um forte incentivo para a busca de novos mercados extra-europeus (“fator empurrão”). Havia que neutralizar a “ameaça” alemã, francesa, italiana ou inglesa

² Ver Amélie Blom e Frédéric Charillon, *Théories et concepts des relations internationales*, especialmente o capítulo *La construction sociale de la réalite*, Paris, Hachette, páginas 73-80.

por meio de um crescimento em escala, pois, caso contrário, as empresas espanholas corriam o risco de serem “engolidas” pelas novas rivais. O “fator atração” surgiu, por sua vez, com a adoção de políticas de liberalização econômica e de privatização de empresas estatais na América Latina, que passaram a ficar abertas ao controle por capitais estrangeiros. Havia, ademais, como já sublinhado, um contexto cultural altamente favorável: idioma comum ou semelhante, sistemas educativos próximos e uma escala de valores e mentalidades parecidas e mutuamente apreciadas. Todo esse conjunto de elementos conferiu ao investimento espanhol uma extraordinária vantagem competitiva para empreender o grande salto para a América Latina.

A última parte do trabalho (capítulo VI) analisa as relações políticas bilaterais que foram caracterizadas, durante séculos, pela irrelevância mútua e pela falta de interesses em comum. Nesse contexto de indiferença, as relações bilaterais foram presididas pela ausência de conflitos e por uma agenda de “perfil baixo”, concentrada no gerenciamento de questões relacionadas aos fluxos migratórios e aos persistentes superávits comerciais brasileiros (“o grande problema era a falta de verdadeiros problemas”). Historicamente, as relações hispano-brasileiras teriam sido, portanto, marcadas pela falta de instrumentalidade e pela forte carga retórica e ornamental. Para alguns autores, no longo período histórico que vai da independência até o final do século XX, as relações do Brasil com a Espanha e Portugal foram dominadas por um “eixo de sentimentalidade”, ou seja, por uma diplomacia movida tão somente por vínculos sentimentais. Em oposição a essa vertente sentimental, desenvolveu-se um “eixo instrumental”, que caracterizou, por exemplo, as relações com a Alemanha e a Itália, com os quais se procurou construir uma política externa verdadeiramente funcional destinada à concretização de interesses identificados como mutuamente benéficos.

O trinômio democratização-integração-estabilidade econômica aparece como o fator explicativo e determinante da nova relação hispano-brasileira. A partir de meados dos anos 90, passam a existir verdadeiros interesses comuns no campo econômico. O sentimentalismo do passado é definitivamente substituído por um sólido eixo instrumental. O trinômio democratização-integração-estabilidade econômica promoveu o maior conhecimento recíproco entre as respectivas elites políticas, criou poderosos vínculos econômicos entre ambas economias, que passaram

a ser fortemente interdependentes. Foi ele que eliminou a “indiferença letárgica” do passado e possibilitou a radical transformação das relações entre o Brasil e a Espanha. Estas entraram numa nova fase verdadeiramente positiva na qual a irrelevância foi substituída por uma associação privilegiada e estratégica. Foi ele que possibilitou, na segunda metade da década dos anos 90, a chegada dos investimentos espanhóis, os quais rapidamente se colocaram na vanguarda desse processo de *aggiornamento* das relações bilaterais. Tais investimentos foram os principais agentes do salto quantitativo e qualitativo das relações bilaterais. Foram eles que possibilitaram a passagem do eixo sentimental – que havia caracterizado por séculos os entendimentos entre os dois países – ao novo eixo instrumental, que permitiu à Espanha transformar-se de amigo cordial em sócio estratégico do Brasil.

I. O Novo Ciclo do IDE Espanhol: Aspectos Gerais, sobretudo Econômicos

O desenvolvimento de políticas de prestígio na América Latina constitui tradicionalmente uma das linhas prioritárias da atuação internacional da Espanha. Anteriormente expressas em iniciativas de cunho político e cultural, essas prioridades espanholas passaram, a partir dos anos 1990, a incluir de modo mais decisivo o campo econômico e a apoiar-se numa estratégia deliberada de implantação empresarial em praticamente todos os países da região.

Apesar de ainda distante do total acumulado investido no exterior pelos países mais desenvolvidos da OCDE no período pós-1945, a crescente concentração de projetos na América Latina levou a Espanha para uma posição de singular projeção na região. William Chislett, no estudo intitulado *La inversión española directa en America Latina: retos y oportunidades*, publicado em 2002 pelo Real Instituto Elcano de Madri, bem como no trabalho *España se mueve, 1996-2004*, editado em 2005 pela Fundação Conselho Espanha-Estados Unidos, aponta que a Espanha tornou-se, nos anos 90, o primeiro país europeu em termos de investimentos diretos na América Latina, tendo superado Reino Unido, Alemanha, França, Países Baixos e Itália. A Espanha foi, no período 1992-2001, responsável por quase metade do total dos investimentos europeus efetuados na região. Em termos globais, colocou-se, com investimentos de 80 bilhões de euros, tão somente atrás dos EUA. Indo mais além, tornou-se o investidor líder

no Cone Sul e o oitavo país do mundo em termos de investimento direto bruto. Chislett, antigo correspondente do *The Times* na Espanha, fala claramente em “reconquista” espanhola da América Latina.

O Brasil ocupava, até 1995, lugar secundário na estratégia de expansão empresarial espanhola. O esforço investidor espanhol na América Latina dirigia-se sobretudo à Argentina, Chile, México e Peru. A percepção do excessivo tamanho do mercado brasileiro, acrescida da crença segundo a qual nele o investidor espanhol teria dificuldades para estabelecer parcerias equilibradas, criavam um certo “sentimento de timidez” em relação ao Brasil.

A partir do êxito do Plano Real, cresceu, porém, o interesse espanhol em relação às oportunidades de negócios e investimentos no mercado brasileiro. As exportações espanholas ao Brasil alcançaram, em 1995, o valor de US\$ 900 milhões, o que representou aumento de cerca de 250% em relação ao ano anterior. Nesse contexto de reversão de expectativas, São Paulo foi escolhida para sediar, em novembro de 1996, a Feira Industrial Espanhola - EXPOTECNIA, principal instrumento de penetração espanhola nos mercados não tradicionais.

Apesar de então tímida, essa nova dinâmica indicava que os investidores espanhóis haviam entrado num processo de superação das suas inibições em relação ao Brasil. Havia notado que as oportunidades oferecidas pelo mercado brasileiro tinham “*per se*” um potencial extraordinário. Não lhes escapava, por outra parte, que a sua presença no Brasil passava a ser crucial para a própria consolidação e êxito dos investimentos já realizados em outros países vizinhos, sobretudo Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, devido ao efeito de imantação produzido pelo processo integrador do Mercosul. Passada, portanto, uma primeira etapa em que os esforços de internacionalização produtiva da empresa espanhola na América Latina se concentraram nos países hispânicos, os espanhóis identificaram o Brasil como alvo prioritário.

Em pouco tempo, o país tornou-se o principal receptor de investimentos espanhóis diretos na América Latina e no mundo. Entre 1992 e 2001, a Espanha aportou 26% dos 99.9 bilhões de euros investidos conjuntamente no Brasil pela UE e EUA. Em 2000, o país tomou o lugar da Argentina como principal receptor de inversão espanhola. A força desse extraordinário processo passou a ser revelada pela crescente importância das empresas espanholas no mercado brasileiro: a Telefônica

detinha, no final de 2002, 13 milhões de usuários de linhas fixas e era a operadora dominante na telefonia móbil; o banco Santander era o terceiro grupo bancário privado; as empresas elétricas Endesa e Iberdrola tinham, em conjunto, mais de 9 milhões de clientes; a Gas Natural, por sua vez, 600.000.

A aceleração da latino-americanização dos investimentos espanhóis a partir de meados dos anos 90 demonstra, desse modo, a eficácia com que a Espanha conduziu as suas políticas na América Latina e a solidez dos vínculos empresariais criados por esse processo. Estereótipos do passado que viam na política espanhola em relação à região nada mais do que motivações passadistas ou veleidades de “protagonismo platônico” foram radicalmente revistos e superados por uma presença espanhola dinâmica e efetiva no cenário latino-americano.

Superada, portanto, uma primeira etapa em que os esforços de internacionalização produtiva da empresa espanhola na América Latina se concentraram nos países hispânicos, o Brasil passou a ser o foco central dessa dinâmica inversora. Para o Governo brasileiro tornou-se importante não somente estimular essa tendência, como também orientá-la de maneira a tirar dela o melhor partido. As boas perspectivas do relacionamento bilateral foram enfatizadas, em 2004, pelo Chanceler Celso Amorim em artigo publicado na revista *Economía Exterior*, em que sublinhou que *“podemos alegrarnos de que los agentes privados de ambos países se hayan anticipado a sus gobiernos y descubierto, con éxito, el potencial de beneficios obtenidos con un mayor entrelazamiento de las dos economías. En la última década, el comercio bilateral evidenció un fuerte dinamismo. Evolucionó de 897 millones de dólares en 1992 a 2.090 millones en 2002, un incremento de un 133%. En el mismo período, el valor de las exportaciones españolas a Brasil ascendió de 162 millones a 975 millones, equivalente a una progresión del 500%... Las cifras son aún más elocuentes en materia de inversiones. En diciembre de 1995, el volumen de capital español invertido en Brasil fue cercano a los 250 millones, lo que correspondía solamente al 0.6% del monto de inversiones directas en el país; en 2002, el total de inversiones españolas ascendió a, aproximadamente, 25.000 millones, un alza de 9.900%. Eso garantizó a España la posición de segundo mayor inversor en Brasil, detrás apenas de Estados Unidos. Las inversiones han resultado de alta rentabilidad. Según las informaciones disponibles, todas las empresas españolas instaladas en Brasil han presentado balances*

*positivos en los últimos tres años y la más grande de ellas, Telefónica, habría llegado a obtener el 35% de sus beneficios totales con la operación de su filial brasileña”.*³

Para Bruno Ayllón Pino, a dinâmica dos investimentos espanhóis no Brasil foi absolutamente “revolucionária” e seus resultados “espetaculares”. Em 1995, os investimentos espanhóis no Brasil se limitavam a US\$ 251 milhões, com uma participação no total do IED brasileiro de apenas 0,6%, o vigésimo posto no ranking mundial. O grande salto se deu em 1998, ano em que os investimentos espanhóis saltam para o primeiro lugar em termos de IED no Brasil, com US\$ 5.120 bilhões, 22% do total investido no país. Em 1999, a posição espanhola se consolida entre os primeiros investidores no Brasil, com US\$ 5.702 bilhões, 20,7% do total, somente atrás dos Estados Unidos. Em 2000, a liderança espanhola volta a se confirmar, com um acumulado investido no Brasil de US\$ 9.593 bilhões, 32% do total recebido. O crescimento dos investimentos espanhóis no Brasil foi, entre 1996 e 2001, de 8.000 %.⁴

O Ministro Celso Amorim viu, portanto, justo: apesar dos sobressaltos provocados pela crise argentina de 2001 e pela recente crise financeira internacional, os investimentos espanhóis no Brasil continuaram a aumentar. Hoje (2009), calcula-se que o acumulado investido nos últimos 15 anos alcance aproximadamente US\$ 50 bilhões (em 2007, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Turismo e Comércio da Espanha, esse total chegava a US\$ 47,2 bilhões) e uma nova onda de investimentos espanhóis já está em curso com o objetivo de aproveitar as inúmeras oportunidades abertas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pela descoberta das reservas de petróleo e gás no Pré-Sal.

Assim, após uma primeira fase em que o investimento espanhol esteve ligado ao processo de privatizações empreendido pelo Brasil na metade dos anos 1990, sobretudo no setor de serviços, se observa agora uma maior diversificação quanto aos setores receptores de investimento espanhol. Os setores que passaram a oferecer maiores oportunidades de negócios para as empresas espanholas são os ligados ao Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), lançado pelo governo brasileiro e

³ Celso Amorim. *Brasil y España: perspectivas*. Economía Exterior, n.27, inverno de 2004.

⁴ Bruno Ayllón Pino, *Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1979-2000)*, Universidad Complutense de Madrid, 2004, páginas 403-404.

que teve tão boa acolhida entre a classe empresarial espanhola quando foi apresentado no dia 17 de setembro de 2007 em Madri, por ocasião da visita do Presidente Lula. Tratam-se de setores como o energético, de infraestrutura de transporte, saneamento básico e meio ambiente. Também são de interesse para os investidores espanhóis os setores financeiro, turístico e de máquinas e equipamentos, bens de capital, automóveis e produtos eletrônicos.

Para o então Embaixador em Madri, José Viegas Filho, o êxito da visita do Presidente Lula e a enorme receptividade dos investidores espanhóis em relação ao PAC seriam provas eloquentes do excelente clima bilateral, bem como do comprometimento comum em reforçar a parceria estratégica entre o Brasil e a Espanha: *“O relacionamento entre os nossos dois países é moderno, fluido e dinâmico. A Espanha é um dos poucos países com os quais o Brasil tem uma relação de ‘parceria estratégica’, marcada por entendimentos em ampla gama de assuntos que envolvem tanto os governos quanto o setor privado dos dois países. Na verdade, esse relacionamento passa pelo melhor momento da sua história”*.

1. A internacionalização produtiva da empresa espanhola

O rápido processo de desenvolvimento por que passou a Espanha nas últimas duas décadas do século XX propiciou a transformação qualitativa do papel desempenhado no mercado internacional pelas empresas espanholas que, em relativamente pouco tempo, se revelaram agressivas compradoras de ativos no exterior. Esse “surpreendente” fenômeno de multinacionalização deve ser compreendido à luz das várias fases em que se desdobrou o processo de desenvolvimento espanhol no pós-Guerra.

Na realidade, são de várias ordens os fatores econômicos e empresariais que condicionam o processo de internacionalização produtiva de uma empresa. Qualquer que seja a sua natureza, porém, estes elementos causais estão sempre vinculados à trama de obrigações e desafios a que um país expõe o seu meio empresarial em decorrência da sua projeção no mundo e, sobretudo, da sua participação no processo de integração comercial a nível multilateral.

No caso específico da Espanha, o fator decisivo foi a entrada na Comunidade Econômica Europeia e a conseqüente necessidade de criar

canais de comercialização e distribuição nos demais países comunitários. Tornava-se essencial consolidar no âmbito regional a imagem do produto espanhol. Igualmente relevantes foram as consequências provocadas pela progressiva liberalização do comércio internacional impulsionada pelos acordos negociados no âmbito do GATT. Ao estimular investimentos em países com mão de obra mais barata do que a espanhola, as normas “gattianas” obrigaram a empresa local a uma competição desafiadora. A internacionalização também foi estimulada pela desaceleração do desenvolvimento econômico espanhol a partir de 1990 e pela redução das expectativas de crescimento do mercado nacional.

Antes mesmo da entrada da Espanha na CEE/UE, a empresa espanhola já vinha paulatinamente preparando-se para o desafio da competitividade internacional. Cinco etapas assinalaram esse processo de multinacionalização. A primeira iniciou-se nos anos 60 e estendeu-se até meados dos anos 70, tendo sido interrompida pela crise econômica provocada pelas fortes oscilações nos preços do petróleo. Nesse período, os investimentos diretos espanhóis no exterior, basicamente de natureza comercial, foram escassos e dirigiram-se principalmente aos países europeus da CEE. O objetivo dessa primeira fase de investimentos era abrir escritórios comerciais no exterior, sobretudo na Europa, a fim de incrementar a venda de produtos “*Made in Spain*”. Tratavam-se de investimentos de baixo valor médio por projeto, já que a abertura desses escritórios não exigia uma mobilização de grandes volumes de recursos.

A segunda etapa iniciou-se a partir de 1977 e durou até os primeiros anos da década dos 80. Nela, os investimentos espanhóis mudaram claramente de destino geográfico e de setor de atividade, inclinando-se sobretudo para o continente americano e especialmente para os países latino-americanos de língua espanhola. Investiu-se na criação de linhas de montagem de automóveis, indústrias químicas, setor de papel e também no estabelecimento de empresas pesqueiras.

A partir dos anos 1981 e 1982, observou-se uma inflexão nessa tendência, com a abertura de uma terceira etapa caracterizada por importante crescimento de investimentos no setor financeiro, especialmente nos Estados Unidos. Simultaneamente, decaiu a importância absoluta e relativa dos investimentos espanhóis na América Latina, em decorrência das dificuldades então enfrentadas pela maioria dos países do continente. Produziu-se, na realidade, durante a chamada

“década perdida” dos 80, uma sensível diminuição dos laços econômicos entre a Espanha e a região. Se em 1981 a exportação espanhola destinada à América Latina representava quase 11% do total das exportações espanholas, em 1990, mal alcançava 4% do total. Paralelamente, também os investimentos diretos espanhóis nos países latino-americanos – que entre 1950 e 1984 haviam representado 43% do investimento direto total no exterior – caíram a tão somente 10% do total no final de 1989.

Com o ingresso da Espanha na Comunidade Econômica Europeia, em 1986, a internacionalização produtiva da empresa espanhola ganhou redobrado impulso. A partir daquele momento, observaram-se dois períodos distintos, com características próprias bem marcadas. O primeiro, que se estendeu até meados de 1991, coincidiu com o forte crescimento da economia espanhola e internacional. Nele, recuperaram importância os investimentos na área comunitária, que passaram de 30% do total em finais de 1985 a praticamente 70% em 1989. A soma global investida no exterior atingiu US\$ 7,5 bilhões, tendo a América Latina sido responsável por pouco mais de US\$ 600 milhões.

No final de 1991, iniciou-se um novo período que, a grosso modo, vai até a crise argentina do início dos anos 2000. Em virtude da inflexão do ciclo econômico e da entrada da economia espanhola numa fase de estagnação e mesmo de crescimento negativo, produziu-se uma guinada na orientação dos investimentos espanhóis no exterior, que passaram novamente a buscar oportunidades de negócios em áreas conjunturalmente mais promissoras. A partir de então, a América Latina passou a ganhar crescente importância para as grandes empresas espanholas. O marco inicial foi dado pelos investimentos efetuados, em meados de 1991, pelas empresas Iberia, na Argentina, e Telefónica, no Chile.

A análise dos êxitos alcançados pela empresa espanhola na etapa de “latino-americanização” dos seus investimentos produtivos deve ser feita numa perspectiva mais ampla e à luz do processo de internacionalização do IED ocorrido no mundo nas três últimas décadas.

Durante esse período, o investimento direto em escala global experimentou um desenvolvimento espetacular. Dados da UNCTAD mostram que, entre 1970 e 2005, os fluxos de investimento cresceram mais de quinhentos por cento. Nesse processo, devem ser distinguidas várias fases. Até o início dos anos oitenta, o volume não foi muito alto, mas as taxas de crescimento já apresentavam uma tendência exponencial.

Entre meados dos anos oitenta e noventa, o fluxo começou a crescer de modo notável e sustentado. O “boom” inversor se deu principalmente a partir dos últimos quatro anos do século XX, quando os investimentos cresceram a um ritmo fenomenal (em 1999, por exemplo, a taxa anual chegou a sessenta por cento). A aceleração desse movimento internacional do capital teve sua origem, nos anos 80, num contexto de liberalização gradual e progressiva das relações econômicas globais e de forte crescimento econômico internacional impulsionado, em grande parte, pelo desenvolvimento tecnológico da “nova economia” ou globalização.

Após o início do século, o investimento direto começou a declinar em termos absolutos e relativos. Entre 2001 e 2005, os fluxos de capital diminuíram e, embora tenham permanecido em níveis bastante elevados, foram significativamente inferiores aos registrados no final dos anos noventa.

1.1 O marco geral para a Espanha

A Espanha não ficou de fora desse fenômeno. Desde a restauração da democracia, em 1978, a economia espanhola estava passando por uma série de mudanças institucionais que a levaram, primeiro, à liberalização econômica no campo interno e, posteriormente, à internacionalização da empresa produtiva espanhola. No momento que antecedeu a entrada do país na CEE, foi criado um poderoso conglomerado de grandes empresas privadas com grande capacidade financeira e necessidade de expansão internacional. Em meados dos anos noventa, os fluxos de investimento direto espanhol - IDE começaram a ganhar relevância. Foi nesse período que a Espanha transformou-se em importante inversora no plano internacional. Na verdade, até 1997, o investimento espanhol não representava mais do que um por cento dos investimentos mundiais. A partir de 1997, esse percentual foi aumentando até chegar, em média, a quatro e meio por cento no final da década. Em 2002, esse número foi de seis por cento e em 2004 chegou a sete e meio. A economia espanhola, tradicionalmente receptora de investimentos, tornou-se, após 1997, investidora líquida no exterior.

Em suma, o volume total de ativos (ou estoque) espanhóis investidos no exterior parte, em 1980, de um valor calculado em US\$ 1.931 bilhão para atingir, em 1990, a cifra de US\$ 15.652 bilhões. No ano 2000,

este montante alcançou a marca de US\$ 160.202 bilhões, passando a Espanha a ocupar o 12º lugar na lista dos maiores investidores mundiais. O crescimento dos ativos espanhóis no exterior, no período que vai de 1980 a 2000, teve um incremento de 8.284 %.

1.2 O peso do IDE na economia espanhola

A partir de meados dos anos noventa, a percentagem do IDE em relação ao PIB espanhol passou a crescer de modo significativo. Segundo dados do *Instituto Nacional de Estadística da Espanha - INI* e do *Registro de Inversiones Exteriores*, em 1995, o IDE espanhol atingiu 5,891 bilhões de euros, com uma relação IDE/PIB de 1,35%. Em 2000, o total investido no exterior totalizou 60,08 bilhões de euros, com uma relação IDE/PIB de 9,84% (em 1999, tal relação havia sido de 9,08% e o total de IDE espanhol alcançado 51,3 bilhões de euros). Em 2004, quando ocorre uma pausa nesse movimento, o total investido atingiu a importante soma de 46.729 bilhões de euros e a relação IDE/PIB 6,11%.

O forte crescimento da economia espanhola após o seu ingresso na CEE transformou-se, quase de modo imediato, numa vontade de ganhar mais destaque na economia internacional. As empresas espanholas (especialmente as dos setores de energia, comunicações e bancos) entenderam que a sua sobrevivência e desenvolvimento futuro passavam pela tomada de posições fora da Espanha e também fora do espaço europeu.

1.3 Destinos e setores escolhidos pelo IDE espanhol

Com relação ao destino, o investimento espanhol no exterior dirigiu-se preferencialmente para duas áreas: os países da OCDE e a América Latina. Entre 1993 e 2005, 62,59% do total foi para os países da OCDE, 33,85% para a América Latina e os restantes 3,56% para outros países. Em 1994, 1996, 1997, 1998 e 1999, a América Latina foi o principal destino (no ano de 1999, 61% dos fluxos de IDE foram canalizados para a região). No período 1993-2005, os investimentos espanhóis no exterior concentraram-se principalmente nos setores de serviços, sobretudo bancos e empresas de telecomunicações, e energia.

A professora Angeles Sánchez Díez argumenta que, nos anos noventa, o investimento espanhol na América Latina concentrou-se em atividades ligadas aos serviços públicos (telecomunicações, energia e sistema financeiro) devido à coincidência temporal entre as mudanças estruturais registradas na Espanha e na América Latina. Considera que, se por um lado, a incorporação da Espanha na CEE dotou o setor produtivo espanhol de capacidade e possibilidade de internacionalização, por outro, as reformas ocorridas na América Latina – derivadas da aplicação das medidas do Consenso de Washington – geraram oportunidades de aquisição de ativos, sobretudo através dos processos de privatização e de liberalização das economias latino-americanas. Como resultado, *“operadores españoles, líderes en el mercado nacional pero de tamaño medio en el ámbito internacional, se han convertido en líderes en la región latino-americana adquiriendo un mayor peso en el ámbito europeo y global”*.⁵

William Chislett coincide com essa análise, mas inclui outros fatores, que, na sua opinião, tiveram grande significado e atuaram como fatores determinantes, tais como a língua comum e os laços históricos e sentimentais que unem a Espanha e a América Latina. O autor inglês argumenta, ademais, que as empresas espanholas consideraram que era grande o potencial de crescimento da região, razão pela qual apostaram firmemente em orientar seus investimentos para a América Latina.⁶

Para Enrique Iglesias, ex-Presidente do BID e atualmente Secretário-Geral Ibero-americano, o extraordinário avanço dos investimentos espanhóis na América Latina não teria sido possível sem os respectivos processos de democratização política e modernização econômica vividos por seus dois protagonistas nas décadas dos 80 e 90. O economista uruguaio-espanhol não deixa de enfatizar, nesse contexto, a coragem e a determinação dos investidores espanhóis que acreditaram numa região então profundamente desacreditada por todos, tanto pelos capitais locais, como pelos internacionais.⁷

⁵ Ángeles Sánchez Díez, *La internacionalización de la economía española hacia América Latina: los elementos determinantes en la década de los noventa* Instituciones y desarrollo, Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya, n. 14-15, 2003.

⁶ William Chislett, *La inversión española directa en América Latina: Retos y Oportunidades*, Real Instituto Elcano, 2003.

⁷ Ver Ramón Casilda Béjar, *La década dorada. Economía e inversiones españolas en América Latina 1990-2000*, Universidad de Alcalá, 2002, pg. 461.

No processo de eleição dos países de destino dos investimentos espanhóis terão, portanto, influído vários fatores: o nível de integração econômica do país receptor com a economia espanhola, a sua proximidade geográfica, a afinidade cultural, o seu nível de desenvolvimento relativo e o preço dos ativos ofertados.

No primeiro momento de internacionalização do capital produtivo espanhol a escolha recaiu sobre a CE: a inexistência de barreiras tarifárias no espaço comum, o ambiente de máxima segurança jurídica propiciado pela participação em um mesmo espaço político e econômico, bem como as facilidades criadas pela proximidade geográfica foram determinantes para a primazia dos países comunitários, e dentro destes Portugal, como lugar de destino dos investimentos espanhóis. No segundo momento, os olhares espanhóis voltaram-se para a América Latina e não cabe dúvida que a afinidade cultural, especialmente a existência de um idioma comum, atuou como importante incentivo para essa eleição.

Todos os analistas econômicos concordam que o idioma comum e a similitude de hábitos sociais e culturais facilitam a comunicação mútua no processo negociador para a implantação do novo investimento, assim como incrementam a capacidade operativa do novo corpo diretivo e o entendimento com os trabalhadores locais. Esses fatores – que podem ser resumidos na afirmação do ex-Presidente da Telefônica de España, Cándido Velazquez, de que *“la lengua espanola es hoy un gran negocio”* – explicam em grande parte a importante proporção assumida pelas aquisições espanholas na América Latina, especialmente em países como Chile, Argentina e México (e também no Brasil em função das suas raízes ibéricas) onde prevalecem costumes sociais muito próximos aos da Espanha.

2. A América Latina na internacionalização produtiva da empresa espanhola

A entrada da Espanha na CEE, em 1986, conduziu a profundas mudanças no papel até então secundário desempenhado pelas principais empresas espanholas na divisão internacional do trabalho. Impulsionadas pela conjuntura de forte crescimento econômico a nível interno e comunitário e forçadas a aumentar a sua competitividade, as empresas espanholas lançaram-se decididamente à conquista de espaço externo.

Passado um primeiro momento em que o objetivo prioritário foi a própria CEE, a inflexão do ciclo econômico a partir do princípio dos anos 90 deixou manifestas as desvantagens competitivas das empresas espanholas no seu entorno imediato, obrigando-as a buscar maior espaço em áreas extra-europeias. Como consequência dessa retração de oportunidades em mercados tradicionais, a América Latina tornou-se, sobretudo a partir de 1991, um lugar preponderante de destino para o investimento espanhol no exterior. Essa tendência acelerou-se ainda mais a partir de 1994, ano em que a região no seu todo conseguiu, com 45% do total investido no exterior pelas empresas espanholas, superar a própria UE.

Os exemplos mais bem sucedidos de investimento espanhol na América Latina foram dados pela Telefónica Internacional, subsidiária da estatal Telefónica de España, que, através de uma agressiva política de aquisições no Brasil, Argentina, Chile, Peru, Porto Rico, Venezuela, Colômbia e México, conseguiu uma posição hegemônica no setor de telecomunicações latino-americano, e pelos Banco Santander e BBVA, que conseguiram posição de destaque no Brasil e México, respectivamente. O mais negativo veio a ser a aquisição da Aerolíneas Argentinas pela Ibéria, que levou a empresa espanhola a uma situação pré-falimentar. Entre esses dois extremos ocorreram, contudo, uma impressionante e significativa plêiade de exitosos investimentos nos mais variados setores, que consolidaram o que alguns analistas espanhóis denominam de “reconquista” do continente.

Contrariamente, porém, ao ocorrido no período dos descobrimentos, os “novos conquistadores” espanhóis foram em geral bem-vindos. Não necessitaram de artifícios nem de violência para impor a sua presença. A “década perdida” dos 80 havia afastado os tempos em que as multinacionais eram vistas com temor por importantes setores da opinião pública latino-americana. Além disso, as políticas de ajuste econômico em curso nos países da região haviam criado uma ampla demanda de investimentos externos a fim de viabilizar os múltiplos programas de privatização e satisfazer as necessidades de divisas.

A “latino-americanização” do investimento produtivo espanhol não deve, porém, ser apreciada apenas por seus efeitos econômicos e quantitativos. Trouxe no seu bojo efeitos políticos de primeira magnitude. Além de criar uma singular comunidade de interesses bilaterais, passou a

dar sustentação à política de prestígio perseguida por Madri na América Latina. Com a presença de suas empresas e o peso de seus investimentos diretos, a Espanha conseguiu estabelecer uma via privilegiada para o adensamento diplomático-comercial das suas relações com todo o continente, minimizando o caráter até então predominantemente retórico do seu discurso latino-americano. A América Latina tornou-se efetivamente uma zona estratégica para a política externa espanhola e, inversamente, Madri também passou a exercer um reconhecido papel de interlocutor privilegiado da América Latina no mundo desenvolvido.

Essa “nova parceria” potencializou uma verdadeira “revolução” nas relações hispano-latino-americanas. Estabeleceu-se um sólido nexos entre a política de prestígio perseguida pela Espanha na América Latina – consubstanciada no plano multilateral pelo projeto das Cúpulas Ibero-americanas e criação de uma “Comunidade Ibero-americana de Nações” – e o avanço da internacionalização produtiva do capital espanhol na região. Através de seu peso na América Latina, a Espanha passou, ademais, a reforçar, no seio da União Europeia, uma presença antes secundária e a nela desempenhar um papel de aproximação (a imagem mais utilizada é a de “ponte” entre a União Europeia e a América Latina), tal como amplamente valorizado por Madri quando da assinatura do acordo interinstitucional entre a UE e o Mercosul (nessa ocasião, no segundo semestre de 1995, a Espanha exercia a Presidência europeia).

Essa interação entre objetivos de ordem política e econômica não se deu, porém, de modo casual. Foi fruto de um projeto definido “a priori” e derivado de uma Política de Estado, que, estando acima de mudanças conjunturais de Governo (com exceção de um curto período do Governo Aznar), passou a conceber a América Latina como área privilegiada capaz de reforçar o papel da Espanha no concerto internacional. Tal percepção foi possibilitada por uma ampla convergência de interesses a nível interno que permitiu dar sentido e organicidade às ações do Governo, da iniciativa privada e dos meios intelectuais espanhóis no tocante à América Latina. Dentro desse quadro de perfeito sincronismo de propósitos “ibero-americanos” entre os diversos setores da sociedade espanhola, o adensamento das relações com a América Latina também passou a assumir uma dimensão estratégica de primeira ordem para a política externa espanhola, dotando o país de um relativo grau de autonomia em

relação aos seus vizinhos europeus mais poderosos e mesmo vis-à-vis os EUA. Em suma, os “vínculos especiais” com a Ibero-América passaram a dar à Espanha um *plus* dentro do sistema internacional, a dotá-la de um elemento diferencial de sinal positivo.

Analisando as motivações dessa política de aproximação com a América Latina de um outro ângulo, ficou claro à Espanha, sobretudo no final dos 80, que o ingresso na Comunidade Europeia, até então o objetivo prioritário da sua política exterior, era condição necessária, mas não determinante para assegurar-lhe papel preponderante no cenário internacional. À luz das debilidades estruturais da sua economia e do ainda longo caminho a ser percorrido para poder competir em condições de igualdade com franceses, alemães, ingleses e italianos, as autoridades espanholas chegaram à conclusão de que uma das vias a seguir seria a de explorar a fundo as suas “vantagens comparativas” no relacionamento com a América Latina.

Nesse momento, que praticamente coincidiu com o início da última crise econômica europeia e com o aparecimento das primeiras rachaduras no projeto de união europeia sob o signo de Maastricht, os diversos níveis da sociedade espanhola passaram, de forma unânime, a considerar imperioso dar conteúdo operacional ao até então retórico discurso de prestígio praticado na América Latina e rapidamente reverter, via forte avanço dos investimentos diretos, a situação de assimetria existente entre as relações políticas e as econômicas mantidas com os países latino-americanos. De interlocutor tradicional, a Espanha passaria a parceiro de primeira magnitude e peso para a grande maioria dos países da região.

A partir dos anos 90, tornou-se claro que a posição internacional da Espanha seria reforçada por sua maior presença na América Latina. Eram cada vez mais evidentes as vantagens de poder contar, além dos grandes vínculos existentes com a Europa e a zona da OCDE, com um continente novamente democrático, próspero e enormemente familiar, com o qual podia criar uma relação complementar capaz de gerar profundas sinergias com a sua própria vinculação com a União Europeia.

O então Chanceler Francisco Fernández Ordonez resumiu de forma clara, em 1992, essa percepção da importância adquirida pela dimensão ibero-americana da política exterior espanhola ao afirmar, em discurso nas Cortes, que “*nuestra propia identidad en el mundo está ligada a esa dimensión ibero-americana. Ella nos enriquece y refuerza nuestra*

proyección internacional, quizás mucho más de lo que aporta así sola nuestra situación geopolítica. La presencia de España en América Latina dá profundidad y peso a nuestra política general exterior y reafirma nuestra condición de potencia media".⁸

Os ganhos dessa aposta pela América Latina foram evidentes e imediatos: Madri transformou-se rapidamente num *locus* de primeira grandeza para o encaminhamento dos assuntos latino-americanos vis-à-vis a Europa e inversamente dos europeus vis-à-vis a América Latina. Respalhada por um crescente e significativo emaranhado de interesses comerciais, industriais e políticos com a América Latina, bem como por sua condição de pertencer à União Europeia, a capital espanhola tornou-se um centro nevrálgico de afluência de interesses latino-americanos e europeus, i.e., um palco privilegiado através do qual o peso da América Latina passou a irradiar-se para a Europa e o da Europa para a América Latina.

Como já sublinhado, alguns autores falam em “reconquista” da América Latina. Outros são, contudo, mais moderados e enfatizam que a “latino-americanização” do investimento produtivo espanhol significa tão simplesmente o “retorno” da Espanha à região. Tal movimento agora é muito mais construtivo que na época colonial. Os espanhóis voltam não como “conquistadores”, mas como “sócios” (e dos mais importantes) da América Latina na cena internacional.⁹

⁸ Sobre o tema da Espanha como potencia média ver Mórán, F. *Una política exterior para España*, Barcelona: Planeta, 1980, assim como Palou, Jordi. *El concepto de potencia media. Los casos de España y México*, Revista Afers Internacionals n. 26, Fundació CIDOB, 2004.

⁹ Essa é a opinião de Casilda Béjar: “Paradojas de la historia, un siglo después del repliegue definitivo de España al perder nuestra última colonia; Cuba, se vuelve a este continente que de ninguna manera a nadie nos es ajeno: América Latina. Seriamente decididas a ser parte activa y protagonistas de primer nivel en la globalización – que definitivamente se dirige hacia la configuración de un único espacio para competir, el mundo – nuestras empresas han elegido aquél que le resulta más próximo en lo cultural, en lo psicológico, en lo afectivo: América Latina. Pero adviértase, que la extraordinaria posición alcanzada en este continente ha sido posible gracias a nuestro venturoso aliado; «el idioma», que nos confiere toda la proximidad y vinculaciones con el mundo latino-americano. En la articulación de estos factores precisamente reside nuestra permanente ventaja comparativa, que nos otorga un valor considerable respecto a los competidores, y es que esta perenne proximidad, producto de más de cinco siglos de historia compartida, no se improvisa, ni mucho menos se adquiere en los mercados internacionales”. Ramón Casilda Béjar, *La década dorada. Economía e inversiones españolas en América Latina 1990-2000*, Universidad de Alcalá, 2002, páginas 218-219.

2.1 O IDE espanhol na América Latina: reformas estruturais e desempenho macroeconômico

Nos anos 1990 (e início dos anos 2000) foi notório e notável o movimento de internacionalização das empresas espanholas para a América Latina. Nessa década, apelidada de “dourada”, cerca de 1/5 dos fluxos de Investimento Direto Externo - IDE que vieram para a América Latina se originaram na Espanha. Esta proporção foi maior nas principais economias latino-americanas (Brasil, México e Argentina). Tal fato ganha mais relevância quando se considera que o estoque de IDE relativamente ao PIB na região passou de 9% nos anos 1980 para 32% no começo do século XXI. Empresas controladas por capitais espanhóis tornaram-se líderes em diversos setores das economias latino-americanas.

O movimento de “latino-americanização” dos investimentos espanhóis pode ser explicado pelo tamanho das economias de origem e de destino, pelo processo de privatização na América Latina e pela necessidade de saída do capital produtivo espanhol para fora da órbita da UE (onde encontrava crescentes dificuldades de expansão).

A partir da segunda metade dos anos 1980 e, de forma mais intensa, ao longo dos anos 1990, os países latino-americanos experimentaram um processo intenso de reformas econômicas e institucionais. O modelo de desenvolvimento herdado do período nacional desenvolvimentista – centrado no mercado interno e com forte participação do Estado – deu lugar a um novo arranjo baseado na liberalização comercial e financeira, na desregulamentação dos mercados e nas privatizações. As exportações cresceram em termos nominais e os países da região absorveram um volume recorde de investimento estrangeiro. A inflação alta e crônica foi debelada e tornada mais favorável, no início do século XXI, a situação fiscal da maioria dos países do continente.

No plano comercial, a intensa abertura veio acompanhada de alterações expressivas nos regimes aduaneiros e da proliferação de acordos de comércio (multilaterais, regionais e bilaterais). Estudo da CEPAL estima que, para o conjunto da região, a tarifa média para o status de nação mais favorecida caiu de cerca de 100% na década de 1980 para 24% nos anos 1990 e para menos de 10% em 2004. O coeficiente de abertura comercial teria passado de 7,8% na média do período 1980-1983 para 23% na média 2003-2005. Entre 1990 e 2004, o volume físico de exportações na América Latina cresceu a uma taxa anual de 8,5%, ritmo

superior ao das seis décadas anteriores e só superado pela dinâmica das economias asiáticas.

Os investimentos diretos que se enraizaram nos países latino-americanos no período anterior à atual etapa da globalização econômica buscavam, via de regra, contornar as barreiras (*tariff jumping*) ao comércio consolidadas no imediato pós-guerra. Tais investimentos, ditos “horizontais”, visavam atender os mercados internos em um mundo marcado por forte protecionismo. Nas últimas décadas, em função dos processos de redução dos custos de transação no comércio internacional (forte queda nos impostos de importação, barreiras não tarifárias, custos de transporte, comunicações e outras operações de logística), as empresas transnacionais buscaram fortalecer seus processos de reestruturação produtiva. As diversas etapas dos processos produtivos foram deslocadas espacialmente, permitindo a exploração das vantagens de localização específicas de cada país: recursos naturais, custos de mão de obra, proximidade dos principais mercados consumidores, estabilidade macroeconômica e institucional, etc. No ciclo mais recente de expansão do IDE passam a ocorrer, desse modo, investimentos “verticais”, que buscam tirar o máximo de vantagem possível da divisão internacional do trabalho e da globalização e têm o mundo inteiro como meta.

Já nos investimentos do tipo “horizontal”, o tamanho dos mercados locais tende a ser a variável mais importante. No caso particular dos países da América Latina, os investimentos de tipo “vertical”, especialmente na indústria, permitiram uma maior vinculação das unidades produtivas locais das empresas transnacionais com suas redes de comércio internacional, com consequências mais diretas sobre o volume das exportações e importações. Trata-se de uma mudança vis-à-vis o padrão anterior das estratégias que enfatizavam o pleno atendimento de mercados locais protegidos. Por outro lado, no setor de serviços, predominaram estratégias mais próximas do estilo “horizontal”, com o estabelecimento de vínculos menos robustos entre comércio exterior e IDE.¹⁰

¹⁰ Muitos analistas econômicos afirmam que foram pequenos e marginais os efeitos dos investimentos espanhóis sobre o desempenho do lado real das economias latino-americanas, pois a alta concentração do IDE espanhol em setores de não comercializáveis (sobretudo serviços voltados para o mercado interno) teve pouco impacto sobre as principais variáveis macroeconômicas dos países da região em termos de crescimento, exportações, etc. Em outros termos, o IDE espanhol teria contribuído de modo apenas marginal para o crescimento das economias latino-americanas no período considerado. As razões seriam simples: investimentos do tipo “horizontal”, que enfatizam o atendimento dos mercados locais, quer no padrão de

Tais diferenças entre investimentos “horizontais” e “verticais” são relevantes quando se analisa a experiência espanhola recente de investimentos na América Latina. Isto porque a concentração em setores de “não comercializáveis”, como serviços financeiros e telecomunicações, ou mesmo em setores onde há “interfaces” de comércio internacional, como em energia (produção e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás), sugere a possibilidade de vínculos frágeis entre a maior presença do capital espanhol no continente e o desempenho de alguns agregados macroeconômicos, como as exportações e a conta corrente do balanço de pagamentos.

Numa perspectiva mais ampla, a análise dos investimentos na economia mundial mostra que no período 1990-1999 os fluxos médios de entradas de investimento direto externo (IDE) atingiram o montante de mais de US\$ 400 bilhões por ano, um valor quatro vezes superior ao verificado entre 1980 e 1989. Tanto em termos absolutos (em dólares correntes), quanto em termos relativos (como proporção do PIB das economias receptoras), verificou-se uma intensa aceleração nos fluxos de IDE nos anos 1990. No final dessa década, tais fluxos ultrapassaram a casa de um trilhão de dólares, equivalente a mais de 4% do PIB mundial. Desde o início dos anos 1970, os países desenvolvidos vêm concentrando mais de 2/3 dos fluxos recebidos. A década de 1990 foi a que experimentou maior participação relativa dos países em desenvolvimento.

O aumento nos fluxos de IDE produziu forte crescimento do estoque mundial de capital estrangeiro ao longo das últimas décadas. O caso da América Latina merece particular destaque, pois tornou-se, no período 2000-2004, a região onde o estoque de investimentos diretos apresenta o maior peso relativo. Tal proporção alcançava, em 2002, cerca de 30% do PIB (50% superior à média internacional, que era de 20% do PIB).

2.2 O investimento espanhol na América Latina: literatura e evidências

A relativamente extensa literatura sobre o tema enfatiza que as empresas espanholas tiveram papel extremamente ativo como fontes

industrialização por substituições de importações que vigorou entre os anos 1950 e 1970, quer na localização dos investimentos nos setores de “não comercializáveis”, como nos anos 1990, tendem a ter poucos efeitos sobre a oferta global da economia.

de investimento direto externo para os países latino-americanos na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. Tais investimentos se concentraram em alguns setores-chave, particularmente serviços, e foram realizados por poucos grandes grupos. Mais especificamente, no setor de serviços financeiros tiveram destaque os grupos Santander Central Hispano (SCH) e Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), no setor de telefonia o grupo Telefônica de Espanha e no setor de energia os grupos Repsol-YPF, Endesa, Iberdrola e Unión Fenosa.

O marco inicial desse processo foi a aquisição das empresas nacionais de telefonia da Argentina e do Chile no ano de 1990 (embora a maior parcela dos investimentos tenha ocorrido na segunda metade da década). Há pelo menos dois conjuntos de determinantes para a onda de aquisições e investimentos espanhóis na América Latina. O primeiro reflete os elementos externos às economias receptoras, mas internos à economia espanhola (“*push factors*”), bem como as reorientações estratégicas dos principais grupos econômicos do país. Ao longo dos anos 1980 e 1990 a Espanha também experimentou um processo de adaptação a uma ordem internacional marcada pela globalização econômica e pela redefinição do papel do Estado na economia. Ademais, a adesão à União Europeia acelerou os desafios de reestruturação institucional e econômica. Os grupos espanhóis vislumbraram no espaço econômico latino-americano a melhor oportunidade para a sua internacionalização, dado que, na Europa, a presença de rivais melhor posicionados, como os conglomerados alemães, italianos e franceses, limitaria o seu potencial de crescimento futuro.

Paralelamente, os países latino-americanos realizavam programas de privatização e desregulamentação de suas economias, criando ativos vendáveis em diversos setores econômicos previamente dominados por empresas estatais ou por empresas privadas nacionais de menor porte relativo que as suas congêneres dos países avançados. Além disso, devem ser levados em conta os chamados “*pull factors*”, ou seja, certos elementos exógenos que incentivaram os investimentos: a finalização dos processos de renegociação da dívida externa; a consolidação da estabilidade monetária, após anos (ou décadas) de descontrole inflacionário; a liberalização comercial e financeira e as reformas nos marcos legais que antes caracterizavam o modelo de “substituição de importações”. Todos esses elementos representaram a conformação de um ambiente de negócios mais atraente aos investidores estrangeiros.

Segundo dados da UNCTAD,¹¹ Argentina, Brasil e México responderam por mais de 60% dos fluxos de entrada de IDE no período 1991-2004. A Espanha se tornou, nesses países, um importante investidor no ciclo de privatizações dos anos 1990. Assim, para os fluxos acumulados entre 1996 e 2005, a participação espanhola foi de 14% no Brasil, 10% no México e 44% na Argentina. No Chile, tal participação foi de 30%, na Colômbia de 18% e na Venezuela de 8%. O período 1992-2000 concentrou a maior parte dos investimentos europeus na América Latina, o que coincidiu com a fase inicial de liberalização econômica e reformas estruturais no continente. A Cepal estimou em US\$ 144 bilhões os fluxos de IDE europeus acumulados naquele período, dos quais a metade (US\$ 72 bilhões) teve origem na Espanha. Este país concentrou seus investimentos através dos grupos Telefónica, Santander Central Hispano (SCH), Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Repsol-YPF, Endesa, Iberdrola e Unión Fenosa. Note-se que, enquanto entre 1990 e 1994 a Grã-Bretanha liderou os investimentos europeus na América Latina, com 40% do total, seguido da Espanha com 16%, no período 1995- 2000 a Espanha tomou a dianteira com 44% dos investimentos contra 13% da Grã-Bretanha.

O processo de “latino-americanização” das empresas espanholas foi, portanto, impulsionado quer por fatores endógenos como exógenos. No momento de consolidação da União Europeia, foi fundamental para as empresas espanholas adquirirem fora das fronteiras do país força econômica para garantir a sua sobrevivência nos mercados nacional, regional e internacional. O processo de privatização das estatais dos países latino-americanos criou a janela de oportunidade que estava buscando o IDE espanhol.

Outro fato a ser considerado é que as inversões espanholas na América Latina voltaram-se, na sua maioria, para o setor de serviços, com a compra de empresas já existentes e cuja atividade era voltada para o mercado interno. Como consequência, tais investimentos produziram relativamente poucos efeitos concretos sobre os agregados macroeconômicos dos países receptores (emprego, renda, exportações, etc.). Não significaram uma substancial aceleração do processo de acumulação de capital dessas economias.

¹¹ UNCTAD. *World Investment Report, 2005*. Geneve: United Nations Conference on Trade and Development, 2005.

Em síntese, os principais determinantes da “latino-americanização” do investimento espanhol foram o tamanho da economia espanhola (relativamente pequena e com poucas possibilidades de crescimento sustentado no tempo), o ambiente econômico europeu hostil e competitivo e as grandes possibilidades de lucro na América Latina em decorrência da falta de maturidade das suas economias e das reformas estruturais em curso. Desse modo, a internacionalização da economia espanhola respondeu a aspectos estruturais vinculados à dinâmica de integração europeia e às oportunidades vislumbradas no espaço econômico latino-americano, sobretudo pelas privatizações. Por outro lado, o fato de os capitais espanhóis se concentrarem no setor de serviços, usualmente pela aquisição de ativos pré-existentes, parece explicar a ausência de relação direta entre as inversões espanholas e variáveis macroeconômicas como exportações, emprego e renda.

2.3 A eleição da América Latina como principal destino do investimento espanhol: fatores determinantes

Os fatores que levaram as empresas espanholas a transformarem-se em multinacionais e a investirem no exterior, principalmente na América Latina, foram, desse modo, múltiplos:

- O processo de integração europeia passou a representar uma força condutora da política econômica espanhola e constituiu um fator essencial no processo de modernização da sua economia. A adesão à Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1986, foi um passo crucial na transformação socioeconômica e política do país;
- A integração ao espaço europeu exigia um conjunto de medidas que tornassem o setor econômico espanhol capaz de enfrentar o aumento da concorrência no mercado interno. Havia a necessidade de um substancial ganho em eficiência e tal desafio exigia uma estrutura macroeconômica mais moderna e aberta à concorrência regional. O processo de convergência com o resto da Comunidade obrigou o aumento da competitividade dos setores produtivos, a privatização das empresas públicas, a reestruturação industrial e a desregulamentação;
- A partir de 1987, a Espanha passou à condição de exportador líquido de capitais e as reformas econômicas no âmbito interno

possibilitaram o surgimento de multinacionais com grande poder econômico, capazes de atuar nos mais variados mercados e países. O crescimento dos investimentos efetuados no exterior marcou o amadurecimento das empresas espanholas no contexto de uma economia globalizada e a adoção de uma nova mentalidade por seus empresários. A aventura transoceânica das grandes empresas espanholas deu-se não apenas pela necessidade de autodefesa frente à chegada ao mercado local de empresas europeias altamente competitivas, mas também pela autoconfiança dos empresários, convencidos de que suas empresas haviam adquirido um nível de desenvolvimento gerencial e tecnológico suficiente para se lançarem à conquista de terceiros mercados, oferecendo-lhes bens, produtos e serviços de alta qualidade;

- A multinacionalização ocorreu apesar de a Espanha não ser um país dos mais desenvolvidos para os padrões europeus (vários autores a caracterizam como uma potência média), nem ser detentora de tecnologia de ponta nos setores empresariais que buscaram oportunidades no exterior. Não se deu, por outro lado, uma vocação internacionalista súbita. O fenômeno, que já existia de forma incipiente, apenas se acelerou significativamente como consequência – ou “reação” – das importantes alterações do panorama econômico espanhol. Foi o resultado do choque provocado pela entrada do país na Comunidade Europeia, em 1986, e adesão ao mercado único, em 1992. As grandes empresas espanholas previam uma situação competitiva cada vez mais acirrada e difícil no mercado comunitário, apesar de o “Tratado de Adesão” ter concedido tratamento especial àquelas companhias atuantes em setores oligopolistas (petróleo, de gás, elétrico, bancário e de telecomunicações) por um prazo de sete anos;
- O alto grau de maturidade do setor espanhol de serviços, sobretudo o bancário e de telecomunicações, limitava as possibilidades de expansão das empresas espanholas na Espanha e na Europa comunitária. De modo inverso, o grau de maturidade das economias latino-americanas era reduzido, o que, acrescido ao seu grande tamanho, tornavam altamente atrativas e promissoras as perspectivas de rápido crescimento dos seus mercados internos;

- Desde a década de 90, o ambiente econômico nos países latino-americanos em geral, e no Brasil em particular, tornou-se gradualmente favorável à captação de capitais externos. No plano político, os regimes totalitários foram relegados ao passado e a democratização possibilitou o reforço do diálogo político com o Governo espanhol;
- Desse modo, entraram em jogo duas importantes forças que contribuíram para a expansão multinacional das empresas espanholas: (1) um conjunto de elementos internos que as empurrou para fora de suas fronteiras (“*push factors*” ou “fatores empurrão”) e (2) um conjunto de elementos externos de natureza econômica, política, cultural e social (“*pull factors*” ou “fatores de atração”) que as atraíram para outros países (na Europa, sobretudo Portugal, e fora dela, os principais países da América Latina).
- Além das janelas de oportunidades abertas pelos processos de privatização e modernização das economias latino-americanas, existiam fatores culturais comuns, que facilitavam negócios (outro fator de atração);
- Os ativos latino-americanos estavam “baratos” (novo fator de atração) e os administradores espanhóis estavam acostumados, à luz do conturbado passado econômico do país, a operar em ambientes e situações de crise;
- A competição no mercado espanhol tornou-se mais intensa e as margens de lucro reduziram-se rapidamente, em especial para os bancos e para as companhias ligadas ao setor energético, existindo poucas possibilidades de crescimento no ambiente espanhol e europeu. A autoconsciência das empresas espanholas de que eram relativamente pequenas se comparadas às grandes firmas europeias que estavam entrando no mercado espanhol criou um forte incentivo para a busca de novos mercados fora da CEE/UE: um claro “fator empurrão”. Tratava-se de um verdadeiro instinto de sobrevivência empresarial. Era crucial neutralizar a “ameaça” europeia e crescer em escala mundial para não desaparecer. O “fator empurrão” foi reforçado pela adoção do euro na União Europeia, pois propiciou maior mobilidade para as empresas em geral e crescente concorrência dentro do território espanhol. Esse contexto

conduziu as empresas locais a adotar um modelo “pragmático modernizador” e a utilizar suas vantagens econômicas, bem como suas experiências anteriores como empresas estatais públicas de natureza oligopólica. Vários autores afirmam que o passado oligopólico e público das grandes empresas espanholas foi um fator que contribuiu para a sua “latino-americanização”. Na América Latina, as empresas que foram privatizadas tinham a mesma natureza – eram igualmente públicas e detinham oligopólios. Tal similitude teria atraído, pois, as empresas espanholas que sabiam operar nessas condições. Nesse caso, o “fator atração” surgiu com a adoção de políticas de liberalização econômica e a privatização de empresas estatais em países latino-americanos, as quais passaram a estar abertas ao controle e aos capitais estrangeiros. Esse conjunto de fatores conferiu, portanto, às firmas espanholas a vantagem competitiva necessária para a internacionalização e para a “latino-americanização” do seu IDE.

Em suma, havia um *mix* de razões que impulsionavam as empresas espanholas para a América Latina: o mercado latino-americano era visto como “natural” para os investidores espanhóis e estes estavam sendo pressionados a diversificar geograficamente seus negócios. Além disso, o espetacular desenvolvimento recente da economia espanhola, que havia mudado radicalmente de cara e entrado num processo sem volta de modernização dentro da CEE, dava às empresas espanholas confiança e capacidade econômica para lançarem-se nessa aventura de “reconquista” do território perdido no passado.

Os resultados dessa empreitada tiveram cores épicas. Em pouco menos de uma década, as empresas espanholas tornaram-se atores centrais das economias latino-americanas. De uma presença quase inexistente no princípio dos anos 90, quando contava com investimentos acumulados na região de 2,1 bilhões de euros, a Espanha chega, em 2004, a um total investido de mais de 110 bilhões de euros, cifra que a coloca, nesse ano de referência, no segundo lugar em termos de investimentos, atrás apenas dos EUA.

Alguns analistas espanhóis não acreditam, contudo, que tenha ocorrido, nesse processo, o primado do político sobre o econômico.

Havia efetivamente uma política de Estado em relação à América Latina, mas teriam sido as decisões empresariais que determinaram em última instância a “latino-americanização” do investimento espanhol.¹²

2.4 Periodização do IDE espanhol na América Latina

a) A década dourada: 1990-2000

Na última década do século passado, chamada por analistas espanhóis de “dourada” para os investimentos espanhóis na América Latina, a Espanha conheceu dois fenômenos intimamente ligados entre si: a internacionalização da sua economia e a expansão das suas empresas para fora das fronteiras do país. No início dos anos 90, a multinacionalização das empresas espanholas era tão apenas embrionária. O setor externo da economia tinha pouco peso específico e os investimentos diretos no exterior eram praticamente inexistentes. Num curtíssimo espaço de tempo tudo mudou radicalmente para a Espanha.

O fluxo inversor ganha dinamismo no início dos anos noventa, quando o IDE espanhol não atingia 3 por cento do PIB, ao passo que, no final da década, representava cerca de 10 por cento do PIB. Em poucos anos, ocorreu uma enorme “revolução”, que foi reflexo do aumento da competitividade das empresas espanholas nos mercados internacionais. Uma vez superada a pequena recessão econômica de 1993 (na Espanha), os fluxos de IDE espanhol não pararam de crescer ao longo de toda a década.

Em 1997, ocorre outro evento de singular importância: o IDE espanhol supera o investimento direto recebido, o que torna a Espanha exportador líquido de capital. Apenas um ano depois, o IDE espanhol supera, pela primeira vez na história, o norte-americano na América Latina, com cifras de 10,1 bilhões de dólares contra 9, 2 bilhões, respectivamente. Em 1999, outra vez os investimentos espanhóis (20,5 bilhões de dólares) superam os norte-americanos (20 bilhões). Tal avanço extraordinário coloca a Espanha na vanguarda dos fluxos internacionais de capital: em 1995, o país era responsável por 1,15 por cento do IDE mundial, ao passo que em 2000 essa relação tinha

¹² Casilda Béjar, *Internacionalización e inversiones directas de las empresas españolas en América Latina 2000-2004, Situación y perspectivas*, Documentos CIDOB, Serie: America Latina, Barcelona, 2005.

sido multiplicada por 4 (4,67 por cento). Durante a década dos 90, o IED acumulado espanhol na região totalizou 100 bilhões, cifra que representava mais da metade do IED da UE e equivalia à dos EUA.

Na década dourada, podem ser distinguidas diferentes fases conforme a intensidade dos investimentos realizados. De modo geral, o fluxo do IDE espanhol na América Latina ao longo desses 10 anos apresentou tendência crescente, mas ganhou intensidade exponencial a partir de 1994, quando ocorre um verdadeiro salto quantitativo (“*take off*”). É nesse momento, quase em meados da década, que ocorrem a entrada da Endesa nos mercados mexicano, peruano e chileno (Elesur e Enersis), os investimentos da Telefónica no Peru e os primeiros movimentos de maior intensidade dos grupos financeiros Santander Central Hispano (SCH) – mediante a compra dos bancos peruanos Mercantil e Interandino, do chileno Osorno e da massa falida do Banco Banesto (Banesto Uruguai e Banesto Chile), assim como do Banco Shaw da Argentina – e Banco Bilbao Vizcaya (BBV), que prioriza os mercados mexicano, panamenho e porto-riquenho.

a1) Características do IDE espanhol na América Latina na década dourada

Entre as principais particularidades do investimento espanhol na América Latina, deve ser enfatizada, em primeiro lugar, a sua determinação (o que certos autores espanhóis chamam de “*su decisión*”), o que se refletiu na extrema rapidez com que o projeto inversor foi levado a cabo. A cultura comum foi a grande vantagem comparativa da Espanha frente aos seus concorrentes internacionais na América Latina.

Os números do IDE espanhol provariam essa determinação: a Espanha, que havia iniciado a década dos 90 imersa num tímido processo de abertura comercial, havia conseguido subir para o sexto lugar no ranking dos países que mais realizaram investimentos no exterior em 1999.

O segundo aspecto relevante do IDE espanhol na América Latina é a sua “vocação de permanência”, a qual o distinguiria de outros investimentos estrangeiros na região. O IDE espanhol estaria ligado   ideia de longo prazo e ao objetivo de criar, com o país receptor, uma perfeita vincula o capaz de gerar sinergias positivas em ambas dire es.

A terceira característica do IDE espanhol na América Latina deriva da sua alta concentração em poucos países: Brasil, México, Argentina e Chile foram e continuam sendo os principais lugares de destino para o investimento.¹³

O quarto elemento definidor reside no fato de o IDE espanhol querer transformar a América Latina numa extensão do mercado interno espanhol (um exemplo claro é o dos produtos bancários). De acordo com essa lógica, as empresas ibéricas não buscariam transformar a América Latina num mercado destinado a meramente incrementar as importações de produtos espanhóis. Essa característica explicaria um importante fenômeno relacionado com a expansão das empresas espanholas na América Latina: a “latino-americanização” da empresa produtiva espanhola não veio acompanhada de um aumento substancial das exportações espanholas para a região, o que a diferenciaria do modelo investidor norte-americano, que, sim, teria o objetivo de multiplicar as exportações dos EUA para a América Latina.¹⁴

Ao contrário dos norte-americanos, os espanhóis se apresentam, pois, como “sócios” da América Latina. O seu compromisso com a região transforma-se em algo permanente e esta passa a ser vista como uma “extensão” da Espanha. Na visão de Casilda Béjar, a América Latina deixa de ser considerada como um polo periférico, cujo objetivo (único) seria alimentar o centro do sistema. Numa economia cada vez mais globalizada, o sistema centro-periferia deixaria de ter validade. Os mercados espanhol e latino-americano tenderiam à fusão, sem subordinação automática de um ao outro.

As empresas espanholas investiram com mais intensidade no Brasil e na América Latina por acreditarem ter vantagens competitivas na região. No início da “década dourada”, o empresariado espanhol considerava-se “conhecedor dos mercados latino-americanos” e identificava como prioritários os serviços e produtos que poderiam ser colocados nestes mercados. Assim, julgavam as oportunidades de negócios na região à luz das suas próprias experiências na Espanha e alocavam os investimentos necessários para a consecução de seus novos objetivos.

¹³ Em 1999, esses quatro países representaram mais de 80 por 100 do IED espanhol na América Latina, que confirmou-os como os destinos mais atraentes. (CEPAL, Santiago de Chile, 2000).

¹⁴ Casilda Béjar, *La década dorada. Economía e inversiones españolas en América Latina 1990-2000*, Universidad de Alcalá, 2002, página 257.

Tal percepção de “conhecimento do mercado latino-americano” foi fundamental e derivava de um conjunto de fatores culturais e institucionais:

- 1) contexto cultural: idioma comum ou semelhante;
- 2) experiências organizacionais próximas: (a) muitas das empresas espanholas tinham sido no passado estatais e haviam sido submetidas a um processo de privatização; (b) os administradores espanhóis chegavam à região com a firme convicção de conhecer os problemas que afetavam as empresas da região e de serem detentores das suas soluções;
- 3) processo de liberalização do ambiente econômico: muitos administradores de empresas espanholas haviam adquirido, no período imediatamente posterior à entrada na CEE, a experiência necessária para competir com as empresas estrangeiras no mercado espanhol. Consideravam, ademais, que teriam condições de enfrentar com êxito situação semelhante nos países latino-americanos. Grande número de companhias espanholas que haviam sido monopólios e passado pelo processo de privatização tinham sido obrigadas, para sobreviver, a se tornarem competitivas. Assim, estimavam deter as fórmulas e as receitas que deveriam ser aplicadas no Brasil e nos demais países do continente para transformar as empresas locais em via de privatização em companhias bem sucedidas.

Segundo Gustavo de Arístegui, Deputado por Guipúzcoa e Porta-voz do Grupo Parlamentar Popular na Comissão de Assuntos Exteriores (declaração de 07/01/2004), as empresas espanholas investiram durante o “boom” (de 1990 a 2002) entre 160 e 180 bilhões de dólares na América Latina. Desse total, de 25 a 30 bilhões foram destinados ao Brasil.¹⁵

Uma característica fundamental do modelo utilizado pelo IDE espanhol na América Latina foi a compra de empresas já existentes, a qual é seguida por aumentos de capital (a maior parte das aquisições foram de empresas

¹⁵ Eduardo Hosannah, Investimentos diretos espanhóis no Brasil: evolução, incertezas e perspectivas, Instituto Rio Branco, LI CAE, 2007, página 85.

estatais privatizadas pelos governos latino-americanos no final dos anos 90). Efetivamente, dois terços dos investimentos espanhóis tiveram por destino setores altamente regulamentados pelo Estado brasileiro e pelos demais países latino-americanos. Eram setores não especialmente atraentes para os maiores investidores tradicionais na região, os norte-americanos. Estes, ao contrário, preferem criar suas próprias empresas a partir de uma estrutura própria, sem ter que adaptá-las ou transformá-las de um modelo público para um privado, enfrentando sindicatos combativos, regulamentações em processo de transformação e negociações com políticos e partidos, bem como defender suas decisões frente a uma opinião pública muitas vezes ideologicamente hostil e “antiamericana” por princípio.

A Espanha, com suas empresas de telecomunicações, energia elétrica e bancos, teve, assim, papel bastante ativo no processo de privatização das estatais brasileiras. Entre 1991 e 2002, 14,5% dos investimentos destinados à aquisição das estatais nacionais foram espanhóis. Mas, como adiantado, os investimentos espanhóis foram distintos dos norte-americanos. Os primeiros concentraram-se na área de serviços, enquanto os norte-americanos o fizeram nos setores industriais, agropecuário e extrativista.

Alguns autores afirmam que tal estratégia trouxe também grandes inconvenientes para as economias hospedeiras na medida em que o IDE espanhol, apesar de “ter vindo para ficar”, não criou nada novo. Ele somente comprou empresas já existentes. Ao contrário do que argumentam idilicamente alguns autores espanhóis, a sua contribuição ao processo de acumulação de capital do país hospedeiro teria sido, portanto, marginal. Nesse sentido, o fato de ter priorizado horizontes de longo prazo (que são efetivamente benéficos para o país receptor do investimento) não teria sido suficiente para compensar o “oportunismo” de ter adquirido empresas públicas em pleno funcionamento e que estavam em crise como consequência da má-administração dos governos latino-americanos de turno (e isto sem mencionar a falta de transparência de muitos desses processos de privatização, fato que os autores espanhóis que analisam o processo de latino-americanização do IDE espanhol tendem a deliberadamente omitir).

A concentração dos investimentos deu-se nos setores de energia (eletricidade, gás e petróleo), finanças e telecomunicações, que eram historicamente ocupados, na Espanha, por grandes empresas públicas em

regime de monopólio. O setor de telecomunicações foi particularmente visado, pois a abertura das economias latino-americanas obrigava a modernização do setor e os operadores latino-americanos enfrentavam então sérios problemas financeiros, sendo incapazes de levá-la adiante.

a2) Análise setorial do IDE espanhol (1990-2000)

1) Setor financeiro e bancário: as empresas espanholas do setor bancário investiram aproximadamente 25 bilhões de dólares na América Latina no período considerado, dos quais 9,5 bilhões corresponderam ao Banco Bilbao Vizcaya (mais tarde Banco Bilbao Vizcaya Argentaria), 14,2 bilhões ao Banco Santander e o restante ao Banco Central Hispano¹⁶. Os grupos espanhóis desenvolveram principalmente seus negócios de banco comercial, seja de forma individual, como por meio de sociedades com grupos locais. Mas também procuraram, em alguns casos, diversificar seus negócios em novos setores, tais como seguros, etc.¹⁷

Segundo alguns analistas, a participação no Mercado Único Europeu obrigava a penosa eliminação das proteções de que gozava o setor bancário espanhol, pois as barreiras à livre circulação de capitais entre os países membros da União haviam sido eliminadas e passara a existir a liberdade para que qualquer empresa europeia se estabelecesse, ou prestasse serviços, em qualquer um dos países integrantes da União. Tanto na Espanha, quanto nos outros países membros da União surgiram novas estratégias de crescimento e concentração para enfrentar um renovado ambiente competitivo. Não apenas no plano local e regional o setor financeiro passava por profundas transformações, mas também no âmbito internacional.

¹⁶ No início de 1999, esses dois bancos foram fundidos num Banco Santander Central Hispano (SCH).

¹⁷ Para uma análise detalhada do tema, ver os seguintes artigos: Alvaro Calderon e Ramón Casilda. *La estrategia de los bancos españoles en América Latina*. Revista de la CEPAL, abril de 2000; Alvaro Calderon e Ramón Casilda. *Grupos financieros españoles en América Latina: una estrategia audaz en un difícil y cambiante entorno europeo*. CEPAL/ECLAC, 1999; Fernando Pimentel Puga. *Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial*. In: Giambiagi, Fabio e Moreira, Maurício Mesquita (Org.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p 411-465; e Linha Bancários. *Reestruturação do setor bancário brasileiro e a inserção das instituições financeiras espanholas*. São Paulo, maio de 2001.

Para fazer face ao novo quadro financeiro criado pela adoção de uma moeda única e enfrentar o acirramento da concorrência, as entidades bancárias buscaram maior eficiência através de economias de escala ou oferecendo vantagens comparativas em um determinado segmento do mercado adotando um maior grau de especialização. A competição passou a caracterizar-se pela agressividade das políticas de preços e pela ampliação da oferta de produtos e serviços.

Na Espanha, as consequências mais visíveis foram a adoção de políticas de expansão interna, e, posteriormente, externa. Ao final dos anos oitenta, aceleram-se as fusões e aquisições entre os grandes bancos com o propósito de reforçar suas próprias posições no mercado local. Numa segunda fase, teve início a aventura externa e a internacionalização bancária.

O processo de aglutinação levou o mercado espanhol a transformar-se em um dos mais concentrados da Europa. As cinco principais entidades financeiras representavam, em 1987, 33% do mercado e, em 1996, 50% (em 1996 as cinco maiores correspondiam, na França a 41%, na Itália a 35%, no Reino Unido a 28%, e na Alemanha a 25%). Em 1999, as duas maiores instituições – o BSCH e o BBVA – eram responsáveis por 37% do mercado de créditos e 30% dos depósitos bancários.

Outra consequência do processo de aglomeração financeira foi conferir aos grandes bancos espanhóis um porte suficiente para que pudessem se lançar em aventuras além das fronteiras nacionais. A opção latino-americana do sistema bancário espanhol verificou-se no início dos anos noventa quando o sistema bancário europeu contava com excedentes de capital e estava submetido a pressões para reduzir custos, levando-o a se confrontar com redução da margem de lucros em seu próprio mercado (fator “empurrão”). A maioria dos mercados financeiros europeus, aliás, apresentava sinais de maturidade, com diminutas possibilidades de crescimento. Este quadro levou aquelas entidades financeiras a buscarem em outros horizontes mercados mais promissores ou com melhores perspectivas.

Passada a fase inicial de fusões, aquisições e associações com outras entidades financeiras europeias, iniciou-se a nova etapa de expansão externa de forma rápida, agressiva e oportunista. Os mercados escolhidos preferencialmente foram os latino-americanos

(“fator atração”), pois estes atendiam a vários requisitos: (1) ofereciam a possibilidade de crescimento e aumento de competitividade, (2) dispunham de mercados com potencial de expansão, (3) não apresentavam o nível organizacional e tecnológico que as entidades financeiras espanholas haviam adquirido nos mercados europeu, (4) ofereciam um nível de risco aceitável em função do potencial de rentabilidade que apresentavam.

Assim, os bancos espanhóis lograram rapidamente uma extensa presença nas principais economias da região, e em particular no Brasil onde, em 1998, os ativos de bancos controlados representavam aproximadamente 16.262 bilhões de dólares.¹⁸

A única exceção em relação ao tema da superioridade organizacional e tecnológica das instituições financeiras espanholas sobre as latino-americanas talvez tenha sido o Brasil, onde os bancos haviam adquirido ampla proficiência operacional nos anos de mega-inflação. Além disso, algumas instituições bancárias brasileiras, por seu alto poder econômico e organizacional, puderam enfrentar em pé de igualdade, e mesmo superioridade, a forte competição imposta naquele momento pelos bancos internacionais e espanhóis. Assim, em claro contraste com o resto da região, alguns bancos locais lideraram, no Brasil, o processo de consolidação da atividade bancária no período pós-plano Real. Se num primeiro momento vários bancos internacionais, como HSBC, do Reino Unido, ABN-AMRO, dos Países Baixos, BBVA e Santander Central Hispano, da Espanha, deram a impressão de poder abrir uma nova era de domínio estrangeiro sobre o setor bancário nacional, foram sobretudo duas instituições brasileiras, Bradesco e Itaú, que assumiram a liderança desse processo de consolidação bancária, inclusive via a compra de alguns bancos estrangeiros instalados no país. Todos esses movimentos de aquisição demonstraram, desse modo, o dinamismo dessas instituições bancárias brasileiras, as quais, por sua vez, estão hoje empenhadas num ambicioso e agressivo processo de internacionalização e latino-americanização.

Francisco Luzón, Conselheiro Diretor Geral do Banco Santander Central Hispano, em matéria publicada na revista “Expansión”, em

¹⁸ Ver Eduardo Hosannah, *Investimentos diretos espanhóis no Brasil: evolução, incertezas e perspectivas*, Instituto Rio Branco, LI CAE, 2007, páginas 102, 103 e 104.

6 de julho de 2002, observou que uma maior expansão internacional dos bancos espanhóis na Europa era muito difícil. Em compensação, a América Latina *“necesita la experiencia adquirida por la banca española en los últimos veinte años, con bancos que proporcionen mayor eficiencia al sistema financiero”*. Observou ainda que *“desde Santander, siempre se ha tenido muy claro que la presencia en Iberoamérica tiene que estar de acuerdo con la riqueza de los países, y, de este modo, el 90% de la inversión de esta entidad en América Latina se concentra en México, Brasil y Chile”*.

Essa estratégia teve grande êxito. De acordo com o Relatório Anual 2001 do Santander - SCH, o Brasil já era, no início dos anos 2000, o país que mais contribuía para os bons resultados do grupo, sendo responsável sozinho por 38 por cento dos seus lucros mundiais. Por sua vez, o BBVA, que havia claramente optado pelo mercado mexicano, era então o segundo maior banco da América Latina, atrás somente do Banco do Brasil.

Os dois principais grupos financeiros espanhóis desenvolveram estratégias distintas na América Latina, ocorrendo, a partir de 2003, uma clara opção geográfica: o Santander passou a concentrar a sua estratégia de expansão no Brasil e o BBVA no México e nos estados norte-americanos com forte população de origem mexicana (Califórnia, Texas e Arizona).

As aquisições do Banco Santander seguiram uma estratégia bem definida: a instituição procurou obter o controle majoritário das entidades adquiridas (sua participação média nas empresas da região passou a ser superior a 78%). As firmas compradas deviam apresentar uma rentabilidade superior a 20%, conforme compromisso assumido junto aos seus acionistas na Espanha.

O Banco Central Hispano (BCH), terceiro em importância na Espanha, internacionalizou-se ao mesmo tempo que o Santander, adotando como meta alcançar participação majoritária em entidades financeiras latino-americanas, mas em associação com instituições que se encarregassem da gestão local. Assim, em 1999, quando ocorreu a fusão do BCH com o Banco Santander (criando o BSCH ou SCH) e, paralelamente, a do BBV com o Argentaria (criando o BBVA), os dois megagrupos decidiram evitar uma competição destrutiva na América Latina e harmonizar suas estratégias: o Santander passou a concentrar sua atenção no mercado brasileiro e o BBVA no mexicano.

No momento em que se iniciaram as privatizações de entidades bancárias em diversos países latino-americanos, o Banco Santander (que fusionaria com o Banco Central Hispano) iniciou um processo de “expansão horizontal” e lançou-se à aquisição de múltiplas instituições financeiras, absorvendo cerca de cinquenta empreendimentos, repartidos por uma vintena de países. O BBV, seu competidor na metrópole, “reagiu” e, seguindo os passos do Santander, também lançou-se à aquisição de entidades financeiras na América Latina. Em apenas uma década, os dois bancos consolidaram, mediante uma competição de cunho oligopolista, suas posições no mercado latino-americano como um todo, transformando-se em instituições financeiras das mais importantes da região.¹⁹ Os dois grandes grupos financeiros espanhóis tiveram, pois, uma clara estratégia: ganhar o mercado latino-americano para fortalecer a sua posição global e, sobretudo, ganhar importância relativa e absoluta no mapa bancário europeu.²⁰

2) Com relação ao setor de energia (petrolífera e elétrica), a maior operação individual de IDE espanhol foi realizada pela Repsol, quando, em 1999, comprou 97,46% da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales da Argentina (YPF) por 14,855 bilhões de dólares. A Repsol, companhia de petróleo fundada em 1986, optou, na América Latina, por uma “expansão vertical”. A empresa entrou no mercado latino-americano e caribenho na metade dos anos 90 e procurou expandir suas operações “para baixo” realizando prospecções, atuando na extração e no refino do petróleo. Decidiu também crescer “para cima” por meio da distribuição e da venda a varejo. A operação mais espetacular da Repsol foi, como já dito, a compra da YPF, aquisição que expôs a empresa espanhola a sérios problemas em função da crise argentina no final da década dos 90 e início do novo século.

Com relação ao setor elétrico, a Endesa concentrou, entre 1992 e 1996, os seus investimentos no Peru, Argentina, Brasil e República Dominicana. Mais tarde, em 1997, penetrou no mercado chileno, onde comprou 31,9% da Enersis, um dos maiores grupos privados elétricos da América Latina, por

¹⁹ Eduardo Mattos Hosannah, *Investimentos diretos espanhóis no Brasil: evolução, incertezas e perspectivas*, Instituto Rio Branco, LI CAE, 2007, páginas 110-115.

²⁰ Alfredo Arahuetes e Aurora Garcia Domonte. *Las inversiones directas españolas en América Latina en el período 2000-2003*. Quórum. Revista de pensamiento iberoamericano, número 011, Universidad de Alcalá, Madrid, página 60.

3.500 bilhões de dólares, operação que terminou, em 1999, com a compra de 32% adicionais. Foi justamente o consórcio Endersa-Enersis que, em 1997, assumiu o controle da brasileira COELCE, pela qual foram pagos 987 milhões de reais, e da CERJ, que custou 600 milhões de dólares. Os investimentos da Endesa na América Latina no período que vai de 1997 a 2001 teriam sido superiores a 10,5 bilhões de euros.²¹

O grupo Unión Fenosa investiu na América Latina, até o final de 2001, um total de 2,1 bilhões de euros, sobretudo no México, Colômbia e Uruguai. Já no processo de internacionalização realizado pela Iberdrola, os alvos prioritários foram o Brasil e o México, com investimentos estimados em 2,2 bilhões de euros. No Brasil, a estratégia de penetração priorizou a participação nos processos de privatização das empresas estaduais de geração e distribuição de eletricidade do Nordeste (COELBA, CELPE e COSERN).²²

É interessante notar que o setor de energia elétrica na América Latina e no Brasil ofereceu outro exemplo do crescimento “horizontal” das empresas espanholas.²³

3) Com relação ao setor das telecomunicações, cabe menção especial para a expansão internacional da Telefónica que deixou de ser uma empresa monopólica de caráter local e transformou-se numa multinacional operando em três continentes. Resumidamente, a estratégia seguida pela empresa nesse processo de internacionalização, centrado

²¹ Miranda, Rafael. *Estratégias de internacionalização: a experiência da ENDESA*. ICE. Economía Magazine. No. 799, Madri, abril-maio 2002.

²² Estudo do escritório comercial da Embaixada da Espanha no Brasil (Oficina Económica y Comercial de España en Brasília), intitulado Guía País Brasil, de abril de 2003, observa que: “*En el sector energético destaca la compra de la distribución de energía eléctrica del estado de Bahía (Coelba), por el consorcio Guaraniana liderado por Iberdrola, quien detenta el 39% de la sociedad. Otra de las inversiones importantes en el sector de la energía ha sido la participación de ENDESA en la privatización de la Compañía Eléctrica de Ceará (COELCE), por un importe de 987 millones de reales. ENDESA participó en el consorcio de privatización de la Companhia Eletrica do Rio de Janeiro (CERJ). Este consorcio estaba liderado por la empresa chilena Chilectra, donde ENDESA tiene una participación, y por la propia empresa de manera minoritaria con aproximadamente un 8% del capital. La CERJ se subastó finalmente por 600 millones de USD, con un premio del 30% sobre el precio de salida de la licitación*”.

²³ Ver Antonio Guerra. *Procesos de liberalización del sector eléctrico en América Latina*. Análisis comparativo de la situación en Argentina, Brasil, Chile, Colombia y México. Papeles de Trabajo del Centro de Estudios Latino-americanistas Ortega y Gasset (CELOG), abril de 2004, bem como Manuel Pizarro. *Las multinacionales españolas en Iberoamérica*. La experiencia de Endesa. *Universia Business Review*. Actualidad Económica, 2004.

principalmente na América Latina, foi entrar e dominar mercados de alto crescimento potencial, justamente aqueles que eram considerados como não maduros.

Por países, o Brasil, com a compra da Telesp, foi o principal alvo da internacionalização da Telefónica, tendo recebido 53% dos investimentos acumulados pela empresa na América Latina entre 1990 e 2003, ou seja, 18.325 bilhões de euros. Logo a seguir vieram a Argentina, com 7.586 bilhões, o Perú, com 3,858 bilhões, e o México, com 2.786 bilhões (dados até 2004). O Grupo Telefónica investiu de 1990 até 2004 mais de 40 bilhões de euros na América Latina, cifra que o coloca na posição de primeira empresa espanhola em termos de investimentos na região.

Em suma, são vários os estudos que qualificam o decênio 1990-2000 como a “década dourada” dos investimentos espanhóis na América Latina. Abriu-se então, com os processos de privatização na região, uma janela de oportunidade para os investimentos espanhóis que, de modo voluntarioso e oportunista, rapidamente assumiram a liderança em importantes setores das economias latino-americanas. Foi um momento único para os espanhóis: os ativos latino-americanos estavam baratos, as empresas espanholas capitalizadas e, mais do que isso, obrigadas, para sobreviver, a buscar oportunidades fora da Espanha e da CEE. Outro ponto importante: os principais concorrentes da Espanha na região, os EUA, estavam em crise, mais preocupados em sanear problemas econômicos e financeiros internos do que em aumentar investimentos na região. Outros, como a Alemanha, Japão, França e Itália, sentiam-se inibidos e temerosos em relação aos problemas de instabilidade macroeconômica vividos pela grande maioria dos países da região.

Como diz o refrão espanhol, “*el que la sigue, la consigue*”. A perseverança, a tenacidade, o empenho e também um pouco de fortuna acabaram premiando as empresas espanholas que acreditaram na América Latina, as quais, mercê da “aventura latino-americana”, ganharam um peso internacional absolutamente impensável poucos anos antes.

b) Período de crise (2000-2003) e de lenta recuperação (2004 até hoje)

O IDE espanhol acompanhou a evolução dos fluxos internacionais de investimento direto. Durante a década dos 90, e particularmente no

período 1996-2000, ele conheceu um verdadeiro e explosivo “*take off*”, mas a partir da virada do século, em função da desaceleração dos fluxos de investimento a nível mundial - em função primeiro da crise asiática de 1997-1998 e depois da própria inversão do ciclo econômico mundial – e da crise argentina no âmbito regional, ocorreu uma importante retração do IDE que durou até 2004.²⁴

Todo esse ambiente de marasmo dos investimentos a nível global foi agravado na América Latina pela crise argentina. Na realidade, o primeiro sinal de turbulência havia sido dado pelo Brasil em 1999, quando o Real foi desvalorizado. Mas, apesar de haver provocado algumas desconfianças iniciais, além de impacto negativo na bolsa de valores de Madri pela queda nas cotações das ações das empresas com forte comprometimento no Brasil, a medida foi bem compreendida e obteve aceitação do empresariado local, como demonstra o volume substancial de investimentos espanhóis no Brasil no ano 2000. (De modo pragmático, a desvalorização do real foi até vista como positiva pelos investidores espanhóis, que aceleraram as compras dos ativos brasileiros repentinamente depreciados).

No ano seguinte, contudo, a crise argentina, mais profunda e de caráter estrutural, confirmou o fim do ciclo dos grandes investimentos na região, passando a gerar incertezas sobre a estabilidade de médio e longo prazos dos países latino-americanos e sobre a capacidade destes manter regras transparentes e previsíveis para o capital estrangeiro.

O movimento de inflexão do IDE espanhol na região foi, portanto, especialmente influenciado pelos “*markets sentiments*” em relação à Argentina. Como a rentabilidade dos investimentos espanhóis na região dependia fundamentalmente do comportamento do mercado interno dos países latino-americanos (o IDE espanhol tinha basicamente se dirigido para o setor de serviços), aqueles realizados na Argentina viram-se rapidamente atingidos pela onda de pânico que atingiu o país platino e imediatamente depois o Uruguai.

As consequências foram imediatas: a América Latina deixou de ser atrativa e os investimentos espanhóis migraram para os países da UE, sobretudo para o Leste europeu. Se a decepção com a região não pôde

²⁴ Alfredo Arahuetes e Aurora Garcia Domonte. *Las inversiones directas españolas en América Latina en el período 2000-2003*. Quórum. Revista de pensamiento iberoamericano, número 011, Universidad de Alcalá, Madrid, 2004.

ser evitada, ela se deu, contudo, sem pânico generalizado, que ficou mais localizado no “*Rio de la Plata*” e por relativamente curto tempo. É bem verdade que o volume de IDE espanhol (bruto) para toda a América Latina caiu significativamente (de 30 bilhões de euros em 1999 para 4 bilhões em 2003), mas tal movimento estabilizou-se em 2004.²⁵

Os principais analistas espanhóis concordam, desse modo, que o período de “crise” latino-americana do IDE espanhol foi relativamente passageiro e quase que “natural” (com exceção obviamente da Argentina). Depois de quase uma década de crescimento a taxas exponenciais, apresentou-se a necessidade de um tempo de pausa, reflexão e prudência. Alfredo Arahuetes escrevia, por exemplo, em 2002, em pleno momento da “tempestade”, que a atonia inversora espanhola era real, mas controlada.²⁶

Naquele momento, Arahuetes mostrava-se particularmente preocupado com a situação econômica e política da Argentina e procurava diferenciá-la do Brasil, Chile e México, países que, na sua opinião, conservavam todos os atributos necessários para a atração de investimentos espanhóis e internacionais no novo ciclo econômico que certamente começaria uma vez terminada essa pausa para reflexão e realização de lucros por parte dos agentes econômicos internacionais. Nesse sentido, fazia uma clara distinção entre a crise argentina, que seria de natureza endógena e estrutural, e a instabilidade que atingia o Brasil, que, a seu ver, era fruto do movimento cíclico do capitalismo internacional, fenômeno que trazia no seu bojo uma retração geral (e não localizada) dos investimentos no mundo e nos países emergentes.

Arahuetes notava então uma tendência para a concentração dos investimentos espanhóis no Brasil, México e Chile “*porque ofrecen oportunidades y condiciones acordes con las ventajas de las empresas españolas*”. Além disso, afirmava que aos problemas políticos argentinos deveriam ser adicionados os derivados do elevado grau de madurez da sua economia, fator que reduzia a expectativa de lucros nesse mercado relativamente saturado.²⁷

²⁵ Arahuetes/Domonte, página 64.

²⁶ Alfredo Arahuetes. *Las inversiones directas de las empresas españolas en América Latina desde 2001 ¿retirada o repliegue?* Real Instituto Elcano. ARI N° 40, 2002, página 1.

²⁷ Alfredo Arahuetes, *Las inversiones directas de las empresas españolas en América Latina desde 2001. Retirada o repliegue ?*, Madri, Real Instituto Elcano, ARI, n.40, 2002, página 6.

Essa era também a opinião de Casilda Béjar, que, em relação ao período considerado, evita falar em retirada do IDE espanhol da América Latina, enfatizando apenas a existência de uma nova “*estrategia prudente ante el fin de un intenso y virtuoso ciclo inversor*”.²⁸

Diante, portanto, dos novos desafios encontrados pelo capital espanhol na Argentina e, logo depois, na Bolívia, Casilda Béjar afirma de modo categórico que os investimentos espanhóis “vieram para ficar” e que a Espanha não deveria abandonar o seu papel de “ponte” entre a América Latina e a Europa.²⁹

A crise argentina e os problemas ocorridos na Bolívia e Venezuela foram, a partir de 2004, superados de forma lenta pelo investimento espanhol. Este passou a mostrar-se menos arrojado e mais cauteloso, comportamento que foi agravado pelos primeiros sinais da crise financeira internacional em 2007.

O caso brasileiro foi, contudo, diferente. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) abriu novamente o “apetite” dos espanhóis, que o acolheram de modo positivo, dando sinais que não deixariam escapar as grandes oportunidades de investimento abertas pelo Governo Lula. Provas desse renovado interesse espanhol foram, nesse mesmo ano, o fortalecimento da posição do Banco Santander no mercado brasileiro por meio da compra do ABN Amro e o avanço do grupo Obras con Huarte Lain (OHL) na exploração, via cobrança de pedágio, de rodovias federais (2.079 quilômetros) e estaduais (1.147 quilômetros no Estado de São Paulo).

3. O IDE espanhol no Brasil

Os investimentos espanhóis passaram a ser importantes no Brasil em 1998 e, especialmente, nos dois últimos anos da “década dourada”.

²⁸ Ramón Casilda Béjar. Internacionalización e inversiones directas de las empresas españolas en América Latina 2000-2004, página 72.

²⁹ “¿Qué deben hacer las empresas españolas en esta nueva situación y perspectivas? ¡Quedarse! y no dejar que los árboles les impidan ver el bosque, aunque en ocasiones se haya poblado de dificultades con los legisladores y reguladores, pérdidas patrimoniales, bajada de calificaciones, penalizaciones de los mercados, y tener que realizar importantes provisiones con incidencia directa e indirecta sobre la cuenta de resultados (...) Sin duda, España puede y debe constituirse por múltiples razones en el puente natural con Europa y de Europa con América Latina”. Casilda Béjar, Internacionalización e inversiones directas ..., página 74.

Com efeito, ao final de 2000, seu volume representou 32,11% do total geral dos investimentos estrangeiros recebidos pelo país. Mas, já em 1998, a Espanha era o maior investidor individual (com 22% do total) e, em 1999, o segundo (com 20,7%).

O censo quinquenal do Banco Central, elaborado em 2000, revelava que o estoque total de capitais espanhóis no Brasil se havia transformado no segundo maior, com US\$ 12.253 bilhões, atrás, apenas, dos Estados Unidos com US\$ 24.500 bilhões. O IDE se concentrou principalmente em três setores em que acreditava ter vantagens competitivas: (1) telecomunicações, (2) energia e (3) financeiro. Todos esses setores tornaram-se especialmente atraentes ao capital estrangeiro em função do processo de privatização empreendido pelo Governo brasileiro.

O principal fator que motivou a chegada do IDE espanhol ao Brasil teria sido a coincidência temporal entre as reformas estruturais nas duas pontas do processo: no Brasil, as reformas, na linha das diretrizes liberais do Consenso de Washington, haviam aberto oportunidades de compra de ativos através das privatizações; na Espanha, as profundas transformações verificadas após o ingresso na CEE haviam impellido as empresas espanholas à expansão extra-comunitária.³⁰

Do lado espanhol, a integração à Europa exigiu a adoção de um conjunto de medidas de desregulamentação para tornar o setor econômico espanhol apto a enfrentar o aumento de concorrência em seu mercado interno. A economia espanhola, para sobreviver, devia apresentar substancial ganho em eficiência e passar a contar com uma estrutura macroeconômica mais moderna, capaz de gerar ambiente propício ao crescimento sustentado.

Todo esse lento processo de convergência com a CEE – alcançado através do aumento da competitividade dos setores produtivos, privatização das empresas públicas, reestruturação industrial e reforma do mercado de trabalho – tornou pouco a pouco a empresa produtiva espanhola mais forte e madura para enfrentar o contexto econômico regional e internacional, ambos marcados pela aceleração do fenômeno da globalização.

³⁰ Ángeles Sánchez Díez. *La inversión directa de España en Brasil y América Latina*. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Textos para Discussão 198, Niterói, maio de 2006.

No novo ambiente favorável aos investimentos, tanto do ponto de vista interno como externo, o Brasil, que até meados da década dos 90 havia ficado “fora do radar” das empresas espanholas, passa a ser considerado um alvo possível e necessário. Se antes todos os olhares espanhóis se voltavam mecanicamente para as suas ex-colônias americanas, agora passam a enxergar as enormes vantagens do mercado brasileiro, sem a conquista do qual toda “aventura” latino-americana do IDE espanhol seria vã e frágil.³¹

A partir de meados da década dos noventa ficaram, portanto, claras as vantagens do mercado brasileiro para os agentes econômicos espanhóis. Estas seriam o seu tamanho, a sua “imaturidade”, as excelentes oportunidades de compra possibilitadas pelas privatizações, os preços atrativos dos ativos e a existência de grandes recursos naturais que auguravam grandes negócios para as empresas espanholas do setor energético (petróleo e eletricidade).³²

A questão dos recursos naturais era então particularmente sensível para a Espanha à luz dos ameaçados interesses da Repsol na Bolívia. Casilda Béjar, no livro *La década dorada*, menciona a importância, para o investimento estrangeiro, da existência de recursos naturais no país hospedeiro, visto que teriam capacidades virtuosas sobre o processo

³¹ Alfredo Arahetes descreve do seguinte modo esse “redescobrimto” espanhol do Brasil: “Las inversiones directas de las empresas españolas en Brasil comenzaron a adquirir un destacado relieve a partir de 1998. Con anterioridad, los flujos españoles de IED en Brasil eran discontinuos y sólo en algunos años (1996 y 1997) su cuantía alcanzó los 500 millones de euros. El ciclo 1998-2001 supuso un cambio en la estrategia de las empresas españolas. Entraron, de forma significativa, en Brasil aprovechando las oportunidades proporcionadas por las privatizaciones en los sectores de telecomunicaciones, instituciones financieras y seguros, energía eléctrica, gas y agua; y en menor medida también en construcción y actividades turísticas, y manufacturas. El promedio de los flujos de inversiones directas españolas en ese periodo fue de 5.600 millones de euros”. Alfredo Arahetes, Proyecto de Investigación, Expectativas y Estrategias de Participación de las Empresas Españolas en las Infraestructuras en en marco del Plan de Aceleración del Crecimiento (PAC) de Brasil en los Sectores de Autopistas, Ferrocarriles Y Alta Velocidad y Redes Eléctricas y Generación de Energia Eléctrica , Madri, 30 de setembro de 2009.

³² Ángeles Sánchez Díez. *La inversión directa de España en Brasil y América Latina*. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Textos para Discussão 198, Niterói, maio de 2006, páginas 11, 12 e 13. Ver, outrossim, da mesma autora, o texto *La internacionalización de la economía española hacia América Latina: los elementos determinantes en la década de los noventa*. Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya, Revista Instituciones y Desarrollo n. 14-15, 2003.

endógeno de acumulação de capital, o que obviamente não acontecia com o capital externo de características especulativas e de curto prazo.

Cervantes dizia que *“el que no sabe gozar de la ventura cuando le viene, no se debe quejar sí se le pasa”*. Pois bem, os investidores espanhóis, sabedores que as boas ocasiões são raras e que o ditado popular *“la mayor ventura es gozar de la conyuntura”* se adaptava de modo notável ao caso brasileiro, não deixaram de aproveitar as excepcionais oportunidades de negócios surgidas no Brasil, onde os ativos privados e públicos estavam baratos e o potencial futuro dos lucros enorme. Rapidamente, as empresas espanholas dos setores financeiro, telecomunicações e energético ocuparam posição de destaque no mercado brasileiro. A Telefônica, por exemplo, tornou-se a maior empresa privada de capital estrangeiro no país, superando multinacionais de peso como Fiat, Volkswagen, Shell e General Motors (fonte CEPAL). Já o Santander, transformou-se no terceiro maior banco privado nacional. Os braços brasileiros dessas duas empresas tendem, inclusive, a superar o tamanho e a importância das suas matrizes espanholas no futuro próximo.

São os seguintes os principais exemplos da presença empresarial espanhola no Brasil:

a) Telefônica: com 62,4 milhões de clientes e 85 mil empregados, o Grupo Telefônica é o maior conglomerado de telecomunicações do Brasil, com atuação na área de telefonia fixa, móvel e banda larga. Somente no Estado de S.Paulo opera 11,5 milhões de linhas fixas. Conta, no total, com 14,8 milhões de linhas instaladas, ou seja, com quase 15 milhões de clientes somente no Estado de São Paulo.

A receita líquida da Telecomunicações São Paulo S.A (Telesp) alcançou R\$ 15,098 bilhões em 2008. Desde que entrou no país, em 1998, a companhia já investiu R\$ 36,4 bilhões, parte deles para trazer a infraestrutura e serviços de banda larga ao país, setor em que conta hoje com 2,7 milhões de usuários (em 2007, em entrevista concedida à revista Brasil Marca de Excelência, o Presidente da Telefônica de Espanha, César Alierta, afirmou que a empresa era a maior investidora europeia no Brasil, com investimentos acumulados de US\$ 31 bilhões. Garantiu, então, que a empresa tinha planos de investir US\$ 7 bilhões adicionais no país até 2010). A Vivo – sociedade (50%) que mantém com a Portugal Telecom – atingirá, graças à ampliação de seus serviços no Nordeste e investimentos na qualidade de sinal, 50 milhões de clientes em 2009.

A Telesp, subsidiária do Grupo Telefônica no Brasil, fez, no ano passado, oferta pública para adquirir até 100% das ações da GVT, empresa que atende o mercado de telefonia fixa e banda larga nas regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do país. O êxito da operação permitiria à Telefônica ter presença ainda maior fora do Estado de São Paulo, o que contribuiria para ampliar sua base de usuários, além de fortalecer a concorrência no mercado brasileiro de telecomunicações. Tal oferta foi, contudo, menor que a da empresa francesa Vivendi, que acabou comprando a GVT. Apesar dessa derrota, o presidente do Grupo Telefônica no Brasil, Antonio Carlos Valente, informou, no último mês de novembro, que o Brasil continua sendo um “mercado altamente estratégico” para a Telefônica e que a empresa estará sempre atenta a novas oportunidades que vierem a surgir no setor de telecomunicações. Indicou, ademais, que o programa de investimentos da empresa foi crescente ao longo dos últimos três anos. Em 2006, os investimentos totalizaram R\$ 1,72 bilhão; em 2007, os recursos atingiram R\$ 1,99 bilhão; em 2008, R\$ 2,34 bilhões.

A Telefônica iniciou, no dia 09 de novembro de 2009, a comercialização de seu serviço Banda Larga Popular. O novo produto é resultado de uma parceria pioneira com o governo do Estado de São Paulo (501 cidades paulistas terão acesso ao serviço, correspondente a mais de 95% da população paulista) e reforça o compromisso da empresa com a população paulista. Além disso, a Banda Larga Popular contribui de forma significativa para a aceleração do processo de inclusão digital, ao oferecer conexão à internet via banda larga para o público das classes C e D que está adquirindo o primeiro computador. A empresa tem a intenção de oferecer, por meio do serviço Banda Larga Popular, um serviço atrativo aos cerca de 1,3 milhão de clientes que hoje acessam a internet por meio de acesso discado, possibilitando maior velocidade de navegação e linha telefônica liberada;

b) Banco Santander: é hoje o terceiro maior banco privado do país, com uma estratégia de crescimento pautada no atendimento a varejo. Com mais de 9 milhões de clientes, atua em todos os segmentos do mercado financeiro através de uma rede de 3.601 agências e postos de atendimento e 18.194 caixas eletrônicos.

Em 2007, em decorrência da compra do ABN Amro pelo consórcio Royal Bank of Scotland (RBS)/Fortis/Santander, o banco espanhol

absorveu, no Brasil, as operações do ABN Amro Real. Com essa incorporação, o Santander dobrou de tamanho, passando a deter 12% do mercado brasileiro e 20% do mercado do Estado de São Paulo, que concentra 34% do PIB brasileiro. O Santander passou a ter a maior rede bancária do Estado, com 1.190 agências, superando o Bradesco (1.105 agências), Itaú (810) e Banco do Brasil (770). Em termos nacionais, tornou-se o segundo banco privado em ativos totais, o maior banco privado em depósitos e o terceiro em crédito. O banco chegou ao Brasil em 1982 e abriu um discreto escritório de representação. Nove anos depois, deu início às operações do Santander Investment. Seu processo de forte crescimento começou em 1997, com a aquisição do Banco Geral do Comércio. No ano seguinte, comprou o Banco Noroeste. Em janeiro de 2000, adquiriu o Conglomerado Financeiro Meridional – formado pelos bancos Meridional e Bozano, Simonsen. E, em novembro do mesmo ano, o Santander comprou o controle do Banco Banespa, pelo qual pagou “*cash*” US\$ 3,99 bilhões de dólares (60% do capital);

c) OHL Brasil: o grupo espanhol Obras con Huarte Lain (OHL), do ramo de construção e serviços, chegou ao País em 1998, integrando consórcios para a administração de rodovias sob concessão. Gradativamente, assumiu 100% do controle de quatro concessionárias que operam no interior do Estado de São Paulo, a Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte. Com essas quatro empresas, o grupo passou a administrar 1.147 quilômetros de estradas no interior de São Paulo, ou seja, 11,6% do total das rodovias sob concessão no País. No leilão de concessão de sete trechos de rodovias federais, realizado no início de outubro de 2007, a OHL surpreendeu os seus concorrentes com propostas ousadas de pedágio (o critério era o menor preço) e levou cinco trechos. No total, conquistou o direito de explorar por 25 anos mais 2.079 quilômetros de rodovias federais, praticamente triplicando o tamanho de sua malha no Brasil. Entre os trechos, estão as movimentadas estradas que ligam São Paulo com Belo Horizonte e Curitiba. A empresa pertence ao grupo espanhol Obrascon Huarte Lain (OHL), do ramo de construção e serviços e dono de 12 concessionárias de estradas em países como Espanha, México, Chile e Argentina, além do Brasil;

d) Repsol: a Repsol YPF é a segunda empresa privada petrolífera do Brasil. Atua na extração, refino e comercialização, contando com 450 postos, e participação de 33% em duas refinarias (uma no Rio de

Janeiro e outra no Rio Grande do Sul). Até 2007, tinha investido cerca de US\$ 2 bilhões no Brasil. Desse total, US\$ 200 milhões foram na plataforma Albacora-Leste (Bacia de Campos – RJ) e US\$ 300 milhões na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap).

No âmbito da visita do Presidente Lula a Madri, em 2007, o Presidente da Repsol, Antonio Brufau, sublinhou que a empresa planejava ampliar sua presença no mercado brasileiro. A Repsol produzia então 18 mil barris diários de petróleo no Brasil, mas Brufau indicou que pretendia investir mais na prospecção e exploração de petróleo de gás.

A respeito, em abril de 2009, a Repsol e a Petrobras confirmaram às autoridades brasileiras a viabilidade econômica do poço Piracucá, descoberto em águas rasas da Bacia de Santos. Trata-se de jazida de óleo leve e gás, com um volume preliminar “in situ” estimado pela Petrobras em 550 milhões de barris de óleo equivalente. O consórcio exploratório é formado pela Repsol, com participação de 37%, e pela Petrobras, companhia operadora, com 63% dos interesses. Em janeiro de 2009, a Repsol havia anunciado outro êxito exploratório na Bacia de Santos: o poço denominado Panoramix, situado na costa do Estado de São Paulo, a uma profundidade de água de 170 metros.

Outros êxitos da empresa foram no Pré-Sal, com a descoberta de Guará (com reservas recuperáveis estimadas entre 1,1 e 2 bilhões de barris de óleo leve) e de Carioca (ainda sem estimativas de reservas). Nos dois casos, a Repsol possui 25%, sendo a operadora a Petrobras.

Todas essas descobertas tornaram o Brasil altamente atraente para a empresa espanhola. A Repsol é hoje, depois da Petrobras, a segunda companhia em termos de domínio mineiro exploratório “*off-shore*” nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. É, portanto, a primeira empresa estrangeira com direitos de exploração nessas bacias, com participações em 24 blocos, 11 dos quais como companhia operadora. A Repsol lidera, juntamente com a Petrobras, a atividade exploratória da Bacia de Santos, na qual se encontram 19 destes blocos.

O presidente mundial da Repsol, Antonio Brufau, anunciou recentemente que a empresa investirá de US\$ 380 milhões a US\$ 400 milhões no Brasil em 2010. Enfatizou, ademais, que a empresa prevê investimentos de US\$ 12 bilhões no Brasil em atividades de exploração de petróleo até 2020, incluindo a área do pré-sal. “*Nos próximos 3 a 4 anos, a presença da Repsol no Brasil ainda deverá ser tímida, pois*

apenas exploratória. Mas, quando chegar o momento de desenvolver os campos descobertos, vamos realizar investimentos de bilhões de dólares”, afirmou. Brufau não descartou participar em novos leilões para aquisição de mais áreas no país.

Em setembro de 2009, o porta-voz da empresa, Kristian Rix, comentou à Bloomberg News que a Repsol “*está empolgada com o potencial do pré-sal*” e que estaria pensando em diminuir a sua presença na Argentina para aumentá-la no Brasil. A empresa já teria sido contatada por companhias interessadas na sua divisão argentina YPF, que responde por cerca de dois terços da produção total da Repsol. A petrolífera espanhola estaria, portanto, tentada a vender parte de seus negócios na Argentina para concentrá-los mais no Brasil. Estaria preocupando a Repsol a contínua queda da produção no país vizinho como consequência do esgotamento dos seus campos naturais;

e) Iberdrola: Grupo privado espanhol que atua nos setores de eletricidade, engenharia, consultoria, telecomunicações e sistemas de informação na América Latina, Espanha e Portugal. No Brasil, em 31.07.1997, assumiu o controle da Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) por R\$ 1.731 bilhão. Além disso, detém parte da Cosern (Companhia Energética do Rio Grande do Norte), que foi adquirida pela Coelba, em 11.12.1997, pelo valor de R\$ 676,4 milhões. Em 17.02.2000, a Iberdrola adquiriu a Celpe (Companhia Energética de Pernambuco) por R\$ 1,78 bilhão. Também assumiu a Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro em parceria com a espanhola Gas Natural. A Iberdrola é atualmente a maior distribuidora de eletricidade no nordeste do Brasil em função das suas três empresas locais, Coelba, Celpe e Cosern. Em conjunto, as três empresas forneceram, em 2005, 23.277 kWh, o que representa 58 por cento do mercado regional e de sete por cento do nacional. O faturamento dessas empresas, que têm oito milhões de clientes, alcançou 709 milhões de euros em 2005.

Em 2006, a Iberdrola, através da “holding” Neenergia, anunciou que iria construir e operar uma nova central hidroelétrica (Baguari, de 140 megawatts) e duas mini hidroelétricas (Nova Aurora e Goiandira, respectivamente de 21 e 27 megawatts). No caso de Baguari, a construção, manutenção e operação da central seriam feitas através de um consórcio formado pela Neenergia (51 por cento), Cemig (34 por cento) e Furnas (15 por cento).

No mesmo ano, anunciou a entrada em funcionamento do seu primeiro parque eólico no Brasil. Com uma potência de 49,3 megawatts (MW), a unidade envolveu investimentos de 66 milhões de euros. Situado no Estado de Rio Grande do Norte, o novo parque, Rio do Fogo, vai fornecer energia à Eletrobrás durante 20 anos. Segundo comunicado da empresa, a área de energias renováveis passou a constituir um dos pilares fundamentais do Plano Estratégico da Iberdrola, que encerrou 2005 como a empresa líder nesse setor no mundo. O potencial da geração de energia eólica no Brasil (75.000 MW para o Nordeste e 143.000 MW para todo o Brasil) despertou o interesse da empresa, que afirmou estar pensando em novos investimentos, particularmente no Rio Grande do Sul.

Em 2007, o presidente da Iberdrola, Ignacio Galán, anunciou que iria apoiar o PAC e que considerava o país um dos pilares da expansão internacional da empresa. Para Galán, o modelo energético desenhado pelo governo brasileiro nos últimos anos garante segurança jurídica e estabilidade das regras, permitindo a realização de novos investimentos pela Iberdrola. A empresa espanhola tinha, naquele ano, 1.500 megawatts (MW) de potência instalada no país, através de centrais de ciclo combinado, centrais hidrelétricas e parques eólicos. Além disso, tinha em construção mais cinco centrais hidrelétricas com uma potência de 600 MW. Galán adiantou que, no período 2001-2006, a empresa havia investido no país 728 milhões de euros e que novos e importantes investimentos estavam sendo planejados no âmbito do PAC (os investimentos estimados para o período 2007-2010 eram de 600 milhões de euros).

4. Os investimentos espanhóis e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Após a retração observada entre 2000 e 2003 – ocorrida por conta do arrefecimento geral dos fluxos internacionais de IED na vaga da crise asiática e norte-americana do final dos anos 90 e das instabilidades regionais como na Argentina – os investimentos espanhóis no Brasil voltaram a superar um bilhão de euros em 2004 (1,054 bilhão). Tenderam, desde então, ao crescimento, com investimentos de 1,220 bilhão de dólares em 2005 e 1,513 bilhão em 2006. O estoque de IDE espanhol no Brasil até o final de 2006 era de 29,651 bilhões de dólares. Esses números, menores que os calculados por outras fontes espanholas, que

falam em 47,2 bilhões de dólares no final de 2007,³³ tornavam o Brasil, naquele ano, o segundo principal destino do capital espanhol, com uma fatia de 10,87% do estoque dos investimentos realizados pela Espanha em todo o mundo (a Argentina hospedava o terceiro maior estoque, 9,61%).

No caso brasileiro, os primeiros anos da atual década também foram problemáticos para o investimento estrangeiro. O país, apesar de menos exposto que outros, não escapou do movimento conjuntural de recuo dos investimentos espanhóis.

Num primeiro momento, o empresariado espanhol, que já se mostrava temeroso em relação à exposição excessiva do seu capital investido na América Latina, também passou a ficar receoso quanto aos rumos do quadro político brasileiro à luz da eleição de um governo de esquerda no Brasil. Mas esses temores rapidamente se dissiparam em função do pragmatismo e moderação do Presidente Lula, da sua gestão responsável e do seu diálogo aberto com os investidores internacionais.

José Coderch, Embaixador da Espanha no Brasil, em mensagem publicada no anuário da *Cámara Oficial Española de Comercio en Brasil* (2003), afirmava que “o pior da crise de confiança parece haver passado, não quero deixar de ressaltar a atitude das empresas espanholas durante esses meses difíceis. Em todo momento estas têm confirmado sua vocação de permanência e sua visão de longo prazo, o que demonstra de maneira inequívoca a confiança que as empresas espanholas depositam no mercado brasileiro e em seu tremendo potencial de crescimento. Não em vão tanto o Governo da Espanha como as empresas espanholas consideram o Brasil como seu ‘parceiro’ estratégico na América do Sul”.

Na ausência da confirmação do cenário pessimista que havia sido previsto por alguns investidores, a confiança no Brasil foi rapidamente recuperada. Durante a visita do Presidente Lula à Espanha em julho de 2003, a *Confederación Española de Organizaciones Empresariales - (CEOE)* expressou ao dirigente brasileiro sua “satisfação” pela estabilidade do país mediante a

³³ Muitos dos problemas de contabilização desses investimentos ocorrem pelo fato de originarem-se fora da Espanha. Foi o caso da compra do ABN Amro Real pelo Santander, que efetuou o pagamento por meio do seu braço holandês. Nesse caso, os investimentos aparecem como sendo holandeses e não espanhóis.

continuação das políticas ortodoxas que haviam sido adotadas pelo anterior Governo. Após expressar a vontade de permanecer no Brasil, a Confederação espanhola mencionou que as suas únicas preocupações eram a estabilidade e a simplificação do marco jurídico e regulatório existente.

Com a comprovação que os “marcos reguladores” existentes e as políticas econômicas relativas aos capitais estrangeiros não haviam sido afetados com a eleição do novo governo, mas, ao contrário, eram fonte segura de lucratividade das empresas, os capitais espanhóis voltaram ao Brasil.³⁴

O ciclo de investimentos pós-2003 é bem mais diversificado setorialmente do que o realizado nos anos noventa. Embora ainda se observem aportes de vulto nos setores de eletricidade (Gás Natural e Repsol), telefonia (Telefônica e Telefônica Celulares), seguros (Mapfre e Prosegur) e serviços financeiros (Espiga Capital e Darby BBVA Private Equity Fund), ocorrem investimentos expressivos em áreas industriais como partes e componentes de automóveis (CIE Automotive), eletrodomésticos (Fagor), metalurgia (Acerías de Azcoitia e Consentino), indústria química (Iberchem), indústria editorial (Grupos Santillana e Planeta) e pesca (Calvo Conservas).

³⁴ Segundo Alfredo Arahuetes: “En la etapa 2002-2009, superado el bache de 2002, las inversiones directas españolas han establecido una velocidad de crucero, según la cual los flujos anuales se mueven entre un suelo de 1.000 millones de euros y un techo de 2.000 millones de euros. Esto sin tener en cuenta las inversiones realizadas por empresas españolas desde Holanda que, curiosamente en los últimos años, se ha convertido en uno de los principales inversores directos en Brasil. En este sentido, cabe señalar que el Registro de Inversiones español no contabiliza, como no puede ser de otra forma, la inversión directa realizada por empresas españolas desde otros países. Es el caso, por ejemplo, de la inversión directa del Banco Santander en el Banco Real de Brasil a partir de la compra del banco holandés ABN-Amro. El objetivo del Santander con la compra del ABN-Amro era hacerse con un activo clave y convertirse en el tercer banco de Brasil. Esta inversión española se inscribe en el Registro de Inversiones como realizada en la Unión Europea puesto que es un flujo originado en España con destino Holanda. Sin embargo, la finalidad última de la adquisición era un activo estratégico en Brasil. Si se hubiese realizado la inversión directa, entre España y Brasil, se habría registrado en 2007 una inversión adicional de 12.000 millones de euros, lo que habría supuesto un pico en ese año superior al que tuvo lugar en el año 2000. “ Alfredo Arahuetes, Proyecto de Investigación, Expectativas y Estrategias de Participación de las Empresas Españolas en las Infraestructuras en el marco del Plan de Aceleración del Crecimiento (PAC) de Brasil en los Sectores de Autopistas, Ferrocarriles Y Alta Velocidad y Redes Eléctricas y Generación de Energía Eléctrica , Madri, 30 de setembro de 2009.

O grande propulsor do novo ciclo de investimentos espanhóis foi, contudo, o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, apresentado pelo Presidente Lula aos espanhóis por ocasião da sua visita a Madri em outubro de 2007.

A ida do Presidente Lula à Espanha com o objetivo de expor ao empresariado local as novas oportunidades de investimento oferecidas pelo Brasil, sobretudo as decorrentes do PAC, marcou, por assim dizer, uma nova etapa, um recomeço nas relações econômicas bilaterais. As reações, tanto dos empresários, como do Governo espanhol, foram excelentes. *“Vemos brilhantes perspectivas para a economia brasileira. O Brasil é hoje um sócio estratégico e privilegiado da Espanha, realmente país prioritário em termos de política comercial. As grandes empresas espanholas chegaram no Brasil para ficar”*, disse o Presidente do Governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero.

Tomás González, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Espanha, destacou então que as energias renováveis e os combustíveis limpos, assim como a área de infraestrutura, transporte e setor imobiliário, seriam os principais eixos da nova onda de investimentos espanhóis no Brasil. Maior banqueiro espanhol, e hoje grande fã do Brasil, o presidente do Banco Santander, Emilio Botín, fez ressoar as declarações de Zapatero, prevendo um futuro promissor para o Brasil.

Francisco Luzón, responsável pelo Santander na América Latina, afirmou que o “susto” que o sistema financeiro internacional começava então a levar com a crise nos mercados de crédito imobiliário de alto risco (*“subprime”*) desenhava um cenário auspicioso para o Brasil. Segundo seus cálculos, o investidor internacional seria tentado a procurar alternativas seguras e com alta liquidez para seu dinheiro, atributos encontrados nos ativos brasileiros. Luzón acrescentou que o Santander iria financiar as empresas espanholas que queiram investir no Brasil.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, que integrou a delegação presidencial que visitou Madri, manifestou a mesma opinião e avaliou que capitais em fuga de papéis de risco poderiam vir a financiar hidrelétricas, rodovias, portos e outras obras de infraestrutura propostas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No Seminário Aliança-Estratégica Brasil-Espanha, realizado em São Paulo, em junho de 2005, ao apresentar o trabalho “Relações Econômicas

Brasil-Espanha: potencial, interesses e perspectivas”, Luciano Coutinho voltou a sublinhar a importância para o Brasil de que sejam realizados “*o quanto antes investimentos infraestruturais e em setores industriais intensivos em capital com o objetivo de evitar estrangulamentos de oferta que obstem o crescimento e/ou desatem tensões inflacionárias*”. O Presidente do BNDES previu dois movimentos a partir da Espanha: (i) reativação dos investimentos por parte das grandes empresas já instaladas no país, que seria financiada por lucros auferidos nas operações locais e, residualmente, por aportes de capital das matrizes, (ii) e ciclo de investimentos diretos em novos setores/segmentos, como hotelaria e turismo, varejo especial, seguros, segmentos específicos de bens de capital, aeronáutica e material ferroviário.

Coutinho acrescentou que esses movimentos poderiam (i) ampliar a oferta de energia, equipamentos e bens de capital, (ii) contribuir para a universalização do acesso às telecomunicações, sobretudo via banda larga e, (iii) no tocante aos serviços financeiros, favorecer o desenvolvimento de operações de crédito de longo prazo e/ou operações inovadoras de securitização e capitalização que dêem suporte a novos investimentos em setores relevantes para o crescimento. Em contrapartida, caberia ao Governo brasileiro, segundo Luciano Coutinho, fortalecer a confiança do investidor mediante garantia de estabilidade institucional e aprimoramento do “marco regulador”.

O Presidente do BNDES afirmou, por outro lado, ver com otimismo a possibilidade de aumento dos investimentos brasileiros na Espanha, sobretudo se favorecida por uma “*postura pró-ativa e acolhedora*” das autoridades locais. Como setores em que as empresas brasileiras poderiam encontrar terreno propício na Espanha para o atendimento do mercado europeu ampliado, listou os seguintes: material de transporte (ônibus, partes para aeronaves), equipamentos e material elétrico (motores e transformadores), autopeças, alimentos industrializados, jóias e pedras preciosas, perfumaria, bebidas, papel e celulose, utensílios domésticos, serviços de engenharia e construção e segmentos de varejo. Todos esses setores teriam um alto potencial de geração de comércio.

Alfredo Arauetes corrobora a avaliação de Luciano Coutinho. Lembra que o fim das privatizações não alterou a posição do Brasil como principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina. Não vê razão para que esse fluxo sofra solução de continuidade, até pela

elevada capacidade que tem sido demonstrada pelo Brasil para captação de investimentos estrangeiros diretos. Arahuetes não tem dúvida, assim, de que os espanhóis continuarão a investir no Brasil, contribuindo para a ampliação da oferta em infraestrutura e para o fortalecimento do sistema financeiro. Tampouco hesita em prever o aumento do fluxo na direção contrária, com a Espanha servindo de base para empresas brasileiras interessadas em conquistar fatias do mercado comum. O professor da Universidade de Comillas sublinha, ademais, os crescentes investimentos espanhóis no setor turístico-imobiliário brasileiro, particularmente no Nordeste. A respeito, além dos grupos hoteleiros que ampliam sua atuação em todo o país, como Sol Meliá (com anúncio, em 2006, de 14 novos hotéis no Brasil), constata que outros parecem concentrar as suas atividades na região nordestina, como o Sehrs, que inaugurou recentemente o Serhs Natal Grand Hotel, e o Iberostar, que anunciou a construção de complexo hoteleiro na Praia do Forte, na Bahia, com investimentos previstos de 312 milhões de euros. Nota-se, desse modo, uma mobilização cada vez maior de construtoras espanholas de complexos residenciais para veraneio ou segunda residência no litoral do Nordeste, num surto imobiliário talvez sem precedentes na região.³⁵

5. Investimentos brasileiros na Espanha

Outro tema que tende a tornar mais densas as relações bilaterais é o crescente processo de internacionalização produtiva da empresa brasileira, fenômeno impensado há alguns anos e que revoluciona completamente a teoria clássica da dependência, que destinava ao Brasil eterna condição periférica na economia mundial. Esse movimento de internacionalização das empresas brasileiras que, numa primeira fase se concentrou mais na América Latina e nos EUA, também chegou recentemente à Espanha, ainda que, até aqui, de forma tímida. Desse modo, o capital brasileiro passou agora a se colocar no coração do sistema capitalista mundial, tornando obsoletos os esquemas teóricos e mentais do passado, “embaralhando as cartas” e destruindo, pelo menos no que diz respeito ao Brasil, a rígida dicotomia centro-periferia. As empresas

³⁵ Alfredo Arahuetes. *La Empresa española en Brasil y Rusia: oportunidades similares, ritmos diferentes*, Madri, Ediciones Círculo de Empresarios, 2006, pp. 61-70.

brasileiras, na busca da internacionalização dos seus negócios, passaram a investir na Espanha, a vê-la e a utilizá-la como opção estratégica para uma maior presença no mercado europeu.

Segundo dados da CEPAL, do estoque de 69 bilhões de dólares de investimentos realizados por grupos brasileiros no exterior até o final de 2005, apenas um bilhão estava acumulado na Espanha. Mas, a partir de 2006, esses números começaram a mudar radicalmente com a aquisição da empresa basca Sidenor pelo grupo Gerdau, numa operação conjunta com o banco Santander que atingiu 443,8 milhões de euros. Posteriormente, a Sidenor, já sob propriedade da Gerdau, adquiriria do grupo Cie Automotive, por US\$ 166,9 milhões, a totalidade das ações da empresa GSB Acero, confirmando sua posição de segundo maior grupo produtor de aços especiais na Europa. No mesmo ano foi efetivada a fusão da Santista Têxtil com o grupo basco Tavex Algodonera, com o controle acionário ficando em mãos dos dois principais acionistas da Santista: as empresas Camargo Correa e São Paulo Alpargatas. A empresa resultante da fusão assumiu a liderança mundial na produção de denim, com fábricas no Brasil (5), Argentina (1), Chile (1), Espanha (3), México (1) e Marrocos (1).

Em 2007, em entrevista concedida à publicação “Brasil: Marca de Excelência”, o Conselheiro do Escritório Econômico e Comercial da Espanha em São Paulo (Icex), Francisco Corrales Kindelán, afirmou que “*o tempo de internacionalização das empresas brasileiras foi um pouco mais tardio do que o das espanholas*”, mas que esse quadro estava mudando. “*Nesses últimos quatro anos houve iniciativas e operações de forma bastante consistente do capital brasileiro na Espanha*”, adicionou Corrales, revelando que o Icex havia recebido várias consultas de empresas brasileiras interessadas em investir no mercado espanhol. “*A Espanha é um país estratégico para as empresas brasileiras, já que se trata de uma porta para entrar na Europa*”, afirmou na mesma ocasião Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Como já indicado, em 2006, o Grupo Gerdau havia entrado na Espanha através da compra de 40% do capital da Corporación Sidenor, principal produtora espanhola de aços especiais, forjados e fundidos. O negócio foi fechado em conjunto com o Santander, que ficou com 40% de participação, e com executivos espanhóis da própria Sidenor, que passaram a deter 20% da nova companhia. A compra da GSB Acero,

subsidiária da CIE Automotive, sediada em Guipúzcoa, foi o segundo passo. A empresa produzia, em 2006, cerca de 200 mil toneladas de aços especiais por ano e contava com cerca de 700 trabalhadores. O crescimento da demanda europeia de aço levou a Gerdau a comprar, em agosto de 2007, outra siderúrgica espanhola, a Trefusa. Tais unidades na Espanha respondiam por 4,6% do faturamento global do Grupo Gerdau no primeiro semestre de 2007, que totalizava US\$ 7,8 bilhões.

Por sua vez, o grupo Camargo Corrêa, preocupado com a acirrada concorrência asiática na batalha mundial pelo controle da produção de têxteis, optou por uma fusão de sua divisão de denim, a Santista Têxtil, com a espanhola Tavex Algodonera, criando a maior fabricante de tecido “*jeans*” do mundo. A operação proporcionou ao grupo brasileiro o controle de 59% da empresa oriunda da fusão. Com faturamento, em 2006, de cerca de US\$ 710 milhões, a nova companhia passou a deter 15% do mercado mundial de denim, superando a norte-americana International Textile Group.

De olho no mercado europeu de automação comercial e de redes de autoatendimento bancário (ATMs), a brasileira Itaotec comprou, em 2003, a espanhola Riva Informática, sediada em Madri, e reputada provedora de soluções em tecnologia da informação para o varejo. Em maio de 2007, a empresa vendeu a primeira solução de “self checkout” (sistemas registradores em pontos de venda) com a marca Itaotec para uma rede de supermercados da região das Astúrias, que conta com filiais também nas Ilhas Canárias. A Itaotec Espanha atende também o mercado varejista da Itália. Em Portugal, lidera o mercado de automação comercial e comemorou, também em 2007, o primeiro contrato de “*outsourcing*” da rede de ATMs do Banco Português de Negócios – BPN, a primeira solução bancária brasileira vendida na Europa.

A Serco Engenharia, da área aeroespacial civil e de defesa, inaugurou, em 2001, uma filial na Espanha, a Serco Eurobras. Além de dar suporte aos cooperados que atuam no exterior, a subsidiária tem a missão de expandir os negócios na área de manutenção de aeronaves. Conta com profissionais especializados em aeronaves da Embraer e aviões militares Northrop F5 e Lockheed C-130, entre outros. A filial está situada em Vitória, norte da Espanha, próxima à Gamesa Aeronáutica, importante cliente da empresa. No Brasil, a Serco tem sua sede em São José dos Campos, interior do estado de São Paulo, polo tecnológico aeronáutico brasileiro.

Essas iniciativas são ainda isoladas, mas existe grande espaço para novos investimentos diretos brasileiros na Espanha. Segundo o Presidente da *Cámara Oficial Española de Comercio no Brasil*, Ramón Sánchez Díez (2007), a cadeia produtiva brasileira vive uma nova era, sendo agora mais competitiva e preparada para a disputa global. “*Certamente, os empresários brasileiros passarão a olhar com maior atenção para a Espanha, tanto em termos de investimentos como comércio, já que se trata de uma excelente porta de entrada para a União Europeia*”, afirmou Sánchez Díez.

O Presidente Lula, na sua mais recente visita a Madri, em maio de 2010, apelou aos empresários brasileiros para que realizem mais investimentos na Espanha. Durante seminário realizado pelo jornal espanhol *El País* e pelo brasileiro *Valor Econômico*, intitulado *Brasil: Aliança para a nova economia global*, após ressaltar os aspectos altamente dinâmicos da vida econômica brasileira, “uma das economias emergentes mais atrativas para o investimento estrangeiro”, exortou as novas multinacionais brasileiras a investir na Espanha. Segundo o Presidente, “*é importante que empresários brasileiros pensem em parcerias com espanhóis para investir aqui. Quanto mais cresce a economia espanhola, mais investimento espanhol teremos no Brasil. Isto do investimento funciona nos dois sentidos. Hoje, o Brasil tem muitas empresas multinacionais que querem crescer*”.



II. Algumas Reflexões sobre a Política Externa Espanhola

1. Características principais

Vários autores concordam que a política externa espanhola apresenta características de um triângulo, no qual o vértice superior (polo dominante) seria a Europa e os dois inferiores (polos subordinados) a América Latina e o Mediterrâneo.³⁶

Em relação ao polo superior do vértice, uma vez alcançada a meta de entrar na CEE, o objetivo da Espanha passa a ser demonstrar aos demais sócios europeus os bons fundamentos do seu “europeísmo” e

³⁶ Segundo Laia Mestres, investigadora do Institut Universitari d’Estudis Europeus da Universitat Autònoma de Barcelona, “los intereses vitales de España en materia exterior pueden definirse mediante tres áreas de prioridad: Europa, América Latina y el Mediterráneo. Gráficamente se puede dibujar como un triángulo en el que Europa se encontraría en el vértice superior y América Latina y el Mediterráneo ocuparían los vértices inferiores, destacando así el peso dominante de la UE por encima de las otras dos áreas geográficas. De ahí que España intente interrelacionar los tres vértices y concretamente pretenda incorporar las dimensiones de América Latina y el Mediterráneo en la agenda europea. De este modo, “España ha intentado poner a la Unión Europea (y sobre todo a los recursos económicos de ésta) al servicio de sus propias necesidades de política exterior y, a la vez, convertirse ella misma en intérprete y portavoz de los intereses de la UE en esta región”. Así, no sólo España conseguía aumentar las relaciones entre la UE y estas dos regiones, sino que además su influencia hacia el Mediterráneo y América Latina le servían para “jugar un papel protagonista en el policymaking de la Unión”. Laia Mestres, La agenda española en política exterior para la Presidencia de 2002.

a sua capacidade de contribuir para o aprofundamento do processo de integração europeia. O lema dos sucessivos governos espanhóis em Bruxelas passa a ser “*Más Europa desde España*”.

Quanto ao segundo vértice, existe amplo consenso sobre a importância da América Latina para a Espanha. Desde os partidos de direita até os de esquerda, todas as forças políticas do país enfatizam as relações com a América Latina como “especiais” e “únicas”. O então Chanceler de José Maria Aznar, Josep Piqué, afirmou em 2002, quando eram severas e generalizadas as críticas sobre os fundamentos da política latino-americana dos populares, que “*la proyección de España hacia Iberoamérica ha sido y seguirá siendo una de las constantes de nuestra acción exterior, sobre la que siempre ha existido el mayor consenso de todas las fuerzas políticas en nuestro país, fruto de cinco siglos de historia común y de una misma lengua*”. Outro aspecto importante é a intercomunicação dinâmica entre os vértices europeu e latino-americano que interagem de modo positivo e sinérgico. O polo europeu potencializa o latino-americano e vice-versa. Assim, além de uma série de ações levadas a cabo de modo individual para reforçar as suas relações com os países latino-americanos (pelo lado econômico, via investimentos, e pelo lado político, via, por exemplo, mecanismo das Conferências de Cúpula Ibero-americanas), Madri tenta instrumentalizar a sua condição de membro da UE para promover uma aproximação mais ampla entre os países europeus e os latino-americanos. Essa política, contudo, sempre teve claros limites. As sucessivas Presidências espanholas da CE/UE buscaram promover ações comunitárias em favor da América Latina, mas sem o sucesso esperado. A segunda Presidência espanhola tentou, por exemplo, em 1995, impulsionar o Acordo-Quadro entre a UE e o Mercosul. A terceira Presidência espanhola propugnou o aprofundamento das relações entre a UE e a América Latina, tanto econômica como politicamente. No entanto, o impulso espanhol para colocar a região entre as prioridades da UE nem sempre foi apoiado pelos demais parceiros europeus. Visto de outro ângulo, a Espanha não teve até hoje poder suficiente para convencer os demais sócios comunitários sobre a necessidade dessa empreitada.

Carlos Westendorp, ex-Chanceler de Felipe Gonzalez, destaca igualmente, em conferência pronunciada em fevereiro de 1996, que são três as “*prioridades permanentes*” da política externa espanhola:

- a. a Europa, identificada como “vetor fundamental da projeção internacional da Espanha”;
- b. a Ibero-América, não apenas por razões de ordem sentimental, mas, sobretudo, por motivos de natureza econômica, como provam os crescentes volumes de investimentos espanhóis na região (“*por esos viejos vínculos de familia, ahora renovados, por los muchos intereses y valores comunes que compartimos, por su enorme potencial de futuro que puede convertirse en el nuevo horizonte para nuestros jóvenes*”); e
- c. o Mediterrâneo (“para que, a través de una asociación entre iguales impulsada por ‘el espíritu de Barcelona’, se asegure la paz, la estabilidad y la prosperidad en la región”).

Para Westendorp, esses vetores estão intimamente ligados e se reforçam mutuamente: o vetor europeu alimenta o ibero-americano e o mediterrâneo e estes, por sua vez, potencializam a presença e o poder da Espanha na Europa. A opção europeia seria prioritária, mas não excludente.

A Europa, sonho de sucessivas gerações de espanhóis, é identificada por Westendorp com a modernidade. Ela é vista como um multiplicador de poder para uma “potência média” como a Espanha. A Europa cumpre, ademais, a função de, no plano da política interior espanhola, frear o avanço dos movimentos nacionalistas radicais (sobretudo basco) e de “civilizá-los”. Desse ponto de vista, ela aparece como a única instância capaz de sanar os males que o país vem carregando ao longo da sua trágica história: “*La construcción europea es el mejor antídoto que tenemos contra nuestros demonios familiares*”.

Com relação à América Latina, Westendorp diz que a recente ação da Espanha na região teve dois momentos com preocupações distintas: nos anos 80, quando a maioria dos seus países enfrentava grave crise econômica e política, a diplomacia espanhola procurou, num primeiro momento, promover a democracia na região. A partir dos anos 90, à luz da nova dinâmica de crescimento econômico vivida pelos países latino-americanos e da “normalização democrática”, a Espanha pôde voltar-se para a promoção de interesses econômicos mais concretos.³⁷

³⁷ Carlos Westendorp, *La política exterior de España: las prioridades permanentes y los nuevos desafíos*, Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior - INCIPE, Madri, 1996.

2. O vetor europeu: a Europa como solução para os problemas espanhóis (“*España es el problema, Europa la solución*”)

A célebre frase de Ortega y Gasset, “*España es el problema, Europa la solución*”, sintetiza o mito representado pela Europa para os espanhóis na maior parte do século XX. O europeísmo, com seus altos e baixos, com suas fases de maior ou menor intensidade, se inscreve na tradição que vê a europeização como o melhor caminho de acesso da Espanha à modernidade.³⁸

Inicialmente, a ideia de Europa para os espanhóis teve uma conotação mais emocional do que utilitária. Aparece como “*respuesta emocional frente a ideales vagos*”. Em outras palavras, o interesse pela Europa estava mais vinculado ao que a Europa representava em termos de ideal, ficando em plano secundário o que ela podia trazer em termos de resultados concretos. Dentro dessa perspectiva, acima dos seus eventuais benefícios econômicos, a CEE era vista como solução para dois problemas históricos da Espanha: o déficit democrático e a falta de projeção internacional.

A força do mito representado pela Europa no imaginário espanhol a transforma na chave de acesso à modernidade. O ingresso no concerto europeu propiciaria, entre outros ganhos, uma inserção internacional mais autônoma, crescimento sustentável e modelo para a construção de um estado do bem-estar social. Além disso, a incorporação à Comunidade poderia colocar termo às práticas autárquicas e ao intervencionismo estatal, bem como ao desconforto causado por longos anos de marginalização política. A visão largamente dominante – derivada das

³⁸ Esther Barbé, professora de Relações Internacionais e Diretora do Observatori de Política Exterior Europea do Institut Universitari d’Estudis Europeus da Universitat Autònoma de Barcelona, diz que “*las élites y la sociedad española del posfranquismo asumen Europa en tanto que objetivo ideal: la pertenencia a Europa es la solución histórica para los problemas del país (...) “España como problema y Europa como solución” es una idea que filtra el pensamiento democrático español a lo largo del siglo XX desde que la misma fuera expresada por Ortega y Gasset. Esa misma idea filtró el discurso del Gobierno español durante el debate que vinculó en España ratificación del Tratado de Maastricht y crisis económica. Así, ante los problemas económicos de España, el presidente del Gobierno, Felipe González, reaccionó a lo largo de 1993 con una idea simple: “Más Europa”*”. Esther Barbé. *De la ingenuidad al pragmatismo: 10 años de participación española en la maquinaria diplomática europea*, Fundació CIDOB, Afers Internacionals n.34-35, 1996, página 4.

pregações de Ortega y Gasset a favor da europeização – era que a Espanha continuava sendo um problema pendente e a Europa, a sua solução.

2.1 A difícil europeização: o divórcio entre a Europa e a Espanha de Franco

A conturbada história da Espanha (como também a do resto da Europa) no final do século XIX e primeira metade do século XX mostra, contudo, que essa europeização foi empreitada difícil. Do ponto de vista espanhol, a Primeira Grande Guerra e a Segunda demonstraram que a aventura europeia não estava isenta de perigos. A Europa aparecia como fonte de problemas para a Espanha.³⁹

Até a ditadura franquista, a Espanha tinha buscado, com pouco sucesso, um equilíbrio entre os seus interesses nacionais e internacionais. Havia efetivamente um europeísmo de cunho “civilizado” (mais retórico do que verdadeiramente instrumental) que identificava a modernização via Europa como uma maior democracia no plano interior. Para boa parte dos intelectuais espanhóis, democracia e modernização europeia eram sinônimas. Mas esse europeísmo era praticamente platônico. Não se apoiava em forças políticas expressivas e realmente operativas. Alguns intelectuais sonhavam com a Europa, mas o país continuava “encolhido”, sem forças para traduzir esse desejo europeu numa política externa ativa.

Franco, ao chegar ao poder, rompe de vez esse precário equilíbrio, dá um giro estratégico, abandona as atitudes passivas e idealistas do passado, adota um ativismo de cunho belicista e alia-se com as correntes nacional-fascistas que negavam qualquer europeísmo de cunho esclarecido. Mas, obviamente, a Espanha de Franco não dispunha dos meios da sua ambição, ou seja, não detinha suficiente poder para exercer qualquer tipo de influência ou preeminência no jogo político regional e internacional. De todos modos, o voluntarismo autoritário de Franco, ainda que inócuo e mal colocado, significou um giro estratégico, pois implicou uma ruptura com

³⁹ Segundo Florentino Portero, professor de Historia Contemporânea da Universidade Complutense de Madri, “en términos diplomáticos, el continente continuaba siendo percibido como una fuente de problemas, mientras que la noción de la península como un mundo aparte seguía vigente. Europa era atractiva como modelo de modernización, pero su sistema de relaciones interestatales era un pantano a evitar. Europa era modernidad, pero la modernidad también eran las nuevas corrientes totalitarias”.

a atuação externa passiva que havia caracterizado a diplomacia espanhola desde o início do século XIX.

O tema do *recogimiento* ou isolacionismo espanhol é importante, pois, segundo alguns autores, está intimamente ligado ao “desastre de 1898” e à posterior decadência espanhola no mundo. Para o Professor Juan C. Gay Armenteros, tal estratégia isolacionista foi um grave erro e o “desastre de 98”, em grande parte, consequência do *recogimiento* canovista, interpretado não como resultado de uma ação voluntária e refletida, mas como fruto da ausência absoluta de política exterior por parte da Espanha devido ao *ensimismamiento*.⁴⁰

Franco acabou com o *recogimiento*, mas de forma equivocada. Ao invés de romper o isolamento espanhol, agravou-o. Diante dessa marginalização, manteve uma ideia fixa em sua ação exterior: *hacerse aceptar* pela comunidade internacional sem prejuízo da preservação de seu mando autocrático. Para tanto, lançou mão de várias estratégias segundo a evolução da conjuntura internacional. Até os primeiros anos da Segunda Guerra, tinha a expectativa de que a Espanha constituísse um dos polos, ao lado da Itália e da Alemanha, de uma emergente ordem antiliberal e imperial, que logo se desfez com a vitória dos Aliados. A atitude que predominou a partir de então foi eminentemente defensiva, buscando-se administrar o ônus pelo alinhamento com Mussolini e Hitler durante a guerra civil e pela ambígua posição de neutralidade assumida ao longo do conflito mundial. Franco apostou suas cartas nas credenciais católicas do regime e de seus líderes e na bandeira do anticomunismo. A América Latina foi objeto do discurso da *hispanidad*, com ranço neocolonialista e amparado numa leitura passadista dos vínculos culturais e históricos existentes com a Madre Pátria.

Com o final da Segunda Guerra começa uma etapa de normalização progressiva com a comunidade internacional. Em 1951, a Espanha seria admitida em algumas agências especializadas, como a Organização Mundial da Saúde e a União Internacional de Telecomunicações. O ingresso como membro pleno das Nações Unidas viria em 1955, logo seguido da adesão à Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1956, e da incorporação, em 1958, ao Banco Mundial e ao Fundo

⁴⁰ Juan C. Gay Armenteros. *El 98, final de una época*. Actas del IV Simposio Regional de Actualización Científica y Didáctica de Lengua y Literatura Españolas, Asociación Andaluza de Profesores de Español Elio Antonio de Nebrija, Granada, 2003, páginas 81-89.

Monetário Internacional. Também ocorre uma tímida aproximação com a Europa com a assinatura dos Tratados de Roma, em 1957. Persistiam, porém, as desconfianças europeias quanto às perspectivas do modelo autárquico em vigor na Espanha desde a conclusão da Guerra Civil. O descompasso entre a instabilidade da economia espanhola e o surto de crescimento que se observava nos países vizinhos era demasiado forte. Percebia-se que a autarquia e o dirigismo estatal, se mantidos, reduziriam as chances de a Espanha equiparar-se um dia aos polos mais dinâmicos do continente europeu.

Na realidade, o que deu sobrevida ao regime franquista foi a Guerra Fria entre os EUA e a URSS. Terminada a Segunda Guerra, “el régimen maniobró en busca de asideros internacionales y al final los encontró gracias a la Guerra Fría. No sin esfuerzo, la diplomacia española logró establecer un puente con el gobierno norteamericano, que a la postre consolidaría su situación internacional”⁴¹.

A morte de Franco abriu, pois, uma nova etapa. A transição política possibilitou um *acercamiento* com a Europa. Os tempos eram outros. Não somente a Espanha havia mudado, como também a Europa. Esta, terminada a Segunda Grande Guerra, havia deixado de ser considerada como um problema para os espanhóis e voltava a ser percebida como uma solução. O objetivo prioritário da política exterior espanhola volta a ser o ingresso na CE/UE.

2.2 *As Gerações de 98 e 14: Regeneração e Europeização*

A perda de Cuba, último bastião da Espanha nas Américas, teve enorme impacto nos intelectuais espanhóis. 1898 tornou-se uma data-símbolo na historiografia espanhola e passou a ser chamada de o “Desastre”, com letra D maiúscula. Em 1898, os Estados Unidos emergiram como grande potência e, praticamente um século depois, haviam alcançado uma hegemonia unipolar. O primeiro feito de destaque no seu avanço dominador foi a derrubada dos últimos bastiões espanhóis na América (Cuba e Porto Rico) e na Ásia (Filipinas). 1898 não representou unicamente, contudo, uma grande vitória da nova potência imperialista, os EUA, mas o fim do decadente colonialismo espanhol.

⁴¹ Florentino Portero, artigo citado, página 6.

Gay Armenteros ressalta ser necessário examinar 1898 com os olhos da época, ou seja, como um momento histórico em que as colônias americanas eram motivo de profundo orgulho nacional. Foi por essa razão que a derrota frente aos EUA teve tanto impacto na Espanha. Significou, segundo a ótica que então prevalecia nos meios intelectuais e políticos espanhóis, a derrota do velho colonialismo hispânico (de caráter positivo e civilizador) pelo novo e agressivo imperialismo norte-americano (de caráter negativo e destruidor). Para o professor de História da Universidade de Granada, a Espanha teria sido a primeira vítima da política expansiva dos “novos bárbaros”.⁴²

O estado de decadência da Espanha no final do século XIX passa a ser a grande preocupação de um grupo de intelectuais espanhóis (Ángel Ganivet, Miguel de Unamuno, Ramiro de Maeztu, Pío Baroja, Azorín, Antonio Machado, Ramón de Valle Inclán, Juan Ramón Jiménez e José Ortega y Gasset) que se propõe a investigar o passado do país a fim de encontrar respostas para o seu presente e futuro. A chamada geração de 98 manifestava angústia pelo estado de decadência a que estava submetida a Espanha. Os autores procuravam analisar as causas desse mal e propunham soluções para regenerar o país; por esse motivo são identificados como “regeneracionistas”. Caracterizavam-se por

⁴² Como problema internacional, el 98 tiene, al menos, dos vertientes. Por un lado, el conflicto hispano-norteamericano conviene enmarcarlo en lo que era su época. Por otro, en el aspecto enormemente simbólico que dicho conflicto tendrá para la política española, sobre todo la política exterior. La época de nuestro «desastre» por antonomasia es la del imperialismo, también por antonomasia. Y ya se sabe que esto del imperialismo no ha tenido siempre la connotación que nosotros hoy, muy justamente, le damos: por lo menos hasta la II Guerra Mundial, el colonialismo tenía para la mayoría de las cancillerías del mundo un aspecto positivo, muy civilizador, que quería legitimar el dominio, por parte de algunas naciones de Europa sobre todo, del 80% del mundo. Ahí está el orgullo autocomplaciente de la literatura de Rudyard Kipling, o la confesión no menos orgullosa de lord Salisbury en el parlamento de Londres sobre que, después de la Divina Providencia, lo más importante de la historia de la humanidad era el imperio británico. Entonces, los imperios coloniales eran timbre de orgullo, manifestación de potencia y, en consecuencia, de jugar un papel en el «concierto de las naciones», por utilizar una fórmula muy de este tiempo. Las civilizaciones no sólo se medían por su influencia cultural, lingüística, científica e incluso económica, sino imperial. Pues bien, en pleno apogeo del imperialismo, España pierde los únicos restos que tenía de su gran imperio (...) La tarjeta de presentación histórica de EE.UU como gran potencia tiene a España como primera víctima de su política expansiva (...) en pleno triunfo de todo lo que significaba el imperialismo como orgullo nacional, España perdía el suyo propio y dejaba de contar en el mundo.(...) Lo que aumentará la sensación de «desastre» entre nuestros compatriotas y de deshucio de los demás respecto a España”. Juan C. Gay Armenteros, artigo citado, página 8.

uma percepção negativa da nação espanhola e lamentavam o fato desta manter-se à margem da Europa. Definiam a Espanha como um país rural, marcado por graves problemas econômicos e políticos. Criticavam o sistema político, controlado por “caciques” (só votava certa de 4.5% a 5.5% da população) que resolviam os conflitos sociais e políticos através da censura e da repressão policial. Condenavam a forte presença religiosa e militar no governo e o descaso com a educação. Alegavam que a maioria das crianças não ia à escola, que o ensino primário, secundário e universitário era de baixa qualidade e que estava, em sua grande maioria, nas mãos da Igreja. Os integrantes da geração de 98 eram anticlericais e antimilitaristas. Consideravam que as condições materiais da Espanha eram ainda muito precárias e incipientes.

A derrota na guerra de Cuba foi responsável, pois, por uma crise de identidade que se integrou numa crise mais ampla, de âmbito europeu, caracterizada, mais tarde, sobretudo com Unamuno, por reações contra a “modernidade” e a “modernização”.

O precursor das bandeiras “regeneracionista” e “europeísta” foi Joaquín Costa, cujas análises sobre a decadência espanhola marcam as gerações futuras de intelectuais espanhóis.⁴³ O tema da decadência espanhola era antigo e não havia nascido em 1898. Os problemas espanhóis, que vinham regularmente à tona com a luta impiedosa entre as duas Espanhas – uma inferior, oficial e retrógrada, voltada para o passado, a outra intra-histórica, superior e jovem, voltada para o futuro – haviam começado vários séculos

⁴³ “La figura central del regeneracionismo es Joaquín Costa (...) “Reconstitución y europeización de España” es el título de un volumen estructurado por varios de sus ensayos, que lanzaban la idea de «regeneración», sostenida por la minoría intelectual del último decenio del siglo XIX. No era suficiente una Restauración, sino que hacia falta una regeneración efectivamente radical y cuasi-revolucionaria, realizada, eso sí, desde las raíces mismas de la sociedad (...) Pero quizá lo más novedoso es el programa de europeización: la dolorosa conciencia de que España no forma parte de la comunidad de destino llamada Europa (...) Costa apuntala desesperadamente sus líneas maestras: contener el movimiento de retroceso y africanización que nos arrastra lejos de la órbita en que gira y se desenvuelve la civilización europea. Considera que desde el Siglo de Oro nuestra decadencia ha sido continua y uniforme. Desde el siglo XVI las naciones europeas se dividieron en dos bandos; en uno Francia, Inglaterra, Alemania e Italia, que apostaron por la modernidad y el porvenir, en otro, España, estancada en el pasado”. Amable Fernández Sanz, *El problema de España entre dos siglos (XIX-XX)*. Anales del Seminario de Historia de la Filosofía (1997), n.14, pgs. 203-222. Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense, Madrid.

atrás, mais precisamente por volta do ano 1600, quando o país se fecha para o exterior e se “tibtaniza”. A partir desse momento, várias crises agudizaram essa “tibtanização”.

Perde-se, portanto, na noite dos tempos a origem do grito “*me duele España*” de Unamuno e dos tristes versos de Antonio Machado sobre o encarniçado combate entre as duas Espanhas, irmãs, “*pero cainitas*” (com referência a Caín):

*Ya no hay un español que quiere
vivir y a vivir empieza,
entre una España que muere
y otra España que bosteza.
Españolito que vienes
al mundo, te guarde Dios.
Una de las dos Españas
ha de helarte el corazón.*

2.3 A obra de Ortega y Gasset

A frase mais célebre e que melhor sintetiza essa necessidade de reencontro da Espanha com a Europa foi proferida por Ortega y Gasset, o mais jovem integrante da geração de 98 (o escritor é identificado por muitos críticos como integrante da Geração de 1914): “*España es el problema y Europa la salvación*”.⁴⁴

⁴⁴ Ortega escreve, em março de 1910: “La palabra regeneración no vino sola a la conciencia española: apenas se comienza a hablar de regeneración se empieza a hablar de europeización. Uniendo fuertemente ambas palabras, D. Joaquín Costa labró para siempre el escudo de aquellas esperanzas peninsulares. Su libro Reconstitución y europeización de España ha orientado durante doce años nuestra voluntad, a la vez que en él aprendíamos el estilo político, la sensibilidad histórica y el mejor castellano. Aun cuando discrepemos en algunos puntos esenciales de su manera de ver el problema nacional, volvermos siempre el rostro reverentemente hacia aquel día en que sobre la desolada planicie moral e intelectual de España se levantó señera su testa enorme, ancha, alta, cuadrada - como un castiello. Regeneración es inseparable de europeización; por eso apenas se sintió la emoción reconstructiva, la angustia, la vergüenza y el anhelo, se pensó la idea europeizadora. Regeneración es el deseo; europeización es el medio de satisfacerlo. Verdaderamente se vió claro desde un principio que España era el problema y Europa la solución”. José Ortega y Gasset, *Obras Completas*, tomo I (1902-1916), *Revista de Occidente*, Madrid, 1953, página 521.

Na revista *Europa*, em 27 de fevereiro de 1910, Ortega define a Espanha como uma possibilidade europeia: “*España es una posibilidad europea. Solo mirada desde Europa es posible España*”. Para ele, Europa é “igual a ciência mais técnica” e somente será possível superar o atraso espanhol mediante a utilização de ferramentas europeias, ou seja, a cultura em geral e as ciências como a física e a matemática, das quais a Espanha se manteve afastada durante séculos.

Para Ortega, a Espanha estava profundamente doente. No prólogo da obra *España Invertebrada* diz que a sua reflexão sobre os problemas espanhóis tinha um objetivo central: “*Se trata en lo que sigue de definir la grave enfermedad que España sufre*”. Tal “*enfermedad*” apresentava distintos sintomas, tais como a falta de unidade, o excessivo particularismo, a falta de liderança e de verdadeira cultura. O particularismo da vida espanhola, por contaminar toda a convivência social, seria a causa primeira da crise e do fracasso, ou seja, de uma Espanha sem vértebras ou invertebrada. Os remédios para superar a “*invertebración*” ou “*falta de estructuración de España*” passavam necessariamente pela ciência e pela técnica europeias. Segundo Ortega, se «*Europa es ciencia*», «*España es inconsciencia*”.⁴⁵

Para o escritor, a Espanha não era uma verdadeira nação, mas um somatório de indivíduos sem um projeto coletivo comum. Daí a sua crítica à excessiva reclusão do país em si mesmo, à sua “*tibetanización*” e “*africanización*”, que somente seriam solucionados via “ *europeización*”.

É importante ressaltar, ademais, que o europeísmo de Ortega evoluciona no tempo e passa da confiança cega na Europa a uma posição mais crítica. O avanço dos totalitarismos, a massificação e a brutalização do homem europeu tornam o “*enfant terrible*” do regeneracionismo espanhol menos idealista: se a Europa era a solução para as mazelas espanholas, a partir do livro *La revolución de las masas*, escrito em pleno auge do fascismo e da Segunda Guerra Mundial, ela passa a ser o próprio problema. Num primeiro momento, o problema é a Espanha e, num segundo, a Europa. Para o visionário Ortega, a solução para a decadência europeia residia na criação dos Estados Unidos da Europa, precedente teórico da União Europeia.

⁴⁵ Ver Ortega y Gasset, *Meditaciones del Quijote*.

2.4 Ortega versus Unamuno. Europeísmo versus Hispanismo. Europa versus Ibero-américa

Mas se Ortega y Gasset defendia a superação dos males espanhóis com medicinas europeias, outros intelectuais defendiam o contrário: a Europa se salvaria graças a Espanha, tornando-se, portanto, necessário “espanholizar a Europa” em vez de “europeizar a Espanha”. O maior defensor dessa teoria foi Miguel de Unamuno, para quem as soluções nacionais encontravam-se em casa, “*en el propio solar hispano*”.

Na verdade, ocorre uma evolução no pensamento de Unamuno sobre a questão espanhola: concorda, num primeiro momento, com Ortega y Gasset sobre a necessidade de europeizar a Espanha, mas, logo em seguida, propõe o contrário: que se “espanholize a Europa”. Nas suas primeiras obras, afirma que, diante do marasmo, do “pântano de água estagnada” e da “falta de correntes vivas internas”, a solução era abrir as fronteiras da Espanha e permitir que chegassem à península os ares da modernização dos vizinhos: era favorável à europeização da Espanha. No seu primeiro livro, *En torno al casticismo*, publicado em 1895, ou seja, antes do Desastre de 98, Unamuno constata que a Espanha está imersa numa profunda crise.

Nesse momento, Unamuno critica os múltiplos aspectos negativos dos espanhóis: sua tendência individualista e desagregadora que impele o país para a desunião e a dissociação. Em suma, afirma a necessidade de europeizar a Espanha: “*el porvenir de la sociedad española (...) no surgirá potente hasta que despierten vientos o ventarrones del ambiente europeo (...) España está por descubrir y sólo la descubrirán españoles europeizados (...) abrir de par en par las ventanas al campo europeo para que se oree la patria*”.⁴⁶

Mas, a partir de 1905, quando sofre forte crise existencial que o inclina para a metafísica, passa a recusar as soluções concretas e a enfatizar a via espiritual. Desde então, a europeização da Espanha perde sentido para Unamuno, que passa a questionar a modernidade, acusada de economicista e vulgar, alheia às expectativas espirituais. A ganância desmedida dos homens e o apego excessivo ao dinheiro eram insuficientes

⁴⁶ Unamuno, *En torno al casticismo*, particularmente o capítulo *Sobre el marasmo actual de España*, Ensayos, tomo I, Aguilar, Madri, 1951.

para fazer uma nação recobrar a iniciativa histórica. A solução não estava na Europa, mas em resgatar a nobreza do espírito castelhano.

Fica evidente, portanto, que Unamuno desconfiava do “europeísmo” de Ortega y Gasset. Para o Reitor da Universidade de Salamanca, a Europa era uma necessidade, mas era preciso ir além. A superação dos problemas espanhóis não se resumia numa passagem de ida simples à Europa. Ela exigia também uma de volta. Em outros termos, a necessária osmose entre os dois polos exigia que a Espanha se impregnasse de Europa e, ao mesmo tempo, que a Espanha impregnasse a Europa (“*que España se impregne de Europa y, a su vez, que España impregne Europa*”). É, portanto, com essa visão de ir e vir que Unamuno fala em “*hispanizar Europa*”.

Tão célebre quanto a fórmula “*España es el problema, Europa la solución*” de Ortega y Gasset é a reação de Unamuno à “*boutade*” atribuída a Alexandre Dumas pai, segundo a qual a África começaria nos Pirineus (“*Africa empieza en los Pirineos*”). Tal frase sempre foi vista pela maioria dos espanhóis como altamente pejorativa e humilhante. Sempre foi encarada como uma tentativa “arrogante” dos seus vizinhos franceses (“que seriam naturalmente grandes inimigos da Espanha”) de negar o caráter europeu e civilizado dos espanhóis. Em resposta a tal “provocação”, diz Unamuno: «*Para afrentarnos y rebajarnos se inventó aquella frase de que el África empieza en los Pirineos, y aquí nos hemos pasado los años procurando borrarla y citándola como un bochorno. Día llegará –tengo en ello fe y esperanza– en que repitamos con orgullo esa frase y digamos a nuestra vez mirando allende nuestro montes linderos: Europa empieza en los Pirineos*».⁴⁷

A frase de Unamuno procura afirmar a nobreza da Espanha, que não deveria invejar os demais países europeus, “*sino todo lo contrario*”. Para ele, a “outra Europa” estava ainda mais enferma do que a Espanha e chegaria um dia em que esta, depois de redescobrir e resgatar a sua força moral e espiritual, acabaria salvando a primeira da mediocridade de cunho economicista em que havia caído. Daí a necessidade de “espanholizar a Europa”.⁴⁸

⁴⁷ Unamuno, *Sobre la independencia patria*, España, 2 de maio de 1908. Ocorre aqui uma clara oposição entre a atitude militante-europeísta de Ortega e a “*desviación africanista*” de Unamuno, que abandona completamente seu eurofilismo inicial.

⁴⁸ Nesse embate de ideias entre Ortega e Unamuno, Ganivet toma partido deste último e preconiza “cerrar las puertas por donde el espíritu español se escapó hacia fuera. La regeneración sólo puede venir de dentro, del interior, donde se va a encontrar la solución al problema de España. La cuestión es que se trata de un camino que conduce casi exclusivamente a una regeneración ideal

As principais diferenças entre Unamuno e Ortega y Gasset têm a ver, portanto, com as ideias de progresso e de europeização que são, nos dois, diametralmente opostas. Unamuno desconfia profundamente do progresso técnico e material. Para ele, o verdadeiro progresso deve ser o espiritual. Unamuno vai em busca do progresso “*ni adelante, ni hacia arriba, sino adentro*”. Daí o seu repúdio ao progresso material. Daí igualmente as divergências em relação ao papel da Europa, a qual Unamuno não vê, em última instância, como solução aos problemas da Espanha.

O entendimento desses enfoques – o orteguiano e o unamuniano – é, pois, fundamental para a compreensão da política externa espanhola ao longo do século XX. Dos pontos de vistas desses dois expoentes das Gerações de 98 e de 14, do apelo de Ortega para a europeização da Espanha e da insistência de Unamuno em espanholizar a Europa, nascem as duas vertentes principais da diplomacia espanhola, que continuam válidas até hoje: a europeia e a ibero-americana. O regeneracionismo de Ortega se traduz no europeísmo e na insistência da volta à Europa via ingresso na CEE. O regeneracionismo de Unamuno provoca o nascimento da percepção de que a verdadeira salvação da Espanha se encontra na sua própria identidade e no resgate da essência da hispanidade, nessa capacidade única espanhola de “*ser otro sin dejar de ser uno mismo*”.

Em suma, no final do século XIX, formam-se e desenvolvem-se na Espanha duas gerações de intelectuais que se dedicam a avaliar a crise do Estado e as razões do declínio espanhol, bem como a rever a inserção do país no mundo contemporâneo: as gerações de 98 e de 14. Embora os dois grupos não tenham uniformidade ideológica, temas comuns os unem. Empenham-se em rever a história espanhola e, na tentativa de buscar saídas para o impasse finissecular, abrem o debate europeísmo *versus* hispanismo como a melhor via para o futuro do país.

Os “regeneracionistas” defendem a europeização. Apontam que a desarticulação entre a evolução social da Espanha e as formas de representação políticas existentes resulta do divórcio entre o país e a experiência europeia, fundamentada esta na modernização tecnológica, na educação do povo e em projetos de caráter liberal-democrático.

o espiritual y que, ésta, debe anclar sus raíces en la tradición: “cuanto en España se construya con carácter nacional, debe de estar sustentado sobre los sillares de la tradición. Eso es lo lógico y eso es lo noble”. Ganivet. Idearium español, Madrid, Biblioteca Nueva, 1996, p. 38.

Apontam como saída a recuperação desses elos perdidos e a adaptação das experiências europeias à realidade espanhola.

Os “casticistas” posicionam-se contra essa busca de experiências externas enfatizando a importância, para a reorganização do país, da cultura tradicional e popular da Espanha. Em face da crise, da diagnosticada decadência da Espanha, procuram construir uma nova identidade espanhola, mas sempre com base na história nacional. Voltar às origens da nação para nela encontrar as soluções para os impasses com que se defrontava o país acaba por ser o traço fundamental dos casticistas. Para esses intelectuais tornava-se imperioso estabelecer uma conexão entre a História do país, a identidade do povo e a estrutura política vigente como forma de equacionar o que chamavam de “problema espanhol”. Não buscavam inventar uma nova Espanha, mas reinventá-la com base nos princípios liberais e democráticos.

O debate entre as duas posições não se fez sem paixão e a mais popular das polêmicas se deu entre o regeneracionista Ortega y Gasset e o casticista Unamuno. O primeiro enfrentamento entre o intelectual mais respeitado da geração de 98 e o maior filósofo da geração de 14 começa com a clara contestação de Ortega ao misticismo clássico-espanhol, representado por Unamuno. Nova dissensão aparecerá logo depois com a crítica de Unamuno contra os simplórios que se deslumbram com o europeísmo, dizendo considerar mais lisonjeiro ser compatriota de San Juan de la Cruz do que de Descartes. O mestre basco chega a taxar Ortega de “*afrancesado*”. Este, ao contrário, insiste no europeísmo enfatizando que a superação do atraso espanhol encontrava-se na aproximação com a Europa, da qual a Espanha fazia parte. Para Ortega, tratava-se de reconhecer que o fator espanhol e o fator europeu são indissociáveis. A necessidade de uma aproximação com a Europa residia nos fatores que possibilitavam a sua “modernidade”: a racionalidade e a ciência. Assim, caberia aos intelectuais espanhóis colocarem-se na vanguarda do movimento de *aggiornamento* da Espanha, levando-a a romper o seu atraso secular via Europa.

A questão da religião é um dos pontos em que o confronto Unamuno *versus* Ortega mais se explicita: para o primeiro, o espiritualismo místico faz parte da própria essência da Espanha; para o segundo, o país deve deixar de lado o religioso e abraçar o racionalismo europeu. Para Unamuno, a Espanha deve apropriar-se de seu próprio caráter, que

passa pelo religioso, fazendo-se cada vez mais espanhola. Para Ortega, a Espanha deve abrir-se para a Europa, esquecendo seu caráter provinciano e ensimesmado. Unamuno enaltece o povo como cimento da hispanidade; Ortega não o despreza, mas o marginaliza em seu projeto político de caráter mais elitista. Para o primeiro, as raízes do povo estavam também na América e no Norte da África, razão pela qual prega a europeização, mas igualmente a americanização e a africanização da Espanha. Para o segundo, os problemas do país encontrariam unicamente solução no recurso à ciência europeia e no europeísmo.

A opção de Unamuno fê-lo aproximar-se do socialismo. Tal circunstância lhe valeu, em 1914, a destituição do cargo de Reitor da Universidade de Salamanca. Mais tarde, provocou seu desterro, em 1924, por explicitar publicamente sua oposição à ditadura de Primo de Rivera. A escolha de Ortega levou-o a refugiar-se num intelectualismo com matizes elitistas. Para ele, caberia aos intelectuais o rompimento do secular atraso espanhol. Além disso, acreditava que a principal enfermidade espanhola era a aristofobia, ou seja, o ódio aos melhores. Afirmava que somente um imperativo deveria governar os espíritos e as vontades – o imperativo da seleção. Esse diagnóstico ilustra seu ideal de sociedade: o de uma aristocracia intelectual dominante que impõe as suas decisões sobre o conjunto da sociedade. Tratava-se, obviamente, de uma formulação de caráter antidemocrático, posição que alguns autores definem como liberalismo aristocrático. É conhecida a sua posição sobre o papel do povo no projeto de regeneração e unidade espanholas. Ao focar o tema do atraso histórico da Espanha, Ortega aponta para dois elementos constitutivos do país: o tribalismo, o particularismo da vida espanhola, por um lado; e, por outro, a ausência de minorias ilustradas, o que se reflete na constituição do império secular das massas na sociedade hispânica.⁴⁹

Unamuno radicaliza as teses de Joaquín Costa sobre a necessidade de uma profunda renovação da consciência espanhola, propondo esquecer as fontes do tradicionalismo e fechar “*a siete llaves la tumba del Cid*”.⁵⁰

⁴⁹ “Na Espanha vivemos hoje entregues ao império das massas (...) Em qualquer parte assistimos ao deprimente espetáculo de que os piores, que são mais, se revoltam freneticamente contra os melhores (...) A Espanha se arrasta invertebrada, não apenas em sua política, mas também naquilo que é mais profundo e substantivo que a política: a própria convivência social”. José de Ortega y Gasset. *España invertebrada*. Madri: Revista de Occidente, 1983, páginas 78-79.

⁵⁰ Miguel de Unamuno, *En torno al casticismo*, Madri, Espasa-Calpe, 1979.

Contrariando o que afirmava Ángel Ganivet, o mestre basco defende, pois, a meta da europeização da Espanha. Como bem diz Vamireh Chacon, “*não existe oposição, por este lado, entre um europeísmo orteguiano e um suposto antieuropeísmo de Unamuno*”.⁵¹ O europeísmo de Unamuno era, contudo, mais “sofisticado” que o de Ortega, pois se tratava de proposta de influência dupla: europeizar a Espanha, sim, mas somente na medida em que a Espanha também se impusesse à Europa. Para o mestre basco, o povo encarna a intra-história, e é dele que se pode esperar a salvação da sociedade. Há uma dupla corrente em questão, ou seja, os espanhóis não podem furtar-se a pertencer à Europa, mas sem perder aquilo de mais profundo do seu ser nacional.⁵²

Em resumo, a busca do verdadeiro espírito do povo espanhol ultrapassa, para Unamuno, os simples limites da incorporação da Espanha na Europa. Cabe também mergulhar no passado espanhol e nele resgatar os valores essenciais do homem hispânico. Esse resgate significa rediscutir as características da sociedade moderna europeia-capitalista, burguesa e protestante, adaptando-a às reais necessidades espanholas.⁵³

Ao enfatizar, portanto, em contrapartida a uma europeização linear da Espanha, a necessidade de uma paralela espanholização da Europa, Unamuno mostra preocupação especial pela América Latina que ele acredita ligada para sempre à Espanha, e vice-versa. De acordo com essa perspectiva, passa a propor a volta da Espanha a si mesma, retomando, desse modo, a recomendação de Santo Agostinho, reinterpretada por Ángel Ganivet no seu *Idearium español*: “*Noli foras ire; in interiore Hispaniae habitat veritas*” – “*Nada busqueis fora; a verdade habita no interior da Hispânia*”.

⁵¹ Vamireh Chacon, *A Grande Ibéria*, São Paulo:Unesp, Brasília: Paralelo 15, 2005, página 71.

⁵² “Tenho a profunda convicção de que a verdadeira e profunda europeização da Espanha, isto é, nossa digestão daquela parte do espírito europeu que possa tornar-se nosso espírito, não começará até que não nos impusermos na ordem espiritual da Europa. Fazer-lhes absorver o nosso, o genuinamente nosso, em troca do seu, até que consigamos espanholizar a Europa”. Miguel de Unamuno, *Ensayos I*, Madri: Aguilar, 1958, página 136.

⁵³ Como bem diz Elide Rugai Bastos, “a Espanha derrotada no século 17 pelo mundo moderno, que lhe impôs a filosofia, a ciência, a técnica, os modos de organizar o social e o político, ao sofrer a derrota na última das guerras coloniais, tem que se olhar de frente. Esse novo olhar, segundo a geração de 98, supõe a apropriação do passado renovando-o com o presente. Só assim, a Espanha encontrará sua verdadeira missão no mundo ocidental: recriar ‘à espanhola’ as criações do mundo moderno”. Ver da autora, Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Entre Dom Quixote e Alonso el Bueno. Bauru, EDUSC,2003.

3. Visões cruzadas entre a Espanha e a América hispânica no contexto do “Desastre” de 98: o olhar latino-americano

Do ponto de vista espanhol, a derrota de 1898 levantou questões sobre a falta de dinamismo do país e impulsionou o “redescobrimento” da América hispânica e de seus vínculos com a cultura nacional. O reencontro das duas culturas, que acabou sendo denominado de hispanoamericanismo, reintroduziu a América Latina como fator transcendental da política espanhola.

O hispanoamericanismo, cujos primeiros impulsos partiram de liberais como Rafael Altamira, serviu, desse modo, para o restabelecimento das relações culturais entre os dois lados do Atlântico. Abriu, ainda que timidamente, o mercado latino-americano a alguns escritores espanhóis. Unamuno, Grandmontagne, Salaverria e Ortega y Gasset passaram a ser lidos do lado de cá e Rubén Darío e José Antonio Rodó do lado de lá do Atlântico.

Mas o encontro entre a Espanha e a América hispânica teve também o seu lado mais questionável. Interesses políticos e ideológicos resultaram na produção de um discurso de exaltação nacionalista, o qual, já em 1918, quando se celebrou pela primeira vez o 12 de outubro como festa da “raça hispânica”, apresentou a *hispanidad* como uma comunidade espiritual entre a Espanha e a América. Nessa comunidade, a Espanha era o “norte”, o eixo mais importante, pois nela haviam nascidos e continuavam nascendo os fatores civilizatórios que animavam o binômio. A Espanha, a Mãe Pátria, era o polo dominante. A América Latina, sua filha, mero apêndice da matriz. A ideia de *hispanidad* serviu de justificativa para projetos antidemocráticos e orientou a formação de grupos nacionalistas de extrema direita tanto na Espanha como na América Latina.

Paralelamente, 1898 deu origem a uma ampla discussão sobre o combate entre duas raças e duas culturas – a saxã e a latina – do qual também se nutriu o hispanismo. Na virada do século, tanto na Europa, como na Espanha e na América Latina, foram publicados inúmeros livros sobre as características do mundo anglo-saxônico e do latino e sobre as vantagens e as desvantagens de cada projeto de modernização.

Na América Latina, tal debate começou em época anterior à “Derrota” espanhola. Nasceu em meados do século XIX, quando Domingo F. Sarmiento sugeriu aos argentinos tornarem-se “*los yanquis de América*”

del Sur”, ao passo que o uruguaio José Enrique Rodó, em 1900, seguindo os passos de Rubén Darío, buscou recuperar a hispanidade, acusando, na obra *Ariel*, os imitadores do projeto norte-americano de *nordomanía*.

Sarmiento fazia parte do grupo de intelectuais e políticos latino-americanos que propunham a americanização da América hispânica como forma de superar o “atraso” da região, mas as agressões “imperiais” dos norte-americanos na segunda metade do século XIX (contra o México) foram produzindo, pouco a pouco, uma inversão de valores. Acabaram despertando um sentimento “pró-latino”, compartilhado igualmente por intelectuais franceses e espanhóis. A valorização da tradição latina veio acompanhada da construção de uma imagem negativa dos EUA. Na virada do século XIX, o franco-argentino Paul Groussac e o argentino Roque Sáenz Peña criticaram a agressão do “*yanquee contra la hidalga y hoy agobiada España*”.

Numa verdadeira antecipação do atual debate contra os malefícios da globalização impulsionada pelos EUA, modernistas franceses, como Jean Marie Guyau, identificaram as “grosseiras correntes materialistas” do final do século com o “americanismo”. Ernest Renan, recuperando o personagem Calibán da obra *A Tempestade* de Shakespeare, transporta-o para o mundo finissecular e passa a identificá-lo com o imperialismo e o materialismo norte-americanos. A imagem-símbolo do novo Calibán não tardou a difundir-se.

O poeta nicaraguense Rubén Darío, depois de visitar Nova York em 1893, afirmou que Calibán reinava na ilha de Manhattan, em São Francisco, em Boston, em Washington, em todo os Estados Unidos. Darío, um dos expoentes do movimento modernista em língua espanhola, foi um dos mais veementes críticos do nascente imperialismo norte-americano. Em 1898, escreveu um breve texto, *El triunfo de Calibán*, no qual caracteriza os estadunidenses como “*bárbaros, comedores de carne crua, ciclopes, bestiais, grosseiros que vão pelas ruas empurrando-se e roçando-se de forma animalesca, à caça do dólar (...) Não posso, nem quero estar perto desses búfalos de dente de prata (...) são inimigos meus, são os que aborrecem o sangue latino*”.⁵⁴ Anos mais tarde, Rubén Darío chegou a propor a união dos latinos contra o inimigo comum, os Estados Unidos. Afirmou que o fato de inicialmente ter apoiado a independência

⁵⁴ Ver a respeito o artigo de Maria Helena Rolim Capelato, *A data símbolo de 1989: o impacto de Cuba na Espanha e Hispanoamérica*, Revista História, São Paulo, 2003.

de Cuba não o impedia de tornar-se amigo da Espanha, visto que esta tinha sido agredida por um inimigo brutal e desleal.

Naquele momento, a Espanha, filha de Roma e irmã da França, passou a ser vista como parte de algo maior e mais profundo que ia além do ibero-americano: a tradição latina. Muitos outros adotaram a defesa da latinidade. O colombiano Vargas Vila escreveu que as possibilidades de sobrevivência dos países latino-americanos estavam relacionadas com a sua capacidade de conseguir a união com a “Mãe Pátria” e a aproximação com a “Itália e a França, as filhas mais velhas da raça”.

Foi nessa atmosfera de preocupação com o nascente imperialismo norte-americano que o uruguaio José Antonio Rodó gestou a obra *Ariel*, publicada em 1900. Nela, levou ainda mais longe a contraposição entre anglo-saxões e latinos, reiterando a visão dos Estados Unidos como reino de Calibán, onde o utilitarismo havia afetado negativamente os valores espirituais e morais. Através da figura de Ariel – ser superior, que se opõe ao inferior, primitivo e material Calibán – procurou afirmar e impulsionar o conceito de “latinidade”. Impregnado das ideias regeneracionistas do 98 espanhol, Rodó passa a defender a “*Madre Patria*” que havia durante séculos simbolizado a opressão. Agora, sumida na depressão e na desesperança, tornava-se necessário amparar a Espanha e proteger os valores espirituais do hispanismo da arrogância dos Estados Unidos, que buscavam impor a ferro e a fogo o seu novo poder imperial na América Latina.

Assim, se concretizava uma nova mensagem regeneracionista, a qual agora buscava enfrentar os perigos de um tempo de decadência dominado pelo materialismo finissecular e pelo expansionismo sem controle dos “novos bárbaros”. Durante mais de duas décadas o arielismo constituiu uma espécie de “evangelho latino-americano”, citado e seguido por inúmeros escritores. Transformado em corrente de pensamento, contribuiu para consolidar as esperanças da raça latina, associada ao idealismo, em luta contra a anglo-saxônica, identificada com o mercantilismo de cunho utilitário. O escritor uruguaio passa a criticar os intelectuais latino-americanos que defendem os EUA e a chamar esse movimento pró-norte-americano de “*nordomania*”.

3.1 *Divergências em torno do passado da América Latina. Detratores versus defensores da matriz ibérica*

Encontramos na intelectualidade latino-americana, ao longo dos dois últimos séculos, múltiplas visões da América nas quais a matriz ibérica é ora contestada ora exaltada. O argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), com sua ideia dicotômica de “Civilização e Barbárie” (1850) e o brasileiro Manoel Bonfim (1868-1932), com sua ideia patológica dos “Males de Origem” da América (1905), execram o passado ibérico. Já o uruguaio Rodó (1871-1917) e o brasileiro Gilberto Freyre consideram as raízes ibéricas como fundamentais.

a) A “Barbárie” de Sarmiento: repercussões na Argentina

Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), marcado pelas lutas de independência contra o colonizador espanhol, elaborou um diagnóstico patológico da América. Sustentava que as novas nações americanas haviam nascido enfermas e que as suas imperfeições derivavam do seu passado ibérico. Influenciado pelas teses da Ilustração, considerava que o continente era dominado por forças irracionais e povoado por povos sem história. Com base nesse arcabouço doutrinário e no binômio explicativo *civilização e barbárie*, escreve o seu célebre *Facundo* (1848). Segundo a perspectiva sarmientiana, era preciso romper com a barbárie do passado hispânico e colocar definitivamente a América no caminho da civilização. O passado hispânico era uma realidade que precisava ser negada, uma realidade imposta pela colonização e que impedia o pleno desenvolvimento dessa América. De acordo com essa visão, dividia o continente americano em duas partes: uma progressista, representada pelos Estados Unidos que se identificavam com os ideais europeus de civilização e progresso; e outra retrógrada, encarnada numa Hispano-América inferior, degenerada, imatura, impotente e incapaz de gerar progresso.

A pregação messiânica e mecânica de soluções europeias ou norte-americanas para paliar as deficiências hispanoamericanas assimilava conotações claramente racistas, num momento em que eram bastante influentes as teses do darwinismo social e do evolucionismo spenceriano, segundo as quais os indivíduos fortes – assim como as nações – triunfariam e os débeis seriam eliminados.

A “barbárie”, que identificava a colonização espanhola, era resultado da síntese entre duas raças atrasadas: uma *medieval* e outra *pré-histórica servil*. A Hispano-América padecia de uma falha de natureza estrutural, resultante da contaminação provocada por vários elementos disfuncionais como a impureza racial e o vírus da barbárie, que a deixavam em descompasso com o ritmo da civilização. Esse vírus era representado pela presença das etnias e culturas tradicionais, que dificultavam a incorporação da região à modernidade. Se o espanhol, o indígena e o africano eram, por si só, a expressão máxima da barbárie, mais bárbaro ainda era o resultado da sua mestiçagem. Vivia-se numa época em que muitos acreditavam, com supostos argumentos de ordem biológica, que a mestiçagem conduziria a humanidade à degeneração. O coquetel de raças inferiores era a fonte em que nasciam as incapacidades do homem hispano-indígena.

Tais explicações de cunho racista buscavam justificar o suposto despreparo desses povos para a tarefa civilizatória. A identidade presente era uma identidade imposta pela colônia e tinha, por isso mesmo, que ser negada. O rechaço da herança hispânica trazia consigo a necessidade de recorrer a outros modelos. A verdadeira identidade haveria que ser buscada no modelo daqueles povos que encabeçavam a modernidade, que marchavam rumo à civilização e ao progresso. A solução seria descartar o espanhol e o indígena como fatores da identidade latino-americana e inventar um novo homem.

O projeto de Sarmiento para a Argentina nascente – e para toda a América que havia recentemente se livrado do jugo espanhol – consistia em provocar a metamorfose do homem americano, que necessitava, para se salvar, deixar de ser bárbaro, pois “*no coloniza ni funda naciones sino el pueblo que posee en su sangre, en sus instituciones, en su industria, en su ciencia, en sus costumbres y cultura, todos los elementos sociales de la vida moderna*”. Assim, o grande sujeito do projeto sarmentiano, que será o agente social capaz de salvar a América dos seus males, será o imigrante europeu. Esse sujeito terá dupla missão: limpar o sangue e aperfeiçoar o cérebro do homem americano mediante a introdução, nas Américas, de novas práticas educativas.

Ficava, portanto, patente no pensamento de Sarmiento o reconhecimento da inferioridade latino-americana, a consciência segundo a qual a Hispano-América era dominada pela imperfeição. O célebre

sanjuanino lamentava a ausência de tradição, o atraso técnico-industrial e a incapacidade “*criolla*” de acompanhar as grandes nações rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Segundo Sarmiento: “*La América del Sur se queda atrás y perderá su misión providencial de sucursal de la civilización moderna. No detengamos a Estados Unidos en su marcha: es lo que en definitiva proponen algunos. Alcancemos a Estados Unidos. Seamos la América, como el mar es el Océano. Seamos Estados Unidos*”. Sarmiento sofria de não pertencer ao mundo saxão, inglês, estadunidense ou francês. Era infeliz por sentir-se fora da história, da cultura e da civilização.⁵⁵

O debate intelectual a respeito da Espanha incidiu, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sobre as representações da identidade nacional argentina. Naquele contexto de reformulação da identidade nacional, produziu-se uma surpreendente mudança de posição em relação à herança espanhola na Argentina e sobre as relações que deveriam ser estabelecidas entre ambas as nações.

Pode-se afirmar que o anti-hispanismo foi hegemônico entre as elites políticas e intelectuais liberais vitoriosas contra os caudilhos federalistas, mas no final do século XIX delineia-se uma corrente contrária que passa a avaliar positivamente o legado espanhol. O anti-hispanismo foi sustentado principalmente pelos personagens vinculados ao campo liberal, os quais associavam a Espanha ao absolutismo monárquico, à falta de liberdade política e civil, à intolerância da Inquisição e ao parasitismo econômico.

Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Juan Maria Gutierrez e Bartolomé Mitre foram, entre outros, expoentes da crítica à Espanha. Como relatado anteriormente, Sarmiento execrava a decadência e atraso da Espanha em relação ao restante da Europa. No *Facundo*, chegou a propor a substituição da imigração espanhola por outras imigrações europeias até que Buenos Aires ficasse totalmente “desespanholizada”. Na mesma linha, Alberdi negava toda possibilidade de progresso aos povos americanos que não substituíssem sua população por imigrantes da Europa do Norte, de modo que os saxões tomassem o lugar dos

⁵⁵ Como se sabe, esse sentimento de não ser parte ativa, mas passiva da civilização ocidental, teve consequências graves em termos de conflito de identidade da “alma” argentina ao longo do século XX (um exemplo notável foi a tese das “relações carnavais” com os EUA defendida por Guido di Tella, Chanceler do Governo Menem).

“espanhóis debilitados pela servidão colonial”. No âmbito cultural, o repúdio à Espanha levou o escritor Juan Maria Gutierrez a recusar a indicação como membro correspondente da *Real Academia de la Lengua*, afirmando ser “perigoso para um sul-americano” a aceitação do título, pois tal fato implicaria a submissão de um homem livre à autoridade da Espanha, a qual considerava então “carente de inteligência e progresso”. Bartolomé Mitre foi outro que também tinha uma percepção negativa da Espanha, embora menos contundente, pois, se por um lado admitia a herança cultural deixada durante o período colonial, por outro, criticava diversos aspectos da colonização espanhola por ele considerada inferior à inglesa na América do Norte: “*La madre patria no era ni podia ser para los americanos ni una pátria ni una madre: era una madrastra*”.⁵⁶

Como resultado dessa visão negativa, o futuro da Argentina deveria passar pelo repúdio e abandono de tudo que fosse espanhol, bem como pela paralela adoção do modelo político norte-americano, da cultura francesa e da intensificação das relações econômicas com a Inglaterra.

Em contraposição à corrente anti-hispanista, certos intelectuais passaram, inversamente, a considerar a herança espanhola como parte integrante da nacionalidade argentina. Formou-se outra corrente, nacionalista e populista, defensora das mesclas culturais e orgulhosa da tradição hispânica. Seu expoente foi José Hernandez, autor do famoso *Martin Fierro*. Essa nova forma de encarar os vínculos entre a identidade argentina e a herança colonial teve, assim, como resultado, a formação da corrente “*criollista*”, a qual teve enorme sucesso de público ao valorizar a figura épica do “*gaucho*” e as mesclas culturais do passado rio-platense.⁵⁷

No caso, portanto, da Argentina, uma conjunção de fatores concorreu para a reaproximação com a Espanha. Papel relevante foi desempenhado por espanhóis que, perseguidos na península após a queda da Primeira República (1874), buscaram exílio no *Rio de la Plata*. Tal corrente imigratória, integrada por profissionais, jornalistas, escritores e artistas, impulsionou uma série de atividades jornalísticas, artísticas e editoriais que ampliaram o prestígio da cultura e da coletividade espanhola na sociedade argentina. Entretanto, a defesa do estreitamento de laços entre a América e a Espanha somente encontrou suficiente repercussão

⁵⁶ Ver Macarro, José Manuel. *La imagen de España en la Argentina*. In Sánchez Mantero, Rafael. *La imagen de España en América (1898-1931)*. Sevilla: C.S.I.C, 1994, p. 69.

⁵⁷ Shumway, Nicolas. *La invención de la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1992.

na Argentina – e no restante da América Latina – quando dois fatos políticos criaram as condições para tal. O primeiro foi o conflito dos Estados Unidos com o México e a política do Destino Manifesto, que mostraram os perigos do nascente imperialismo norte-americano. O segundo foi o ingresso dos Estados Unidos na guerra de independência de Cuba em razão do afundamento do Couraçado Maine. Desse modo, 1898 foi um ano decisivo desse despertar da consciência hispânica. Ele teve uma peculiar leitura no ambiente latino-americano: de agressora, a Espanha passou à condição de vítima do imperialismo norte-americano, o que galvanizou a simpatia dos governos e da opinião pública latino-americana.

Como assinala o historiador Antonio Niño, embora 1898 tenha sido um “desastre traumatizante” para a Espanha, acabou por render frutos ao permitir a eliminação do principal obstáculo que se antepunha à reconciliação com as antigas colônias. Os adversários de ontem tornaram-se novos aliados e ganhou corpo a divisa do “patriotismo de raça” sustentada pelos pan-hispanistas.⁵⁸ Logo após a intervenção norteamericana em Cuba, a coletividade espanhola de Buenos Aires promoveu uma manifestação em apoio à Espanha e contra os Estados Unidos, a qual contou com a participação de inúmeras autoridades e personalidades argentinas. Na ocasião, Roque Sáenz Peña, então Ministro de Relações Exteriores, proferiu um discurso intitulado “*Por España*”, no qual, após repudiar a ação norte-americana, acusando-a de ser um perigo para os países latino-americanos, se solidarizou com a “Madre Pátria” e declarou a esperança na sua redenção e vitória final.⁵⁹

A inflexão da imagem da Espanha na Argentina não teria sido possível sem o concurso dos seus homens de letras e dos seus políticos e diplomáticos. Algumas das figuras representativas da mudança da imagem da Espanha na Argentina foram Joaquin V. Gonzalez, Estanislao Zeballos, Manuel Galvez, Ricardo Rojas, Enrique Larreta, Arturo Capdevilla, Ricardo Levene, Ernesto Quesada, Francisco V. Silva e José León Suárez. Todos eram defensores do pan-hispanismo enquanto movimento que visava conservar e fortalecer os elementos que formavam o espírito

⁵⁸ Niño, Antonio, *L'expansion culturelle espagnole en Amérique Hispanique (1898-1936)*. Relations Internationales. Paris, C.N.R.S, n.50, 1987, p. 203.

⁵⁹ Sáenz Peña, Roque. *Por España*. In *Americanismo y democracia*. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 206, páginas 11-122.

comum da raça hispânica. Consideravam, outrossim, fundamental o papel da imigração espanhola, pois o predomínio do sangue espanhol sobre os “exóticos” contribuiria para a preservação da “essência primitiva da raça” entre os argentinos.

As posições desses hispanistas argentinos evidenciam a convergência em torno de algumas constantes. Todos eram provenientes do interior do país e descendentes de famílias espanholas estabelecidas no Prata havia décadas ou séculos. A sua visão idealizada da vida rural e do passado colonial pode ser interpretada como uma reação defensiva diante da nova configuração urbana, social e econômica do país. Em todos esses intelectuais encontramos a valorização dos povos latinos e, sobretudo, hispânicos, invertendo, desse modo, a visão difundida no final do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, da inferioridade e decadência dos povos latinos em relação aos anglo-saxões.

b) América Latina: Os males de origem de Manoel Bomfim

Outra voz condenatória do passado colonial ibérico foi a do brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932), que, em Paris, em 1903, escreve o livro *América Latina: males de origem*. Segundo o autor, a verdadeira causa dos males que atormentavam a América Latina estava no seu passado, na colonização ibérica. Bomfim elabora a tese do “parasitismo social”, do qual a América Latina seria vítima, e associa as relações entre a Espanha, Portugal e a América Latina com as existentes entre um corpo que parasita e outro que é parasitado. As nações colonizadoras Espanha e Portugal padeciam, antes de suas incursões em terras americanas, dos mesmos males que transmitiram depois às nações da América Latina. Com a conquista e a colonização da América, tornaram-se parasitas e, com isso, transferiram esses males de origem ao corpo americano. Esta, que também contava com deformações pré-hispânicas, viu-se, desse modo, duplamente parasitada e debilitada.

Na análise desse passado ibérico, Bomfim destaca a secular história de violências e lutas que marcam a trajetória de espanhóis e portugueses. Em tempos remotos da sua história, a conquista, o saque, a violência e a rapina eram necessidades orgânicas que garantiam a sobrevivência. Assinala, ademais, a ocorrência de um processo de transição mediante o qual, com a exploração das colônias, o parasitismo depredador original

se transforma em parasitismo sedentário. De acordo com Bomfim, “o regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influiu naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas”. Dessa relação parasitária, nasce uma série de qualidades e vícios que irão moldar o caráter das novas nacionalidades: “perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos”. Dos defeitos transmitidos aos povos latino-americanos, considera o conservantismo o mais funesto, visto que provoca a falta de originalidade e a cópia servil. Além disso, aponta como graves vícios o espírito belicoso e o desrespeito à ordem legal.

O escritor sergipano não critica, contudo, os efeitos da mestiçagem sobre as novas nações. Embora ressalte a “indolência”, a “submissão” e a “infantilidade” de indígenas e negros, combate a teoria das “raças inferiores”, considerando-a nada mais que um sofisma, ciência barata, “justificativa aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios”. Não perdoa as teses do “darwinismo social” e não acredita na incapacidade dos índios e africanos. Além disso, via com desconfiança os EUA, considerando exagerados os impulsos de admiração que manifestavam setores da intelectualidade latino-americana à nova potência mundial. Bomfim atacou a Doutrina Monroe, que pregava a não intervenção das nações europeias na América Latina, vendo-a como um instrumento imperialista dos EUA para descartar a presença econômica europeia e estabelecer a sua própria hegemonia no continente. Remava, pois, contra a corrente pan-americanista que contava com a simpatia de políticos e intelectuais como o Barão do Rio Branco, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.⁶⁰

⁶⁰ Outros intelectuais brasileiros da época que criticaram o imperialismo nascente dos EUA foram o monarquista Eduardo Prado que, na *A ilusão americana* (1893), chamou a atenção para a “rapinagem dos Estados Unidos” e Oliveira Lima que discutiu, em *Panamericanismo* (1907), os perigos e o caráter imperialista da Doutrina Monroe, assumindo posições semelhante às de Bomfim. Ver, a respeito, Antonio Candido, *Radicalismo*, em *Vários Escritos*, São Paulo: Duas Cidades, 1995, página 287, e o capítulo escrito por Roberto Ventura sobre a obra de Bomfim no livro de Lourenço Dantas Mota (organizador), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, volume 2, Editora Senac, 2002, páginas 237-258. Sobre todas essas questões, ver, outrossim, o excelente texto introdutório de Flora Sussekind em *Intérpretes do Brasil*, volume 1, Editora Nova Aguilar, 2000.

Bomfim acreditava, contudo, ser possível reverter essa situação de decadência, pois “*o parasitado sofre não de uma degeneração propriamente dita, mas de depauperamento*”. Ou seja, no dia em que fosse liberado de tal regime parasitário, poderia perfeitamente ser curado desses males. O caminho privilegiado para reverter esse estado patológico é a educação. Bomfim faz uma verdadeira apologia da instrução, pois considera que a única inferioridade que sofre a América Latina é a oriunda da ignorância, “*a falta de preparo e de educação para o progresso*”. Bomfim tinha, portanto, uma visão otimista sobre o futuro da América Latina e do Brasil, acreditando que tal inferioridade era curável através da instrução do povo.⁶¹

c) Rodó e a defesa do passado ibérico. Ariel versus Calibán. O mundo latino versus o mundo anglo-saxônico

Na linha oposta de Sarmiento e Bomfim encontra-se Rodó, que considera positivas as influências ibéricas na formação da América Latina, assim como, anos mais tarde, no caso do Brasil, Gilberto Freyre e Oliveira Lima.

Rodó critica acidamente as tentativas de alguns intelectuais “*criollos*” de transformar as nações latino-americanas em meras “cópias” da América do Norte. Para o autor de *Ariel*, o expansionismo dos Estados Unidos (*Calibán*), que procuravam estabelecer uma relação hegemônica no continente com base em ideologias do tipo “destino manifesto”,

⁶¹ Próximo e distante de Bomfim foi Monteiro Lobato. Próximo, pois o personagem do caboclo Jeca Tatú, anti-herói nacional, era o protótipo do homem americano parasitado e doente, incapaz de lidar com a modernidade. Distante, pois Lobato admirava profundamente os EUA, onde morou, e que seriam o melhor modelo a ser seguido pelo Brasil. Ver Tania Regina de Luca, *Monteiro Lobato: a luta em prol da brasilidade e do progresso*, em Gunter Axt e Fernando Schuler (orgs). *Intérpretes do Brasil. Cultura e Identidade*. Artes e Ofício, 2004, páginas 135-154. Ver, ademais, o artigo de Silviano Santiago, *Monteiro Lobato hoje - ponto e vírgula* em João Cezar de Castro Rocha (org). *Nenhum Brasil Existe. Pequena Enciclopédia*. Topbooks, 2003, páginas 655-666. O personagem de Macunaíma, “o herói sem nenhum caráter”, de Mário de Andrade também tem parentesco com o homem “desraçado” e parasitado pintado por Bomfim e Lobato. Ver o artigo de Marcos Antonio de Moraes, *Mário de Andrade entre a erudição e o conhecimento*, em Cezar de Castro Rocha (org). *Nenhum Brasil Existe. Pequena Enciclopédia*, página 627, assim como os capítulos sobre Mário de Andrade escritos pelas professoras do Instituto Rio Branco, Mariza Veloso e Angélica Madeira, no livro *Leituras brasileiras. Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*, Paz e Terra, 1999.

era extremamente perigoso e nocivo. O imperialismo já era, na sua opinião, motivo mais do que suficiente para temperar o otimismo ingênuo daqueles que sonhavam com o exemplo do poderoso vizinho do norte. Mas a decepção de Rodó não se restringia à política imperialista norte-americana e ao intervencionismo da Doutrina Monroe, mas dizia respeito ao próprio modelo, à própria sociedade estadunidense que trazia em si enormes contradições sociais, como os conflitos gerados pela intolerância religiosa e racial, a distância entre os ideais de liberdade pregados pela constituição e a prática governamental. Na perspectiva do escritor uruguaio, o que estava em jogo era algo mais profundo e tinha a ver com a luta entre os valores da cultura utilitarista anglo-saxônica e os da cultura idealista latina. Resgatar o passado e o legado latino desta América, salvá-la da arrogância da outra e das ameaças de “saxonização” forçada seria, portanto, o grande propósito de Rodó. Numa alusão às teses sarmientianas, afirma que *“a civilização de um povo adquire seu caráter não nas manifestações de sua prosperidade ou grandeza material, e sim nas maneiras superiores de pensar e sentir que são possíveis dentro delas”*.⁶²

Todas essas considerações são importantes, pois demonstram a existência de vários “hispanismos”. Desde o mais “reacionário”, que procurou defender o papel de liderança da Espanha sobre os países latino-americanos e teve o seu apogeu durante o período franquista, até o mais “libertário”, que buscou usar a hispanidade como arma contra o

⁶² De acordo com Eugênio Rezende de Carvalho, “Rodó deixa explícito seu temor em relação ao sentimento de admiração que guardam os líderes latino-americanos para com os Estados Unidos, considerados por ele como a “encarnação do verbo utilitário”. O risco é, para Rodó, que se passe da admiração à imitação, pois somente se imita aquele em cuja superioridade se acredita. É o que chama de “nortemania”. É preciso impor limites à essa tendência de uma identificação com um modelo estranho em detrimento da “insubstituível originalidade de seu próprio espírito”. Os latino-americanos têm “uma herança de raça e uma grande tradição étnica a manter, um vínculo sagrado que nos une a páginas imortais da História”. Numa perspectiva dialética, Rodó propõe uma concórdia superior entre as raças americanas, sem subordinações, pautada na reciprocidade de influências de modo a garantir a glória de ambas. A crítica de Rodó se dirige portanto às tentativas empreendidas por latino-americanos de negar seu próprio passado, sua própria história, e de buscar assentar suas raízes em solos estranhos, de culturas alheias, destoantes com sua própria realidade. Abraça uma versão essencialista da identidade latino-americana pela via do hispanismo, pelo resgate dos valores cristãos e espanhóis como base dessa identidade, a essência perdida do verdadeiro ser da América Latina”. Eugênio Rezende de Carvalho, *Idéias e identidade na América: quatro visões*, III Encontro da ANPHLAC, São Paulo, 1998.

imperialismo norte-americano. É evidente que o hispanismo promovido pela Geração de 98 teve um lado questionável, visto que produziu, na Espanha conservadora, um discurso de exaltação nacionalista que serviu de justificativa para projetos antidemocráticos e orientou a formação de grupos de extrema direita dos dois lados do Atlântico. Mas a “*hispanidad*” não se esgotou nessa tentativa de instrumentalizar, com fins escusos, a existência dessa pretensa comunidade espiritual entre a Espanha e América Latina. Ela foi também funcional para os que, atentos e inquietos com o avanço do imperialismo “*yankee*”, procuraram freá-lo por meio da sublimação do hispânico. Entre dois projetos imperialistas, um vigoroso e outro moribundo, vários intelectuais latino-americanos escolheram o segundo, muito menos perigoso. Por meio dessa escolha, tentaram combater o veneno do imperialismo norte-americano com o antídoto que acreditavam ser então, talvez por falta de outras soluções, o mais eficaz: o hispanismo, mesmo se este tivesse caráter predominantemente retórico.

d) O iberismo conservador de Gilberto Freyre

Ao contrário de Manoel Bonfim, Gilberto Freyre era um iberista convicto. Mas o seu iberismo era de natureza conservadora, através do qual manifestava a sua nostalgia em relação a um passado colonial idealizado. O pensador pernambucano era leitor dos intelectuais espanhóis da geração de 98 e também dos da geração de 14, com os quais entra em contato durante seu período de formação nos Estados Unidos. Em seu diário são várias as passagens assinalando a leitura desses intelectuais – Ganivet, Baroja, Unamuno e Ortega y Gasset – bem como sua preocupação em pensar, como um conjunto indissociável, as formações ibérica e brasileira. Em *Tempo morto e outros tempos*, Freyre refere-se a conversas mantidas com Federico de Onís, professor de literatura hispânica na Universidade de Colúmbia, nas quais antecipa a ideia de “*desenvolver uma concepção de civilização que põe o Brasil do mesmo modo que Portugal no conjunto hispânico de nações*”.⁶³

Essa certeza o leva a mergulhar na busca dos valores ibéricos que orientaram mais de quatro séculos de vida brasileira. Para Freyre, o imperialismo espanhol, sempre recusado pelos portugueses, não “*nos*

⁶³ Obra citada, página 55.

deve impedir, aos brasileiros e portugueses, de nos sentirmos parte de um conjunto de cultura que nos fortalece enquanto, separados inteiramente deles, nos amesquinhamos numa espécie de dissidência caprichosa e sectária”. Grande parte da obra de Gilberto Freyre é dominada pelo tema da reabilitação dos valores regionais e tradicionais do Brasil, pela necessidade de um retorno às tradições. Influenciado pelo *Idearium español* de Ganivet, que lê em 1920, escreve uma série de artigos nos quais reflexiona sobre a perda das tradições que estaria ameaçando o equilíbrio da formação social brasileira marcada pelo encontro de elementos culturais ibéricos, africanos e ameríndios. Dois pontos principais atravessam o seu pensamento: a denúncia da imitação, com seus resultados desastrosos em termos culturais; e a recusa de um progressismo sem critério, que mata as tradições. Em suma, Freyre passa a desaconselhar o transplante de soluções estranhas ao nosso meio e a lembrar aos brasileiros a “*necessidade de se afastar das tentações falsamente modernizantes e dos empreendimentos que cheiram a um francesismo tardio ou a um americanismo mal digerido*”.⁶⁴

Daí a sua insistência na retomada e na valorização das tradições – muitas das quais ibéricas – que estavam dispersas entre o povo, que não haviam sido devidamente valorizadas pelos intelectuais e que se constituíam no eixo da compreensão do país.⁶⁵

Na busca das raízes da formação nacional, Freyre afirma a especificidade da sociedade brasileira e destaca o não europeísmo da sociedade ibérica. Um dos pontos marcantes dessa reflexão diz respeito à ausência, tanto entre os portugueses e os espanhóis, como, por herança,

⁶⁴ Ver Dimas, Antonio. Prefácio. In: Freyre, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Organização e apresentação de Fátima Quintas, Recife: Fundaj/Massangana, 1996, página 31.

⁶⁵ Gilberto Freyre, apesar de demasiadamente nostálgico em relação ao passado senhorial, que idealizava, e ingênuo quanto aos efeitos perversos da escravidão, que minimizava e “adoçava” pela sublimação da miscigenação, sempre enfatizou a importância na formação do povo brasileiro do legado português e ibérico. Ver, a propósito, o livro de Everton Vieira Vargas, *O legado do discurso. Brasilidade e Hispanidade no Pensamento Social brasileiro e Latino-americano*, especialmente o capítulo *Gilberto Freyre: somos todos hispânicos*, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2007. Mais ambígua é a posição de Oliveira Vianna que exalta o passado colonial no livro *Populações Meridionais do Brasil*, mas critica o pré-capitalismo que caracteriza a mentalidade senhorial, fonte do atraso capitalista brasileiro. Ver a respeito o artigo de Ângela de Castro Gomes. *USA e Brasil: capitalismo e pré-capitalismo segundo Oliveira Vianna*, em João Cezar de Castro Rocha (org). *Nenhum Brasil Existe. Pequena Enciclopédia*. Topbooks, 2003, páginas 348-365.

entre os brasileiros, de uma racionalidade tipicamente burguesa. Ao construir essa argumentação, dá destaque a um traço marcante dos primeiros lusitanos vindos ao Brasil, a rusticidade, característica indicativa de uma inata resistência à homogeneização burguesa. Essa rusticidade era, segundo Freyre, um elemento a ser preservado, razão pela qual passa a negar a validade universal de alguma das exigências da sociedade burguesa, tais como a “exagerada importância da alfabetização” e a “necessidade de democracia política”. Estas seriam, a seu ver, facilmente substituídas pela democracia social, produto do encontro racial e cultural.

A sua profunda desconfiança da modernização destruidora de formas culturais mais ricas, a sua não aceitação automática do progresso econômico como um processo global, envolvendo também as esferas política, social e cultural, o levam, desse modo, a cometer lamentáveis erros de avaliação. No âmbito deste trabalho, o importante é destacar, contudo, o seu profundo iberismo, que o leva a sublimar a nossa herança hispânica e a criticar a cega “americanização” da sociedade brasileira.

Muito antes do que Samuel Huntington e das teorias contrárias à globalização, Gilberto Freyre alertava, em 1940, em *Uma cultura ameaçada: a luso brasileira*, a respeito da necessidade de não ser “inocente” diante das políticas de dominação/pasteurização cultural impostas pelos mais fortes: *“há perigos reais. Não perigos de nações contra nações, estes são transitórios, nem de Estados contra Estados, estes são ainda mais superficiais; e sim os perigos de culturas contra culturas; sim, as ameaças de imposição violenta da parte dos grupos tecnicamente mais fortes a grupos tecnicamente ainda mais fracos, de valores de cultura e de formas de organização social, dentro dos quais os povos menores se achatariam em vassalos dos vencedores, ou por serem mestiços, ou por serem corruptos, ou por isto, ou por aquilo (...) O grande drama é o que decide a sorte das culturas. É a guerra entre culturas (...) A mobilização dos recursos da cultura de um povo – cultura moral, cultura material, por conseguinte agricultura, indústrias pesadas, todas as indústrias – quando esses recursos existem, ainda que alguns só em potencial, outros dispersos, desconexos e um tanto soltos, mas principalmente os de cultura imaterial, tanto erudita quanto folclórica – é garantia muito maior de independência”*.

e) Outro ilustre iberista brasileiro: o diplomata Oliveira Lima

Outro iberista convicto foi o diplomata Oliveira Lima que, na obra *Dom João VI no Brasil*, publicada em 1908, reabilita o rei português por sua ação modernizadora do Estado brasileiro. Dom João VI renovou e tornou autônoma a administração do Brasil, preparando diretamente sua independência. Oliveira Lima também estuda, pela primeira vez em pormenores, a ação de Carlota Joaquina, que, em nome da sucessão dinástica do irmão Fernando VII preso por Napoleão, buscava “ser na Argentina, Uruguai e Paraguai o que o marido era no Brasil”. Tais planos de integração sul-americana, ainda que “de cima para baixo”, anteciparam o que Oliveira Lima denominou União Ibérica Transoceânica.⁶⁶

O iberismo-americanista do brasileiro Oliveira Lima tinha profundas afinidades com o iberismo dos portugueses Oliveira Martins, Teixeira de Pascoaes, Fidelino de Figueiredo, Miguel Torga, Antonio Sardinha e Antonio José Saraiva. Estes, engajados no antigo movimento de militância iberista existente em Portugal, pregavam o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação com a Espanha e a construção de uma união dos povos da Ibéria. Viver eternamente de costas um para o outro não era a solução. Para Portugal, fazia-se necessário superar o temor do imperialismo castelhano expresso no adágio popular: “*Da Espanha, nem bom vento nem bom casamento*”. Mais valeria insistir nas permanentes convergências que nas eventuais divergências. O projeto da União Ibérica, ou seja a unificação de Portugal e Espanha sob a forma federativa, era uma ideia antiga compartilhada por intelectuais portugueses e espanhóis, retomada com maior vigor a partir de meados do XIX sob o influxo das ideias de unificação alemã e italiana. Vale sublinhar, a respeito, que inúmeros intelectuais espanhóis e portugueses reuniram-se em Paris durante as jornadas da Revolução de 1848 para fundar o *Club Ibérico* em favor da união peninsular. Do lado português, a ideia foi impulsionada por figuras como o romancista Almeida Garret e o historiador Oliveira Martins. Do lado espanhol, por figuras como Pi y Margall, Rafael Maria de Labra e Emilio Castelar. Em suma, tais intelectuais defendiam a tese de que a afirmação da Espanha e Portugal no concerto europeu passava

⁶⁶ Ver Chacon, Vamireh, *A Grande Ibéria. Convergências e divergências de uma tendência*, São Paulo, UNESP, 2005, páginas 180 e 181, bem como Malatian, Teresa, *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, Editora da Universidade do Sagrado Coração, Bauru, 2001.

não só pela união ibérica, mas também pela formação de uma grande confederação ibérico-americana.⁶⁷

Nessa tarefa de construção de uma vizinhança luso-espanhola realmente positiva, Antonio José Saraiva escreve, na obra *A cultura em Portugal. Teoria e história*, que “Portugal é tão espanhol como Castela. Espanha é a pátria comum de várias nações, estando Portugal incluído entre ela”. Antonio Sardinha também chega, após longos anos de ataque contra o que considerava “impossível miragem do unitarismo ibérico”, ao reconhecimento e proclamação das “Espanhas”. Exaltando o “pan-hispanismo” e a “unidade sem unitarismo”, aceita, no livro *À lareira de Castela. Estudos peninsulares, a grandeza da contribuição da Madre Hispânia, considerando “una” a Península Ibérica*.⁶⁸ Para Sardinha, o pan-hispanismo surge como conclusão lógica de dois elementos estruturais não antagônicos: o espanholismo e o lusitanismo.

Na obra *Poemas ibéricos*, Miguel Torga escreve, por sua vez, inspirados versos de exaltação panibérica:

*Terra nua e tamanha
Que nela coube o Velho-Mundo e o Novo
Que nela cabem Portugal e a Espanha
E a loucura com asas do seu povo.
Povo sem outro nome à flor do seu destino;
Povo substantivo masculino,
Seara humana à mesma intensa luz;
Povo vasco, andaluz,
Galego, asturiano,
Catalão, português ...
Ibéria, dizes tu?!...Disseste Ibéria?!
Acorda, Sancho, é ela a nossa dama!*

⁶⁷ Ver José Álvarez Junto, *Mater Dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*. Madri: Taurus, 2005)

⁶⁸ “Tanto é Castela como Aragão, tanto é Portugal como Navarra, senti-a como uma realidade viva num dia amargo de saudade, à sombra da catedral de Toledo. Só então eu entendi porque um dos mais portugueses dos nossos poetas - o bom avô Garrett - exclamava no seu *Camões*, se bem me recorde: “espanhóis somos, e de espanhóis nos devemos prezar todos os que habitamos a Península Ibérica (...)É “una”, sem dúvida, a Península, mas sua “unidade” alimenta-se da sua “diversidade” (...) Mas o peninsularismo não é senão a jornada inicial ! Na margem oposta do Oceano - do Oceano que nós tornamos algum dia, como *mare nostrum*, num perfeito lago familiar - outras pátrias existem que falam a nossa língua e que não ficam insensíveis ao nosso apelo. O pan-hispanismo nos surge daqui, como conclusão lógica, constituído por dois elementos estruturais, o espanholismo e o lusitanismo”. Ver Vamireh Chacon, *A Grande Ibéria*, página 173.

Inúmeros intelectuais espanhóis tinham o mesmo sentimento e nunca dissimularam o seu amor a Portugal. O mais declaradamente pró-lusitano foi Unamuno, para quem a Espanha, separada, era apenas uma *Hispania menor*. Só seria uma *Hispania mayor* se empreendesse uma aventura conjunta com Portugal.⁶⁹

4. Olhares cruzados entre a Espanha e a América hispânica. O horizonte americano no imaginário espanhol (1898-1930)

Tendo presente que a América, consciente ou inconscientemente, aparece em todos os discursos construídos sobre a realidade da Espanha, é fundamental tentar analisar qual o papel assumido pela imagem americana na definição e construção da identidade nacional espanhola.

Nuria Tabanera Garcia, professora da Universidade de Valencia, afirma que com o desastre colonial de 98 nascem duas posições em torno dessa identidade: uma de caráter progressista e outra de natureza conservadora. Ambas são, contudo, carregadas de um nacionalismo que identifica, na base do conceito de nação, a existência de uma comunidade espiritual nos dois lados do Atlântico, na qual a raiz castelhana é dominante. Em ambas posições, a progressista (com um nacionalismo menos acentuado) e a conservadora (com um nacionalismo mais afirmativo), a América sempre aparece como uma espécie de “mito-compensatório” das debilidades espanholas, função que também exercerá, de modo paralelo, o europeísmo do lema orteguiano “*Europa es la solución*”. Como consequência dessas duas visões, aparecem dois hispanismos: um pan-hispanismo retrógrado e um hispanoamericanismo progressista que via a América como parte da solução do problema espanhol. Teríamos igualmente, desse modo, dois regeneracionismos: um conservador e outro liberal.⁷⁰ Segundo Santiago Juan-Navarro, o conceito de “*hispanidad*” se vincularia à vertente conservadora do pan-hispanismo e apareceria como “*coartada ideológica*” do pensamento reacionário espanhol.⁷¹

⁶⁹ Miguel de Unamuno, Más sobre la Crisis del Patriotismo, in Algunas consideraciones sobre la literatura hispanoamericana, Madri, Espasa-Calpe, 1957, página 19.

⁷⁰ Nuria Tabanera Garcia. *El horizonte americano en el imaginario español, 1898-1930*. Universidad de Valencia e *Un cuarto de siglo de americanismo en España: 1975-2001*. Revista Europea de Estudios Latino-americanos y del Caribe, n.72, abril de 2002.

⁷¹ Santiago Juan-Navarro. Una sola fe en una sola lengua: La Hispanidad como coartada ideológica en el pensamiento reaccionario español, *Hispania* 89.2, 2006, páginas 392-399.

A corrente de direita foi mais vigorosa e explícita do que a liberal. As forças conservadoras e da direita autoritária encontraram no pan-hispanismo elementos ideológicos para justificar os governos despóticos e arrogantes, o controle do poder por certas elites, a negação da transformação social, a concessão de privilégios à Igreja e, até mesmo, a oposição aos Estados Unidos e o apoio ao fascismo. Por sua vez, a vertente liberal do hispanoamericanismo deparou-se com paradoxos difíceis de resolver: defendia a autodeterminação dos povos, postulado que entrava em contradição com a proeminência da Espanha sobre os países da América Latina; buscava o alinhamento da América Latina com a Espanha, o que criava tensões com os que defendiam o pan-americanismo; e apesar de reivindicar a legitimidade democrática, não conseguia harmonizá-la com movimentos reivindicatórios populares, tais como o indigenismo.

No século XIX, os juízos negativos da herança espanhola na América tornaram-se dominantes nas interpretações da história latino-americana. Tratou-se de uma reação ao mesmo tempo política e cultural, resultante do impacto das guerras de independência e do processo de construção dos Estados Nacionais sobre um ambiente intelectual que se indagava a respeito da identidade dos povos americanos. Entretanto, apesar da independência dos domínios ultramarinos, as relações entre a Espanha e a América não só não desapareceram, como continuaram a ser um tópico importante da agenda política e intelectual dos dois lados do Atlântico. Exemplo disso foram as polêmicas desenvolvidas em solo americano sobre a herança hispânica, realizadas em interação com o debate sobre os problemas e o futuro da América e da Península Ibérica.

Por sua vez, assistiu-se na Espanha ao surgimento do pan-hispanismo, movimento em prol da unidade das nações de raiz hispânica, cujos ideais foram sustentados por associações e órgãos de imprensa, num processo que envolveu tanto intelectuais quanto interesses políticos e empresariais. No final do século XIX, o interesse pela América foi uma das molas mestras do regeneracionismo, movimento de ideias cujos membros se debateram por encontrar a chave para a compreensão da crise da Espanha, identificada como um processo estrutural de decadência que poderia ser revertido mediante o estabelecimento de novos laços com as ex-colônias. Por fim, o “desastre de 1898” – representado pela perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas – consagrou o hispanoamericanismo como uma resposta ideológica destinada a reverter a decadência espanhola mediante a

construção de uma comunidade hispânica transatlântica sob a liderança da “pátria mãe”. Para Angel Ganivet, diante das limitações econômicas da Espanha e da impossibilidade de formar uma confederação política de Estados hispanoamericanos, o país deveria recobrar o seu lugar no mundo por meio da reivindicação do seu passado glorioso e o exercício de uma liderança intelectual e espiritual. O hispanoamericanismo constituiu-se, portanto, num movimento de ideias que retomou e desenvolveu a tese da unidade hispânica, em função dos laços histórico-culturais que uniam a Península Ibérica e o espaço americano, cuja projeção futura deveria apontar para a reaproximação dos dois lados e o compartilhamento de um mesmo destino.

Apesar do antagonismo das suas posições políticas e ideológicas, dois intelectuais espanhóis foram emblemáticos na promoção do hispanoamericanismo: Rafael Altamira, de perfil liberal, e Marcelino Menéndez y Pelayo, de posições católico-conservadoras. O historiador e crítico literário Marcelino Menéndez y Pelayo é considerado uma figura decisiva da reaproximação cultural entre os dois lados do Atlântico, por ter publicado na Espanha uma antologia de poetas hispanoamericanos, como parte das comemorações do IV Centenário do Descobrimento da América. Segundo Carlos Rama, representou a admissão oficial, pela Espanha, de que na América também havia criadores originais. Para os hispanoamericanos, significou o reconhecimento da sua independência cultural.⁷²

Apesar da valorização das qualidades americanas, Menéndez y Pelayo não renunciou à perspectiva colonialista, transfigurada agora nos princípios do “imperialismo pacífico” e da “unidade de raça”, ideias que, enunciadas no final da década de 1860, persistiriam ao longo do século XX como uma das marcas do hispanoamericanismo conservador. Menéndez y Pelayo se destacou por produzir um peculiar cruzamento desse ideário com o catolicismo e o tradicionalismo, o que o transformou na principal referência intelectual para a extrema-direita espanhola do século XX. Conservador, desenvolveu a tese de que o catolicismo era o principal fundamento da unidade da nação espanhola.

⁷² Carlos Rama, *Historia de las relaciones culturales entre España y la América Latina: Siglo XIX*, Mexico.

Por sua vez, Rafael Altamira apoiou-se num regeneracionismo de cunho liberal para a promoção do hispanoamericanismo. O seu programa para a solução do “problema espanhol” passava, por um lado, pela reforma do ensino e pela difusão da cultura técnica entre o povo; e, por outro, pela reaproximação com a América, “reencontro” que num primeiro momento teria caráter cultural, científico e diplomático, para então passar ao plano das relações econômicas.

A perspectiva hispanoamericanista de Altamira desenvolveu-se a partir das comemorações oficiais do IV Centenário do Descobrimento da América, quando entrou em contato com historiadores de diversos países americanos no Congresso Hispanoamericano e Português em Madrid. Pouco depois, em 1895, criava a *Revista Crítica de Historia y Literatura Españolas, Portuguesas e Hispanoamericanas*, com o intuito de promover a aproximação entre os espaços ibérico e americano. Em 1909, indicado pelo reitor da Universidade de Oviedo, partiu para uma missão na América destinada a estabelecer relações com universidades e centros culturais e científicos de diversos países. A iniciativa teve grande sucesso na América e mereceu muitos elogios na Espanha, a ponto de transformar-se num dos marcos da história das relações culturais entre os dois lados do Atlântico. A convite da Universidade de La Plata, na Argentina, Altamira ministrou um curso de três meses como marco de fundação dos estudos históricos nessa instituição.

Pouco antes da sua missão americana, publicou *España en América*, no qual desenvolveu um diagnóstico do estado das relações entre os dois lados do Atlântico acompanhado de um minucioso programa destinado à sua reativação. No livro, assinalava a escassa influência de escritores e cientistas espanhóis sobre os hispanoamericanos, bem como a falta de uma corrente de opinião pública que conferisse relevância às relações culturais entre a Espanha e a América, paralelamente à crescente influência de outros países: Estados Unidos, França, Alemanha e Itália. Mostrava-se especialmente temeroso do avanço dos Estados Unidos no espaço cultural e científico hispanoamericano. Embora não nutrisse posições xenófobas em relação aos Estados Unidos, Altamira via nas iniciativas de Washington um risco para a “civilização espanhola”.

Altamira tinha uma visão muito positiva das relações entre a Espanha e a América desde a época da conquista e adiantava um

largo inventário das contribuições da civilização espanhola para a história americana. Tomando como comparação empreendimentos coloniais de outras potências, afirmava que as autoridades espanholas tiveram por objetivo não apenas conquistar, mas colonizar e civilizar. Nesse sentido, definia como admirável a obra colonial da Espanha. A colonização, de aspectos civilizatórios, tinha tido dois objetivos principais: a conversão dos índios ao cristianismo e a difusão da cultura espanhola. De acordo com a concepção liberal de Altamira, a Espanha, apesar dos inegáveis abusos cometidos contra os indígenas, tinha sido uma potência colonial “branda” que aportou civilização e progresso ao mundo americano.

Assim, enquanto Menéndez y Pelayo buscava, através da exaltação do passado, perpetuar as glórias pretéritas da Espanha imperial, Altamira defendia um projeto regeneracionista que passava pela integração entre a Ibéria e a América, sem conseguir, contudo, abandonar de vez os vícios do olhar imperial que conferia à Espanha um lugar de superioridade e de primazia em relação ao mundo ibero-americano.

4.1 O hispanoamericanismo progressista. A América hispânica como solução para a Espanha e a idealização da Argentina

Paralelamente ao “*Europa como solución*”, surge, pois, na virada do século, a imagem da América como atalho para encurtar a distância entre a Espanha e a modernidade. Para inúmeros intelectuais espanhóis da época existia uma concreta possibilidade americana. Essa visão progressista da América, sobretudo da Argentina, os levava a afirmar que a Espanha deveria modernizar-se com a América e transformar-se na “*médula del progreso científico y cultural común frente al expansionismo norteamericano*”. Luis Palomo, fundador do Centro de Cultura Hispanoamericana, afirmava, em 1908, que “*el futuro de España está en América. España debe rejuvenecerse con el contacto de estos pueblos jóvenes que respiran una atmósfera de progreso moderno*”.

Com efeito, seja como consequência de relatos de viagens ou da experiência exitosa de emigrantes espanhóis na jovem América, esta passa a ser crescentemente considerada pelos americanistas mais liberais como modelo possível para a Espanha decaída e decadente. Toda uma geração de intelectuais espanhóis mostra-se fascinada pela modernização,

vitalidade e potencial da nova América e, particularmente, da Argentina, que se torna o centro das atenções.⁷³

4.2 Ortega y Gasset e a Argentina: da ilusão à decepção

Ortega, o europeísta, também se deslumbrou com a Argentina. Logo após visitá-la pela primeira vez, afirma, no semanário *España* (1916), que “*es América el mayor deber y el mayor honor que queda en nuestra vida. España, España es el único pueblo europeo que no tiene una política de América! Como es esto posible? No queda a nuestra raza otra salida por el camino real de la Historia, si no es América*”.⁷⁴

Em 1917, escreve que a sua obra mais querida *El Espectador* – na qual recolhe impressões de viagens, ideias, teorias e comentários pessoais que serão publicados de 1916 até 1934 na *Revista de Occidente* – está, de certo modo, mais identificada com o público argentino do que com o espanhol. Ortega confessa ter ficado impressionado com a Argentina e chega a dizer que “*el literato de Madrid debe corregir su provincianismo en Buenos Aires*”.⁷⁵

⁷³ Para Tabanera Garcia: “Será Argentina el centro del mayor entusiasmo entre este grupo (...) Podemos mencionar múltiples ejemplos de la idealización de la Argentina, como representación del progreso, de los logros políticos y, sobre todo, económicos que podía alcanzar la raza hispánica, de poder superar los obstáculos institucionales y culturales acumulados en la península durante siglos (...) Desde Blasco Ibáñez a Ortega y Gasset, los cada vez más numerosos intelectuales que visitaban Argentina hacían gala de su admiración (...) González Posada dijo en 1910 que los españoles podrían aprender mucho observando a los constructores de la nación argentina, cuya grandeza aparecía de su habilidad para adaptar el carácter español a los nuevos tiempos y retos. La complementariedad de ambas naciones se evidenciaba porque “el español que se sumerge y se baña en el medio argentino y desde él contempla a España, experimenta la sensación singularísima de que entonces es cuando ve en plenitud de visión entera y completa, una España con porvenir, como el argentino que ve desde España una Argentina con maravillosa historia (...) Vicente Blasco Ibáñez visitó Argentina en 1909. Recorrió el país y quedó deslumbrado por la inmensidad del territorio, la versatilidad del paisaje y la riqueza de las culturas urbanas y rurales. En un artículo publicado en España ese año con el título de “Porvenir de América”, comentaba que el país peninsular estaba anémico por “exceso de crianza”, al haber transferido a sus hijas americanas toda su fuerza, pero también entusiasmado ante la fuerza de éstas, que creciendo y creciendo, llegarían a dominar el mundo”. Ver da autora, *El horizonte americano en el imaginario español, 1898-1930*.

⁷⁴ Antonio Lago Carballo, Ortega y Alfonso Reyes (Una relación intelectual con América al fondo), *Revista de Occidente*, n. 264, 2003.

⁷⁵ Ortega y Gasset, *Obras Completas*, tomo II, *Revista de Occidente*, 1954, páginas 130-132.

Mas já em 1924 começa a mudar de opinião e a desconfiar da Argentina e da América em geral: afirma que o povo argentino é narcisista, enfático, vazio, errático e sem disciplina, razão pela qual vaticina, de modo quase profético, futuro pouco auspicioso para o país platino.⁷⁶

No *El Espectador VII* aparece o artigo *El hombre a la defensiva* (setembro de 1929), no qual expõe, sem rodeios, a sua visão pessimista sobre o futuro da Argentina. Havia acabado de visitar pela segunda vez o país, encontrando-o muito à frente do resto da América Latina por seu pujante desenvolvimento econômico. As suas impressões foram, contudo, profundamente negativas e de certo modo premonitórias. Na contramão do que diziam todos sobre a Argentina, então umas das nações mais avançadas e prósperas do planeta, Ortega afirma, de modo ácido, que “*no basta una ancha tierra fértil para que un pueblo se organice*”.

Ortega, que havia chegado a dizer que “*la Argentina es el pueblo con resortes históricos más fuertes que hoy existe*”, acabou mudando completamente de ideia. Passou a acreditar que os argentinos não haviam ainda conseguido superar os seus problemas internos de ordem moral.⁷⁷

4.3 Ortega e as Américas: do encanto ao desencanto

Os crescentes problemas europeus, como o horror da Primeira Guerra Mundial e o aparecimento dos totalitarismos que renunciavam a Segunda, levam Ortega a calibrar melhor o seu europeísmo e a olhar a América com outros olhos. Esse redescobrimento da Ibero-américa se dá por duas vias: a da frustração com uma Europa que mergulha no horror totalitário e a do deslumbramento com o Novo Mundo, sobretudo depois

⁷⁶ Obras Completas, tomo II, 1954, página 348.

⁷⁷ Segundo Silvana Mandolessi, nos escritos de Ortega aparece “la idea de inmadurez considerada como rasgo distintivo de la realidad argentina, y en un sentido extensivo, de la realidad americana. Desde Hegel el término ya se había popularizado en la discusión que opone Europa y Latinoamérica: Europa es un continente con una historia cimentada mientras que América es un continente esencialmente joven (...) Adolescente, Argentina o América no es todavía lo que debe ser y corre el peligro de extraviarse en promesas vanas. Para que esto no suceda, la “juventud” de América –vista como potencial pero sobre todo como falta– debe dejarse aleccionar por la madurez. Actitud receptiva, pacífica absorción de las cualidades que una Europa madura –adulta– puede enseñar, parece ser la recomendación final de Ortega”. Ver da autora o artigo Una nación inmadura: Argentina en los relatos de viaje de Witold Gombrowicz y José Ortega y Gasset.

de ter conhecido a Argentina, cujo progresso lhe transmite confiança quanto ao futuro da Espanha e do homem ibérico.

Esse duplo movimento é relatado por vários contemporâneos de Ortega y Gasset. O escritor e diplomata mexicano Alfonso Reyes, que era amigo pessoal do filósofo espanhol, conta que este voltou maravilhado da sua primeira viagem à Argentina para proferir, em 1916, um ciclo de conferências filosóficas na Universidade de Buenos Aires.⁷⁸

Anos mais tarde, o escritor, como já relatado, muda radicalmente de opinião e manifesta pouco otimismo quanto ao futuro da Argentina, em particular, e ao das Américas, em geral. Esse desencanto se acelera quando traduz para o espanhol a *Filosofia da História Universal* de Hegel. A sua condenação filosófica da América se apóia, portanto, nas ideias de Hegel, para quem esta era demasiadamente jovem e imatura para ocupar qualquer liderança política ou econômica a nível mundial.

4.4 Conclusões

O hispanismo nasce, pois, como ideário de unidade entre o mundo ibérico e americano. Desde a sua gestação, na segunda metade do século XIX, tal conjunto de aspirações estimulou a criação de revistas, a publicação de livros, debates na imprensa e a promoção de iniciativas culturais patrocinadas por setores privados e pelo Estado na Espanha. O ideário hispanista pautou-se ao longo do tempo pela defesa de uma identidade comum à Espanha e às suas ex-colônias americanas, cujos traços configurariam uma “civilização hispânica” distinta de outras, em especial, do mundo anglo-saxão. Trata-se de um movimento dinâmico ao longo do tempo, baseado no princípio da existência de uma “grande família”, ou “comunidade” transatlântica que abrange e particulariza todos os povos que pertenceram à Coroa espanhola. A circulação de ideias e a convergência em torno de certos postulados de índole cultural e política no espaço atlântico conduziam à formação de uma comunidade intelectual de natureza singular que se auto-identificava como hispanoamericana.

⁷⁸ Artigo de Antonio Lago Carballo, Ortega y Alfonso Reyes (Una relación intelectual con América al fondo), diz que “en más de una ocasión Reyes contó que Ortega, después de ese primer viaje a la Argentina, le había confesado que le agradaría ser apodado «Ortega, el Americano», como se dijo en la Antigüedad «Escipión, el Africano».

As ideias para a formação desta “comunidade imaginária” foram lançadas na década de 1830, mas apenas ganharam impulso a partir da metade do século XX, no contexto de afirmação das nacionalidades e de eclosão do sentimento nacionalista nas revoluções que varreram a Europa em 1848. Esta tendência ocorreu paralelamente a certos processos de construção de identidades de âmbito internacional que se materializaram na emergência de movimentos de unificação, tais como o pan-germanismo, o pan-eslavismo e o pan-latinismo. Dentre eles, o pan-hispanismo mostrou-se uma força poderosa não só devido à pré-existência de elementos culturais comuns entre a América e a Península Ibérica, mas principalmente graças aos seus intelectuais, que assumiram um programa de aproximação entre os dois lados do Atlântico.

Quais foram as razões para o estímulo do hispano-americanismo? Primeiramente, o gradual arrefecimento do repúdio à Espanha depois das tensões experimentadas durante o processo de independência. Também influíram a busca de aproximação das elites e do governo espanhol aos países americanos; a emigração da Península Ibérica, que fomentou a formação de comunidades espanholas na América; e a construção de um sentimento de oposição política e cultural aos Estados Unidos, que se cruzava com uma afirmação da identidade latina em contraposição à anglo-saxã.

Na última década do século XIX ganhou impulso o estreitamento de laços culturais e políticos entre a Espanha e a América em função das circunstâncias internacionais. A guerra Hispano-americana colocara em campos opostos não só a Espanha e os Estados Unidos, mas também a maioria dos países hispanoamericanos contra a ameaça do expansionismo norte-americano. A derrota da Espanha e a tutela dos EUA sobre Cuba e Porto Rico representaram uma grande ofensa que uniu o mundo hispanoamericano em torno de um clamor que teve no escritor Rubén Darío o seu maior intérprete por meio do artigo *El triunfo de Calibán*, publicado em 1898 no jornal *El Tiempo* de Buenos Aires e na revista *El Cojo Ilustrado*, de Caracas. A América Latina se fez crescentemente presente na opinião pública e no ambiente intelectual espanhol por meio da difusão crescente de livros e matérias sobre a região, vista como dinâmica, aberta às possibilidades do futuro e destino possível e natural para os emigrantes ibéricos. Para os intelectuais espanhóis, as relações entre a Espanha e a América teriam uma ação regeneradora sobre a

realidade peninsular, vista como mergulhada num quadro desolador de atraso e decadência

Vale destacar o papel desempenhado por algumas publicações de espírito hispano-americanista voltadas para um público intelectualizado e que se notabilizaram pela ampla irradiação geográfica na América Latina e na Península Ibérica, incluindo o Brasil e Portugal. Algumas publicações significativas foram: *Revista de España, de Índias y del Exterior* (1842-1845); *Revista Española de Ambos Mundos* (1853-1855); *La América. Crónica Hispanoamericana* (1857-1886); *El Imparcial. Revista Hispanoamericanista* (1867-1870); *La Ilustración Española y Americana* (1869-1821); *Revista Hispanoamericana* (1866-1872); *La Raza Latina. Periodico Internacional* (1874-1884), entre outras. Merece destaque a revista *La Unión Ibero-americana*, criada em 1898 como órgão oficial de uma da importante entidade homônima que visava a promoção da aproximação entre a Espanha e a América. Em 1926, sob o governo do General Miguel Primo de Rivera, a revista passava a denominar-se *Revista de las Españas*, desempenhando papel decisivo na política exterior espanhola no final dos anos vinte e durante os anos trinta como porta-voz das posições católico-conservadoras do hispanismo. Outra revista importante foi *La Gazeta Literária*, fundada em 1926 por Ernesto Gimenez Caballero.

Em 1927 foi publicado um artigo intitulado *Madri, meridiano intelectual de América Hispânica*, de autoria do secretário de redação, Guillermo de Torre, conhecido escritor vanguardista, matéria que desatou uma onda de polêmicas envolvendo autores e revistas dos dois lados do Atlântico. Com esse texto-manifesto, Guillermo de Torre propunha a eliminação do termo “América Latina” e dos seus neologismos do vocabulário da língua espanhola por considerá-los espúrios. Aceitá-los equivaleria ser cúmplice das “obscuras manobras anexionistas da França e da Itália em relação à América”, pois na política latinista desses países a Espanha e outros expoentes ficavam à margem, desempenhando papel secundário. “*Diante da atração desviada de Paris, assinalemos Madri, em nossa geografia espiritual, como o ponto meridiano mais exato, como a mais autêntica linha de intersecção entre a América e a Espanha. Madri – ponto convergente do hispanoamericanismo equilibrado, não limitador, não coativo, generoso e europeu – em contraposição a Paris – reduto do latinismo estrito, parcial, desdenhoso de tudo que não gire em torno do seu eixo*”. Rapidamente essa posição que traduzia

a visão dominante no ambiente intelectual espanhol produziu respostas contundentes. A primeira foi do jornal literário portenho *Martin Fierro*, que publicou resposta assinada por diversos escritores, dentre eles Jorge Luis Borges, rejeitando as pretensões de tutela intelectual espanhola. Fez-se acompanhar de outras respostas, também por meio da imprensa, como a do uruguaio Zum Felde, lembrando que os americanos há mais de um século estabeleciam relações diretas com a Europa “*sem a necessidade de passar pelas alfândegas dos Pirineus*”.⁷⁹

Do ponto de vista da Espanha, essas publicações veiculavam matérias que reverberavam os dilemas da sociedade espanhola e a busca de soluções para os problemas locais por meio do contato com a América, cujo dinamismo modernizador acreditava-se poderia irrigar a velha “pátria mãe”. Vale lembrar que o problema de fundo era responder à decadência da Espanha em relação aos demais países europeus. Tratava-se de encontrar a chave para a modernização da Espanha nas suas várias dimensões – política, econômica, social e cultural.

Assim, no último quartel do século XIX, o hispanismo ganhou impulso na Espanha por meio dos intelectuais regeneracionistas – Joaquin Costa, Rafael Altamira e Lucas Mallada – os quais buscavam soluções para os problemas espanhóis a partir de uma linguagem pragmática, científica e de conteúdo econômico e educativo. A eles se somaram os intelectuais da “Geração de 98” – Miguel de Unamuno, Azorin, Valle Inclán, Angel Ganivet – que refletiram sobre a crise espanhola a partir de referenciais estéticos, literários e filosóficos em diálogo com as mais avançadas correntes europeias do seu tempo. Após 1898, o hispanismo se consolidou como uma resposta ideológica que buscava reverter a longa decadência espanhola mediante o reatamento dos vínculos com suas ex-colônias, de modo a dar forma futura a uma grande “pátria hispânica” sob a liderança da Espanha. Embora a disseminação do hispanismo tenha contado desde o início com o apoio entusiasta de vários intelectuais progressistas, também teve intensa acolhida entre autores de posições elitistas e conservadoras.

É importante ressaltar que as ações dos intelectuais espanhóis foram crescentemente instrumentalizadas e articuladas às políticas de Estado

⁷⁹ Jorge Schwartz. Vanguardas latino-americanas. Polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Edusp, 1995.

a partir da segunda década do século XX, com vistas a promover a influência da Espanha na América. Ramiro de Maeztu desenvolve, nesse momento, o conceito de *hispanidad* e procura demonstrar as explícitas afinidades existentes entre hispanidade, iberismo e iberismo-americanismo. Segundo o intelectual espanhol, a “raça hispânica” não se define pela identidade de sangue, mas pelo compartilhamento de atributos de base cultural, tais como história, costumes, tradições, língua e religião católica. As ideias de Maeztu, para quem a *hispanidad* deveria ser sobretudo cultural, serão, contudo, apropriadas indevidamente por Franco e por Primo de Rivera, que deturparam o conceito, identificando-o a uma *españolidad* política direta com fins claramente escusos. A projeção internacional da Espanha mediante a bandeira da hispanidade constituiu a pedra angular da diplomacia da ditadura de Primo de Rivera para a América Latina. Uma das dimensões dessa política foi a subvenção de instituições espanholas que se declaravam com fins culturais, utilizando-as para estreitar os vínculos com a América.

Todos esses olhares cruzados de sinal positivo têm como pano de fundo um iberismo alimentado dos dois lados do Atlântico por autores como Antero de Quental, Alexandre Herculano, Guerra Junqueiro, Eça de Queiroz, Antonio Nobre, João de Deus, Oliveira Martins, Teixeira de Pascoaes, Almada Negreiros, Natália Correia, Jaime Cortesão, José Saramago, Unamuno, Ángel Ganivet, Azorín, Menéndez y Pelayo, Vicente Aleixandre, Salvador de Madariaga, Eugenio d’Ors, José de Espronceda, Julián Marias, José Enrique Rodó, Carlos Fuentes, Alfonso Reyes, Pedro Henríquez Ureña, José Vasconcelos, Rubén Darío, etc.

Entre nós, o fascínio pela Espanha e o apego ao iberismo-americanismo são igualmente profundos. Basta lembrar que a literatura brasileira teve, em fins do século XVI, como primeiro escritor, um luso-espanhol, o jesuíta José de Anchieta. Que talvez o primeiro movimento independentista tenha ocorrido em 1641, liderado, em São Paulo, por um sevilhano, Amador Bueno. Que foi enorme a influência arquitetônica espanhola no Brasil colonial, tendo as nossas casas grandes, as casas bandeiristas, as igrejas e até as moradias mais populares traços com nítida inspiração hispanoamericana.⁸⁰ Que um dos nossos maiores poetas, Castro Alves, diz, sobre São Paulo, “*Rosa de Espanha no hiberna Friul*”. Que a atual

⁸⁰ Ver Aracy Amaral. *A hispanidade em São Paulo*, Nobel/USP, 1981.

configuração territorial do Brasil somente foi possível graças ao período da União Ibérica.⁸¹

No século XX, o fascínio pela Espanha, pela Ibéria profunda e pelo ibero-latino-americanismo chega ao Brasil em Gilberto Freyre, Eduardo Portella, João Cabral de Mello Neto, Nélida Piñon, Ariano Suassuna, Câmara Cascudo, Érico Veríssimo, Gilberto Amado, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Vamireh Chacon, etc.

Em todos esses intelectuais de Aquém e Além Mar, a iberidade e a ibero-americanidade são entendidas como viva herança, como atuante legado a ser respeitado e aprofundado. No ano 2001, realizou-se em Badajoz, coordenado pelo espanhol Hipólito de la Torre Gómez e o português Antonio José Telo, o seminário *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la história*. Nele, Torre Gómez resume muito bem o néo-iberismo atual (e também o néo-iberismo-americanismo) que, em grande parte, inspirou e amparou a recente onda de investimentos espanhóis na América Latina e no Brasil: “*Hoy la mirada del otro es muy distinta de la que fue hasta hace un ayer muy lejano: es mucho más confiada; menos de soslayo y con mayor interés*”.⁸²

Todos esses olhares cruzados revelam o desconcerto dos intelectuais latino-americanos e espanhóis com a Derrota de 1898, que rebaixou a Espanha a uma condição secundária na ordem internacional e elevou os EUA ao seu topo. As opiniões são díspares: Sarmiento e Manoel Bonfim (e mais tarde Monteiro Lobato, com o seu Jeca Tatu) criticam o passado ibérico, o presente crioulo e apostam no modelo norte-americano; Gilberto Freyre e Oliveira Vianna pregam o contrário; Rodó teme o novo imperialismo dos EUA e a norte-americanização (*nordomania*) da América Latina; Rubén Darío evoca a latinidade e critica o materialismo

⁸¹ Sobre o tema, João Alfredo Libânio Guedes, na obra *História Administrativa do Brasil*, diz que “o período da União Ibérica, fecundo quanto à expansão territorial, concorreu razoavelmente para alargar as nossas fronteiras e garantir ao nosso país uma extensa área de domínio para o Oeste. Foi um fator de nossa grandeza territorial. Bastaria isso para frisar a sua importância histórica (...) Esse alargamento territorial, levado a efeito pelos paulistas, resultou, igualmente, da existência da União Ibérica. Do contrário, os espanhóis protestariam e até mesmo combateriam de armas na mão o avanço paulista. A União Ibérica, realmente, tornara obsoleto o meridiano do Tratado de Tordesilhas”.

⁸² Hipólito de la Torre Gómez, *Historia, identidad nacional y vencida ibérica*, in *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la História*, Mérida, Junta de Extremadura, 2001, página 16.

dos anglo-saxônicos; os espanhóis Blasco Ibáñez, Rafael Altamira e González Posada encaram a América, sobretudo a Argentina, como modelo para a salvação da Espanha; Ortega y Gasset considera a América e a Argentina imaturas para servirem de exemplo à Espanha e insiste que a regeneração do país somente virá via Europa.

O olhar de Ortega sobre a América, e mais particularmente sobre a Argentina, não deixa de ser surpreendente. O grande defensor da cultura e da tecnologia como fatores de redenção da civilização, ao invés de elogiar o progresso material dos argentinos, então os mais avançados da América do Sul, os considera “imaturos” e “presunçosos”.⁸³

Ortega dá a impressão de estar ferido pelo fato de a Argentina ter, naquele momento histórico, conseguido superar materialmente a Espanha. Indo além, e utilizando os argumentos de Hegel com relação à América, condena a “pressa” dos americanos de colocarem-se no centro da Civilização Ocidental e de dele tentarem desalojar a Europa: “*Como los americanos parecen andar con prisa para considerarse los amos del mundo, conviene decir: jóvenes, todavía no. Aún tenéis mucho que esperar, y mucho, mucho más que hacer. El dominio del mundo no se regala ni se hereda. Vosotros habéis hecho por él poco aún. En rigor, por el dominio y para el dominio no habéis hecho aún nada. América no ha empezado aún su historia universal*”.⁸⁴

O filósofo da Geração de 14 voltou, no final da vida, a abraçar o seu europeísmo de primeira hora. Ortega tinha uma visão eurocêntrica do mundo, razão pela qual colocou a América na periferia do sistema universal (em termos cultural, econômico etc.). Nesse sentido, situou-se fora do debate travado entre os movimentos hispanistas. O seu hispanismo foi tênue e único. Vacilou em adotar tanto o hispano-americanismo, que via o próprio hispanismo como instrumento de progresso e trânsito em direção à modernidade, como o pan-hispanismo de natureza católico-conservadora, que vinculava a América Latina ao Ocidente, mas em condição subordinada.

⁸³ Segundo Leopoldo Zea, Ortega “juzgó a la Argentina e a esta América, no ya como español, sino como europeo. El español que en Europa lucha por europeizarse es, frente a esta América, el europeo que la enjuicia con los mismos calificativos con que Europa ha venido enjuiciando pueblos al margen de sus fronteras y cultura. Minoría de edad, inmadurez y barbarie. La misma inmadurez y barbarie que Ortega habla encontrado en España.” Leopoldo Zea, Ortega el americano, em *Filosofía y cultura latino-americana*, México, 1976.

⁸⁴ E. Zuleta, *La idea de América en el pensamiento español contemporáneo*, Mendoza, U.N.C., 1979.

Acabou ficando acima do debate e, coerente com o seu pensamento original, entendia que tanto para a Espanha, como para a América, “*Europa era la solución*”.

É interessante notar, a respeito, que Ortega não menciona uma única vez o Brasil nas suas Obras Completas, o que parece demonstrar a total irrelevância do país para os pensadores das Gerações de 98 e 14.

Cabe ressaltar, por último, que a fórmula de Ortega y Gasset explica apenas a vertente europeia da política externa espanhola. Ela não consegue dar coerência ao todo, que é muito mais complexo, pois também envolve outro polo, o ibero-americano, que, apesar de permanecer secundário durante décadas, nunca desapareceu. Desse ponto de vista, a visão de Unamuno – que busca na própria Espanha as soluções para os males nacionais e que, por exaltar o hispânico, valoriza ao mesmo tempo o ibero-americano – talvez seja a mais correta e equilibrada, justamente por ser a mais complexa. Assim, os que enfatizam apenas a frase de Ortega, “*Europa es la solución*”, e esquecem o lema de Unamuno, “*Hay que españolizar Europa*”, vêem apenas uma parte do problema espanhol.



III. A Europeização da Política Exterior Espanhola

A participação da Espanha no processo de integração europeia provocou uma inequívoca “europeização” da política exterior espanhola. Esther Barbé não tem dúvidas em afirmar que “*la pertenencia de España a la Unión ha sido determinante para la formulación de la política exterior de la España democrática*”.⁸⁵

São várias as formulações do conceito de europeização. Para Helmut Kohl “la europeización es la respuesta europea a la globalización”. R. Ladrech a define como um “proceso de reorientación de políticas como resultado de la adaptación a las dinámicas de la UE”. Outros académicos complementaram esse conceito passivo (conhecido como “recepção”) com o termo “projeção” (para descrever a eleição pró-ativa dos estados membros de procurar tirar benefício das melhores oportunidades que proporciona a UE). Green, Caporasso e Risse a caracterizam como um processo de mudança das instituições e políticas nacionais provocado pela pressão da adaptação à UE.⁸⁶

⁸⁵ Esther Barbé, De la ingenuidad al pragmatismo: 10 años de participación española en la maquinaria diplomática europea, Fundació CIDOB, Afers Internacionals n. 34-35.

⁸⁶ Ladrech, R. Europeanization of Domestic Politics and Institutions: The Case of France, Journal of Common Market Studies, vol., nº 1, 1994, p. 69, e M.Green, J. Caporasso e T. Risse, Transforming Europe: Europeization and Domestic Change, Cornell University Press, 2001.

Em quase todas as definições transparece a visão da UE como um sistema de governança compartilhada no qual os distintos níveis de governo interagem uns com os outros, criando relações de interdependência mútua. Nesse sentido, a europeização funcionaria como um processo de ida e volta e, portanto, como um movimento duplo, de “baixo para cima” e de “cima para baixo”.

Segundo José Torreblanca, com o ingresso da Espanha na CEE, ocorreram dois processos paralelos de europeização. Por um lado, deu-se a “convergência” da política externa espanhola com a dos seus sócios europeus: por participar do processo de construção europeia, a Espanha passou a ser obrigada a definir as linhas mestras da sua diplomacia dentro de um marco comunitário, ou seja, a levar em conta não apenas os seus interesses, mas também os interesses dos demais sócios europeus. Paralelamente, a europeização possibilitou uma “transferência de problemas”: a participação da Espanha na UE permitiu multilateralizar relações que corriam o risco de paralisia no âmbito bilateral (como nos casos dos países latino-americanos e norte-africanos) como consequência da falta de recursos (poder) de Madri para levá-las adiante. Assim, tanto através da convergência de políticas, como da transferência de problemas, a Espanha buscou colocar a UE (via utilização dos recursos econômicos de Bruxelas) ao serviço das suas próprias necessidades de política exterior. Nesse processo, o objetivo da Espanha foi transformar-se ao mesmo tempo em intérprete e porta-voz dos interesses da UE nessas regiões (América Latina e Norte da África). Em suma, a europeização da política exterior espanhola ocorre mediante dois processos gêmeos de “convergência de políticas” e “transferência de políticas”. A primeira é de “fora para dentro”, ou seja, a Espanha se adapta às diretrizes e posições da UE, ao passo que a segunda é de “dentro para fora”, isto é, a Espanha busca influenciar as políticas externas da UE para alcançar os objetivos da sua própria agenda de política exterior.⁸⁷

a) Convergência de interesses:

Torreblanca afirma que a convergência de interesses se deu mais em questões de natureza global do que em questões de natureza estritamente

⁸⁷ José Torreblanca, La europeización de la política exterior española, em Carlos Closa, La europeización del sistema político español, Madri, Istmo, 2001

bilateral, como as que definem, por exemplo, as relações da Espanha com os países latino-americanos. A europeização significa que a política externa espanhola passa a ser moldada por imposições de fora para dentro (da Europa para a Espanha) de tal modo que o interesse da Europa passa a ser o da Espanha.⁸⁸

b) Transferência de problemas:

Se a inserção da Espanha no processo de construção europeia teve o efeito de fazer convergir a posição nacional para a dos seus sócios comunitários em inúmeras questões internacionais, ela, ao mesmo tempo, adicionou uma nova dimensão coletiva (europeia) à agenda externa espanhola. Em ambos casos, estamos falando de uma “influência de fora para dentro” nas diretrizes diplomáticas do país. Tal “importação” não deve esconder, contudo, o fenômeno de “exportação” de políticas de Madri para Bruxelas. Em outros termos, o fato de pertencer à UE passou a oferecer à Espanha uma excelente oportunidade para diluir determinados contenciosos bilaterais, reforçar uma determinada linha de política exterior ou superar, mediante a multiplicação de seus (insuficientes) recursos de poder, certas limitações da sua ação exterior. A UE, com os seus imensos recursos diplomáticos, financeiros e comerciais, aumentou o peso da política exterior espanhola. Bruxelas tornou-se um multiplicador de poder para Madri.

Essa possibilidade de influir de dentro para fora – de não somente ser influenciada, mas também influenciar (ocorrência de um duplo processo de europeização da política externa espanhola e de espanholização da política externa europeia) – foi utilizada desde a entrada da Espanha na CEE, quando Madri buscou “constitucionalizar” no ambiente comunitário algumas dimensões específicas da política exterior espanhola. Já no Tratado de Adesão da Espanha às Comunidades Europeias, a equipe negociadora espanhola conseguiu incluir uma declaração sobre a

⁸⁸ “Asistimos, por tanto, a un proceso en el que el sentido de la influencia ha discurrido fundamentalmente de afuera (el entorno europeo) hacia dentro (nuestra politica exterior) y la del movimiento o cambio de la politica de dentro hacia fuera, acomodándose nuestra política a la de nuestros socios de la Unión Europea (...) No hay, por tanto, contradicción entre intereses nacionales e intereses europeos (...) Los españoles tenían en mente el dictum empleado frecuentemente por el filósofo español Ortega y Gasset: “España es el problema, Europa la solución”. Artigo citado, páginas 5 e 6.

compatibilidade de seus interesses na América Latina com o seu ingresso na CE. Em tal declaração, ambas partes, Madri e Bruxelas, manifestaram a intenção de aproveitar a adesão da Espanha para dar uma “maior profundidade latino-americana” à política externa comunitária. Posteriormente, durante as negociações do Tratado de Maastricht, a Espanha (com o apoio de Portugal) lutou para que a América Latina fosse incluída como área prioritária da futura Política Exterior e de Segurança Comum (PESC).

Assim, o Conselho de Ministros de Assuntos Exteriores dos Doze adotou, em junho de 1987, um documento estratégico que, após ressaltar a história, os valores e os interesses comuns entre a América Latina e a Europa (não somente entre a América Latina e a Espanha), propôs incrementar os recursos das políticas comunitárias, ampliar o número de Embaixadas da Comunidade, coordenar melhor as políticas dos Estados-membros e apoiar as reformas econômicas e os processos de democratização na região. Bruxelas ofereceu igualmente apoio bilateral e multilateral, via ações junto aos foros econômicos internacionais (especialmente FMI), aos processos de integração regional em curso. Por meio desse amplo leque de iniciativas, a CE procurava consolidar-se como alternativa viável aos EUA na região.

É importante sublinhar que Madri procurou, nas ocasiões em que ocupou a presidência da CEE e UE, impulsionar e institucionalizar, por meio de uma política ativa em Bruxelas, as relações desta com a América Latina no seu conjunto, com os blocos regionais (Comunidade Andina e Mercosul) e com países específicos (Chile, México e Brasil). Mas todas essas iniciativas, como se sabe, acabaram esbarrando no protecionismo agrícola europeu, que erodiu a capacidade da diplomacia espanhola transferir, com êxito, a sua agenda externa para a UE.

Na análise da europeização das relações externas espanholas ficam claros alguns custos, visto que a Espanha foi obrigada a desviar políticas, ou seja, colocar antigas prioridades em segundo plano e adotar as novas prioridades comunitárias. Pode-se afirmar, portanto, que a inserção comunitária da Espanha alavancou sua presença e influência na América Latina, mas, ao mesmo tempo, o marco europeu limitou a margem de manobra de Madri na região. Foi clara, nesse sentido, a incapacidade espanhola de influenciar completamente a política latino-americana da UE em função das divergências comunitárias sobre o tema agrícola, o

que travou qualquer avanço nas negociações com o Mercosul para a assinatura de um acordo de livre comércio bilateral.⁸⁹

1. A ideia de Europa para os Partidos Socialista e Popular

Para a maioria da opinião pública e partidos políticos de centro e esquerda espanhóis, a ideia de Europa significou ao longo do século XX, com altos e baixos, o fim do isolamento internacional, a existência de instituições democráticas sólidas, o desenvolvimento econômico e a canalização dos contenciosos existentes no Estado plurinacional. Em resumo: a modernização, a moderação dos nacionalismos desagregadores e a solução para os malefícios históricos do país.

A ideia de Europa como sinônima de modernidade foi mais forte no Partido Socialista que, uma vez no governo, deu início à europeização da política externa espanhola. Felipe González, durante os treze anos que esteve no poder, impulsionou uma política fortemente integracionista e nunca pareceu duvidar um só instante das benesses do lema que moveu e guiou os seus sucessivos governos: “*más Europa*”. Desse modo, apostou de modo decidido tanto na convergência com Bruxelas como na “importação” desta de políticas que favorecessem a “europeização” da sociedade e da política externa espanholas e que, paralelamente, multiplicassem o poder do país no âmbito regional e internacional.

Avançar sempre em direção ao coração da Europa, e nele enfatizar a inequívoca vocação europeísta da Espanha, foi a maneira idealizada por Felipe González para reforçar o relativamente pequeno poder espanhol na UE e evitar que o país ficasse relegado a uma posição periférica e marginal no processo de construção europeia. Esse papel ativo, que implicou um alinhamento incondicional da Espanha ao eixo franco-alemão, significava, aos olhos do PSOE, apostar em “*más Europa*” para conseguir “*más España*”. A interpretação vigente nos sucessivos governos de González era que a Espanha não devia encarar a UE como um mero exercício

⁸⁹ Gonzalo Escribano e Enrique San Martin escrevem que “en agricultura se ha producido una convergencia hacia políticas comerciales proteccionistas. Las disputas agrícolas con los países latino-americanos, así como con los mediterráneos, han erosionado la capacidad de los funcionarios españoles de transferir más exitosamente su agenda externa a la UE.” Ver desses autores, *La europeización de las relaciones exteriores españolas*, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Madrid, página 15.

contábil, que o país não podia alinhar-se com as concepções britânicas que apostavam numa Europa mínima, pois a assunção de um papel passivo seria extremamente prejudicial para as ambições europeias espanholas.⁹⁰

O Partido Popular chega ao poder com uma ideia de Europa completamente diferente da que prevalecia no PSOE. Os populares chegam com uma visão da Europa mais economicista-mecanicista e, portanto, menos idealizada que a dos socialistas. Se para González, a prioridade absoluta da Espanha é a Europa, esta é vista como menos determinante por Aznar. O líder popular não só acredita que o processo de ampliação para leste acabará relegando a Espanha a uma posição periférica na UE, como desconfia da capacidade europeia em termos de defesa. Na visão de Aznar, as ameaças externas que pesam sobre a Espanha vêm do Norte da África, sobretudo de um Marrocos que é defendido e protegido pela França. Daí, a sua convicção de que a política de segurança europeia deve ser “amarrada” à dos EUA. Por desconfiar da França em termos de segurança externa (e também interna, pois acusa Paris de ser condescendente com a ETA) e por privilegiar uma Europa mais liberal, marcada mais pelo fato econômico do que pelo político, ele rompe com o eixo franco-alemão, privilegia a relação com Reino Unido e Itália e se alinha com os EUA, abraçando um atlantismo que o levará a apoiar incondicionalmente Bush na luta contra o terrorismo internacional e na invasão do Iraque.

O neoconservadorismo de Aznar deriva obviamente de uma interpretação conservadora da história espanhola, próxima em muitos aspectos ao franquismo, movimento em relação ao qual nunca escondeu, por sinal, as suas simpatias (do franquismo menos radical, que imperou nos anos 50 e 60, com o qual se identifica).

Temos, portanto, modelos europeus completamente distintos. De um lado, nos encontramos com um projeto social-democrata no qual a Europa é vista como a via que possibilita a concretização, em escala nacional, de um Estado de bem-estar social de cunho democrático e igualitário. Essa Europa, caracterizada por Felipe González como “*la frontera de nuestra ambición*”, é uma Europa social e solidária tanto “*hacia adentro*” como “*hacia afuera*”. Uma Europa que supõe e requer, ademais, altos níveis de supranacionalidade, com uma estrutura institucional que favorece o

⁹⁰ Ver Peter Marks, *The making of spanish european policy*, London, Gower, 1994.

federalismo e uma política externa e de segurança comum. No Partido Popular, ao contrário do PSOE, convivem dois modelos de Europa: um modelo liberal (majoritário), que enfatiza as oportunidades econômicas que o mercado comum europeu oferece para a Espanha, e outro, mais conservador (minoritário), que, carregado de nacionalismo, desconfia da Europa.

Assim, se para o PSOE é impossível contrapor os interesses “europeus” aos “espanhóis” (eles se fundem completamente, sendo as duas faces de uma mesma moeda), tal oposição é uma possibilidade sempre presente para o PP. Em função dessa percepção, os populares praticarão, uma vez no governo, uma política europeia mais centrada no que acreditam ser os interesses específicos da Espanha. Daí, a ênfase no predomínio dos interesses econômicos sobre os políticos e a substituição do europeísmo “*a ultranza*”, que caracterizava os socialistas, por uma linha mais pragmática, distante e utilitária.

É importante sublinhar que tal política europeia carregada de pragmatismo foi apoiada num primeiro momento pela opinião pública espanhola, que considerava necessário um certo distanciamento em relação à imagem simbólica e emocional da Europa que predominava no passado. Para os espanhóis, que haviam deixado de associar automaticamente a Europa com a modernidade, ficava cada vez mais claro a complexidade dos desafios que derivavam do fato de a Espanha integrar a UE. Havia, na mesma linha do “europessimismo” que, paralelamente, atingia outros países europeus, a percepção segundo a qual nem tudo era idílico e que a Europa também impunha custos à Espanha.

O grande problema de Aznar foi, contudo, ter ido longe demais nesse processo de negação da Europa. O seu alinhamento incondicional com a Administração Bush rompeu o consenso que havia caracterizado a política exterior espanhola desde o período de transição democrática. Ao colocar em segundo plano a dimensão europeia e as relações com a França e a Alemanha, ao abandonar o europeísmo e abraçar o atlantismo, ao priorizar questionáveis princípios ideológicos em detrimento da moderação, ao enfatizar a emoção e esquecer a razão, ao adotar uma política “*seguidista*” com respeito a Washington e abrir a porta para a participação da Espanha na guerra unilateral contra o Iraque, o Presidente popular não somente quebrou o consenso sobre a necessidade de ser a diplomacia fruto de uma Política de Estado, acima de governos de

passagem, como também arruinou a credibilidade da política externa espanhola, tanto na Europa como na América Latina.⁹¹

2. Consenso e dissenso na política exterior espanhola

A política exterior da Espanha, de 1976 até os dias atuais, pode ser dividida em 4 períodos principais:

2.1 Transição e governos centristas (1976-1982)

Com o fim do regime franquista, torna-se urgente colocar em prática uma política exterior mais afinada com os ideais democráticos e com o marco europeu no qual a nova Espanha pretendia ingressar. Os grandes desafios desse período de transição, que começa com a chegada ao poder de Adolfo Suárez, eram a “normalização” da política exterior nas esferas bilateral e multilateral; a sua adequação à nova realidade democrática da Espanha; a ampliação das margens de autonomia do país no sistema internacional; e a definição da função a ser ocupada pela Espanha no marco de defesa ocidental (entrada ou não na OTAN). Se todos esses problemas eram urgentes, o principal deles era a obtenção do respaldo dos países europeus ao processo de transição espanhol, legitimação vista como condição *sine qua non* para o ingresso na CEE.

Nesse processo de mudança e de afirmação da margem de autonomia da política externa espanhola, que começa em 1976, notam-se várias fases e períodos com escopos e significados diferentes. A primeira grande fase, caracterizada como de transição em matéria de política externa, vai desde 1976, com o primeiro governo de Adolfo Suarez, até o final de 1988. Nessa fase inicial, é preciso distinguir, por sua vez, vários períodos, cada um com características próprias:

a) Período de consenso tácito (1976 - 80)

Nesse entremeio, ocorre um consenso tácito em matéria de política exterior que reflete o acordo estabelecido no campo da política interna

⁹¹ Ver Celestino del Arenal, *Consenso y disenso en la política exterior de España*, Real Instituto Elcano, Documento de Trabajo n. 25, 2008.

através dos “Pactos de la Moncloa”. O consenso tácito se dá em torno de algumas questões importantes, tal como a candidatura para ingressar na CEE e o necessário fortalecimento das relações com a América Latina.

Nesse período, as forças políticas concordam em congelar a discussão de algumas matérias polêmicas (a política de segurança e as relações do país com a OTAN) a fim de facilitar a caminhada para a democracia. Em termos gerais, a direita moderada e a esquerda menos radical estabelecem um consenso tácito em matéria de política exterior e colocam a Europa como a prioridade absoluta da política externa espanhola, independente do governo de turno. Esse período é marcado por boas relações bilaterais com os EUA, mas sem “seguidismos incondicionais”; por uma relativa autonomia de Madri (tanto vis-à-vis a Bruxelas como a Washington) na elaboração das suas políticas ibero-americanas e mediterrâneas, áreas que são igualmente declaradas como prioritárias (ainda que em menor grau que a Europa); e pela ênfase na defesa dos direitos humanos, do multilateralismo e da primazia do direito internacional;

b) Período de ruptura do consenso tácito (1980 -1986)

Em 1980, o último governo centrista de Suárez coloca a questão da incorporação da Espanha à OTAN, fato que rompe o consenso tácito da etapa anterior; ele abre, ademais, um importante debate em torno das linhas-mestras da política exterior. No dia 2 de dezembro de 1981, já no governo de Calvo Sotelo, a Espanha comunica formalmente à Aliança Atlântica a sua intenção de aderir ao Tratado de Washington e, quase de modo automático, recebe um convite do Conselho do Atlântico Norte para iniciar o processo de adesão. Assim, no dia 30 de maio de 1982, o país se converte no membro número 16 da OTAN.

Nesses dois períodos de transição, as relações entre a Espanha e os países latino-americanos continuam carregadas de ambiguidades. A desejada intensificação das relações com a América Latina não consegue livrar-se, tal como nos tempos de Franco, de um ranço conservador e neocolonial. Madri continua insistindo em utilizar o termo “Hispanoamérica” e fala, inclusive, na criação de uma eventual zona de livre comércio com a América Latina, a qual seria compatível com o ingresso na CEE;

2.2 *Período dos governos socialistas de Felipe González (1982-1996)*

A apressada e prematura incorporação da Espanha à OTAN (em 29 de maio de 1982), feita pelo governo de Calvo Sotelo sem consenso e contra o aviso da opinião pública, é seguida pelo triunfo do PSOE nas eleições de 1982, fato que acelera as transformações na política exterior espanhola (o novo governo imediatamente questiona a entrada do país na OTAN e celebra um referendo sobre o tema em março de 1986).

Apesar das divergências relativas à Aliança Atlântica, o PSOE assume uma posição moderada no âmbito externo, comedimento que significa a adoção de posturas cada vez mais realistas e conciliatórias (“*en lo internacional se pasa del radicalismo al posibilismo, al realismo*”). Paralelamente, Felipe González acelera as negociações para a entrada da Espanha na CEE, as quais haviam começado com Suárez, mas conhecido uma paralisia durante o governo de Calvo Sotelo.

Tal persistência vê-se coroada de êxito no dia 1 de janeiro de 1986, na primeira legislatura de González, data que fecha o capítulo do afastamento da Espanha da Europa, processo cuja origem se encontrava no início do século XIX.⁹²

Com relação à Ibero-américa, o governo socialista coloca em ação uma ambiciosa política, sobretudo dirigida à América Central, com o objetivo de facilitar o processo de democratização da região e de diminuir os seus problemas econômicos e sociais. Tal política buscava reafirmar a autonomia da diplomacia espanhola na região, distanciando-a da norte-americana na interpretação das causas do conflito. Para Madri – ao contrário de Washington, que insistia numa visão de cunho ideológico e culpava o avanço do comunismo – as causas do desastre centro-americano encontravam-se na pobreza e na falta de liberdade, razão pela qual sublinhava a impossibilidade de uma solução meramente militar. Para os socialistas espanhóis, a verdadeira superação do conflito deveria evitar a produção de vencedores e vencidos e

⁹² De acordo com Celestino del Arenal, o triunfo socialista significa “la materialización del cambio en la política exterior por medio del ingreso de España como miembro de pleno derecho en la Comunidad Europea, el 01 de enero de 1986, con lo que finalizaba uno de los capítulos pendientes más importantes para la definición de la dimensión europea e internacional de España. Con la incorporación plena a Europa, España ponía fin a 150 años de aislamiento respecto de Europa y sentaba las bases para un creciente protagonismo internacional. Europa se reforzaba como referente prioritario de la política exterior española”. Ver artigo citado, página 15.

repousar na melhoria das condições sociais e políticas dos países e populações centro-americanas.

2.3 Período dos governos populares (1996-2004). A ruptura do consenso em matéria de política exterior

De 1996 a 2002, Aznar respeita em linhas gerais (com algumas poucas exceções como, por exemplo, no caso de Cuba, em que Madri endurece o tom com o regime de Fidel Castro) o consenso construído ao longo dos anos pelos socialistas em matéria de política externa. A partir de 2002 e até 2004, o presidente espanhol dá um giro radical que implica a definição e a prática de uma política exterior completamente distinta da anterior. Aznar passa a priorizar as relações com os EUA em detrimento das que mantinha com a Europa e a abraçar o unilateralismo em prejuízo do multilateralismo.

O governo dos populares, apoiado numa maioria parlamentar absoluta, desenha uma política de atos consumados que nega qualquer compromisso prévio. A então Chanceler Ana Palacio, ao reconhecer a ruptura do consenso, afirma que este é secundário diante da defesa de certos princípios como a luta *urbi et orbi* contra o terrorismo.

Segundo Richard Gillespie, Catedrático de Ciências Políticas da Universidade de Liverpool, Aznar buscava multiplicar o poder espanhol e colocar a “potência média” espanhola na primeira fila das nações que realmente mandam na Europa e no mundo. Para tal, o Presidente espanhol tenta colocar em prática, mediante a aliança com os EUA, uma política externa global e não apenas regional.⁹³

Essa é também a opinião de Charles Powell, para quem todos os esforços do Governo Aznar tinham como objetivo lograr que a Espanha superasse definitivamente o seu “status” de potência média, sobrelevasse a sua irrelevância internacional e ocupasse um lugar central no concerto europeu e mundial. No intuito de concretizar essa meta, o alinhamento com os EUA foi mais um meio do que um fim, foi tão somente um instrumento que, por várias razões, acabou não dando certo. Powell, em artigo escrito em 2002, destinava o fracasso da empreitada de Aznar

⁹³ Richard Gillespie, *Lidiando con la ambición : la política exterior y de seguridad de España al inicio del nuevo milenio*, Anuario Internacional Cidob 2001, Barcelona 2002, página 23.

de superar definitivamente a irrelevância internacional da Espanha, tanto por razões de ordem interna (o relativamente pequeno peso econômico do país), como externa (a resistência dos dois grandes europeus – França e Alemanha – em ceder espaço e poder para o “intruso” espanhol).⁹⁴

Para os populares, a Espanha, diante da crescente ameaça de perder voz na Europa e no mundo, não tinha outra alternativa: tornava-se obrigatório o alinhamento com a potência hegemônica mundial. Foi esse o entendimento do então Chanceler Josep Piqué, que propôs aos espanhóis reconhecer o novo cenário estratégico internacional pós 11-S e assumir o deslocamento do eixo de gravidade do planeta em direção ao Pacífico. Para Piqué, o caminho para a Espanha não cair numa situação duplamente periférica passava necessariamente por Washington: “*¿Qué nos interesa a los españoles, situados ahora en la periferia de una Europa periférica: acercarnos o alejarnos de EEUU? (...) Para mejorar, es fundamental entendernos con EEUU*”.⁹⁵

Em suma, Aznar entendia que haviam se esgotado os multiplicadores de poder colocados à disposição da Espanha pela UE. Esta estava em pleno processo de ampliação a leste, o que deveria diminuir o poder relativo de Madri em Bruxelas (o alargamento, por deslocar o centro de gravidade da Europa para leste, debilitaria a Espanha, que ficaria eternamente relegada ao papel de potência secundária). Além disso, no coração da Europa, como motor de todo processo de integração europeia, estava uma França que tinha tido uma atitude contrária aos interesses espanhóis no caso da crise de Perejil com o Marrocos. O presidente popular considerava coerente, outrossim, a aliança com os EUA no combate ao terrorismo islâmico, pois no âmbito interno enfrentava o mesmo problema com o terrorismo basco. Nesse aspecto, Aznar também entendia que a principal ameaça externa para a Espanha vinha do Norte da África (Magreb), razão adicional para apoiar a doutrina de Bush da “autodefesa preventiva unilateralmente determinada”. Tendo em vista as desconfianças espanholas em relação aos “bons sentimentos” da França, que, segundo os populares, não asseguraria de forma automática a defesa

⁹⁴ Charles Powell, *Política exterior y de seguridad de España*, Anuario Internacional Cidob 2002, Barcelona, 2003, página 29.

⁹⁵ Felipe Sahagún, *Política exterior y de seguridad de España*, Anuario Internacional CIBOB 2004, Barcelona, 2005, página 267.

dos interesses da Espanha no caso desta ser atacada, por exemplo, pelo Marrocos, Aznar se afasta da Europa e busca proteção nos EUA.

A partir desse diagnóstico, o presidente espanhol adota uma política de tipo realista, na qual a luta contra o terrorismo justifica os meios. Aznar passa a considerar a sociedade internacional como anárquica e, ao desconfiar da eficácia do direito internacional, se afasta do multilateralismo, abraçando o unilateralismo. A nova aliança com Washington passa a ser vista como uma oportunidade para a Espanha reforçar o seu peso internacional, protagonismo que Madri entende não ser mais possível multiplicar via Europa. Esta não apenas retirava da Espanha qualquer possibilidade de aumentar o seu papel de potência média, como a deixava relegada a uma situação secundária dentro do espaço comunitário, sempre e eternamente atrás dos 3 grandes (Alemanha, França e Reino Unido).

Vários analistas afirmam que Aznar não estava impregnado da visão europeísta que, paradoxalmente, sempre havia marcado os democrata-cristãos europeus, com os quais, em princípio, o PP se identificava. Ao contrário, insistem que Aznar sempre alimentou, como herdeiro do franquismo, uma profunda desconfiança em relação à Europa.⁹⁶ Havia uma clara dissonância entre Aznar e a Europa, desarmonia que teria a ver com um nacionalismo de matiz franquista: o orgulho de ser espanhol antes que europeu. Para o Presidente popular, “a Espanha é Europa, mas não apenas Europa”.⁹⁷

Desde a expulsão da Espanha da política europeia pelo Congresso de Viena em 1815, a nação mantivera-se afastada e esquiva ao seu entorno imediato, a Europa, e ao mundo. Com a transição democrática essa situação de isolamento começou a mudar. O país ingressou na Comunidade Europeia e na OTAN e adotou políticas específicas para a América Latina e o Mediterrâneo. Mas, para Aznar, os socialistas que haviam liderado esse processo de modernização não haviam conseguido modificar as relações de poder da Espanha, que continuava a ser vista

⁹⁶ Ver, por exemplo, Duran i Lleida, *Reflexiones sobre dos décadas de política exterior española*, Anuario Internacional Cidob 2009, página 327.

⁹⁷ Para Albert Aixalà i Blanch, “José María Aznar defendía que “España es Europa, pero no sólo es Europa. Y es una potencia media, como otras en el mundo, pero tiene sus singularidades. La primera singularidad de la posición de España con respecto a otras potencias europeas medias es su proyección en el mundo”. Aznar quería definir “el lugar que corresponde a España en el mundo”. Ver do autor, *La política exterior española ante los retos de su politización: del consenso a la legitimidad*, Revista CIDOB d’Afers Internacionals, núm. 69, 2005, p. 89-105.

como nação de segunda ordem. A Espanha, apesar de todos os seus trunfos econômicos e políticos, continuava a ser tratada como um país periférico tanto do ponto de vista regional como internacional. O objetivo agora seria demonstrar que a Espanha já estava inscrita, com méritos, no “mapa mundial” e que deveria ocupar um lugar central na UE e no sistema de poder internacional.

O entendimento que a Espanha já havia reunido trunfos para assumir posições e propostas a título próprio não era exclusiva dos segmentos conservadores. Alguns analistas próximos do PSOE igualmente consideravam a Espanha madura para libertar-se da sina do lema orteguiano “*Europa como solución*” e para colocar em prática uma política exterior mais ambiciosa, global, liberta da “camisa de força europeia”.

O giro de Aznar provoca imediatamente uma perda de autonomia da política ibero-americana espanhola. O alinhamento incondicional com os EUA passa a afetar as relações da Espanha com a América Latina, as quais se ressentem do fato de Aznar ter pressionado o México e o Chile para que mudassem de posição sobre o Iraque no Conselho de Segurança da ONU, bem como das tensões adicionais surgidas nas relações de Madri com Caracas e Havana.

A América Latina, que havia se acomodado à “*europiedad*” e à “*ibero-americanidad*” da política latino-americana da Espanha no período pós-1986, passa a considerar como incompatíveis o “*atlantismo*” e a “*ibero-americanid*” do governo Aznar. Aos olhos dos latino-americanos, as novas vertentes da política externa dos populares eram irremediavelmente contraditórias, pois Madri tornava-se, com o seu “seguidismo” em relação a Washington, mero “capacho” dos interesses norte-americanos na região.

Dentro desse panorama pouco auspicioso, a única exceção talvez tenha sido o Brasil. Apesar de o Governo Lula ter uma postura profundamente crítica em relação ao unilateralismo de Bush, as relações bilaterais não foram particularmente afetadas pelo alinhamento de Aznar com os EUA. Prevaleceram o tradicional pragmatismo brasileiro, bem como os novos interesses econômicos nascidos com os grandes investimentos espanhóis no país. Aznar, considerando prioritária a relação com o Brasil (visto como um caso singular na América Latina), promoveu um Plano de Parceria Estratégica bilateral, que acabou

sendo formalizado na Conferência Ibero-americana de Santa Cruz de la Sierra em 2003.

A aproximação entre Brasília e Madri acelerou, por sua vez, a piora das relações desta com Buenos Aires (que haviam começado a deteriorar-se com a crise argentina de 2001 e com a falta de segurança jurídica para os investimentos espanhóis no país platino) e provocou tensões no diálogo político hispano-mexicano, como consequência de declarações de Aznar em prol da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU;

2.4 Período dos novos governos socialistas de Rodríguez Zapatero (2004 - até hoje)

A ação diplomática do Governo socialista resume-se, num primeiro momento, a efetuar a inversão radical das linhas de ação externa adotadas nos últimos anos de gestão do Partido Popular. Muitos analistas afirmam que o principal objetivo de José Luiz Rodríguez Zapatero foi redefinir a identidade externa da Espanha e jogar uma pá de cal nas políticas levadas a cabo por José Maria Aznar. Nas palavras de Emilio Lamo de Espinosa, o novo Governo “*ha hecho todo menos Aznar*”.⁹⁸

Em pouquíssimo tempo, Zapatero reorientou o rumo da política externa, enfatizando que a Espanha não voltaria a exercer o papel de *recadero* de terceiros. Ciente que o caráter de potência média da Espanha é assegurado em grande medida por seus vínculos históricos, políticos e econômicos com a América Latina, imediatamente percebe que o atlantismo da gestão Aznar é um empecilho para o fortalecimento da vertente ibero-americana da política externa espanhola. Nesse sentido, busca livrar-se dessa herança atlântica, resgatar a vertente europeia e promover o retorno da europeização da política latino-americana espanhola. Ao mesmo tempo, ao dar-se conta que a UE não está desenvolvendo, na velocidade desejada, políticas ativas em relação à América Latina, adota duas vias alternativas: impulsionar as relações bilaterais com determinados países da região (Brasil, México e em menor medida Chile e Argentina são escolhidos como alvos prioritários) e, paralelamente, fortalecer as relações multilaterais por meio da criação,

⁹⁸ El País, La hora del desencanto. La política del Gobierno de Zapatero. Madri, 28 de maio de 2006.

na Conferência de Cúpula de San José de Costa Rica, da “Secretaría General de Ibero-america”.

Além disso, por entender que uma potência média como a Espanha necessita de organizações internacionais sólidas e operantes para fazer frente ao poder imperial da potência hegemônica, volta a defender o multilateralismo e o direito internacional.

Em busca desse multilateralismo renovado, o líder espanhol lança, por sua vez, o projeto de criação de uma “Aliança de Civilizações” entre o Ocidente e o mundo árabe, iniciativa que é apoiada pelo dirigente turco Recep Erdogan e pelo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan. A proposta ganha igualmente o endosso dos 22 países que integram a Liga Árabe.

IV. A Vertente Ibero-Americana da Política Externa Espanhola

A importância da vertente ibero-americana para a política externa espanhola foi resumida pelo Rei em discurso pronunciado ante o Parlamento da Bolívia, em julho de 2000, quando diz que “*España es, a la vez, una nación europea y americana*”.

Na maior parte do século XX, as relações da Espanha com a América Latina foram desequilibradas tanto do ponto de vista político quanto econômico. Prevaleceu no discurso político espanhol, até a morte de Franco, um forte ranço neocolonial, uma pretensão hegemônica totalmente fora de lugar, que impedia o aprofundamento equilibrado das relações hispano-latino-americanas. Tal discurso também era vazio e sem substância do ponto de vista econômico à luz das correntes de comércio inexpressivas e da pouca presença dos investimentos espanhóis na região. Com a democratização espanhola e a acelerada modernização econômica do país após a entrada na CEE, as relações com a América Latina começaram, contudo, a mudar e alcançaram um grau de madurez impensado há alguns anos.

É óbvio que a América Latina não é a primeira prioridade da Espanha, pois a Europa, como indica o lema orteguiano, continua sendo “*la solución número uno*” para os problemas espanhóis. Mas tal evidência não diminui o valor da vertente ibero-americana, visto que esta tem a função, inclusive, de potencializar a vertente dominante, a europeia. Na

realidade, os dois polos têm a capacidade de influir um sobre o outro de modo positivo. O ibero-americano valoriza o europeu e este, de volta, reforça o ibero-americano, estabelecendo uma sinergia de sinal duplo que dá à Espanha uma “*mais valia*” única na ordem internacional, um “*plus*” que muitos poucos têm, o de ser, como indica o Rei, ao mesmo tempo uma nação europeia e americana. Efetivamente, como indica o escudo imperial de Carlos I de Espanha e V da Alemanha, a Espanha é uma águia bicéfala: “*España es un águila de dos cabezas*” (originalmente, a marca heráldica da águia de duas cabeças simbolizava a união da dignidade imperial do Sacro Império Romano Germânico – o império dos Habsburgos – com a Monarquia ibérica, inclusive com as colônias castelhanas em terras americanas e asiáticas).

A vertente ibero-americana, sem ser desqualificada, sempre encontrou, contudo, sérios limites, pois Madri, em função do seu pequeno poder relativo na UE, nunca teve força suficiente para convencer os seus parceiros europeus sobre a real importância da América Latina, como fica evidenciado na relutância europeia em concluir um acordo com o Mercosul.

1. Limites da vertente latino-americana

A política latino-americana da Espanha encontraria três tipos de limites: o fato de ser uma potência média que não tem “os meios para o exercício da sua ambição”; a forte presença dos EUA na região, a qual cerceia naturalmente as pretensões espanholas de adensar as suas relações com os países latino-americanos; e a sua condição de país-membro da UE, que reduz a sua capacidade de gerar, de modo autônomo, políticas regionais independentes.

A primeira limitação, decorrente da falta de recursos de poder, inibiria na raiz o desenvolvimento de uma política latino-americano ativa e ambiciosa.⁹⁹ A segunda barreira seria imposta pelas presenças

⁹⁹ Segundo Felipe Sahagún, “el principal problema de la política exterior española hoy tiene que ver mucho más con los medios que con los fines” (...) Este problema, en el caso concreto de la política latino-americana, es aún más grave al existir una desproporción manifiesta entre la ambición de los objetivos planteados, en función del carácter especial y singular que se atribuye a esa relación, y la modestia de los medios destinados a lograrlos, tanto en recursos humanos y materiales como presupuestarios (...) Los objetivos que se plantean son ambiciosos y chocan con los medios que se ponen a disposición - existe una evidente desproporción que

estratégica, política e econômica dos EUA na América Latina, que, desde o século XIX, reduzem a margem de autonomia da diplomacia espanhola, condicionando a sua capacidade de desenvolver e aplicar políticas mais ativas na região. O terceiro limite derivaria do fato de a Espanha pertencer à UE. Nesse caso, a dimensão europeia (que é a determinante) condiciona a política latino-americana espanhola. Para paliar esse problema, Madri busca, sempre que possível, “comunitarizar” a sua política latino-americana de modo a influir “de dentro” para que Bruxelas desenvolva políticas destinadas à América Latina. Ao perceber que a sua importância na região cresce pelo fato de pertencer à UE, a Espanha tenta compensar a redução de autonomia no nível bilateral pela europeização da sua política latino-americana. Esse artifício possibilita multiplicar o protagonismo espanhol na América Latina através da Europa, ou seja, permite instrumentalizar a sua condição de sócio do projeto europeu como via de dinamização da sua própria política latino-americana. O fato de a Espanha ser, ou pretender ser, bicéfala provoca, contudo, contradições de difícil resolução entre a sua *europiedad* e a sua *ibero-americanidad*. A condição de pertencer à UE multiplica o seu poder, mas ao mesmo tempo reduz a autonomia e os objetivos da política externa espanhola que passa a ficar subordinada, em última instância, à política externa de Bruxelas.¹⁰⁰

deriva de manera también importante de la ausencia de una voluntad política para superar esa desproporción y de la grandilocuencia con la que los gobernantes se plantean la política para América Latina - carácter retórico que ayuda a superar, al menos desde el punto de vista teórico, esa desproporción entre medios y fines”. Ver do autor, La política exterior española en 1999. Anuario Internacional CIBOB 1999, Barcelona 2000.

¹⁰⁰ De acordo com Celestino del Amaral, “A partir de 1986, con el ingreso en la UE, la política latino-americana se plantea necesariamente bajo nuevos parámetros, pues España ya no sólo tiene una política propia, sino también la política de la UE hacia América Latina y se ve condicionada de manera más directa por las políticas de los países miembros. Los efectos derivados de esa pertenencia son dobles. Por un lado, reducen de forma importante la autonomía y los objetivos políticos y económicos de la política de España, limitada por su condición de Estado miembro, y provocan contradicciones sustanciales entre su europeidad y su iberoamericanidad. La dimensión europea supone un condicionante claro de la propia política latino-americana de España, que limita la posibilidad de plantear objetivos de integración ambiciosos. Por otro, amplía, multiplica y refuerza las dimensiones y posibilidades de dicha política, al proporcionar la oportunidad de orientar la atención de la UE hacia la región y otorgar a España un peso y una importancia en América Latina que no tenía. La pertenencia a la UE va a reducir la autonomía y los objetivos de la política española. España ya no puede plantear objetivos de integración económica porque tiene que aceptar la política comercial de la UE”.

2. Etapas da política latino-americana da Espanha

2.1 1976-1992

A política latino-americana espanhola conheceu várias etapas, com características e sentidos diferentes. A primeira vai de 1976 a 1992, abarcando os governos da Unión de Centro Democrático (UCD) e parte dos governos socialistas. Foi uma etapa marcada pela necessidade de articular uma nova política latino-americana, distinta da franquista, que mudasse a imagem da Espanha na América Latina e recuperasse um protagonismo de carácter não paternalista na região. Esse período, que começou com a transição democrática, teve como principais desafios a resolução da crise política centro-americana e o ingresso da Espanha na UE. Ele culminou com a institucionalização das Conferências de Cúpula Ibero-americanas a partir de 1991 e com a comemoração do Quinto Centenário do Descobrimento (*Encuentro de Dos Mundos*). Nessa fase, os socialistas colocam em prática uma política latino-americana de cunho ativo, mas evitam utilizar a imagem da Espanha como “ponte” entre a América Latina e a Europa. Segundo o então Ministro de Assuntos Exteriores, Fernando Morán, “*quiero dejar bien en claro que España no intentará actuar como puente. Más bien deseáramos que nuestra activa participación en Europa e instituciones europeas fuera una fuerza impulsora, la ocasión para un cambio de dirección audaz en las relaciones entre Europa y América Latina*”.¹⁰¹

2.2 1992-2002

A segunda etapa vai de 1992 a 2002, cobrindo os últimos governos socialistas e os do Partido Popular, em pleno cenário de pós-Guerra Fria. Foi um período que buscou a normalização da política latino-americana de acordo com critérios pragmáticos. Desaparecem as diferenças e as tensões políticas com os EUA em função da crise centro-americana.

Suas características mais significativas foram: em primeiro lugar, a europeização da política latino-americana. As políticas e as relações exteriores da UE se transformam no elemento mais determinante não só

¹⁰¹ *Actividades, textos y documentos, 1983*. Archivo del Ministerio de Asunto Externos.

da política interna, mas também da política exterior espanhola e da sua vertente latino-americana. Esta cada vez mais se multilateraliza através de mecanismos como o foro de São José (América Central), as reuniões UE-Grupo do Rio, os diálogos UE-Comunidade Andina, UE-Mercosul, UE-México, UE-Chile, que a Espanha busca utilizar para aprofundar a sua própria política latino-americana. O multilateral passa a ser funcional para o bilateral.

A segunda característica dessa etapa foi a ibero-americanização da política latino-americana mediante a realização das “*Cumbres*” Ibero-americanas de Chefes de Estado e de governo, celebradas anualmente a partir 1991 com o objetivo de articular um espaço comum ibero-americano ou uma Comunidade Ibero-americana. Essa dimensão ibero-americana busca afirmar o caráter singular da Espanha na região, diferenciando-a do resto dos países europeus (exceto Portugal) e dos EUA.

A ibero-americanização vai ter, portanto, como objetivo principal servir de contraposição à crescente europeização da política exterior espanhola. Esse processo não conseguirá, contudo, escapar de sérias contradições que se expressam nas tensões nunca desaparecidas entre “*europización*” e “*ibero-americanidad*”. Para muitos autores, como Celestino del Arenal, a “*ibero-americanidad*” nunca conseguiu, pelo menos até hoje, compensar o esvaziamento ocorrido, via e em função da Europa, no âmbito bilateral das relações da Espanha com a América Latina. Vale dizer, as reticências latino-americanas dos demais parceiros europeus da Espanha acabaram enfraquecendo a política latino-americana espanhola, que perdeu vigor e nexos lógicos.

Assim, se por um lado a Espanha ganha pelo fato de ser “*un águila de dos cabezas*”, ela, por outro, se fragiliza em função dessas duas cabeças terem tamanhos bastante distintos, característica que a transforma, no mínimo, “num animal de características desequilibradas, de voo incerto e sem rumo claro”. Visto que a sua cabeça europeia é obviamente muito maior do que a americana, a Espanha se perde num discurso retórico, adiantando promessas à América Latina que depois é incapaz de cumprir por ser tão somente uma potência média, ou seja, por não deter suficiente poder no processo decisório comunitário.

A terceira característica diz respeito à “*economización*” (“*economización*”) da política exterior, sobretudo da vertente latino-americana, processo

relacionado com o avanço dos investimentos espanhóis na América Latina, os quais incrementaram sobremaneira a influência da Espanha na região.

2.3 2002-2004: a ruptura do consenso em torno da política latino-americana

De 1996 até 2002, a chegada ao poder do Partido Popular não implicou a quebra do modelo de política latino-americana herdada dos governos socialistas anteriores. A partir de 2002, ocorre, contudo, um giro radical como consequência da mudança de rumo da política exterior espanhola no seu todo, com o alinhamento de Aznar ao unilateralismo de Bush.

Com o atlantismo dos populares, a política latino-americana se fragiliza e perde coerência e autonomia. O giro radical promovido por Aznar acarretou um enorme “déficit de credibilidade” da diplomacia espanhola. Esta passou a ser vista na região como “*seguidista*” e subordinada aos interesses imperiais norte-americanos. Além disso, o discurso livre-cambista e neoconservador do Presidente popular passou a criar atritos e tensões com vários governos latino-americanos, crescentemente críticos ao Consenso de Washington e ao unilateralismo de Washington.

Aznar procurou superar esse mal-estar generalizado por meio do adensamento dos vínculos institucionais e econômicos entre a Espanha e a América Latina. Procurou conferir maior densidade e substância à política externa espanhola através da formalização de acordos e parcerias com um número seletivo de países, da reforma do sistema de cúpulas ibero-americanas e, sobretudo, da ampliação, em escala sem precedentes, dos investimentos espanhóis na América Latina. O IDE passou a ocupar, mais do que nunca, a vanguarda da política latino-americana espanhola e a desempenhar o papel de principal agente da modernização das relações entre a Espanha e a região. Com Aznar, o político veio a reboque do econômico. O reforço dos fluxos comerciais e econômicos possibilitado pelos investimentos espanhóis havia aberto novos horizontes para as relações hispanoamericanas que necessitavam e mereciam ser formalizados por meio de parcerias estratégicas com as principais economias da região e pela implementação do acordo marco entre

o Mercosul e a União Europeia assinado em 1995. O líder popular não via conflito entre a associação UE-Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em linha com seu “atlantismo”, julgava salutar uma relação triangular Europa-EUA-América Latina. As empresas espanholas poderiam beneficiar-se das oportunidades criadas por uma integração dos mercados americanos. Essa estratégia não era fortuita ou improvisada. Refletia o ceticismo de Aznar sobre as perspectivas da Espanha na Europa e a confiança nas possibilidades que a conjuntura latino-americana oferecia para o redimensionamento internacional da economia espanhola. A América Latina havia novamente, após um longo intermédio de vários séculos, se transformado numa poderosa alavanca para o poder da Espanha no concerto das nações.

2.4 2004-até hoje

O Governo de Zapatero, desde o primeiro momento, teve como objetivo recolocar os “destroços” causados pelos populares na América Latina. Assim, o Presidente socialista imediatamente redefine a política exterior, reforça a dimensão europeia, acaba com o “seguidismo” em relação aos norte-americanos e aposta de modo decidido no multilateralismo e no direito internacional.

Zapatero revoga as práticas aznarianas, substituindo-as por um novo padrão de relacionamento bilateral e multilateral. Os objetivos desse novo modelo foram recuperar as margens de autonomia da política latino-americana; normalizar as relações com Cuba; estimular uma maior concertação política com os principais países regionais, tanto do ponto de vista bilateral como multilateral; enfatizar a responsabilidade social dos investimentos espanhóis na região; consolidar o mecanismo das Conferências de Cúpula Ibero-americanas; e potencializar as relações entre a UE e a América Latina. Alguns exemplos desse novo comportamento ocorreram na Conferência Ibero-americana de San José de Costa Rica, em 2004, quando Madri abandona a tradição dos populares de buscar, a qualquer custo, uma liderança hegemônica nesse tipo de encontro e passa a apostar no consenso; na participação da Espanha, estimulada pelo Brasil e Chile, na missão de paz da ONU no Haiti; no interesse espanhol pelo Programa Fome Zero do Governo Lula, etc.

3. Aspecto multidimensional/multilateral da vertente latino-americana: as Reuniões de Cúpula Ibero-americanas e as relações triangulares Espanha-UE-América Latina

Celestino del Arenal enfatiza que a vertente latino-americana da política exterior espanhola é singular, multidimensional e complexa. Nela, podem ser identificados cinco níveis de atuação: a) nível bilateral: é o mais importante e tem a ver com a política desenvolvida de modo individual com cada um dos países latino-americanos; b) nível regional: nasce das políticas e relações que a Espanha desenvolve com o conjunto dos países latino-americanos e encontra a sua máxima expressão nas Conferências de Cúpula Ibero-americanas; c) nível sub-regional: faz referência às políticas específicas que são levadas a cabo pela Espanha em determinados momentos com algumas sub-regiões da América Latina (a política centro-americana do PSOE nos anos 80); d) nível europeu: se expressa através das relações da UE com a América Latina, nas quais a Espanha busca manter protagonismo e utilizar, ainda que afirme o contrário, a imagem de “ponte” entre as duas áreas; e) nível “paradiplomático”: diz respeito às atividades levadas a cabo por múltiplos atores, públicos e privados, tais como universidades, ONGS, empresas multinacionais, Comunidades Autônomas etc., que não obedecem necessariamente às diretrizes das políticas desenhadas pelo poder central em Madri.¹⁰²

Com relação às três primeiras e principais instâncias, teríamos:

a) dimensão bilateral: é um dos principais pilares da política exterior espanhola na América Latina. Tendo em vista que Madri tem interesses distintos em relação a cada país, deve, portanto, cultivar uma agenda bilateral específica e diferenciada com cada parceiro. Na busca desse objetivo, a Espanha, desde princípios da década dos 90, assinou Tratados de Amizade e Cooperação com vários países latino-americanos. Nos últimos anos, Madri priorizou a agenda econômica da política latino-americana espanhola, objetivando aprofundar as relações bilaterais com os principais

¹⁰² Celestino del Arenal, La dimensión regional de la política iberoamericana de España, Revista Quórum, n.19, 2008, e Carlos Malamud (coordenador), La política española hacia América Latina: Primar lo bilateral para ganar en lo global. Una propuesta ante los bicentenarios de la independencia, Real Instituto Elcano, maio de 2005.

países da região mediante a assinatura de Acordos ou Planos de Associação Estratégica com Argentina, Brasil, Chile, México e Colômbia.

Tais Planos tiveram, contudo, resultados distintos. Com o Brasil, por exemplo, possibilitou maior densidade à relação bilateral, mas esse não foi o caso para todos os países mencionados (o exemplo mais claro nesse sentido é a Argentina, cujas relações com a Espanha, por uma série de razões que talvez tenham mais a ver com problemas políticos internos do país platino, continuam muito longe do seu potencial).

b) dimensão regional: outro pilar da política espanhola na América Latina é a política regional, que é regulada por critérios horizontais e não discriminatórios: através dessa dimensão, Madri objetiva envolver todos os países em um projeto comum. Esta política funciona melhor quando se consegue consensos, ou seja, quando todos procuram ir na mesma direção. A construção conjunta de formas estáveis de cooperação não é, contudo, tarefa fácil numa América Latina que tradicionalmente padece de alta volatilidade política.

Na política regional, um dos instrumentos fundamentais é o processo de construção do espaço ibero-americano. Apesar das tentativas recentes de dinamizar tal processo mediante a transformação da Secretaria de Cooperação Ibero-americana (SECIB) – órgão que tinha competências de natureza mais administrativa – em Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) – um ente formalmente com maiores pretensões políticas, a percepção geral é que a construção do espaço ibero-americano continua lenta e aleatória.

As Reuniões de Cúpula Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo realizadas desde 1991 foram idealizadas pela Espanha como uma operação diplomática destinada a formular estratégias políticas comuns dentro do sistema internacional e a reforçar a identidade cultural da Ibero-américa numa época em que a cultura hispano-luso-latino-americana encontra-se em desvantagem frente à cultura anglo-saxônica. Nesses encontros, idealmente plurais, neutros e isentos de hegemonismos, seriam explorados novos espaços de concertação política com vistas à criação e à sedimentação, de forma lenta e gradual, dos elementos necessários para a formação de uma doutrina comum ibero-americana em múltiplos temas da vida internacional.

A verdade é que o grau de implicação dos países latino-americanos nesse processo sempre foi menor que o esperado pelas autoridades espanholas. Os múltiplos países da região nunca reconheceram

completamente a lógica do espaço ibero-americano, vendo-o mais como um mecanismo impulsionado unilateralmente pela Espanha com o objetivo de reforçar poder e prestígio na região. Daí as dificuldades que enfrenta Madri para verdadeiramente instrumentalizar a Comunidade Ibero-americana, vista pelos demais parceiros como uma construção “clientelar” espanhola.

De modo resumido, prevalecem na diplomacia brasileira duas visões a respeito desses encontros. Algumas vezes mais flexíveis privilegiam o caráter íntimo dessas “reuniões de família”, em que os líderes ibero-americanos, muitas vezes com opiniões divergentes, mas unidos por um mesmo vínculo histórico e cultural, aprofundam o diálogo político necessário para a construção de uma doutrina comum ou posturas aproximadas em múltiplos temas internacionais.¹⁰³ De acordo com essa ótica construtiva, a real vocação dessas reuniões seria a valorização do sistema ibero-americano como foro de diálogo e de consultas políticas no mais alto nível. Elas seriam, portanto, uma excelente oportunidade para o aprofundamento dos contatos entre os líderes ibero-americanos, tanto do ponto de vista multilateral como bilateral. Outras vezes, mais críticas e menos idealistas, consideram, contudo, que existem dúvidas quanto à identidade da iniciativa, visto que não se sabe se as *Cumbres* representam um movimento, um mecanismo, um grupo, uma conferência ou uma comunidade. Os temas tratados nessas reuniões seriam, ademais, imprecisos, assim como ambíguas as suas formulações. As *Cumbres* não teriam substância, sendo um mero mecanismo formal, retórico e vazio. Diante da ausência de conteúdo, seria um risco insistir na repetição periódica desse exercício diplomático, o que poderia contribuir para a sua banalização e enfraquecimento. As reuniões deveriam somente ocorrer quando tivessem realmente substância. Em suma, para essa corrente menos indulgente, as “fotografias de família” dos dirigentes ibero-americanos e os discursos carregados de retórica não seriam suficientes para gerar as soluções para os graves problemas de desenvolvimento e atraso que assolam as sociedades latino-americanas.¹⁰⁴

¹⁰³ Carlos Garcia: *Las Cumbres Iberoamericanas*. II Foro Iberoamericano, Valladolid, 02/03/99.

¹⁰⁴ Luis Felipe de Seixas Corrêa, *As Conferências de Cúpula Ibero-Americanas: um formato em busca de substância*. em Gélson Fonseca Jr. e Sérgio Nabuco de Castro, (org): *Temas de Política Externa Brasileira II*, vol. I, São Paulo/Brasília, FUNAG-IPRI, 1994, pp. 147-165.

No Itamaraty parece predominar a visão mais realista, que aponta para o perigo do “esgotamento” das *Cumbres* como consequência da sua falta de operatividade e substância. Foi por essa razão que o Governo brasileiro se opôs à proposta espanhola de reativação do mecanismo por meio da criação, em 2003, da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB). Para o Brasil, o diagnóstico espanhol de que as deficiências existentes decorriam da falta de institucionalização do sistema era equivocado. Como consequência, a solução defendida por Madrid ia na contramão da verdadeira solução, visto que a criação de uma nova secretaria permanente burocratizaria em demasia o mecanismo ibero-americano. Nesse sentido, a posição espanhola (que acabou prevalecendo) contrariava a tese tradicionalmente defendida pelo Brasil de que era necessário reduzir e racionalizar os mecanismos institucionais existentes, reverter a lógica da desordem e da onerosa multiplicação de instâncias. O conjunto dessas soluções continua sendo, do ponto de vista brasileiro, a única maneira capaz de evitar que as Reuniões de Cúpula se transformem num organismo multilateral à semelhança da OEA. Em relação a esse aspecto, o Brasil sempre defendeu uma fórmula que permitisse a maior agilização das *Cumbres* e que reduzisse os perigos de excesso de formalismo, tornando-as mais flexíveis para, desse modo, serem capazes de propiciar um diálogo mais espontâneo entre as lideranças ibero-americanas.

Na diplomacia brasileira parece continuar existindo, portanto, pouco entusiasmo pelo conceito e pelo processo. Seguiriam vivos os mesmos vícios do passado: a ausência de conteúdo e a repetição mecânica de um exercício diplomático que tende ao trivial e ao burocrático.

c) relações triangulares Espanha-UE-América Latina: por meio dessa triangulação, a Espanha objetiva aumentar seu peso na Europa via América Latina (e também esta busca utilizar a Espanha para aprofundar as suas relações com a Europa). Nem sempre, contudo, a política espanhola é a que mais favorece os interesses latino-americanos. Exemplo evidente ocorre no âmbito agrícola, no qual a Espanha tem sido um dos estados membros da UE mais protecionistas (o que, na prática, contradiz o seu “fervoroso” apoio político e retórico às negociações em curso entre Bruxelas e o Mercosul). Além disso, as sucessivas ampliações da UE provocaram a redução do peso relativo da Espanha na UE. Prova desse fenômeno

é a incapacidade espanhola de conseguir, nos últimos anos, que a UE destine mais recursos para a cooperação em geral com a América Latina e que avancem as negociações com o Mercosul.¹⁰⁵

Em 17 de maio de 2010 ocorreu, em Madri, sob a Presidência espanhola da UE, o reinício das negociações entre a União Europeia e o Mercosul, as quais haviam sido “congeladas” desde 2004. Mais uma vez, contudo, o protecionismo agrícola de vários países europeus, sobretudo a França, impediu o avanço das tratativas para a conclusão de um acordo de livre comércio bilateral que, na opinião do Chefe de Governo espanhol, José Luis Zapatero, representaria anualmente “cinco bilhões de euros suplementares de exportações comunitárias para o Mercosul e vice-versa”.

4. Conclusões

A vertente ibero-americana da política externa espanhola é uma arma importantíssima que Madri tem procurado instrumentalizar para superar o seu “status” de potência regional de tipo médio no concerto europeu e internacional. Nas últimas duas décadas, em função de dispor de melhores condições econômicas (forte desenvolvimento econômico e ingresso na UE) e políticas (democratização), a Espanha pôde abandonar grande parte da retórica do passado e, em seu lugar, desenhar e colocar em prática ações concretas para tentar tirar o máximo proveito das

¹⁰⁵ Charles Powell, investigador do Real Instituto Elcano de Estudos Internacionais e Estratégicos, diz o seguinte (em 2002) sobre a incapacidade espanhola de comandar o esforço comunitário para a conclusão das negociações UE-Mercosul, considerações que continuam válidas até hoje: *“durante los últimos años se puso de manifiesto el malestar creciente de algunos dirigentes latino-americanos por el impacto negativo de la PAC sobre sus economías, factor que no facilitó las negociaciones en curso con MERCOSUR (Mercado Común del Sur), iniciadas en 1999 con vistas a la creación de una zona de libre comercio. Ello también incidió negativamente sobre las relaciones de la UE con la Comunidad Andina de Naciones y Centroamérica (...) En suma, si bien la presidencia española permitió reforzar las relaciones entre la UE y América Latina en el ámbito político y de la cooperación, no puede afirmarse lo mismo respecto a la dimensión económico- comercial, sin duda la que más interesaba a los gobiernos latino-americanos (...) Más aún, siendo España el segundo país más beneficiado por la PAC después de Francia, su credibilidad como defensora de los intereses latino-americanos en una coyuntura marcada por el debate sobre el proteccionismo y las subvenciones agrícolas quedó en entredicho. Así pues, los escasos resultados cosechados alimentaron las dudas ya existentes sobre la capacidad de España para convencer a sus socios europeos de la importancia de la región para la UE”.* Anuario internacional CIDOB 2002, página 35.

sinergias positivas da sua relação com a América Latina. A principal delas, e a de maior visibilidade, foi a latino-americanização da empresa produtiva espanhola.

A consolidação da política exterior latino-americana começou a partir da chegada ao poder do Governo socialista de Felipe González. A partir de então, a América Latina tornou-se um eixo fundamental, ainda que não dominante, da ação externa espanhola. A “relação especial”, histórica, sentimental e cultural, adquiriu peso e tornou-se capaz de contribuir para o fortalecimento do poder espanhol na UE e no mundo. A relação especial com a América Latina passou a dar, para uma potência média como a Espanha, um “plus” no sistema internacional, uma “mais valia” que maximiza a sua capacidade negociadora tanto em Bruxelas como em territórios e foros extra-comunitários. No plano econômico, a América Latina serviu como “espaço de aprendizagem” para as empresas espanholas que desejavam se multinacionalizar. A região se transformou, ademais, numa zona através da qual a Espanha fortalece e multilateraliza a sua inserção internacional.

Ocorre, desse modo, um processo de “fagocitose criativa” por meio do qual a Espanha se alimenta da América Latina e ao mesmo tempo a fortalece. Por meio dessa triangulação, o fagócito (Espanha) se fortalece, mas não destrói o corpo fagocitado, o qual, por meio de um processo de metamorfose criativa, também se vê beneficiado. Assim, a presença espanhola na América Latina potencializa os mecanismos de defesa do organismo “contaminado” tanto do ponto de vista interno, visto que os investimentos espanhóis geram riquezas nas nações hospedeiras, como externo, pois a Espanha, por sua condição europeia, funciona como caixa de ressonância e eco dos interesses latino-americanos na UE. Para uma potência média como a Espanha, tal mecanismo triangular é funcional também pela via indireta na medida em que a presença espanhola na América Latina não deixa de enfraquecer relativamente as potências com que concorre no plano europeu. Do ponto de vista de uma potência média como a Espanha, o objetivo buscado é, portanto, aproveitar ao máximo as suas vantagens comparativas na América Latina para conquistar uma maior margem de autonomia na ordem internacional. A via ibero-americana aparece como um excelente trunfo para fazer frente ao “*diktat*” imposto pelas potências dominantes no âmbito europeu, Alemanha, França e Reino Unido, e extra-europeu, EUA.

Outro ponto que merece destaque é a grande contribuição da América Latina ao poder brando (“*soft power*”) e duro (“*hard power*”) da Espanha. Javier Noya enfatiza a crescente dependência espanhola da América Latina, afirmando que a projeção cultural da Espanha e do espanhol no mundo tem atualmente origem mais na América Latina do que na própria Espanha. A boa imagem internacional da Espanha, que se afirma como uma potência média em expansão e “conquistadora”, derivaria em grande parte da sua crescente presença na América Latina. Nesse sentido, Noya apela para que as autoridades espanholas reconheçam tais fatos e comecem um diálogo de igual a igual com a América Latina, segundo “*una vision menos onfalocéntrica*”. Além do poder brando, adianta um dado interessante sobre a contribuição latino-americana ao “poder duro” espanhol, a qual seria equivalente a 11% do PIB da Espanha em 2006.¹⁰⁶

Para a verdadeira dinamização das relações hispano-latino-americanas seria necessário, desse ponto de vista, o definitivo abandono de imagens retóricas, sentimentais e neocoloniais por parte das autoridades públicas espanholas. Estas, contudo, parecem constrangidas politicamente pelo fato de não terem poder suficiente para fazer avançar determinados temas de interesse da América Latina na UE, razão pela qual teriam abandonado a vanguarda da aproximação bilateral para algumas empresas privadas espanholas. É o que diz de forma ácida Rafael Grasa Hernández: “*Si desde 1996 en la política exterior española se ha hablado explícitamente de “Más España” y de “Más Europa”, e incluso de “Más Mediterráneo”, no observo en la política exterior una práctica que permita hablar de “Más América Latina”. Esa expresión sigue estando reservando a la acción y relaciones exteriores y, en particular, a algunas empresas españolas*”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ “Es relativamente fácil calcular cuánto aporta América Latina al poder duro de España en el mundo. En términos económicos sería el porcentaje del Producto Interior Bruto (PIB) de España que procede de las inversiones de España en la región, que representaría ni más ni menos que el 11% en el año 2006. A lo anterior, por supuesto, habría que añadir lo que representa en el PIB la actividad de los inmigrantes latino-americanos en España, o sus contribuciones a los fondos de la Seguridad Social. Sin estas aportaciones de América Latina, España indudablemente no formaría parte del grupo de países más ricos del planeta. Este factor no siempre se reconoce en España, especialmente entre quienes gustan hablar de nuestro carácter de gran potencia”. Javier Noya, La contribución de América Latina al poder blando de España en el mundo, Real Instituto Elcano, ARI n.79, 2008.

¹⁰⁷ Rafael Grasa Hernández, La política exterior española hacia América Latina: tendencias recientes y proyección hacia el futuro, Revista CIDOB d’Afers Internacionals, núm. 54-55, 2001, p. 65-83

V. As Relações Brasil-Espanha

Em pouquíssimo tempo – menos de 15 anos – o Brasil passou da condição de país marginal para a Espanha para a condição de seu sócio privilegiado na América Latina e destino prioritário para o IDE espanhol. A partir de meados dos anos 90, as relações bilaterais conheceram um grande e imprevisível dinamismo tanto na esfera econômica como política. O Presidente Lula, durante visita à Espanha, em julho de 2003, anunciou, juntamente com o então Presidente Aznar, a intenção de dar um salto qualitativo nas relações bilaterais. Em outubro de 2003, o presidente Aznar esteve no Brasil, quando apresentou ao Presidente Lula documento sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica objetivando consolidar e aprofundar as relações bilaterais. Mais tarde, no âmbito da XIII Cúpula Ibero-americana de Santa Cruz de la Sierra, os dois governos assinaram o referido documento. Apesar do crescente desencanto brasileiro com o esgotamento das negociações para a assinatura de um acordo entre o Mercosul e a UE, e com a impotência manifestada pela Espanha nesse processo, a parceria estratégica foi vista com satisfação e como a eloquente expressão do extraordinário dinamismo que então impregnava as relações bilaterais.

Desde essa data, as relações bilaterais vêm ganhando maturidade e densidade. Mesmo nos momentos mais “inglórios” do Governo Aznar – quando este quebrou o consenso sobre a política latino-americana espanhola,

subordinando-a a interesses espúrios derivados do intempestivo alinhamento com o unilateralismo da Administração Bush – as relações bilaterais mantiveram-se estáveis e alheias às evidentes diferenças políticas entre Madri e Brasília.

Naquele delicado momento parece ter prevalecido o bom senso. Os interesses econômicos concretos e palpáveis dominaram as paixões políticas. Imperou a tese de Montesquieu do “*doux commerce*», segundo a qual «*L’effet naturel du commerce est de porter à la paix. Deux nations qui négocient ensemble se rendent réciproquement dépendantes: si l’une a intérêt d’acheter, l’autre a intérêt de vendre; et toutes les unions sont fondées sur les besoins mutuels*». O dirigente espanhol, nas suas relações com o governo brasileiro, revelou, pois, algumas das virtudes que Montesquieu associa ao espírito do comércio. Foi moderado e previsível, evitando que as diferenças políticas com Brasília comprometessem a gestão dos negócios que se multiplicaram durante seus dois mandatos, a ponto de tornar o Brasil um dos principais destinos do investimento espanhol no mundo. Desse ponto de vista, ficou patente a validade do princípio clássico segundo o qual “*l’activité lucrative, menée avec méthode et calcul, de façon raisonnable, met un frein à l’expression débridée des passions: le commerce polit et adoucit les mœurs barbares. La création de richesse induite par le développement du commerce renchérit le coût d’un conflit et invite à la modération*» (Montesquieu, *De l’esprit des lois*, 1758).

O Brasil, ao contrário do observado nas relações da Espanha com Cuba, Venezuela, Argentina, México e, em certa medida, Chile, foi um caso à parte na política latino-americana de Aznar, que não legou arestas a Zapatero no tocante ao relacionamento hispano-brasileiro. Este recebeu, pois, a incumbência de administrar uma relação fluida que Aznar e Lula haviam declarado ser estratégica para ambos os Governos.

Em termos absolutos e relativos foram extraordinárias as mudanças no perfil e na intensidade das relações econômicas bilaterais durante o Governo de José María Aznar, sobretudo as impulsionadas pelo aumento vertiginoso dos investimentos diretos espanhóis. Em 1995, o estoque de capital acumulado da Espanha no Brasil era de 251 milhões de dólares, o que correspondia a 0,6% do total dos investimentos diretos estrangeiros realizados no país até então, com os espanhóis ocupando a vigésima posição entre os principais investidores. Em 2000, o estoque

espanhol alcançou a cifra de 21,8 bilhões de dólares, o que representava 12,3% do estoque total de IDE no Brasil e situava a Espanha como o segundo maior investidor no país. Naquele ano, os espanhóis foram os primeiros no ranking, com investimentos de 9,593 bilhões de dólares, que significaram 32% do IDE recebido pelo Brasil, porcentagem bem superior à representada pelos investimentos norte-americanos (18,1%). No ano seguinte, os Estados Unidos readquiriram a primazia, respondendo por 21,5% dos investimentos. A Espanha veio logo a seguir, com um aporte da ordem de 2,767 bilhões de dólares (13,1% do IDE). No período de 1998 a 2001, as participações da Espanha e dos Estados Unidos no total dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil foram equivalentes, com uma discreta vantagem para os espanhóis: 22,8% contra 22,3%, respectivamente.

Para Andrés Ortega, na política exterior de Aznar primou o econômico sobre o político. A diplomacia dos populares não era guiada por uma visão de conjunto ou por um desenho verdadeiramente estratégico: “*en Latinoamérica son las empresas las que han tirado de la política exterior más que al revés*”.¹⁰⁸

Efetivamente, a vitória do Partido Popular nas eleições de março de 1996 abriu uma nova etapa no panorama político da Espanha, sem alterar substancialmente, contudo, pelo menos no seu primeiro mandato, as tradicionais prioridades fixadas pelos socialistas em matéria de política externa latino-americana. Nas relações com o Brasil, Aznar colheu os frutos que haviam sido semeados por Felipe González. Sua etapa no governo coincidiu com a abertura comercial e com o processo de estabilização econômica brasileira, que abriram enormes possibilidades de investimento para as grandes empresas espanholas. Desse modo, a partir de 1996, a preocupação dos populares em relação ao Brasil foi focada principalmente em questões de ordem econômica, ficando patente, à medida que ia aumentando o IDE espanhol no Brasil, a subordinação dos aspectos políticos do entendimento bilateral aos temas relacionados com investimento e comércio.

Assim, foram os empresários que praticamente desenharam a política latino-americana de Aznar. Somente no segundo mandato o Presidente popular tentará incluir, de modo desastrado, componentes ideológicos

¹⁰⁸ Andrés Ortega, *El único*, El País, 2 de mayo de 2000.

e políticos nesse desenho. Tentativa da qual, por sinal, o Brasil foi felizmente excluído em função das virtudes do “doux commerce”. Foi evidente a percepção, pelas elites políticas e econômicas espanholas, que o Brasil era um caso à parte e que por essa razão deveria ser tratado de modo respeitoso e moderado.

Bruno Ayllón exprime com clareza a importância atribuída ao Brasil pelos empresários espanhóis, que assumem imediatamente a vanguarda da aproximação bilateral: *“Los empresarios españoles apostaran por el país al comprender que América Latina sin Brasil era como un bellissimo espectáculo sin el principal protagonista en escena. España pasaba a contemplar Brasil como un socio relevante”*. O analista espanhol acredita que foram os empresários que tomaram a dianteira desse processo de aprofundamento das relações bilaterais: *“existen demasiados indicios para poder afirmar abiertamente que, desde la perspectiva de los actores que han intervenido en la transformación radical de las relaciones bilaterales hispano-brasileñas y sin menoscabo de la importancia de la acción político-diplomática, la verdadera transformación en el patrón de relaciones España-Brasil se ha producido gracias a la visión estratégica de algunas elites empresariales españolas que identificaron, en su momento, las enormes posibilidades existentes en Brasil”*.¹⁰⁹

Como sustentam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, os empresários espanhóis, demonstrando oportunismo e determinação, saltaram sobre as oportunidades abertas pelo processo de privatização brasileiro e “fizeram a festa no Brasil”.¹¹⁰

Bruno Ayllon afirma que a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 causou, num primeiro momento, desconcerto no governo e empresariado espanhóis que temiam uma guinada demasiadamente à esquerda na condução do país. Tais temores foram, contudo, rapidamente dissipados em função da maturidade e equilíbrio manifestados por Lula. O novo presidente brasileiro, ao receber, em Madri, em junho de 2003, o Prêmio Príncipe de Astúrias, abriu novas pontes de diálogo com o conservador Aznar que acabaram culminando na elaboração e assinatura, no dia 14 de novembro de 2003, do Plano de Associação Estratégica

¹⁰⁹ Actividades, Textos y Documentos de la política exterior española, Madrid, MAE/OID, 2000, pp.21-22.

¹¹⁰ Cervo, A. e Bueno.C. *História da política exterior do Brasil*, Brasília, Ed.UNB, 2002, pp.481-482

bilateral no contexto da XIII Cúpula Ibero-americana de Santa Cruz de la Sierra.

O Governo Zapatero herdou, pois, um horizonte bilateral desanuviado e procurou administrar uma parceria que já contava com um mapa negociado com o Governo brasileiro. O Presidente socialista buscou, contudo, imprimir uma marca própria a uma relação sem arestas e apostou nos benefícios que poderiam ser extraídos das suas afinidades políticas com Lula nas seguintes áreas: coordenação de posições em temas afetos à paz e ao desenvolvimento, reforço do compromisso do Brasil com o sistema ibero-americano, aceleração das tratativas para a associação entre o Mercosul e a União Europeia e adensamento continuado dos vínculos econômicos.

Com a vitória do PSOE nas eleições de março de 2004, as relações bilaterais se beneficiaram da forte sintonia política e da maior convergência ideológica entre Lula e Zapatero. Os temas econômicos, que haviam dominado a agenda bilateral na etapa Aznar, cederam um pouco de espaço para questões relacionadas com temas políticos e sociais. Nessa fase, Madri e Brasília passaram a explorar novos caminhos, compartilhando uma visão mais solidária das relações internacionais. Apoiada num multilateralismo pacífico e integrador, essa concepção faz da luta internacional contra a pobreza a sua bandeira mais representativa.

Como consequência dessa nova convergência, o Chanceler Moratinos (em julho de 2004) e posteriormente o Presidente Zapatero (em janeiro de 2005) visitam o Brasil. Nessa última ocasião é assinada a Declaração de Brasília sobre a consolidação da Associação Estratégica bilateral. Por sua vez, o Presidente Lula realiza visita à Espanha (em setembro de 2007) com o objetivo de aprofundar a parceria estratégica e apresentar aos empresários espanhóis o PAC, prenúncio de uma nova onda de investimentos espanhóis no Brasil.

1. Periodização das relações bilaterais

Bruno Ayllon divide a história das relações bilaterais em quatro grandes períodos: a) o período que vai até 1979 é caracterizado pela mútua irrelevância bilateral. As relações são amistosas, sem conflitos, mas configuram um modelo relacional inócuo, no qual os interesses vitais de cada parceiro não se realizam. E isto pela simples razão que nunca

encontram ambiente favorável para a sua concretização, visto que tais interesses são estranhos ao próprio padrão de relacionamento bilateral; b) o período que vai de 1979 a 1995, em função da democratização espanhola e da abertura política brasileira, às quais se adicionam os processos de integração vividos por cada país e a estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real, as relações bilaterais começam a sair da sua letargia histórica; c) o período que vai de 1995 a 2003, no qual as relações hispano-brasileiras se dinamizam a uma velocidade vertiginosa e ganham status privilegiado. Nesse momento ocorre a substituição do “eixo sentimental”, que explicava a “entente” cordial e sem peso do passado, por um novo “eixo instrumental”, que passa a dar conteúdo e densidade às renovadas relações bilaterais; d) o período de 2004 até hoje, em que, com o Governo Zapatero, ocorre a consolidação e o amadurecimento do relacionamento hispano-brasileiro.¹¹¹

2. Algumas características históricas das relações bilaterais: a irrelevância mútua

As relações hispano-brasileiras teriam sido caracterizadas, durante quase dois séculos, pela irrelevância mútua e pela falta de interesses em comum. Nesse contexto de indiferença, as relações bilaterais foram presididas pela ausência de conflitos e por uma agenda de “baixo perfil”, concentrada no gerenciamento de questões relacionadas aos fluxos migratórios e aos persistentes superávits comerciais brasileiros (“o grande problema era a falta de verdadeiros problemas”).

Historicamente, as relações hispano-brasileiras foram, portanto, marcadas pela falta de instrumentalidade e pela forte carga retórica e ornamental. Para alguns autores, no longo período histórico que vai da independência até o final do século XX, as relações do Brasil com a Espanha e Portugal foram dominadas por um “eixo de sentimentalidade”, ou seja, por uma diplomacia movida tão somente por vínculos sentimentais. Em oposição a essa vertente sentimental, desenvolveu-se um “eixo instrumental”, que caracterizou, por exemplo, as relações com a Alemanha e a Itália, com os quais se procurou construir uma política

¹¹¹ Bruno Ayllón Pino, *Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1979-2000)*, Universidad Complutense de Madrid, 2004.

externa verdadeiramente funcional destinada à concretização de interesses identificados como mutuamente benéficos.¹¹²

Aparentemente, essa ausência de interesses mútuos relevantes começou a ser superada, ainda que timidamente, a partir de 1956, no contexto da implementação dos respectivos planos nacionais de desenvolvimento. Exemplo dessa nova dinâmica foi a visita à Espanha do Presidente Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956. Todavia, a coincidência de interesses “desenvolvimentistas” apresentava então poucas possibilidades materiais (pela fragilidade estrutural das duas economias) de ser traduzida num relacionamento bilateral mais denso.

Para o Brasil de Kubitschek, tendo em vista que a Espanha de Franco era incapaz de ser funcional ao programa de industrialização baseado na substituição de importações e ao Plano de Metas, as relações bilaterais mostravam-se de pouco interesse instrumental. A Espanha era encarada como um país que não tinha condições objetivas para participar do desenvolvimento do Brasil, razão pela qual era considerada irrelevante para a diplomacia brasileira. Para a Espanha de Franco, o Brasil apresentava igualmente importância marginal. O único interesse político permanente dos dois países era manter o clima de cordialidade existente.

É importante destacar que uma característica que alimentou essa irrelevância mútua teve a ver com questões internas espanholas derivadas da sua exclusão do sistema decisório internacional no século XIX, marginalização que influenciou na política exterior do país, acuando-a a assumir, de modo passivo, um lugar secundário nas relações internacionais (e, conseqüentemente, a ter uma posição “distante” e “acanhada” em relação ao Brasil).

Vários analistas enfatizam que a política exterior espanhola ao longo do século XIX e boa parte do XX foi marcada e condicionada pela realidade de um país que experimentou a traumática perda do seu Império americano entre os anos 1825 e 1898. Como diz José Maria Jover, diante do avanço dos imperialismos europeu (britânico, francês, alemão, belga etc.) e norte-americano, “*España se arruga y diluye*”.¹¹³

¹¹² Ver Antônio Carlos Lessa, *A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais*, Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 41 número especial “40 anos”, 1998.

¹¹³ O historiador define com clareza as características da política exterior espanhola no século XIX, afirmando que “en el cuadro general de la política mundial ochocentista, España es

Jover afirma que a realidade internacional da Espanha estava determinada nesse longo período pela primazia das condições internas (profundamente conflituosa) sobre as externas (pouco problemáticas, pois praticamente inexistentes). Nesse sentido, a crescente marginalização provoca a inação do país: a neutralidade e o “*recogimiento*”, vistos como sinônimos de auto-exclusão e de introversão em questões internacionais.

Todos esses elementos – isolamento, neutralidade, “*recogimiento*”, predomínio da política interna sobre a externa, introversão – provocam o fenômeno que a geração de intelectuais de 98 e 14 chama de “*tibetización*”, que expressa a complexa situação de presença/ausência da Espanha no mundo. Como consequência dessas características de comportamento, Jover define a Espanha até o desaparecimento de Franco como uma pequena potência mundial, débil tanto do ponto de vista econômico como político e militar. Como um país marginal e distante dos principais centros decisórios mundiais. Como um ator passivo, ensimesmado, voltado para dentro, em permanente crise, dependente das suas questões domésticas e em perpétuo combate contra as suas próprias misérias morais, sociais e políticas. Como um país atormentado pela incapacidade de superar positivamente o eterno tema da encarniçada luta entre as “Duas Espanhas”.

Somente o fim desse isolamento secular, com a entrada na CEE, permitirá à Espanha esquecer um pouco os seus demônios internos (ainda não de todo resolvidos) para olhar para outros horizontes, força propulsora que favoreceu, alentou e permitiu a intensificação das relações com o Brasil nos últimos vinte anos.

3. A superação da irrelevância mútua: a construção da relação privilegiada e a chegada dos investimentos espanhóis ao Brasil

A superação da irrelevância mútua que caracterizou o baixo perfil dos contatos entre o Brasil e a Espanha ocorreu mais tarde e teria obedecido a três momentos:

una pequeña potencia, situada en posición geográfica periférica con relación a unos pueblos protagonistas, y tan radicalmente introvertida que neutraliza con una pasividad internacional casi absoluta la agotadora actividad de sus luchas y tensiones interiores”. José Maria Jover, Caracteres de la política exterior de España en el siglo XIX e La percepción española de los conflictos europeos: notas históricas para su entendimiento, Em J.M. Jover (org) España en la política internacional, siglos XVIII-XX, Madrid, M. Pons, 1999.

O primeiro será o processo de transição democrática espanhola que começa com o Governo Suárez e termina com a promulgação da Constituição de 1978. De modo paralelo, começa no Brasil, a partir de 1974, um processo de abertura política que culminará com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1984. O fato simbólico que marca o início da superação da irrelevância mútua é a visita do Presidente Adolfo Suárez ao Brasil em 1979, a primeira realizada por um presidente de Governo espanhol em cento e cinquenta e sete anos de independência brasileira. A partir de então, ambos países intensificarão contatos, fundamentalmente no terreno político, a fim de compartilhar as experiências vividas no difícil caminho de volta à democracia. O processo de transição da Espanha transforma-se numa referência fundamental para o processo de democratização brasileira. Além disso, são bem recebidas em Brasília as primeiras tentativas espanholas de modificar as bases da política ibero-americano do franquismo, que havia historicamente repercutido negativamente nas percepções mútuas.

O segundo será marcado pela participação do Brasil e da Espanha nos seus respectivos processos de integração regional. São os processos de redemocratização que abrem caminho para esse esforço integrador. Ao mesmo tempo em que a Espanha consegue, em 1986, ver finalmente reconhecida a sua aspiração de ingressar na CEE, os Presidentes Sarney e Alfonsín estabelecem as bases fundacionais do Mercosul. A participação dos dois países em esquemas paralelos de integração acabará impulsionando os respectivos processos de desenvolvimento econômico – sobretudo o da Espanha, que conhece, após a entrada na CEE, um vigoroso processo de modernização econômica – e reforçando as aspirações políticas de construir uma relação bilateral mais densa e ambiciosa.

O terceiro será o processo de estabilidade econômica no Brasil, com a colocação em prática, em 1994, do Plano Real. A maior estabilidade macroeconômica e o programa de privatizações dos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso possibilitarão a criação de um ambiente econômico propício para a chegada das grandes empresas espanholas ao Brasil a partir de meados da década. Nesse momento, passam a existir as bases materiais para que o Brasil seja identificado como um mercado extremamente atrativo pelos agentes econômicos espanhóis. Cabe adicionar, ademais, que estes obviamente encaram o espaço ampliado do Mercosul como um fator adicional de atração para o IDE espanhol.

Temos, desse modo, o trinômio democratização-integração-estabilidade econômica como o fator explicativo e determinante da nova relação hispano-brasileira. A partir de meados dos anos 90, passam a existir verdadeiros interesses comuns no campo econômico. O sentimentalismo do passado é definitivamente substituído por um sólido eixo instrumental.¹¹⁴

4. Conclusões: os investimentos espanhóis como os fatores de vanguarda no processo de superação do antigo eixo sentimental das relações bilaterais por um novo eixo verdadeiramente instrumental

A progressiva identificação entre os dois regimes políticos, a existência de experiências similares no campo da transição para a democracia, as visões compartilhadas sobre o papel da integração regional como instrumento propício para a inserção no mundo, a extraordinária prosperidade econômica espanhola e as reformas estruturais no Brasil possibilitaram as condições para que as empresas espanholas identificassem no mercado brasileiro uma oportunidade única de internacionalização. O somatório desses fatores tornou possível a superação, pelos dois países, das características históricas de introversão das suas políticas exteriores e das respectivas tentações autárquicas no campo da economia. Em suma, a conjunção dessas três poderosas forças criativas possibilitou a instrumentalização das relações bilaterais, que passaram a conhecer um dinamismo nunca antes previsto.

¹¹⁴ Segundo Bruno Ayllon, “estos tres momentos, que se sintetizan en el trinomio democratización integración- estabilidad económica, parecen ser los factores explicativos y las fuerzas profundas que impulsan una nueva relación hispano-brasileña marcada, en la década de los años noventa del siglo XX, por la existencia de intereses comunes en el campo económico. Desde la óptica española, el país necesitaba, quería y podía invertir en Brasil para realizar así, a través del proceso de internacionalización de las empresas nacionales, sus intereses económicos y dar respuesta a los desafíos que el mercado latino-americano representaba. Desde la perspectiva brasileña, el país necesitaba capitales extranjeros para cubrir las necesidades financieras de su desarrollo, consolidar de esta forma sus procesos de privatización y responder a las demandas de competitividad en el contexto del proceso de globalización económica (...) En el campo político y en la esfera multilateral España identifica en Brasil la gran puerta de acceso al MERCOSUR. Brasil, por su parte, se interesa en la posibilidad de que España ejerza en el seno de la UE un papel político mediador, eliminador de obstáculos, para lograr el acceso de sus productos agrícolas al protegido mercado europeo”. Bruno Ayllon, obra citada, capítulo 6, páginas 303-331.

O trinômio democratização-integração-estabilidade econômica promoveu o maior conhecimento recíproco entre as respectivas elites políticas, criou poderosos vínculos econômicos entre ambas economias, que passaram a ser fortemente interdependentes, e abriu caminho para uma maior aproximação cultural entre os dois povos. Foi ele que eliminou a “indiferença letárgica” do passado e possibilitou a radical transformação das relações entre o Brasil e a Espanha, que entraram numa nova fase na qual a irrelevância foi definitivamente substituída por uma associação privilegiada e estratégica. Foi ele que possibilitou, na segunda metade da década dos anos 90, a chegada dos investimentos espanhóis, os quais rapidamente se colocaram na vanguarda desse processo de “aggiornamento” das relações bilaterais.

Naquele momento, a economia tomou a dianteira da política. Os investimentos espanhóis, que haviam começado um ambicioso processo de “latino-americanização” produtiva, incluíram o Brasil nos seus planos de internacionalização. A “brasilização” do IDE espanhol deu uma nova dinâmica às relações bilaterais, que passaram a ser presididas, a partir de 1996, por uma dimensão preponderantemente econômica. A economia abriu, desse modo, a porta para a política e para a cultura. Os dois países, que haviam vivido até então praticamente de costas um para o outro, compreenderam o enorme potencial dessa relação privilegiada. Os investimentos espanhóis foram os principais agentes do salto quantitativo e qualitativo das relações bilaterais. Foram eles que possibilitaram a passagem do eixo sentimental – que havia caracterizado por séculos os entendimentos entre os dois países – ao novo eixo instrumental, que permitiu à Espanha transformar-se de amigo cordial em sócio estratégico do Brasil.

A profunda crise econômica e financeira que atinge atualmente a Espanha parece ter consagrado a “vitória” do hispanoamericanismo de Unamuno sobre o europeísmo de Ortega y Gasset. O marasmo econômico europeu demonstra que a Europa deixou de ser a única “solução” para uma Espanha com mais de 20% da sua população ativa sem emprego, com bancos e empresas em situação de pré-bancarota, com uma economia sem qualquer condição objetiva de novamente alçar voo a curto e médio prazos. Do sonho de transformar-se numa das principais potências europeias, a Espanha passou à constrangedora condição de integrante do chamado grupo dos piores alunos da zona do euro, os

PIIGS. Juntamente com Portugal, Irlanda, Itália e Grécia, a Espanha, até ontem país-modelo, passou a ser vista com crescente desconfiança pelos mercados que viraram as costas aos papéis da dívida soberana espanhola. Em contrapartida, cada vez mais a América Latina e, sobretudo, o Brasil se credenciam igualmente como solução para os problemas espanhóis.

Prova contundente dessa inflexão é dada pelo Banco Santander que tem conseguido escapar da crise espanhola através dos seus excelentes resultados no mercado brasileiro. No segundo semestre de 2009, o Santander S.A, resultante da fusão da filial brasileira do Santander com o ABN AMRO Real, fez oferta bilionária de ações na bolsa brasileira para reforçar a estrutura de capital do grupo Santander. A oferta, que conseguiu levantar a impressionante soma de 8,05 bilhões de dólares, teve o objetivo primário de aumentar o capital da filial brasileira, mas também o secundário de reforçar o caixa da matriz, ameaçado por empréstimos imobiliários de cobrança duvidosa na Espanha. Além dessa oferta pública de ações, o balanço geral do grupo tem contado com o socorro dos fantásticos lucros obtidos por sua filial brasileira. Em 2009, no meio da maior crise financeira pós-1929, o Santander Brasil teve lucro líquido de R\$ 5,508 bilhões, resultado 40,8% superior ao de 2008. Já o grupo na Espanha anunciou, nesse mesmo ano, o segundo maior lucro da história da instituição, 8,943 bilhões de euros, graças principalmente aos resultados da ampliação de capital no Brasil. No primeiro trimestre de 2010, em plena tormenta espanhola, o lucro do grupo aumentou 6%, impulsionado sobretudo pelos resultados da filial brasileira que, sozinha, tem sido responsável por quase 25% dos lucros mundiais do Santander. Todos esses resultados demonstram que a matriz do banco somente conseguiu evitar a situação pré-falimentar que atinge a maioria das instituições financeiras espanholas - Banco Sabadell, Banco de Valencia, Bancaja, Caja Mediterraneo, Caja Madrid etc – graças à blindagem oferecida pelo Santander Brasil.

No confronto de ideias entre o regeneracionismo de Ortega y Gasset, que se traduz no europeísmo e na Europa como solução para a Espanha, e o casticismo iberista de Unamuno, do qual surge a percepção de que a verdadeira salvação da Espanha se encontra nas suas próprias raízes históricas e culturais, a atual crise econômica que atinge o país parece dar razão ao mestre basco. Desse casticismo também regeneracionista de Unamuno nasce a certeza de que a Espanha também se salva na

América Latina (e cada vez mais no Brasil). A certeza de que a redenção do país encontra igualmente amparo na existência de elementos culturais comuns em ambos lados do Atlântico, diante dos quais as angústias dos espanhóis se diluem pelo fato de pertencerem a um mundo maior e mais rico, heterogêneo e homogêneo ao mesmo tempo.



Bibliografía

a) Livros e Teses

ABELLÁN, José Luis. **Visión de España en la Generación del 98 (antología)**, Madrid, Editorial Magisterio Español, 1963.

_____. **Los españoles vistos por sí mismos**. La visión que los españoles han tenido de sí mismos a partir de los años en que se constituyó la unidad nacional. Madrid, Turner, 1986.

_____. **Historia crítica del pensamiento español**. T.V, Madrid, Espasa Calpe, 1988.

ABELLÁN, José Luis e MONCLÚS, Antonio. (coord.), **El pensamiento español contemporáneo y la idea de América**. Barcelona, Anthropos, 1989.

ACUÑA, Luis Ramón. **Como los dientes de una sierra**. Francia y España de 1975 a 1985, una década. Barcelona, Plaza y Janés, 1986.

AIETI: Elementos para una renovada política ibero-americana: España y América Latina en el sistema internacional, Madrid, AIETI, 2000.

ALCÁNTARA, M. e MARTINEZ, A (eds), **Política y gobierno en España**, Tirant lo Blanch, Colección Ciencia Política, Valencia, 2001.

ALCÁNTARA, María e ORTIZ, María Salvadora. **Relaciones entre América Latina y Europa: balance y perspectivas**. Secretaría General Ibero-americana, SEGIB. Salamanca, Editorial: Universidad de Salamanca, 2008.

ALGIERI, F. e REGELSBERGER, E. (org) **Sinergy at Work**. Spain and Portugal in European Foreign Policy. Bonn. Europe Verlag, 1996.

ALONSO, Antonio. **España en el Mercado Común**. Del acuerdo del 70 a la Comunidad de los Doce. Madrid, Espasa-Calpe, 1985.

ALONSO, José e DONOSO, Vicente. **Efectos de la adhesión de España a la CEE sobre las exportaciones de Iberoamérica**, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1983.

ALTAMIRA, Rafael. **Psicología del pueblo español**, Madrid, Biblioteca Nueva, 1902.

_____. **España en América**. Valencia: Sampere, 1905.

_____. **La huella de España en América**, Madrid, Editorial Reus, 1924.

_____. **Los elementos de la civilización y del caracter españoles**. Buenos Aires, Editorial Lozada, 1956.

ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta. **El sur de Europa y la adhesión a la Comunidad. Los debates políticos**. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas - CIS, 1996.

AMARAL, Aracy. **A Hispanidade em São Paulo**. Da casa rural à Capela de Santo Antonio. São Paulo, Nobel, 1981.

AMOEDO, Margarida Isaura A. **José Ortega y Gasset: A aventura filosófica da educação**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002.

ANGOUSTURES, Aline, **L'opinion française et l'Espagne, 1945-1975**, 2 vol., Paris, thèse de l'Institut d'Études Politiques de Paris, 1987.

ANUARIO ELCANO AMÉRICA LATINA 2002. Madrid, Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2003.

ARAHUETES, Alberto et alli.. **La empresa española en Brasil y Rusia: oportunidades similares, ritmos diferentes**. Madrid, Círculo de Empresarios, 2006.

ARAHUETES, Alfredo e HIRATUKA, Celio. **Relaciones Económicas entre España y Brasil**. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2007.

ARCA NÚÑEZ, Pedro. **Os tres Felipes da Espanha que foram Reis do Brasil: reivindicação histórica dos 60 anos do período filipino: um capítulo esquecido da História do Brasil**, São Paulo, Edigraf, 1957.

ARDAO, Arturo. **Génesis de la Idea y el Nombre de América Latina**. Centro de Estudios Latino-americanos «Rómulo Gallegos», Caracas, 1980.

ARENAL, Celestino del. **España e Iberoamérica**. De la Hispanidad a la Comunidad Ibero-Americana de Naciones. Madrid: Cedeal, 1989.

_____. **España y América Latina 200 años después de la Independencia**. Valoración y perspectivas. Madrid, Marcial Pons, 2009.

_____. **Política exterior de España hacia Iberoamérica**. Madri, Ed. Complutense, 1992.

ARENAL, Celestino del (coord). **Las Cumbres Ibero-americanas (1991-2005). Logros y desafíos**. Madri, Fundación Carolina, 2005.

ARENAL, Celestino del e NAJERA, A. La Comunidad Ibero-americana de Naciones. Pasado, presente y futuro de la política ibero-americana de España. Madri, CEDEAL, 1992.

ARMERO, José Mario. **Política exterior de España en democracia**. Madrid, Espasa-Calpe, 1989.

AUBERT, Paul, **Les Espagnols et l'Europe (1890-1939)**, Toulouse, Presses universitaires du Mirail, 1992.

AVELÉS, J e PARDO, R. **La política exterior de España en el siglo XX**, Madrid, UNED/Biblioteca Nueva, 1999.

AYALA, Francisco. **La imagen de España**. Continuidad y cambio en la sociedad española, Madrid, Alianza editorial, 1986.

AYLLÓN PINO, Bruno. **Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política externa brasileña**, mimeo (tese de doutoramento). Madri, Universidad Complutense, 2004.

_____. **Las relaciones hispano-brasileñas: de la mutua irrelevancia a la asociación estratégica (1945-2005)**. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2007.

AVENEL, Jean-David. **La guerre-hispano-américaine de 1898: la naissance de l'impérialisme américain**. Paris, Economica, 2007.

AXT, Gunter e Schuler Fernando (orgs). **Intérpretes do Brasil: cultura e identidade**. Porto Alegre, Artes e Ofício, 2004.

AZNAR, José María. **España, la segunda transición**, Madri, Espasa Calpe, 1994.

_____. **Ocho años de Gobierno, una visión personal de España**. Madri, Planeta, 2005.

AZORIN. **Las confesiones de un pequeño filósofo**. Madri, Aguilar, 1959.

BARBÉ, E. **La política europea de España**. Barcelona: Ariel, 1999.

BARBÉ, Esther (coord.). **España y la política exterior de la UE**. Entre las prioridades y los desafíos del contexto internacional. Barcelona: Institut Universitari d'Estudis Europeus, 2002.

BARBOSA, José Carlos. **Formación del patronato ibérico y su influencia en Brasil (1580-1640)**, Tese de Doutorado, Universidad de Sevilla, 1995.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e Artificio**. Iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.

BASSOLS, Raimundo. **España en Europa**. Historia de la adhesión a la Comunidad europea, 1957-1985. Madrid, Estudios de Política Exterior, 1995.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico**. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru, Editora EDUSC, 2003.

BÉCKER, Jerónimo. **Historia de las relaciones exteriores de España durante el siglo XIX**: apuntes para una historia diplomática. Pamplona, Analecta, 2006.

BENASSAR, Bartolomé (dir.). **Histoire des Espagnols**. Paris, R. Laffont, 1992.

BIESCAS, José Antonio. **España bajo la dictadura franquista (1939-1975)**. Barcelona: Labor, 1980.

BIRCH, M. H. e Haar, J. (Editores), **The Impact of Privatization in the Americas**, North-South Center Press, University of Miami, 2000.

BOREL, Jean-Paul. **Introducción a Ortega y Gasset**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

BOYD, Carolyn P. **Historia patria. Política, historia e identidad nacional en España: 1875-1975**. Barcelona, Pomares-Corredor, 2002.

BUENO, Gustavo. **España frente a Europa**. Barcelona: Alba Editorial, 1999.

BURGORGUE-LARSEN, Laurence, **L'Espagne et la Communauté européenne**, Bruxelles, Études européennes, éditions de l'Université de Bruxelles, 1995.

CACHO VIU, V. **Repensar el noventa y ocho**. Madrid: Biblioteca nueva, 1997.

CAICEDO CASTILLO, José Joaquín. **El Panamericanismo**. Buenos Aires, Editorial Roque Depalma, 1961.

CALDAS, Sérgio. **Teoria da História em Ortega y Gasset: a partir da razão histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

CALDEIRA, Giovana Figueira Herdy. **As relações políticas e econômicas entre Brasil e Espanha da transição democrática a nossos dias**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2008.

CALDUCH, Rafael. **Dinámica de la sociedad internacional**, Madrid, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, Colección de Información y comunicación, 1993.

CALDUCH, Rafael. (coord.). **La política exterior española en el siglo XX**. Madrid, Ediciones de Ciencias Sociales, 1984.

CALVO CARILLA, J. L. **La cara oculta del 98**. Místicos e intelectuales en la España del fin de siglo (1895-1902). Madrid: Cátedra, 1998.

CAMILLERI, Arturo (coord.). **La agricultura española ante la CEE**. Madrid, Instituto de estudios economicos, 1984.

CARBALLO, Felipe. **Las relaciones económicas entre España y Brasil en el contexto de América Latina durante la década desarrollista: 1970-1980**. Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política: a história que vivi**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

CARO BAROJA, Julio. **Estudios sobre la vida tradicional española.** Barcelona, Ediciones Península, 1988.

CARR, Raymond. **España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980.** Barcelona, Ariel, 2003.

CASA DE AMÉRICA: **Declaración de la Conferencia Ibero-americana.** Guadalajara, México, 1991.

CASA DE AMÉRICA: **Documento I Encuentro de Jóvenes Ibero-americanos.** Madrid, España, 1992.

CASILDA, Ramón. **La Década Dorada, Economía e Inversiones Españolas en América Latina.** Madrid, Universidad de Alcalá, 2002.

CASILDA, Ramón, DÍAZ, Aurora e RECIO, Eugenio M. **La economía en América Latina ante el siglo XXI del Congreso de Washington al pacto de Estabilidad y Crecimiento de la Unión Europea,** la cumbre de Monterrey de Naciones Unidas, la agenda del Desarrollo de Barcelona y la Cumbre Ibero-americana de Salamanca, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 2006.

CASTIELLA, Fernando. **Una batalla diplomática.** Barcelona, Planeta, 1976.

CASTRO, Américo. **España en su historia. Cristianos, moros y judíos.** Buenos Aires, Editorial Lozada, 1948.

CASTRO, Sérgio (orgs.). **Temas de Política Externa Brasileira II, V. I,** São Paulo/Brasília: FUNAG-IPRI, 1994.

CECCHINI, Daniel e ZICOLILLO, Jorge. **Los Nuevos Conquistadores: El Papel de los Gobiernos y las empresas españolas en el vaciamiento de Argentina.** Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2002.

CERVO, Amado Luiz (org). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias.** Brasília, Editorial da UNB, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina. Velhos e novos paradigmas.** Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais- FUNAG, 2001.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil,** Brasília, Editora da UNB, 2002.

CERVO, Amado e CALVET DE MAGALHAES, José. **Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil (1808-2000),** Brasília, Editora da UNB/IBRI, 2000.

CHACON, Vamireh. **A grande Ibéria.** Convergências e divergências de uma tendência. São Paulo, Editora UNESP, 2005.

CHISLETT, William. **La Inversión Española Directa en América Latina: retos y Oportunidades.** Madri, Instituto Real Elcano, 2003.

CLOSA, C. **La Europeización del sistema político español,** Madrid, Istmo, 2001.

COSTA, Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes. **As duas Espanhas e o Brasil.** Brasília, Instituto Rio Branco, Tese XLII Curso de Altos Estudos, 2007.

COTARELO, Ramón. (org.), **Transición política y consolidación democrática, España (1975-1986).** Madri, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992.

CRESPON MacLennan, Julio, **España en Europa, 1945-2000. Del ostracismo a la modernidad,** Madrid, Marcial Pons Ediciones de Historia, 2004.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial.** Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

DARÍO, Rubén. **Obras completas.** Madrid, Afrodisio Aguado, 5 vols, 1950-1953.

DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo. **Imperio de papel.** Acción cultural y política exterior durante el primer franquismo. Madrid: CSIC, 1992.

_____. **Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamérica.** 1939-1953. Madrid: CSIC, 1988.

DE LOMBAERDE, P. et alt. (eds.) **Del regionalismo latino-americano a la integración interregional.** Madrid: Siglo XXI y Fundación Carolina, 2008.

DESCOUZIS, Paul. **Cervantes y la generación del 98.** La cuarta salida de don Quijote, Madrid, Ediciones Ibero-americanas, 1970.

DÍAZ BARRADO, Cástor Miguel (org). **Perspectivas sobre las relaciones entre la Unión Europea y América Latina,** Madrid, Universidad Carlos III/Boletín Oficial del Estado, 2008.

DINIZ, Alai Garcia (org). **Hispanismo 2004.** Florianópolis: UFSC, 2006.

DUPAS, Gilberto (org). **A transição que deu certo.** O exemplo da democracia espanhola. São Paulo, Trajetória cultural, 1989.

DROMI, R. e MOLINA DEL POZO, C. **Acuerdo Mercosur – Unión Europea.** Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1996.

DURÁN, Juan José. **Multinacionales españolas en Iberoamérica: valor estratégico.** Madri, Universidad Autónoma de Madri, Centro Internacional Carlos V, Ediciones Pirámide, 1999.

DURÁN Juan José (coordinador). **La Empresa Multinacional Española: Estrategia y Ventajas Competitivas.** Madrid, Minerva Ediciones, 2005.

DURANTEZ PRADOS, Frigidiano Alvaro. **La Comunidad de Países de Lengua Portuguesa y la Comunidad Ibero-americana de Naciones. Aproximación comparativa. ¿Hacia una Comunidad Pan-ibérica de Naciones?,** Tese, Master en Estudios Superiores Ibero-americanos, UCM, septiembre de 1997.

DUJOVNE, Leon. **La Concepción de la Historia en la Obra de Ortega y Gasset.** Buenos Aires: Santiago Rueda Editor, 1968.

DULPHY, Anne, **La politique de la France à l'égard de l'Espagne de 1945 à 1955**. Entre idéologie et réalisme, Paris, Imprimerie nationale, coll. « Diplomatie et Histoire », 2002.

EGIDO LEÓN, Maria de los Ángeles. **Política exterior durante la II República**. Madrid, UNED, 1987.

ESCÁMEZ SÁNCHEZ, Juan. **José Ortega y Gasset. El problema de España es un problema educativo**. París, UNESCO, *Perspectivas: Revista trimestral de Educación comparada*, n. 3-4, 1993.

ESCRIBANO UBEDA-PORTUGUÉS, José. **El papel de España en la evolución de las relaciones internacionales entre la UE y América Latina (1985–1995)**, Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid, 1998.

_____. **La dimensión europea de la política exterior española hacia América Latina**. Madrid, Vision Net, 2005.

_____. **Veinte años de relaciones entre España e Ibero-america en el marco de la Unión Europea**. Madrid, Editorial Vision Net, 2007.

FERNÁNDEZLIESA, Carlos. **Las bases de la política exterior europea**. Madrid, Editorial Tecnos, 1994.

FERREIRO, J.L. e ALONSO, L.G (org). **La fiscalidad de las inversiones españolas en Brasil**. Madrid, Marcial Pons, 2006.

FOMERTÍN IBAÑEZ, Justo; VILLEGAS SANZ, Maria José. **Relaciones Culturales entre España y América: la Junta para la Ampliación de Estudios**. Madrid: Mapfre, 1992.

FOX, Iman. **La Invención de España**. Madrid: Cátedra, 1998.

FRANKL, Victor: **Espíritu y Camino de Hispanoamérica**. Bogotá, Editorial A.B.C, 1953.

FRERES, Christian (coord). **La cooperación de las sociedades civiles de la UE con América Latina**. Madrid: Aieti, 1998.

FRERES, Christian. **Desafíos para una nueva asociación encuentros y desencuentros entre Europa y América latina**, Madrid, Editorial: Los Libros de la Catarata, 2004.

_____. **América Latina y la Unión Europea - estrategias para una asociación necesaria**. Barcelona, Icaria Editorial, 2006.

FRERES C. et alt. (eds.) **¿Sirve el diálogo político entre la UE y América Latina?**. Documento de trabajo. No. 15. CEALCI, Fundación Carolina. 2007.

FRERES, Christian e SANZ, Antonio (eds.), **Las Comunidades Autónomas españolas y América latina: Una nueva dimensión de la conexión ibero-americana**, Madrid, Síntesis-AIETI, 2002 .

FRERES, C. e SANAHUJA, J. A. (coords.). **América Latina y la Unión Europea**. Estrategias para una asociación necesaria. ICARIA Antrazit, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Edição crítica. Fundação Vitae. Coleção Archivos n. 55, Université de Paris X, Nanterre, 2002.

_____. **Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

_____. **O luso e o trópico**. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V. Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961.

FUNDACION ALTERNATIVAS. **Informe sobre la Democracia en España/2007: La estrategia de la crispación**. Madri, Fundación Alternativas, 2007.

FUNDACION ALTERNATIVAS. **Las bases y los límites del consenso en la política exterior española**, Madri, julho de 2005.

FUNDACION CENTRAL HISPANO. **Paisaje y figura del 98**, Madri, 1997.

FUNDACION JOSÉ ORTEGA Y GASSET. **El Madrid de Ortega**. Madri, Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 2006.

FUNDACIÓN PABLO IGLESIAS. **España ante el reto de Europa**. FPI, PSOE, Madrid, 1985.

GALVAO DE SOUSA, José P. **O Brasil no mundo hispânico**, São Paulo, Herder, 1962.

GANIVET, Ángel. **Idearium español. El porvenir de España**. Madrid: Austral, 1976.

GARCÍA-BARROSO, Rosa María. **El triángulo económico España - USA - América Latina**. Madrid, Universidad de Alcala de Henares, 2002.

GARCÍA BLANCO, Manuel. **Unamuno y América**. Madri, Gredos, 1964.

GARCÍA DELGADO, José Luis (org). **Modernización y relaciones económicas España y América Latina**. Madrid, Editorial Civitas, 2008.

GARCÍA MOREJÓN, J. **Unamuno y Portugal**. Madrid: Cultura hispánica, 1964.

GARCÍA MORENTE, Manuel. **Idea de la Hispanidad**. Madrid: Austral, 1961.

GARRIDO ARDILA, Juan Antonio. **Etnografía y politología del 98. Unamuno, Ganivet y Maeztu**, Madrid, Biblioteca Nueva, 2007.

GAVALDÁ, Marc. **La recolonización. Repsol en América Latina: invasión y resistencias**. Barcelona, Icaria, 2003.

GIL, Julio Pecharromán. **La política exterior del Franquismo: entre Hendaya y El Aaiún**. Madrid, Flor del Viento Ediciones, 2008.

GILLESPIE, Richard. **Spain and the Mediterranean.** Developing policy towards the South, Londres, Macmillan Press, 2000.

GILLESPIE, Richard, RODRIGO, Fernando e STORY, Jonathan (ed.). **Las relaciones exteriores de la España democrática.** Madri, Alianza Universidad, 1995.

GILLESPIE, R, RODRIGO, F e STORY, J (orgs). **Democratic Spain. Reshaping External Relations in a Changing World.** Londres: Routledge, 1995.

GILLESPIE, R e YOUNGS, R. (eds.). **Spain: The European and International Challenges,** Londres, Frank Cass, 2001.

GIRÁLDES PIDAL, Elena. **La Internacionalización de las Empresas Españolas en América Latina.** Madrid, Consejo Economico y Social, 2002.

GÓMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe. **Modernizar España: proyectos de reforma y apertura internacional (1898-1914).** Madrid, Editorial Trotta, 2007.

GÓMEZ GALÁN, Manuel e SANAHUJA, José Antonio. **El sistema internacional de cooperación al desarrollo.** Una aproximación a sus actores e instrumentos, Madrid, CIDEAL, 1999.

GONZÁLEZ, Felipe. **Memorias del Futuro.** Madri, Santillana, 2003.

GONZÁLEZ, Felipe (org). **Iberoamérica 2020: retos ante la crisis,** Madrid, Siglo XXI, 2009.

GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. **El pensamiento político de la derecha española en el siglo XX de la crisis de la Restauración al Estado de partidos (1898-2000).** Madrid, Tecnos, 2005.

GONZÁLEZ EGIDO, L. **Miguel de Unamuno.** León: Junta de Castilla y León, 1997.

GUELL, A.M e VILA, M. **América Latina y España. Un futuro compartido.** Barcelona, Ediciones del Bronce, 2000.

GUILLEN, Mauro. **The Rise of Spanish Multinationals.** Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

_____. **El auge de la empresa multinacional española.** Madri, Fundación Rafael del Pino, Marcial Pons, 2006.

GUILHON, José Augusto (org.) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990).** São Paulo: Cultura, 1996.

GRILLI, E. **The European Community and the Developing Countries.** Cambridge: U. P, 1993.

HERMET, Guy. **Les catholiques dans l'Espagne franquiste.** Paris, Presses de la FNSP, 1981.

HIRSCHMAN, Albert O. **The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph.** Princeton, Princeton University Press, 1977.

HORCAJO, Xavier. **Al otro lado del Atlántico: la aventura equinoccial de la empresa española en América Latina.** Barcelona, Laia Libros, 2004.

HOSANNAH, Eduardo de Mattos. **Investimentos diretos espanhóis no Brasil: evolução, incertezas e perspectivas.** Brasília, Instituto Rio Branco, Tese LI Curso de Altos Estudos, 2007.

ICI (INSTITUTO DE COOPERACIÓN IBERO-AMERICANA) e CEPAL (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA): **Las relaciones económicas entre España e Iberoamérica.** Madrid, Ediciones Cultura Hispánica, 1982.

IRELA. **Inversión extranjera directa en América Latina: la perspectiva de los principales inversores,** Madrid, 1998.

IRELA. **La inversión directa europea en América Latina: los réditos de la apertura y la privatización**, 2000.

IRELA. **La política europea de desarrollo hacia América Latina: tendencias y perspectivas**, 2000.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos. Franco e Salazar. **As relações luso-espanholas durante a Guerra Fria**, Lisboa, Assirio&Alvim, 1996.

JOVER ZAMORA, José María. **España en la Política Internacional, siglos XVIII-XX**, Madrid, Marcial Pons, 1999.

JULIA, Santos. **Historia de las dos Españas**. Madri, Taurus, 2004.

JULIA, Santos, PEREZ, Joseph, e VALDEON, Julio. **Historia de España**. Madri, Espasa Calpe, 2003.

KINOSHITA, F. **Mercosul e União Européia: De la Cooperación al Libre Comercio**. Rio de Janeiro: Papel E Virtual, 2001.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **Ortega y Gasset – A Aventura da Razão**. São Paulo: Moderna, 1994.

LAFER, Celso. **Mudam-se os Tempos. Diplomacia Brasileira – 2001/2002**. Brasilia, Fundação Alexandre Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

LA PORTE, María Teresa. **La Política europea del régimen de Franco (1957-1962)**. Pamplona, EUNSA, 1992.

LARUBIA PRADO, Francisco. **Una encrucijada española ensayos críticos sobre Miguel de Unamuno y José Ortega y Gasset**. Madrid, Biblioteca Nueva, 2005.

LAMO DE ESPINOSA, Emilio. **Bajo puertas de fuego**. El nuevo desorden internacional. Madrid: Taurus, 2004.

LASAGA MEDINA, José. **José Ortega y Gasset (1883-1955): vida y filosofía.** Madrid, Biblioteca Nueva, 2003.

LOCKEY, Joseph Byrne. **Orígenes del Panamericanismo.** Caracas, Empresa El Cojo, 1927.

LONDOÑO, Julio. **La visión geopolítica de Bolívar.** Bogotá, Imprenta del Estado Mayor General, 1950.

LUBISCO BRANCATO, Sandra María. **Las relaciones hispano-brasileñas a fines del siglo XIX,** Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid, 1983.

MADARIAGA, Salvador de. **Spain,** Nova York: Scribner, 1930.

MAEZTU, Ramiro. **Defensa de la Hispanidad.** Buenos Aires: Huemul, 1986.

MAÍZ, Claudio. **Constelaciones unamunianas. Enlaces entre España y América (1898-1920).** Universidad de Salamanca, 2009.

MALLO, Tomás. **España e Iberoamérica: Fortaleciendo la relación en tiempos de incertidumbre.** Madrid, AIETI, 2001.

MARAÑÓN, Gregório (coord). **El alma de España.** Madri, Editorial Mayfe, 1950.

MARAVALL, José Antonio. **Estado Moderno y mentalidad social,** Madri, Librería la Candela, 1972.

_____. **La cultura del Barroco.** Análisis de una estructura histórica. Barcelona, Ariel, 1996.

_____. **Poder, honor y élites en el siglo XVII.** Madri, Siglo XXI, 1984.

MARÍAS, J. **La Corona y la Comunidad Hispánica de Naciones,** Madrid, Asociación Francisco López Gomara, 1992.

MARKS, Michael P. **The formation of european policy in Post-Franco Spain.** The role of ideas, interest and knowledge. Aldershot, Avebury, 1997.

MARQUINA Barrio, Antonio. **España en la Política de seguridad occidental (1939-1986)**, Madrid, ediciones del Ejército, 1986.

MARTÍN, C. **España en la nueva Europa**, Madrid, Alianza, 1997.

MARTÍN ARTAJO, Alberto. **Hacia la comunidad hispánica de naciones.** Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1956.

MARTÍNEZ LILLO, Pedro. **Las relaciones hispanofrancesas en el marco del aislamiento internacional del régimen franquista (1945- 1950).** tesis doctoral, Universidad Autónoma, Madrid, 1993.

MARTÍN PUERTA, Antonio. **Ortega y Unamuno en la España de Franco el debate intelectual durante los años cuarenta y cincuenta.** Madrid, Ediciones Encuentro, 2009.

MARTÍNEZ SAURA, S. Espina, Lorca. **Unamuno y Valle-Inclán en la política de su tiempo.** Madrid: Libertaria. 2:a ed, 1996:

MARTINS, Ana Lúcia Nemi. **Espanha e Brasil: o ocidente possível no pensamento de Ortega y Gasset e Almir de Andrade.** Tese de doutorado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 2003.

MAURICE, Jacques e SERRANO, Carlos. **L'Espagne au XXe siècle**, Paris, coll. « Carré Histoire », Hachette, 1995.

MAXWELL, Kenneth e SPIEGEL Steven. **The New Spain: From Isolation to Influence.** New York: Council on Foreign Relations, 1994.

McCARTHY MOREIRA, Early Diniz. **Espanha e Brasil: problemas de relacionamento (1822-1834)**, Tese de Livre Docência, Porto Alegre, PUC-RS, 1976.

MESA, R. **Democracia y política exterior en España.** Madrid, Eudeba, 1988.

MESA, R. **La idea de Comunidad Ibero-americana.** Entre la Historia y la Utopía, Madrid, CEDEAL, 1989.

MESA, R. **La nueva sociedad internacional,** Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

MOCHÓN, Francisco e RAMBLA, Alfredo. **La Creación de Valor y las Grandes Empresas:** Los Casos de BBV, Banco de Santander, Endesa, Iberdrola, Repsol y Telefónica. Barcelona, Ariel, 1999.

MOLINERO, Carme (ed.). **La transición, treinta años después:** de la dictadura a la instauración y consolidación de la democracia. Barcelona, Ediciones Península, 2006.

MOLINUEVO, J.L, et. al.(Coord.). **Ortega y la Argentina.** Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 1997.

MORAES, Reginaldo: **A redemocratização espanhola,** São Paulo, Brasiliense, 1983.

MORALES LEZCANO, Víctor, **L'Espagne: de l'isolationnisme à l'intégration internationale.** Relations Internationales, n° 50, 1987, p. 147-155.

MORALES LEZCANO, V. **España, de pequeña potencia a potencia media.** Un ensayo sobre el dilema de su proyección exterior, Madrid, UNED/Aula Abierta, 1991.

MORAN, Fernando. **Una política exterior para España.** Una alternativa socialista. Barcelona, Planeta, 1980.

_____. **España en su sitio.** Barcelona, Plaza y Janes, Cambio 16, 1990.

MORATA, Francesc e MATEO, Gemma. **España en Europa. Europa en España (1986-2006).** Barcelona, Fundación CIDOB 2007.

MORENO JUSTE, Antonio. **España y el proceso de construcción europea.** Barcelona, Ariel, 1998.

_____. **Anhelo, necesidad y realidad de la aproximación a Europa.** Madrid, Tecnos, 1995.

MORO AGUILAR, Miguel. **Las relaciones hispano-brasileñas en la actualidad. Perspectivas de futuro.** Escuela Diplomática de Madrid, 2000.

MORODO, Raúl. **Los orígenes ideológicos del franquismo: Acción Española.** Madrid: Alianza, 1985.

MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** 2 volumes. São Paulo. Editora SENAC, 1999.

MUÑOZ Alemany, Emilio. **El proceso de integración de España en el Consejo de Europa,** Granada, Universidad de Granada, 1989.

MUÑOZ-ALONSO, Julio. **España en el primer plano:** ocho años de política exterior (1996-2004), Málaga, Gota a gota ediciones, 2007.

NEILA, José Luis. **La Sociedad de Naciones.** Madrid, Ediciones Arco Libros, 1997.

NOYA, Javier. **La imagen de España en el exterior.** Estado de la cuestión, Madrid, Real Instituto Elcano, 2002.

NOYA, Javier. **Diplomacia pública para el siglo XXI:** la gestión de la imagen exterior y la opinión pública internacional. Barcelona, Ariel, 2007.

NOYA, Javier. **La nueva imagen de España en América Latina.** Madrid, Editorial Tecnos, 2009

NÚÑEZ FLORENCIO, Rafael. **Sol y Sangre. La imagen de España en el mundo,** Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

NYE, Joseph. **La paradoja del poder norteamericano**. Barcelona: Taurus, 2002.

O'DONNELL, Guillermo., SCHMITTER, Philippe., e WHITEHEAD, Laurence. **Transitions from authoritarian rule**. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986.

OLIVARES, Mario Gómez e GUEDES, Cezar. **Globalización, Inversiones Extranjeras y Desarrollo en América Latina**. Eumednet, 2006.

OLIVEIRA, Enrique Altemani de e GUILLON, José Augusto Albuquerque (eds.). **A política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas**, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2005.

OLIVEIRA SILVA, Ezio. **Relaciones económicas hispano-brasileñas**, Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid, 1951.

ORTEGA, Miquel (coord.). **La deuda ecológica española**. Impactos económicos y sociales de la economía española en el extranjero. Sevilla, Muñoz Moya Editores, 2005.

ORTEGA Y GASSET, José. **El Espectador**. Madri. Biblioteca Nueva Almagro. 1950

_____. **España Invertebrada**. Madri. Revista de Occidente. 1983.

_____. **Europa y la idea de nación**. Madri, Revista de Occidente, 1996.

_____. **La rebelión de las masas**. Madri. Revista de Occidente. 1986.

_____. **Obras completas. 6 volumes**. Madri. Revista de Occidente. 1953.

OSTENDORF, D. (ed.) **América Latina y la Unión Europea: Una integración esperanzadora pero esquiva**. FLACSO-OBREAL, 2008. P. 158.

PALACIO, Vicente. **Una política exterior cosmopolita para España**. Madri, Fundación Alternativas, julho de 2003.

PALOMARES, Gustavo. **Mussolini y Primo de Rivera**. Política exterior de dos dictadores. Madrid, Eudema Universidad, 1989.

PAZ, Maria José, GONZÁLEZ, Soraya e SANABRIA, Antonio. **Centroamérica encendida. Transnacionales españolas y reformas en el sector eléctrico**. Barcelona, Icaria Economía, 2005.

PAYNE, Stanley G. **El catolicismo español**. Barcelona: Planeta, 1984.

_____. **The politics of Democratic Spain**. Chicago Council on foreign relations, 1986.

_____. **The Franco Regime: 1936-1975**. Londres: Phoenix Press, 2000.

PEÑA GONZÁLEZ, J. **Evolución en el ámbito del pensamiento de las relaciones España-Europa**. Instituto de Estudios Europeos de la Universidad San Pablo-CEU, Madrid, 2004.

PEÑA, Felix e TORRENT, Ramón. **Hacia una nueva etapa en las relaciones Unión Europea-América Latina: un diagnóstico inicial**, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2005.

PEREIRA, Juan Carlos. **Introduction al estudio de la política exterior de España**. siglos XIX Y XX. Madrid, Akal, 1983.

PEREIRA, Juan Carlos; CERVANTES, Angel. **Relaciones Diplomáticas entre España y América**. Madrid: Mapfre, 1992.

PEREIRA, Juan Carlos (coord.). **La política exterior de España (1800-2003)**. Barcelona, Editorial Ariel, 2003.

PÉREZ HERRERO, Pedro. (ed.). **América Latina Vista por los Partidos Políticos y Sindicatos Españoles**, OEI, Madri, 1990.

PÉREZ HERRERO, Pedro e TABANERA, Nuria (coords): **España/América Latina: un siglo de políticas culturales**, Madrid, Monografías, AIETI/SÍNTESIS-OEI, 1993.

PÉREZ MONFORT, Ricardo. **Hispanismo y Falange. Los Sueños Imperiales de la Derecha Española.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

PETRAS, James F e Veltmeyer, Henry. **Brasil De Cardoso: A Desapropriação Do País.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

PIKE, F. B. **Hispanismo, 1898-1936.** Notre Dame-London, Univ. of Notre Dame Press, 1971.

PILETTI, Claudino. **A Razão Vital e Histórica em Ortega y Gasset.** Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1968.

PLÁ, José. **La misión internacional de la raza hispánica.** Madrid, Javier Morata, 1928.

POLLACK, Benny e HUNTER, Graham. **The Paradox of Spanish Foreign Policy.** Spain's International Relations from Franco to Democracy. Londres, Pinter Publishers, 1987.

PORTERO, Florentino. **Franco aislado : la cuestión española, 1945-1950,** Madrid, Aguilar, 1989.

POU SERRADELL, Victor. **El largo camino hacia Europa.** Universidad de Navarra, Departamento de Investigación del IESE, 1985.

POWELL, Charles. **España en democracia, 1975-2000.** Las claves de la profunda transformación de España (Premio Así Fue 2001), Barcelona, Plaza y Janés, 2001.

POWELL, Charles (org), **Del autoritarismo a la democracia: estudios de política exterior española,** Madrid, Silex Ediciones, 2007.

PREGO, V. Presidentes. **Veinticinco años de historia narrada por los cuatro jefes de gobierno de la democracia** (Premio Así Fue 2000), Barcelona, Plaza y Janés, 2000.

QUINTANA, Francisco. **España en Europa (1931-1936)**. Madrid, Nerea, 1993.

QUINTANILLA NAVARRO, Miguel Ángel. **La integración europea y el sistema político español: los partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea, 1979-1999**. Madrid, Publicaciones del Congreso de los Diputados, 2001.

QUINTIÁN, Andrés R. **Cultura y literatura españolas en Rubén Darío**. Madrid, Gredos, 1974.

RAMA, Carlos. **Historia de las relaciones culturales entre España y la América Latina. Siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

RAMAMURTI, R. (Editor), **Privatizing Monopolies. Lessons from Telecommunications and Transport Sectors in Latin America**, The John Hopkins University Press, Baltimore, 1996.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

REMIRO, Antonio. **La acción exterior del Estado**. Madrid, Tecnos, 1984.

REVISTA CIDOB D'AFERS INTERNACIONALS Núm. 54-55. **España ante la segunda cumbre entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe**. Barcelona, Fundació CIDOB, 2001.

REVISTA DE OCCIDENTE: **Brasil desde Brasil**, Madrid, Monográfico, nº 174, noviembre, 1995.

ROBLES MUÑOZ, Cristóbal. **La política exterior de España**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones, 2006.

ROCHA, João Cezar de Castro (org). **Nenhum Brasil existe. Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

RODÓ, José Enrique. **Obras completas**. Madrid, Aguilar, 1967.

ROITMAN, M. **La política del PSOE en América Latina**, Madrid, Revoluciones, 1985.

ROJAS, Ricardo. **Retablo español**. Buenos Aires, Editorial Lozada, 1938.

ROLDÁN, Javier, **Las relaciones exteriores de España**, Madrid, Dykinson, 2001.

ROY, J. e DOMÍNGUEZ, R. (eds.) **Dimensions of relationship between the European Union and the Latin America-Caribbean Region**. University of Miami, 2007.

ROYANO, L (ed). **Fuera del Olvido: los escritores hispanoamericanos frente a 1898**. Santander. Universidad de Cantabria, 2000.

RUBERT de VENTOS, X. **El laberinto de la Hispanidad**. Barcelona, Planeta, 1987.

RUBIA BARCIA. J e ZEITLIN (ed.). **Unamuno. Creator and Creation**. Berkley-L.A.:University of California Press.1967.

RUESGA, Santos M e CASILDA BÉJAR, Ramón. **Impacto de las inversiones españolas en las economías latino-americanas**. Madri, Marcial Pons, 2008.

RUPÉREZ, Javier. **España en la OTAN : relato parcial**. Barcelona, Plaza & Janés, 1986.

SÁENZ GIL, Rubén. **Cooperación para el desarrollo entre España y América Latina**, Zaragoza, Egido Ed, 2001.

SAN MARTÍN, Javier e LASAGA, José (Orgs.). **Ortega en circunstancia. Una filosofía del siglo XX para el siglo XXI**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2005.

SÁNCHEZ, Luis Ignacio. **La Commonwealth, la Communauté Française y la Comunidad Ibero-americana de Naciones.** Serie Estudios. Editado: Centro Español de Estudios de América Latina (CEDEAL), Madrid, España, 1989.

SÁNCHEZ DÍEZ, Ángeles. **La internacionalización de la economía española hacia América Latina:** los elementos determinantes en el inicio y consolidación del proceso. Universidad de Burgos, 2002.

SÁNCHEZ MUÑOZ, María Paloma. **El sector exterior de la economía española,** 2 vols. Información Comercial Española (ICE), Secretaría de Estado de Comercio, Madrid, 1988.

SÁNCHEZ VILLASEÑOR, José. **Pensamiento y trayectoria de José Ortega y Gasset.** México, Universidad Ibero-americana, 2007.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **O pensamento social no Brasil.** Campinas, Edicamp, 2003.

SANTOS-RIVERO, Virginia. **Unamuno y el sueño colonial.** Madrid, Ibero-americana Vervuert, 2005.

SARMIENTO, Rodrigo Faustino. **Conflicto y armonía de razas en América.** Buenos Aires, La Cultura Argentina, 1915.

SECRETARIA IBERO-AMERICANA - SECIB. **Balance y perspectivas de la cooperación ibero-americana,** Madrid, 2001.

SECRETARIA IBERO-AMERICANA - SECIB. **De Lima a Bávaro,** Madrid, 2002.

SELA, SECRETARÍA PERMANENTE: **Impacto de la segunda ampliación de la Comunidad Europea sobre las exportaciones latino-americanas.** Doc. SP/CL/VH O/D.T N- 5. Caracas, Venezuela, 1981.

SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças da política externa brasileira na década de 1980: uma potencia média recém industrializada.** Tese de

Mestrado, São Paulo, Universidad de São Paulo, FFLCH, Departamento de Ciencia Política, 1996.

SEPÚLVEDA, Isidro. **El sueño de la Madre Patria: Hispanoamericanismo y nacionalismo.** Madrid: Marcial Pons, 2005.

SERRANO PONCELA, Segundo. **Antonio Machado. Su mundo y su obra.** Buenos Aires, Editorial Losada, 1954.

SHAW, Donald. **La generación de 98.** Madrid: Cátedra, 1997.

STELLA, Roseli Santaella. **O domínio espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Felipes (1580-1640),** São Paulo, UNIBERO/Cenaun, 2000.

SUBIRATS, Eduardo. **Después de la lluvia: Sobre la ambigua modernidad española.** Madrid: Temas de Hoy, 1993.

SUBIRATS, Eduardo. **Viaje al fin del paraíso: ensayos sobre América Latina y las culturas ibéricas,** Madrid. Editorial Losada, 2005.

THOMAS, H. **El Imperio Español.** Madrid, Planeta. 2003.

THORSTENSEN, V. **Comunidade Européia: Líder do Comercio Internacional.** São Paulo: Aduaneiras, 1993.

THORSTENSEN, V. et al. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos.** São Paulo: Nobel 1994.

TIERNO GALVÁN, E. **Costa y el regeneracionismo.** Barcelona, Barna, 1961.

TIRADO MEJÍA, Alvaro; CARDONA, Diego. **América Latina se ha quedado sola.** Fundación Santularia para Iberoamérica-Tercer Mundo Editores, Bogotá, Colombia, 1989.

TORRES CAICEDO, JOSÉ MARÍA. **Unión Latino-americana.** París, Rosa y Bouret, 1865.

TROUVÉ, Matthieu. **L'Espagne et l'Europe, de la dictature de Franco à l'Union européenne**, Bruxelles, Peter Lang, Euroclio, Etudes et Documents, 2009.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina en el nuevo sistema internacional**, Barcelona. Edicions Bellaterra, 2004.

TUSELL, Javier. **La España de Franco: el poder, la oposición y la política exterior durante el franquismo**. Madrid, Alba Libros, 2005.

TUSELL, Javier, AVILÉS, Juan, e PARDO, Rosa. **La política exterior de España en el Siglo XX**. Madri, Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

UNAMUNO, Miguel de. **Ensayos**. Madri, Aguilar, 1951.

UNAMUNO, Miguel de. **Obras Completas**. Madri, Fundación José Antonio de Castro, 1984.

URIBE VARGAS, Diego. **Panamericanismo Democrático**. Bases para una transformación del sistema continental. Bogotá, Ed. Antares, 1958 (Ediciones Nuevo Signo).

URRUTIA, M. de. **Evolución del pensamiento político de Unamuno**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1997.

VARGAS, Everton Vieira. **O legado do discurso**. Brasilidade e Hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

VASCONCELOS, José. **La Cultura en Hispanoamérica**. La Plata, Universidad de La Plata, 1934.

VÁZQUEZ MONTALBÁN, Manuel. **La aznaridad: Por el imperio hacia Dios o por Dios hacia el imperio**. Barcelona: Mondadorí, 2003.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica (org). **Descobertas do Brasil**. Brasília, Editora UNB, 2001.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras. Itinerários no pensamento social e na literatura.** São Paulo, Paz e Terra, 1999.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**, 2 volumes. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1987.

VIDAL, G. **Privatizaciones, Fusiones y Adquisiciones: las Grandes Empresas en América Latina**, Anthropos, Barcelona, 2001.

VILÁ, B. (ed.). **La Unión Europea durante la Presidencia española**, Arbor, nº 678, Madrid, junio 2002.

VILLEGAS, ABELARDO: **Panorama de la Filosofía ibero-americana actual.** Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, 1963.

VIÑAS, Angel. **Al servicio de Europa.** Innovación y crisis en la Unión Europea. Madrid, Editorial Complutense, 2005.

VIÑAS, Ángel e GUERRA, Dinero. **Dictadura. Ayuda fascista y autarquía en la España de Franco.** Barcelona, editorial Crítica, 1984.

ZEA, Leopoldo. **América en la Historia.** México, Fondo de Cultura Económica, 1957.

_____. **El pensamiento latino-americano.** México, Editorial Pormaca, 1965, 2 vols.

ZEA, Le SANTANA, A(org). **El 98 y su impacto en Latinoamérica.** México: IPGH e Fondo de Cultura Económica, 2001.

ZULETA, E. **La idea de América en el pensamiento español contemporáneo.** Mendoza, U.N.C., 1979.

WAGNER DE REYNA, ALBERTO: **Destino y vocación de Iberoamérica.** Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1954.

WHITEHEAD, Laurence (org.). **The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas**. Oxford, Oxford University Press, 1996.

YNFANTE, Jesús. **Opus Dei. Así en la tierra como en el cielo**. Barcelona, Grijalbo, 1996.

VÁRIOS AUTORES, **Aportación de España en las Cumbres Ibero-americanas: Guadalajara 1991-Madrid 1992**, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Cuadernos de Estrategia, núm. 59. Madrid, Ministerio de Defensa, 1992.

_____. **El futuro de la Comunidad Ibero-americana después del V Centenario**, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Cuadernos de Estrategia, núm. 65, Madrid, Ministerio de Defensa, 1993.

_____. **El entorno internacional de la Comunidad Ibero-americana**, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Cuadernos de Estrategia, núm. 74. Madrid, Ministerio de Defensa, 1995.

_____. **Estrategia y futuro: la paz y la seguridad en la Comunidad Ibero-americana**, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Cuadernos de Estrategia, núm. 86. Madrid, Ministerio de Defensa, 1996.

_____. **Balance de las primeras Cumbres Ibero-americanas**, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Cuadernos de Estrategia, núm. 92. Madrid: Ministerio de Defensa, 1997.

b) Artigos e textos avulsos

ABARCA, Paloma e CADARSO, Manuel. **Las relaciones de la Comunidad Europea con América Latina y la adhesión española a la Comunidad**. Revista de Instituciones Europeas (RIE). Madrid, 1980.

ABELLÁN, J.L. **Conferencia Inaugural**, en M. Huguet *et alii*, La formación de la imagen de América Latina en España, 1898-1989, Madrid, OEI, 1992, pp. 7-22.

ABELLÁN HONRUBIA, Victoria. **Las relaciones entre las Comunidades Europeas y los países en vías de desarrollo**. En Manuel Díez de Velasco (comp.), El Derecho de la Comunidad Europea. Madrid, Universidad Menéndez Pelayo, 1982.

ABREU, Sergio de e LIMA, Florencio. **O Modelo Brasileiro de Industrialização diante das Novas Realidades da Integração no Hemisfério: Mercosul e NAFTA**. In José Augusto Guilhon Alburquerque (ed.). Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990). Diplomacia Para o Desenvolvimento. Vol. II, São Paulo: Cultura Editores Associados, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

AGULLO, Juan. **La política latino-americana de la derecha española**. ATTAC, Madri, 1998.

AIXALÀ I BLANCH, Albert. **“La política exterior española ante los retos de su politización: del consenso a la legitimidad”**. Revista CIDOB d’Afers Internacionals, num. 69, pp. 89-105.

AIXALÀ, A; BERMÚDEZ, A e TRAVÍN, J. **II Cumbre UE-ALC: un encuentro sin estrategia**. Observatori de Política Exterior Europea. Institut Universitari d’Estudis Europeus, Universitat Autònoma de Barcelona, WP n. 46, abril de 2003.

ALARCÓN SIERRA, Rafael. **Rubén Darío y Don Quijote**, Crítica Hispánica, XXVII, n.º 2, 2005, pp. 111-131.

ALBEROLA, Enrique Ila. **La europeización de la política macroeconomica**, em em CLOSA, Carlos (ed). La europeización del Sistema Político Español. Madri, Istmo, 2001.

ALCÁNTARA SÁEZ, M. **Significados de las Cumbres Ibero-americanas para los gobiernos españoles**, em C. del Arenal (coord). Las Cumbres Ibero-

-americanas (1991-2005). Logros y desafíos. Madrid: Siglo XXI Fundación Carolina, 2005.

_____. **Las Cumbres Ibero-americanas en perspectiva española.** Madrid, Universidad Carlos III, Instituto Fermín Caballero, DT n. 5/2005.

ALCOVER IBAÑEZ, Norberto. **L'Espagne de José Maria Aznar**, em Études n. 3895, novembro de 1998.

ALDECOA, F. e NÁJERA, A. C., **España en las relaciones de la Comunidad Europea con América Latina**, em Afers Internacionals, núm. 10, 1986, pp. 121-125.

ALDECOA, Francisco. **La transición y la redefinición de la política exterior española**, en CALDUCH, Rafael. (coord.), **La política exterior española en el siglo XX**. Madri, Ediciones de Ciencias Sociales, 1994.

ALDECOA, Francisco. **El Acuerdo entre la Unión Europea y el Mercosur en el marco de la intensificación de relaciones entre Europa y América Latina**, Revista de Instituciones Europeas, nº 3, vol XXII, 1998. pp.761-792.

ALDECOA, Francisco e SOTILLO LORENZO, José Angel. **En busca del multilateralismo: la recuperación del vínculo entre la política exterior española y la europea**. Barcelona, Anuario Internacional CIDOB 2006.

ALEMANY, C. **Mecanismos de diálogo Unión Europea-América Latina**, En: FRERES C. et alt. (eds.) **¿Sirve el diálogo político entre la UE y América Latina?** CEALCI, Fundación Carolina, Documento de trabajo No. 15. Madrid, 2007. P. 43-62.

ALLOZA, Ángel e NOYA, Javier. **Capital disonante: la imagen de las inversiones españolas en América Latina**. Madri, Real Instituto Elcano, DT, 2004.

ALMEIDA, E. A. P. **O ordenamento jurídico da União Européia e do Mercosul**, em CARAMUTI, O. S. (Coord.) **El Mercosur en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1996, pp. 249-296.

ALONSO, José A. e DONOSO, **Perspectivas de las relaciones económicas España-Iberoamérica-Comunidad Europea**, Pensamiento Ibero-americano N. 13, Madrid, 1988.

ALTMANN, Josette e FRANCISCO ROJAS ARAVENA. **Introducción. América Latina: dilemas de la integración**, en J. Altmann y F. Rojas Aravena (eds.), **Las paradojas de la integración en América Latina y el Caribe**, Fundación Carolina/Siglo XXI, Madrid, 2008.

ÁLVAREZ, G. **Nación, tradición e imperio en la derecha española durante la década de 1930**, Hispania, LII/3, 1992, 182: 99-103.

AMORIM, Celso. **Brasil y España: perspectivas**. Economía Exterior, n.27, invierno de 2004.

AMORIM VIEIRA, Elisa (org). **Questões sobre o hispanismo**. Belo Horizonte, FAE/UFMG, 2006.

ANACORETA CORREIA, J. M. **UE-Mercosur, mucho más que un acuerdo económico y comercial**, em Revista Mercosur, Nº 14, Abril 1997, pp. 6 e 7.

ANALISTAS FINANCIEROS INTERNACIONALES - AFI. **Investors Perceptions of Regulatory and Institutional Risks in Latin América**. Washington DC, Inter American Development Bank, 2004.

ANTÓN CORTÉS, Alberto. **Las relaciones políticas de la Unión Europea con América Latina tras la primera conferencia intergubernamental**. Agenda y prioridades. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, núm. 54-55.

ARAHUETES, Alfredo. **Inversiones europeas en Iberoamérica, 1990-2000**, em Perspectivas Exteriores 2002: los intereses de España en el mundo. Madrid, Biblioteca Nueva, 2002.

_____. **Las inversiones directas de España en América Latina**, em VODUSEK, V. Inversión extranjera directa en América Latina, el papel de los inversores europeos, capítulo 4, Washington, Banco Interamericano de Desarrollo, 2002.

_____. **Las inversiones directas de las empresas españolas en América Latina desde 2001.** Retirada o repliegue ?. Real Instituto Elcano, ARI n. 40, 31/7/2002.

_____. **Expectativas y estrategias de participación de las empresas españolas en las infraestructuras en el marco del Plan de Aceleración del Crecimiento (PAC) de Brasil en los sectores de:** autopistas, ferrocarriles y alta velocidad y redes eléctricas y generación y distribución de energía eléctrica. Proyecto de Investigación, Madrid, 30 de setembre de 2009.

ARAHUETES, Alfredo e ARGUELLES ALVAREZ, Julio. **Las inversiones directas de España en América Latina, 1981-1992.** Barcelona, Fundació CIDOB, Sumarios Afers Internacionals n. 31, 1996.

ARAHUETES, Alfredo. e GARCIA DOMONTE, Aurora. **Las inversiones directas de las empresas españolas en la Unión Europea, 1986-2002.** Madri, Real Instituto Elcano, WP 13/2003.

_____. **Las inversiones directas españolas en América Latina en el período 2000-2003.** Quórum, Revista de pensamiento ibero-americano, n. 11, 2005.

_____. **Aurora, ¿Qué há sucedido con las inversiones directas de las empresas españolas en América Latina tras el boom de los años noventa y la incertidumbre de los primeros años 2000?,** mimeografiado, Madri, maio de 2007.

ARAHUETES, Alfredo e HIRATUKA, Célio. **Relaciones Económicas entre España y Brasil.** Real Instituto Elcano, 2007.

ARAHUETES, Alfredo e ISBELL, Paul. **Oportunidades y riesgos para la economía española.** Política exterior, vol. 19, nº 104, 2005, pags. 145-157.

ARAHUETES, Alfredo et alli. **La empresa española em Brasil y Rusia:** oportunidades similares, ritmos diferentes, Madri, Ediciones Círculo de Empresários, 2006.

ARCE, A. **Las inversiones españolas en Argentina**. Política Exterior. septiembre/octubre, 2003.

ARCE, Alberto. **Primeros pasos del futuro Gobierno Socialista en materia de política exterior**. Escenarios Alternativos, 2004.

ARCE, Rafael de. **Las relaciones de la Unión Europea con Latinoamérica**. Centro de Estudios Latino-americanos. Documento de Análisis, marzo de 2003.

ARENAL, Celestino del. **Cambio y autonomía en la política ibero-americana de España**, Leviatán, núm. 39, II época, 1990, pp. 33-48.

_____. **Democracia y política exterior: el largo camino hacia el cambio**, em J. Vidal-Beneyto (ed.), España a debate, I. La política, Madrid, Tecnos, 1991: pp. 45-65.

_____. **El futuro de la Comunidad Ibero-americana de Naciones y la política exterior de España**, em América Latina Hoy, núm. 4, II época, julio, 1992, pp. 17-26.

_____. **La posición exterior de España**, em COTARELO, Ramón. **Transición política y consolidación democrática, España (1975-1986)**. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992, pp. 389-430.

_____. **Balance y perspectivas de 4 Cumbres Ibero-americanas**, Revista de Estudios Políticos, núm. 89, julio-septiembre, 1995, pp. 35-80.

_____. **Los acuerdos de cooperación entre la Unión Europea y América Latina (1971-1997): evolución, balance y perspectivas**, Revista Española de Desarrollo y Cooperación, Madrid, IUDC-UCM, nº 1, otoño-invierno, 1997, pp.111-138.

_____. **La política exterior de España hacia Centroamérica**, Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz 1999, Madrid, Servicio Ed. de la Universidad del País Vasco/Tecnos.

_____. **Las Cumbres Ibero-americanas de Jefes de Estado y de Gobierno:** Balance y perspectivas en F. Rojas Aravena (ed.), Las Cumbres Ibero-americanas. Una mirada global, Caracas, Nueva Sociedad, 2000, pp. 27-42.

_____. **De Guadalajara a Lima: Las Cumbres Ibero-americanas, una realidad en marcha,** en T. Mallo y L. Ruiz Jiménez (coord.), El sistema de Cumbres Ibero-americanas. Balance de una década y estrategias de consolidación, Madrid, Instituto Universitario Ortega y Gasset, 2002, pp. 75-81.

_____. **La política española hacia América Latina en 2002,** em Anuario Elcano. América Latina 2002-03, Madrid, Real Instituto Elcano, 2003.

_____. **EEUU y la política latino-americana de España.** Política Externa, Madri, maio/junho de 2003.

_____. **La política exterior de España después de Iraq.** Perspectivas exteriores 2004: los intereses de España en el mundo, Madri, Biblioteca Nueva, 2004.

_____. **La retirada de las tropas de Irak y la necesidad de una nueva política exterior.** Madri, ARI n.82. 2004.

_____. **La política exterior del gobierno socialista.** Política Exterior, 100, Madri, julho/agosto de 2004.

_____. **El papel de España en las Cumbres.** Real Instituto Elcano. DT, 2004.

_____. **La política latino-americana del gobierno socialista,** Política Exterior, nº 105, maio/junho de 2005.

_____. **De la Cumbre Ibero-americana de San José de Costa Rica (2004) a la Cumbre Ibero-americana de Salamanca (2005).** Documento de Trabajo 2005/7. Madrid: Real Instituto Elcano. 2005.

_____. **La Cumbre de Salamanca:** una nueva apuesta por el espacio iberoamericano. Madri, Fundación Carolina, dezembro de 2005.

_____. **Una relación singular:** España y las relaciones UE-América Latina, en C. Freres y J. A. Sanahuja (coords.), América Latina y la Unión Europea. Estrategias para una asociación necesaria, Icaria, Barcelona, 2006, pp. 301-319.

_____. **Mas allá de la Cumbre de Santiago de Chile.** Fundación Carolina. 2007.

_____. **El papel y la contribución de España a las relaciones Unión Europea- América Latina,** en C. Díaz Barrado, C.R. Fernández Liesa y P. Zapatero Miguel (eds.), Perspectivas sobre las relaciones entre la Unión Europea y América Latina, Universidad Carlos III/BOE, 2008, pp. 27-50.

_____. **Consenso y disenso en la política exterior de España.** Madri, Real Instituto Elcano, Documento de Trabajo n.25/2008.

_____. **La dimensión regional de la política ibero-americana de España.** Quórum. Revista de Pensamiento ibero-americano, n. 19, 2008, pages. 27-36

_____. **Entre la afirmación de la dimensión normativa y el reforzamiento del pragmatismo:** la política exterior y de seguridad de España en 2007. Barcelona, Anuario Internacional CIDOB 2008.

_____. **España y los bicentenarios de la independencia de las repúblicas latino-americanas.** Madrid, Fundación Carolina, febrero de 2009.

_____. **Las relaciones entre la UE y América Latina:** ¿abandono del regionalismo y apuesta por una nueva estrategia de carácter bilateralista?. Real Instituto Elcano. Documento de Trabalho 36, 09/07/2009.

ARIAS-SALGADO, Rafael. **Reflexiones sobre la política exterior española.** Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales - FAES, outubro-dezembro 2007.

ARÍSTEGUI, G. de. **Las bases y los límites del consenso en la política exterior española.** Fundación Alternativas, julho de 2005.

ARÍSTEGUI, G. de. **Iberoamérica: una realidad, una esperanza.** Quórum, Revista de pensamiento ibero-americano, n. 11, 2005, pp. 72-78.

AYUSO POZO, Anna. **La coordinación de la política española de cooperación para el desarrollo con América Latina en el contexto de la Unión Europea,** Barcelona, Universitat Autònoma, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE. **Aliança Brasil-Espanha para a Infraestrutura,** documento mimeografado. Seminário Aliança Estratégica Brasil-Espanha, São Paulo, abril de 2005.

AUDERALÓPEZ, Víctor. **Relaciones económicas y comerciales con Brasil.** Oficina Económica y Comercial de España en Brasília, novembro de 2003.

_____. **Relaciones bilaterales hispano-brasileñas. Comércio e inversiones.** Boletín Económico de ICE n. 2900, dezembro de 2006.

_____. **Parceria em infraestrutura,** Valor Econômico, 20 de abril de 2007.

AZNAR, José Maria. **Presente y futuro de España en el mundo.** Ensayos INCIPE, n.8, 1996.

AYLLÓN, Bruno. **Perspectivas de una Asociación Interregional UE-Mercosur:** una visión desde Brasil, Revista Electrónica de Estudios Internacionales, nº 2 / 2001.

_____. **A agenda europeia do Mercosul: un novo panorama,** Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, nº 97, marzo 2001, pág. 4.

_____. **Espanña – Brasil: una relación consolidada pero incompleta,** Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, nº 94-95, janeiro, 2001, p.27.

_____. **Las relaciones hispano-brasileñas en perspectiva histórica (1930-2000)**, Jornal do Imigrante, São Paulo, 12 de outubro de 2001.

_____. **Encuentros y Desencuentros en las relaciones de Brasil con la Comunidad Económica Europea**, Revista CIDOB d'Afers Internacionals, Barcelona, nº 54-55, noviembre, 2001, pp.165-177.

_____. **A zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia**, Via Mundi, UNB, Brasília, nº 6, outubro-dezembro, 2001, pág.11.

_____. **Un análisis histórico de la política exterior española: España en la Sociedad de Naciones (1918-1931)**, Em Tempos de História, Revista de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade de Brasília, nº 5, ano 5, 2001, pp.213-240.

_____. **El estudio de las relaciones entre el Mercosur y la Unión Europea**, Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, nº 109, marzo, 2002, pág.13

_____. **Brasil y la política de España en Latinoamérica (1950-2001)**, Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, nº 111, mayo, 2002, pp.7-10.

_____. **Las relaciones entre España y Brasil en perspectiva histórica**, El Tintero, ADES, Alcalá de Henares, nº 51, diciembre, 2003, pp.22-31.

_____. **Las consecuencias de la PAC para los países en desarrollo**, Revista Española de Desarrollo y Cooperación, nº 12, Madrid, primavera-verano, 2003, pp.196-199.

_____. **España y Brasil en América Latina (1976-2000): de la política de hispanidad franquista a las cumbres ibero-americanas**. América Latina Hoy, 37, 2004, pp. 145-163.

_____. **Zapatero y Lula: nuevo signo en las relaciones hispano-brasileñas ?**. Boletín Brasil. Centro de Estudios Brasileños Ortega y Gasset, vol 2, n. 1, janeiro-fevereiro de 2005.

_____. **Los diplomáticos brasileños y las relaciones Brasil – CEE**, em OLIVEIRA, Henrique Altemani de (org.): A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas, Lumen Juris/Rio de Janeiro – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP/São Paulo, 2005, pp.81-99.

_____. **La política exterior del Gobierno Lula y las relaciones de Brasil con la Unión Europea**. Real Instituto Elcano, ARI n. 22, 2006.

_____. **La política exterior de España hacia Brasil: de la mutua irrelevancia a la relación estratégica (1945-2005)**. Viejas y nuevas alianzas entre América latina y España : XII Encuentro de Latino Americanistas españoles, Santander, 21 al 23 de septiembre de 2006.

_____. **El impacto de la política exterior del gobierno Lula en las relaciones de Brasil con Europa** em GUILHON ALBUQUERQUE, J. Augusto (org.): A política externa do governo Lula, São Paulo, Editora Saraiva, 2006.

_____. **Las relaciones España – Brasil en la nueva política exterior brasileña**, em RIBEIRO, Marcia e DINIZ, Eli (orgs.): Antes do vendaval. Uma avaliação do governo Lula antes da crise política de 2005, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006.

_____. **Europa en la política exterior de Brasil durante el Gobierno Lula**, Bruxelas, Panoramica Latino-americana, n ° 30, abril, 2006.

_____. **Querer y no poder: las relaciones de Brasil con la Unión Europea durante el gobierno Lula**. Carta Internacional, março de 2006.

AYLLÓN PINO, Bruno, KINOSHITA, Fernando e HENKES, Silvana Lúcia. **Guía de Fuentes Bibliográficas y de Recursos para la Investigación en Internet de las Relaciones entre el Mercosur y la Unión Europea**. Rio de Janeiro, Editorial Papel & Virtual, 2001, 317 págs.

AYLLON, Bruno e KINOSHITA, Fernando. **Brasil frente a la política de España en Latinoamérica (1950-2001)**. Revista Sequência n° 43, Curso de Pós Graduação em Direito - UFSC, dez/2001, pág 165-182.

AYUSO, Anna. **La cooperación para el desarrollo de la Unión Europea en América Latina: la acción española ante un pasado umbrío y un futuro incierto.** Revista CIDOB d' Afers Internacionals, 2001.

_____. **Cooperación europea para la integración de América Latina: Una ecuación con múltiples incógnitas.** Revista Española de Desarrollo y Cooperación. Número Extraordinario V Cumbre entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe (mayo 2008). P. 125-146.

_____. **Construyendo una cooperación al desarrollo para una asociación estratégica entre la UE y América Latina y el Caribe.** En: FRERES, C. y SANAHUJA, J. A. (coords.) América Latina y la Unión Europea. Estrategias para una asociación necesaria, ICARIA Antrazit, 2006.

_____. **Los retos de América Latina en un mundo en cambio.** Nuevo desorden internacional. Encuentros y desencuentros de la asociación estratégica eurolatino-americana. Equilibrios y asimetrías. Revista CIDOB d' Afers Internacionals, núm. 85-86, 2008.

_____. **Tras la cumbre de Lima hacia donde camina la asociación estratégica entre la UE y América Latina?.** Fundació CIDOB, 26 de junho de 2008.

_____. **V Cumbre de las Americas.** Nuevos protagonistas en un nuevo escenario y un guión por escribir. Fundació CIDOB, 22/4/2009.

_____. **Encuentros y desencuentros de la asociación estratégica eurolatino-americana,** Revista CIDOB d' Afers Internacionals, nº 85-86, 2009, pp. 185-209.

BACARIA, J; SBERRO, S e RUIZ SANDOVAL, E. **La Unión Europea y América Latina: Historia de una relación y diez propuestas para reactivarla.** Instituto de Estudios de Integración Europea de la Universidad Autónoma de Barcelona, 01 de setembro de 2003.

BAER, W. e McDONALD, C. **A Return to the Past? Brazil's Privatization of Public Utilities:** The Case of the Electric Power Sector. *Quarterly Review of Economics and Finance*, V. 38, número 3, 1998.

BAKLANOFF Eric N. **Spain's Economic Strategy Toward the 'Nations of Its Historical Continuity': The 'Reconquest' of Latin America.** *Journal of Inter American Studies and World Affairs*, Vol. 38, No. 1, Spring, 1996, pp. 105-127.

BALBI, Sandra. **Compras recentes de bancos superam US\$ 5 bi.** Folha de S. Paulo, Dinheiro, 11 de maio de 2006.

BALSEIRO, José Agustín. **Rubén Darío y España**, em Seis estudios sobre Rubén Darío, Madrid, Gredos, 1967, pp. 17-55.

BARAHONA, Alexandra. **Reinforcing the partnership Europe-Mercosul: beyond trade**, Lisboa, Instituto de Estudos Estrategicos Internacionais, 1996.

BARBÉ, Esther. **El año español de la Cooperación Política Europea**, Anuario Internacional CIDOB 1989, Barcelona, CIDOB, 1990.

_____. **European Political Cooperation:** The upgrading of Spanish Foreign Policy. Em Richard Gillespie, Fernando Rodrigo and Jonathan Story (eds.), *Democratic Spain: Reshaping external relations in a changing world*. London: Routledge, 1995.

_____. **La Cooperación Política Europea:** La Revalorización de la Política Exterior Europea, em Gillespie, R., Rodrigo, F., Story, J. (eds.), *Las relaciones exteriores de la España democrática*, Madrid, Alianza Editorial, 1995;

_____. **Spain: the uses of foreign policy cooperation**, em Hill, C. (ed.), *The Actors in Europe's Foreign Policy*, Londres, Routledge, 1996.

_____. **Spain: Realist integrationism**, em Algieri, F. y Regelsberger, E. (eds.), **Synergy at Work. Spain and Portugal in European Foreign Policy**, Bonn, Institut für Europäische Politik/Europa Union Verlag, 1996.

_____. **The Barcelona Conference: Launching pad of a process.** Mediterranean Politics, vol.1, num.1, 1996, pp.25-42.

_____. **De la ingenuidad al pragmatismo:** 10 años de participación española en la maquinaria diplomática europea. Barcelona, Sumarios Afers Internacionals n. 34-35, 1998.

_____. **La Presidencia española de la Unión:** Unión Monetaria y Mirada al Mediterráneo (1995-1996), en BARBÉ, Esther, La política europea de España, Barcelona, Ariel, 1999

_____. **Spain and CFSP:** The Emergence of a ‘Major Player’?, Mediterranean Politics, 5, 2, 2000.

_____. **La política europea de España 2001-2002.** Working Paper 23, Institut Universitari d’Estudis Europeus, Universitat Autònoma de Barcelona, 2002.

_____. **Las primeras víctimas de la crisis irakí:** el prestigio de España como actor internacional y la capacidad negociadora de España en el marco de la UE. Foreign Affairs (em espanhol), vol.3, n.2, 2003.

_____. **Disenso y adversidad: la política exterior y de seguridad de España.** Anuario Internacional CIDOB 2005. Barcelona, Fundación CIDOB, 2006, pp. 289-301.

BARBÉ, Esther y MESTRES, Laia. **La España de Zapatero en Europa:** el aprendizaje de la negociación en una Unión Europea en crisis. Quórum. Revista Ibero-americana, n° 19, invierno 2007.

BARBÉ, E e MORATA, F. (coord.), **La Presidencia española de la UE y el futuro de Europa,** jornada científica, Quadern de treball, n° 39, Bellaterra, IUE, 2002.

BARBÉ, E. e SOLER LECHA, E. **Barcelona + 10: Spanish Re-launch of the Euro-Mediterranean Partnership.** The International Spectator. Abril-junio 2005.

BARBOSA, R. **Comércio e negócios entre o Brasil, o Mercosul e a União Européia**, em RBCE, N° 49, Out/Dez 1996, pp. 5-8.

BARBOSA, R. A. **Relações Brasil-Europa em nova fase**, em EURO-BRASIL PRESS, n° 1, 1997, p. 2.

_____. **O Lugar do Brasil no Mundo**. In Política Exterior. Vol. 5, Nr. 2, September 1998, pp. 69-82.

BARDAJÍ, Rafael L. **Bush y España: y ahora qué ?**. Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 24 de janeiro de 2005.

_____. **El mundo según Zapatero**. Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 06 de junho de 2005.

BARDAJÍ, R. e PORTERO F. **La España menguante de Zapatero**. Análisis n° 69, Grupo de Estudios Estratégicos (GEES), 2 de julho de 2004.

BARNEY, Salomon Smith, **Foreign Financial Institutions in Latin America**, Nova York, Latin America Equity Resaerch, março, 1998.

BASTOS, Elide Rugai. **Os autores brasileiros e o pensamento hispânico**. ANPOCS, Caxambu, outubro de 1998.

BASTOS, Elide Rugai. **Brasil: um outro Ocidente?** Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. Recife, Ciência e Trópico, vol 29, n.1, 2001.

BAYO, Francesc e FRERES, Christian. **La política de España hacia América Latina: avances y desafíos de una relación en cambio**. 2009 Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, 11-14 de junho de 2009.

BBVA CORPORATE FINANCE. **Consideraciones sobre la inversión española en Brasil**, mimeografado. BBVA. Madri. Novembro de 2005.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas**. Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC, Campinas, 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga e CARNEIRO, Ricardo. **Brasil-Espanha: assimetria nas relações econômicas**, documento mimeografado, Seminário Aliança Estratégica Brasil-Espanha, São Paulo, junho de 2005.

BENAVENTE URBINA, Andres, JARAQUEMADA ROBLERO, Jorge e ALTHAUS EZQUERRA, Karl. **Inversiones españolas en América Latina: escenarios de estabilidad y de turbulencias**. Facultad de Ciencias Administrativas, Universidad Diego Portales, Analisis de Tendencias n. 3, julho de 2002.

BENECKE, Dieter W. **Relación entre la UE y el Mercosur**, Contribuciones, Buenos Aires, Fundación Konrad Adenauer, nº 1, 1999, pp.7-17.

BERMÚDEZ, Ángel. **España y América Latina: un puente que se bifurca**. Especial España en Europa 1996-2004, EE 03/2004, Instituto Universitario de Estudios Europeos, Universidad Autónoma de Barcelona, Observatório de Política Exterior y de Seguridad Común - PESC, Barcelona, 2004.

BIASE, Hector N. Di. **Acuerdo Mercosur-Unión Europea: las oportunidades políticas, comerciales y de inversión**, Revista Capítulos del SELA, nº 46, abril-junio, 1996.

BIASE, Hector N. Di. **Acuerdo Mercosur-Unión Europea: fotografia revelada ¿habrá Acuerdo de Libre Comercio?**. Negocios Internacionales e Integración, Universidad Católica del Uruguay, septiembre, 1998, pp.23-46.

BIGIO, Isaac. **Cumbre Ibero-americana: el puente entre Europa y Latinoamérica**. ALAI, América Latina en Movimiento, 17/11/2003.

BLANCO, Teresa: **Brasil y la Comunidad Europea en el marco de las relaciones CE América Latina**, Revista CIDOB Afers Internationals, nº 23-24, julio, 1992, pp.267-290.

BLÁZQUEZ VILAPLANA, Belén. **El Papel de España en la Cumbres Ibero-americanas**. Pasado, Presente y Futuro de un Deseo Inalcanzable. Espiral, vol. 10, nº 29, 2004.

BLÁZQUEZ, Jorge e SEBASTIÁN, Miguel. **El impacto de la crisis argentina sobre la economía española.** Real Instituto Elcano, DT 12/2004.

BODEMER, K.. **El margen de maniobra de la Comunidad Europea hacia América Latina.** Madrid: IRELA, Documento de Trabajo Nº 5, 1987.

BONILLA, Javier. **La presencia española en el mercado estadounidense.** Real Instituto Elcano, ARI n. 16, 2004.

BOUZAS, R. **Las negociaciones Unión Europea-Mercosur.** Entre la lentitud y la indefinición. Nueva Sociedad 190 (marzo-abril 2004). P. 125-135.

BOUZAS, R; HIRST, M e MOTTA VEIGA, P. **Escenarios prospectivos del Mercosur e implicaciones para la Unión Europea.** Roma. Centro Studi di Política Internazionale-CeSPI, dezembro de 2001.

BOUZAS, Roberto e MOTTA VEIGA, Pedro da. **Mercosur-UE: las negociaciones entran en una nueva fase,** Serie Mercosur, nº 9, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Trem-bala e investimento direto.** Folha de São Paulo, 10 de agosto de 2009.

BRYSK, Alison; PARSONS, Craig, e SANDHOLTZ, Wayne. **After Empire: National Identity and Post-Colonial Families of Nations,** European Journal of International Relations, vol. 8, nº 2, 2002, pp. 267-305.

BUENO, C. **A diplomacia brasileira e o Mercado Comum Europeu.** Revista Brasileira de Política Internacional, n.2, 1993, p. 93-100.

BURDIEL, Isabel. **Morir de éxito:** El péndulo liberal y la revolución española del siglo XIX. Historia y política, 1, 1999, p.181.

BUSTELO, Pablo e SOTILLO, José Angel. **Triangulación:** posibilidades de aumentar las relaciones de España con Asia Oriental en/ a través de América Latina. Madri. Secretaria de Estado de Asuntos Exteriores, setembro de 2001.

BUSTER, Gustavo. **La política exterior del PP: querer y no poder**, Madri, Viento Sur nº 57, 2001.

_____. **La Unión Europea y América Latina**: inversiones, estrategias empresariales y partenariado trasatlántico. Seminário Amérique Latine. Sortir de l'impasse de la dette et l'ajustement. Bruxelles 23-25 maio de 2003.

_____. **Política externa de Zapatero 2004**: El nudo gordiano de la política exterior del PSOE, Rebelión, Madri, 22 de março, 2004

CALDERÓN, Alvaro e CASILDA, Ramón. **Grupos financieros españoles en América Latina**: una estrategia audaz en un difícil y cambiante entorno europeo. Santiago de Chile, CEPAL, 1999.

_____. **La estrategia de los bancos españoles en América Latina**. Santiago de Chile, Revista de la CEPAL n. 70, abril de 2000.

CALDUCH CERVERA, Rafael. **La política exterior y de seguridad común (PESC) y el diálogo político con América Latina**, em INSTITUTO COMPLUTENSE DE AMERICA LATINA. Las Nuevas Relaciones de la Unión Europea con América Latina: comercio, cooperación y desarrollo. Madrid: ICAL-IEIUC, 1996, pp. 107-120.

CALDUCH CERVERA, Rafael. **La emigración a Iberoamérica y la Política Exterior española (1898-1975)**. Lisboa. Seminário Espanoles de Ambas Orillas, 5-6 de maio de 1998.

_____. **Política exterior y de seguridad de Espana en 2003**. Anuario Internacional CIDOB 2003, Barcelona, 2004.

_____. **La política exterior de España: balance y perspectivas**. Santo Domingo, Fundación Global Democracia y Desarrollo, Colección Pensamiento Contemporáneo n. 2, 2003.

CAMARERO, M. e C.R. TAMARIT: **La Unión Europea y las Américas**: Consecuencias del establecimiento de un acuerdo de asociación interregional

entre la UE y MERCOSUR. Papeles de Economía Española, 2002, nº 91, pp. 182-200.

CAMAZÓN LINACERO, Juan Pablo. **La perspectiva internacional de España bajo la dirección de Ortega**. Revista de Estudios Orteguianos, n. 8/9, 2004.

CAMPA, J. M. e GUILLEN, M. F. **Evolución y determinantes de la inversión directa en el extranjero por empresas españolas**, Papeles de Economía Española, número 66, 1996, páginas 235-247.

CAMPOMAR, Marta. **Ortega y Gasset, un viajero imaginario por la Argentina**. Circunstancia n. 6, janeiro de 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica**. São Paulo. Revista História n.22, 2003.

CARDONA, Diego C. **Las relaciones Unión Europea – Comunidad Andina : tareas inmediatas**. Nueva Sociedad, nº 190, março-abril 2004.

CARDOSO, Fernando H. **Una oportunidad en la relación eurolatino-americana**, em FRAERMAN, Alicia (ed): *Global-regulación, el desafío del siglo XXI*, serie documentos, Madrid, Comunica, 1998, pp. 42-43.

CARDOSO, Fernando H: **Las inversiones españolas un factor clave para la estabilidad de Brasil**, Tiempo, (especial Latinoamérica), 26 de julio, 1999, pp.10-13.

_____. **La Comunidad Ibero-americana y los desafíos del escenario internacional**, ABC, 19 de noviembre de 2002.

_____. **Discurso na Conferência sobre Transição e Consolidação Democráticas**. Coleção Documentos da Presidência da República, v. 14, Secretaria de Estado de Comunicação de Governo, 2002.

_____. **Relatório do Senhor Fernando Henrique Cardoso na qualidade de coordenador do grupo de reflexão sobre o sistema de conferências ibero-americanas**, mimeografado, Santa Cruz de la Sierra, 15 de novembro de 2003.

CARNERO FERNÁNDEZ, Alberto. **Razones españolas para el éxito de una alianza estratégica entre la UE y los países de América Latina y el Caribe**, Revista CIDOB d'Afers Internacionals, núm. 54-55, 2002, p. 11-21.

CAROD-ROVIRA, J.L., ERRAZTI, B. e FUSTER, B. **Por una segunda Transición democrática y plurinacional**. El País, 31 de março de 2004.

CASANOVA, Lourdes. **Telefónica, la creación de una multinacional**, Síntesis, Madrid, AIETI, nº 29-30, enero-diciembre, 1998, pp.241-259.

_____. **Lazos de familia. La inversión española en América Latina**. Foreign Affairs en español, verão de 2002.

CASILDA, Ramón, FERNÁNDEZ, Ana R., e PAMPILLÓN, Rafael. **Los sectores bancario, energético y construcción en Iberoamérica**, Perspectivas Exteriores 2002. Los intereses de España en el mundo, Madrid, Política Exterior/FRIDE, pp. 315-345.

CASILDA BÉJAR, Ramón. **La década dorada 1990-2000**. Inversiones directas españolas en América Latina. Boletín Económico de ICE n.2778, 2003.

CASILDA BÉJAR, Ramón. **Internacionalización e inversiones directas de las empresas españolas en América Latina 2000-2004**. Situación y perspectivas. Documentos CIDOB, Serie: America Latina, n.5, 2005.

CASILDA BÉJAR, Ramón. **América Latina: del Consenso de Washington a la Agenda de Desarrollo de Barcelona**. Real Instituto Elcano, DT 10/2005.

CASSINELLO, Emilio. **España y los hispanos: un proyecto estratégico**. Madri. Real Instituto Elcano, DT n. 63, 2004.

CASTELAR PINHEIRO, Armando. **A Experiência Brasileira de Privatização: o que vem a seguir?**. textos para discussão, nº 87, apresentado

na Segunda Conferência Anual de Desenvolvimento Global, Tóquio, 10 a 13 de dezembro, 2000.

CASTRO, Nivalde J.; Bueno, Daniel. **As Agências Reguladoras no Brasil: Propostas para novo modelo.** Rio de Janeiro. IFE, nº 1.154, 21 de julho de 2003.

CAVALCANTI, G.H. **O Brasil e a CEE**, em FONSECA, G e CASTRO, S.H. **Temas de política externa brasileira II.** Brasília, IPRI, 1994.

CELARE - Centro Latino-americano para las Relaciones con Europa. **Primera Cumbre America Latina y el Caribe-Union Europea. Una reflexión política estratégica.** Santiago de Chile, 29-30 de outubro de 1998.

CELARE - Centro Latino-americano para las Relaciones con Europa. II Cumbre America Latina y el Caribe-Union Europea. En un mundo global: aportes para una carta de navegación común. Santiago, 2001

CEPAL. Informe sobre inversión extranjera en América Latina y el Caribe 1999. Capítulo III: España: Inversiones y estrategias empresariales en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 1999.

CEPAL. La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe 2005. Santiago de Chile, 2006.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Imagen de Iberoamérica en la sociedad española.** Estudio nº 2.583, Madrid: CIS Documentos.

CERVO, Amado Luiz . **Diplomacia presidencial cultiva parcerias estratégicas**, Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, nº 35, janeiro, 1996, p. 8.

_____. **Eixos conceituais da política exterior do Brasil**, Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, ano 41, especial 40 anos, 1998, pp.66-84.

_____. **Hesitações de uma política periférica**, Network-CEA's, Rio de Janeiro, vol.8, nº 2, abril-maio-junho, 1999, p.3.

_____. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol.43, nº 2, 2000, pp-5-27.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, ano 45, nº 1, 2002, pp.5-35.

_____. **A política exterior: de Cardoso a Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, ano 46, nº 1, 2003, pp.5-11.

CHAMIZO DOMÍNGUEZ, Pedro José. **José Ortega y Gasset. El filósofo y sus circunstancias biográficas**. Málaga, Universidad de Málaga, junho de 1998.

CHIRBES, Rafael. **De qué memoria hablamos**, em MOLINERO, Carme (ed.). La transición, treinta años después: de la dictadura a la instauración de la democracia. Barcelona, Ediciones Península, 2006, pp. 229-246.

CHISLETT, William. **El antiamericanismo en España: el peso de la historia**. Documentos del Real Instituto, Madri, Real Instituto Elcano, 2005.

_____. **España se mueve, 1996-2004**. Fundación Consejo España-Estados Unidos, 2005.

CHOHFI, Osmar, e SAMPAIO, Joel. **A Política Externa Espanhola: do Consenso à Crispación**, mimeografado, Madri, 2006.

CIENFUEGOS MATEO, Manuel. Las relaciones exteriores **del Mercosur**. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, núm. 54-55, 2001.

CIENFUEGOS, M. **La asociación estratégica entre la unión europea y el Mercosur, en la encrucijada**. Documentos América Latina. No. 15 (2006). Madrid. P. 170.

CLOSA, Carlos. **National Interest and Convergence of Preferences: A Changing Role for Spain in the EU?**. Em Carolyn Rhodes e Sonia Mazy (eds.), *The State of the European Union* (vol. 3): *Building a European Polity?*, Boulder, Co.: Lynner Rienner Publishers.1995.

_____. **La europeización del sistema político español**. Em Juan Luis Panigua and Juan Carlos Monedero (eds.), *La democracia en España: veinte años de la Constitución española*, 1998.

_____. **Las raíces Domésticas de la Política Europea de España y la Presidencia de 2002**. Etudes et Recherches n° 16, Groupe d'Études et de Recherches Notre Europe, diciembre 2001.

_____. **The Third Spanish Presidency of the EU in comparative perspective**. Conferência The Spanish Presidency of the European Union, Universidade de Liverpool, 12 de outubro de 2002.

_____. **Del 11-S al 11-M: el papel de España en la Unión Europea**. Real Instituto Elcano, ARI n° 46, 2004.

CODERCH PLANAS , José. **La II Cumbre UE-ALC de Madrid: profundizando una asociación estratégica**, Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, n° 111, maio, 2002, pág.3.

_____. **España-Brasil: arquitectura de una relación privilegiada**. ICE Brasil, n. 810, outubro-novembro de 2003.

COMISIÓN NACIONAL DE ENERGÍA-CNE. **La inversión de las empresas españolas en latinoamérica. Las inversiones en el sector de la energía. Un enfoque desde el análisis de la inversión directa**, 20 de septiembre de 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA: **Relações Económicas Brasil-Espanha**, São Paulo, Informe CNI, Brasília, 2002.

CORNAGO, Noé. **La Unión Europea, América Latina y el Caribe tras la Cumbre de Madrid: realidades y ficción de una relación**, Boletín Europeo de la Universidad de La Rioja, n°10, 2002, pp. 26-35 .

CORTINA, Antonio. **La empresa española en Latinoamérica.** Servicio de Estudios BSCH, 2002.

COSIDÓ, Ignacio. **La frontera exterior de la Unión Europea: una perspectiva española.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 18 de junho de 2003.

_____. **El nuevo proyecto popular.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 03 de outubro de 2004.

_____. **El antiamericanismo de Zapatero.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 17 de outubro de 2004.

_____. **La indiferencia de Bush.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 7 de novembro de 2004.

_____. **Incompetencia y prejuicios.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 8 de novembro de 2004.

_____. **Aislados.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 05 de junho de 2005.

COSTA VAZ, Alcides. **Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul,** Revista Brasileira de Política Internacional, ano 42, nº 2, 1999, p. 52-80.

COSTA, Oriol y AGUIAR, Pablo. **Relaciones transatlánticas: ¿Hacia la dilución del partenariado estratégico?** Em BARBÉ, Esther (coord.) España y la política exterior de la UE. Entre las prioridades y los desafíos del contexto internacional. Barcelona: Institut Universitari d'Estudis Europeus, 2002.

COSTAS, Antón. **Economía Política de la Regulación y la Desregulación en España.** Seminario Universidad de Alcalá. 2000.

COUTINHO, Luciano. **Relações Econômicas Brasil-Espanha: potencial, interesses e perspectivas,** documento mimeografado, Seminário Aliança Estratégica Brasil-Espanha, São Paulo, junho de 2005.

COVADONGA MESEGUER, Yebra. **La difusión de las privatizaciones en la OCDE y en América Latina: un proceso de aprendizaje ?**. Barcelona, documentos CIDOB, 2004.

CUADRADO ROURA, Juan Ramón. **Expansión y Dinamismo del Sector Servicios**. Ministerio de Economía. **La economía española en el periodo constitucional**, Información Comercial Española, número 811, dezembro de 2003, pp. 273-296.

CUNILL GRAU, Pedro. **Latinoamérica y España: hacia una geoestrategia de cooperación**. Caracas. Universidad Central de Venezuela, Rev. Escuela de Geografía, vol 42, n.2, 2001.

CURBELO, José Luis. **España e Iberoamérica: riesgo y mañana**. ABC, 14/9/2005.

DANESE, Sergio. **¿Liderazgo brasileño?**, Foreign Affairs en español, V. I, n. 3, Otoño-Invierno, 2001, p. 157-181.

DASTIS, Alfonso. **La administración española ante la Unión Europea**, Revista de Estudios Políticos, 90, 1991.

DEHESA, Guillermo de la: **Las relaciones económicas entre Brasil y España**, Seminario Brasil-Espanha, Río de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000.

_____. **Balance de la economía española en los últimos veinticinco años**. Revista ICE n. 811, 2003.

_____. **La Protección y Subvención de la Agricultura en los Países de la OCDE es cara, irracional e injusta**, mimeografiado, junho de 2007.

DEHESA, Guillermo de la e RUIZ, Juan José: **La Comunidad Europea y Centroamérica: un ensayo de cooperación global**. Información Comercial Española (ICE), Madrid, 1988.

DEL CAMPO, Salustiano e CAMACHO, Juan Carlos. **La opinión pública española y la política exterior.** Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior - INCIPE, 2003.

DEL PINO, D. **España/Europa: una visión constructiva del Mediterráneo.** Política Exterior. Septiembre/Octubre, 2004, p.59-70.

DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo. **La política exterior de España con Ibero-america, 1898-1975: un ensayo bibliográfico.** Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca) n. 87, janeiro-março de 1995.

DE MIGUEL, Ramón. **La presidencia española y el futuro del proyecto europeo.** Política Exterior, no. 85, 2002.

DENIZ, José. **Las relaciones económicas entre España y América Latina: propuestas de acción,** em Reunião de Trabalho España y América Latina: hacia dónde vamos ?. Madri, SECIB-IUIOG, Circunstancia, n. 5, setembro de 2004.

DERISBOURG, Jean-Pierre. **L'Amérique Latine entre Etats-Unis et Union Européenne.** Politique Étrangère 2/2002.

DÍAZ, Eduardo. **Descripción del contenido de las Cumbres,** en F. Rojas Aravena (ed.), Las Cumbres Ibero-americanas. Una mirada global, Caracas, Nueva Sociedad, 2000, pp. 171.199.

DÍAZ BARRADO, Castor. **Perfiles de la Comunidad Ibero-americana de Naciones** (A la luz de las Cumbres Ibero-americanas), Cáceres, Casa de América, 1994.

DÍAZ BARRADO, Castor Miguel. **Marco político-normativo de las relaciones Unión Europea-América Latina y el Caribe a la luz de las Cumbres,** en C.M. Díaz Barrado, C.R. Fernández Liesa y P. Zapatero Miguel (eds.), Perspectivas sobre las relaciones entre la Unión Europea y América Latina, Universidad Carlos III/BOE, 2008, pp. 17-26

DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier. **Sobre Rubén Darío y el regeneracionismo modernista,** Cuadernos hispanoamericanos, 500, 1992.

DOBBACH, Daniel. **Transition démocratique et politique étrangère: les relations entre l'Espagne et l'Amérique Latine depuis la mort de Franco.** Cahiers des Amériques Latines, n. 23, 1997.

DOLADO, J e VIÑALS. J. **Macroeconomic Policy, External Targets and Constraints: The Case of Spain.** Centre for Economic Policy Research, Discussion Paper n° 505, 1991.

DONGES, J. B. **From an Autarchic Towards a Cautiously Outward-Looking Industrialization Policy: The Case of Spain.** Weltwirtschaftliches Archiv, v. 107, n. 1, 1971, pp.33-75.

DUR, Andreas e MATEO GONZÁLEZ, Gemma. **Más hombres ciegos y más elefantes? Una revisión de la literatura más reciente sobre la integración europea.** Barcelona. Institut de Ciències Politiques i Socials, WP n. 233, 2004.

DURAN, Juan José. **Decisiones de inversión directa en el exterior de la empresa española, 1979-1985,** Información Comercial Española, número 643, marzo de 1987, páginas 73-85.

DURAN, Juan José (org). **Las marcas renombradas. Un activo estratégico para la internacionalización de España.** EOI-ICEX, Foro de Marcas Renombradas Españolas, Madrid, 2002.

DURAN, Juan José. **Estrategias de localización y ventajas competitivas de la empresa multinacional española.** Información Comercial Española ICE, Revista de Economía, n. 799, 2002.

_____. **Veinticinco años de inversión directa española en el exterior 1978-2003.** Economía Industrial n. 349, 2003.

DURAN, Juan José e UBEDA HERRERA, Fernando. **Fuente de ventaja competitiva y análisis geográfico de la empresa multinacional española.** Centro Internacional Carlos V-UAM, 2001.

DURAN i LLEIDA, Josep A. **Reflexiones sobre dos décadas de política exterior española.** Barcelona, Anuario Internacional CIDOB, 2009.

DURAND, Francisco. **Multinacionales españolas en el Perú: la gente que regresó con el viento.** Madri, Revista Estudios Geográficos, vol LXVIII, n. 262, 2007.

DURANTEZ PRADOS, Frigidiano-Álvaro. **La dilatación lusófona del iberismo hispánico,** Cuadernos de Estrategia, nº 118, Madrid, Ministerio de Defensa, junio, 2002, pp.145-184.

EGIDO, A. **La Hispanidad en el pensamiento reaccionario español de los años treinta.** Hispania, LIII/2, 1993, 184:651-673.

EGURBIDE, P. **Closer ties with Washington.** International Herald Tribune. 4 de febrero de 2004.

EGURBIDE, P. **La hora del desencanto: los dos primeros años del Gobierno de Zapatero.** Madri, El País, 28/5/2006.

ELORZA, Antonio. **La parada del péndulo.** Derecha e izquierda en la península ibérica, siglos XVIII-XX. México, Revista Istor, vol 2, n.7, 2001.

ENKVIST, Inger. **Miguel de Unamuno, una biografía intelectual.** Universidade de Lund, Romansk Forum n. 16, 2002.

ESCRIBANO, Gonzalo. **Integración y relaciones exteriores:** algunas enseñanzas de la experiencia española, Comercio Exterior, vol. 50 nº 8, Agosto de 2000.

ESCRIBANO, Gonzalo. **The ups and downs of europeization: change and path dependency in spanish external relations,** en Lorca, Alejandro (coord.) Turkey's Accession to EU: Insights from the Spanish Experience, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 2005.

ESCRIBANO, Gonzalo. **La interacción entre política económica y política exterior en la Unión Europea.** Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 2005.

ESCRIBANO, Gonzalo e SAN MARTIN, Enrique. **La europeización de las relaciones exteriores españolas**. Madri, Dep. Economía Aplicada e Historia Económica, Fac. CC. Económicas y Empresariales, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 2005.

ESPÍNOLA SALAZAR, José Ramón de. **La integración económica de España en Europa: hechos y consecuencias**. ICADE, Revista de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales, n.45, 1998.

ESTEFANIA, Joaquín. **Teoría de la crispación**. *El País*, 10 de abril de 2007.

ESTRELLA, Rafael. **Europa y América Latina**. Quórum, Revista de Pensamiento ibero-americano, Universidad de Alcalá, n.11, 2005.

ESTRELLA, Rafael. **Política Exterior de España**. Diálogo Europeo, 15 de março de 2006.

ESTUDO LINHA BANCÁRIOS. Reestruturação do setor bancário brasileiro e a inserção das instituições financeiras espanholas. São Paulo, maio de 2001.

FANJUL, Enrique. **El sector exterior y las políticas de internacionalización**. Barcelona, Anuario CIDOB 2000.

FAZIO VENGOA, Hugo. **América Latina en la política exterior de España**. História Crítica, n. 20, 2000.

FERNÁNDEZ, Natalia. **España: el actor clave del nuevo escenario internacional**. Relaciones políticas y económicas con Argentina. Buenos Aires, Revista Historia Actual Online n. 18, 2009.

FERNÁNDEZ, Teodosio. **España y la cultura hispanoamericana tras el 98, em Lourdes Royano (ed.)**, Fuera del olvido: Los escritores hispanoamericanos frente a 1898, Santander, Universidad de Cantabria, 1999, pp. 11-31.

FERNÁNDEZ RIBAS, Andrea. **Las relaciones de la Unión Europea con América Latina**. Instituto Universitario de Estudios Europeos, Universidad

Autónoma de Barcelona, Observatório de Política Exterior y de Seguridad Común - PESC, março de 2001.

FERNÁNDEZ SANZ, Amable. **El problema de España entre dos siglos (XIX-XX)**. Madri, Anales del Seminario de Historia de Filosofia, Universidad Complutense, 1997.

FIGARI, Guillermo Miguel: **América Latina y la Comunidad Económica Europea**. Revista de Instituciones Europeas (RÍE) 7:1, Madrid, 1980.

FLORES, Elena: **Europa y América Latina; el desafio de la cooperación**. Leviatán, Madrid, 1987.

FONCK, Béatrice. **El reto europeo de Ortega**. Fundación Ortega y Gasset, **El Madrid de Ortega**, Madri, Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 2006.

FOSSATI, Fabio. **Economia e Política Estera: la Spagna é una media potenza ?**. Institut de Ciències Polítiques i Socials, WP n. 180, Barcelona, 2000.

FOURNIER, Antonio. **Las relaciones exteriores de las Comunidades Europeas. La CEE e Ibero-america**. Repercusiones de la adhesión de España. Revista de Instituciones Europeas (RÍE) 8, Madrid, 1981.

FREITAS, M^a Cristina Penido de. **Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro**, em: M. C. P. Freitas (Org.) **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Fundap; Fapesp; Brasília: IPEA, 1999, pp. 101-173.

FREITAS, M. C. P. e PRATES, Daniela M. **A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências**. Economia e Sociedade, n.º. 17, Campinas: Unicamp - IE, 2001.

FREITAS, Maria Cristina Penido de e PRATES, Daniela Magalhães. **Investimentos estrangeiros nos sistemas financeiros latino-americanos no contexto da globalização: os casos da Argentina, do Brasil e do México**. XII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, junho de 2007.

FRERES, Christian. **Las organizaciones cívicas y los académicos en las relaciones Unión Europea-América Latina.** Revista CIDOB d'Afers Internacionals, núm. 54-55, 2001.

_____. **La política española hacia América Latina. El papel de la cooperación al desarrollo.** Conferencia REAL 2006: Relaciones Europa-América Latina y la cuestión de la pobreza, el desarrollo y la democracia, LAI/CEILA/Trialog, Bratislava, Eslovaquia, 29-30 junho de 2005.

_____. **An overview of the Linkages Between Spain's Regions and Cuba,** Background Briefing on Cuba, Ottawa, Canada, FOCAL, maio 2005.

FRERES, Christian e SANZ, Antonio. Freres. **La acción exterior de las Comunidades Autónomas españolas en América Latina:** una visión general, em C. FRERES, C e A. SANZ (eds.), Las comunidades autónomas españolas y América Latina: una nueva dimensión de la conexión ibero-americana. Madri, Documento AIETI 01/2002.

FRERES, C. e MOLD, A. **European Union Trade Policy and the poor. Towards Improving the poverty impact of the GPS in Latin America.** DFID, WP 02/04, 2004.

FRERES, Christian e SANAHUJA, José Antonio. **Perpectivas de las relaciones Unión Europea-América Latina. Hacia una nueva estrategia.** Madri, Instituto Complutense de Estudios Internacionales - ICEI, 14 de novembro de 2005.

_____. **Hacia una nueva estrategia en las relaciones Unión Europea-América Latina,** en C. Freres y J.A. Sanahuja (coords.), América Latina y la Unión Europea. Estrategias para una asociación necesaria, Icaria/Antrazyt, Madrid, 2006, pp. 23-104.

FUSI, Juan Pablo. **Los intereses de España.** Madri, ABC, 22 de abril de 2003.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Investimento Brasileiro no Exterior,** mimeografado, Belo Horizonte, maio de 2005.

FUKUYAMA, Francis. **Occidente puede resquebrajarse**, El País, 17 de agosto de 2002.

GAGO GUERRERO, Pedro Francisco. **Siguen las masas rebelándose? Europa como esperanza**. Instituto Univ. Ortega y Gasset, Circunstancia n. 6, janeiro 2005.

GALINSOGA, A. **España-América Latina: Relaciones bilaterales y dimensión europea**, Anuário Internacional CIDOB 1990. Barcelona: Fundação CIDOB 1991.

GALINSOGA JORDÁ, ALBERT: **El régimen jurídico de la cooperación de la Comunidad Europea con América Latina**. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990.

GALVANI, V. **El Rey y la Comunidad Ibero-americana**. La filosofía y las tesis del ibero-americanismo de España en el reinado de Juan Carlos I, Madrid: CIPIE, 1987.

GARCIA, Carlos. **Las Cumbres Ibero-americanas**, II Foro Ibero-americano, Valladolid, 2 de marzo de 1999.

_____. **A segunda reunião de Cúpula UE-ALC e suas circunstancias**, Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, nº 111, maio, 2002.

GARCIA, Carlos e MARTINS, Franklin. **Alianza Brasil-España, posibilidades y desafíos**. Política Exterior, 105, Madri, mayo/junio de 2005.

GARCIA CANAL, E; LOPEZ DUARTE, C; e VALDÉS LLANEZA, A. **Las alianzas internacionales de Telefónica: un balance**. Barcelona, Centre d'Economia Industrial, Universitat Autònoma de Barcelona, 1998.

GARCÍA LÓPEZ, José Antonio. **O modelo de transição econômica da Espanha durante o período democrático**: considerações sobre o caso brasileiro, em DUPAS, Gilberto (org): A transição que deu certo. O exemplo da democracia espanhola, São Paulo, Trajetória cultural, 1989, pp.325-371.

GARCIA MEZQUITA, Y. **La liberalización del sector eléctrico en la economía española.** Tesis doctoral en período de redacción, Departamento de Estructura Económica y Economía del Desarrollo, Universidad Autónoma de Madrid, 2001.

GARCÍA-MORENO Barco, Francisco. **El ideal imperialista de falange española y su proyección sobre Hispanoamérica a través del concepto de ‘hispanidad.’** Atenea 14.1-2 (1994): 23-34.

GARCÍA MUÑOZ, Dercio. **Economia brasileira: as lições que vêm da Espanha,** Seminario Brasil-Espanha, Río de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000.

GARCÍA PÉREZ, Juan. **Entre el ‘imperialismo pacífico’ y la idea de ‘fraternidad hispanoamericana’:** algunas reflexiones sobre la imagen de América Latina en la España de fines del siglo XIX, em Leopoldo Zea e Mario Magallón (comp.), 1898 ¿desastre o reconciliación?, México, F.C.E., 2000, pp. 101-120.

GAY ARMENTEROS, Juan C. **El 98, final de una época.** Asociación Andaluza de Profesores de Español Elio Antonio de Nebrija Granada, 2003.

GAZETA MERCANTIL. **Brasil-Espanha: o novo mundo, de novo.** Relatório Especial, 27 de abril de 1998.

GILLESPIE, Richard. **España y el Magreb: una vía posible de política regional.** Em Richard Gillespie, Fernando Rodrigo and Jonathan Story (eds.), **Las relaciones exteriores de la España democrática.** Madrid: Alianza. 1995.

_____. **Spain and the Western Mediterranean,** Working Paper n° 37, ESRC “One Europe or Several” Programme, Sussex European Institute, 2001.

_____. **Lidiando con la ambición:** la política exterior y de seguridad de España al inicio del nuevo milenio. Barcelona, Anuario CIDOB 2001.

GLEJSER, H. e S. MORO. **Estimates of Trade Effects of Portugal's and Spain's Entry to the European Union.** The Economist, July, v. 144, nº. 2, 1996: pp. 285-304.

GÓMEZ AVILES, Fernando: **Mercosur, la Unión Europea y España, Economía Exterior,** Madrid, nº 7, 1998/1999, pp.39- 48.

GOMEZ, C. del Rio. **El sector servicios en la moderna evolución de la economía española.** Información Comercial Española, número 787, setembro de 2000.

GONZÁLEZ, Felipe. **España hacia una política con Iberoamérica.** Le Monde Diplomatique en español, abril de 1983.

_____. **A New International Role for a Modernizing Spain.** Em Robert P Clark and Michael H Haltzel (eds.), Spain in the 1980s: The Democratic Transition and a New International Role. Cambridge, Mass.: Ballinger, 1987.

_____. **Pilotar Europa hacia su rumbo,** Política Exterior, núm. 48, vol IX, 1995/96.

_____. **Europa, frontera de nuestra ambición.** El País. Madrid, 1999.

GONZÁLEZ BRIZ, Erika e RAMIRO PÉREZ, Pedro. **Las consecuencias de las inversiones de las multinacionales españolas en América Latina.** El caso de las empresas de la energía en Colombia. Madri, Observatorio de Multinacionales en América Latina, Asociación Paz con Dignidad, 2007.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. **Cooperación en democracia: la ayuda al desarrollo de los gobiernos españoles hacia Latinoamérica, 1976-1992.** Madri, CSIC, 1994.

GÓNZALEZ MANRIQUE, Luis Esteban. **Las políticas exteriores de Brasil y España,** Seminario Brasil-Espanha, Río de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000.

GRABENDORFF, W. **La estrategia birregional y sus limitaciones en un mundo unipolar**. Nueva Sociedad. No. 189 (enero-febrero 2004). P. 97-109.

GRAÇA LIMA, Jose Alfredo. **O processo de associação Mercosul – União Européia**, Política Externa, São Paulo, vol.8, nº 1, junho, 1999, pp.49-56.

GRACIA ALDAZ, Jesús. **La cooperación española en Iberoamérica**. Instituto de Cooperación Ibero-americana, 1998.

GRASA, Rafael. **Política exterior y de seguridad en un año de tránsito**. En Anuario Internacional Cidob 1996. Barcelona, Cidob, 1997, p. 29-47.

_____. **El Convenio hispanonorteamericano de 1988: ¿una nueva relación bilateral?**, Tiempo de Paz. Nº 13, 1989, p. 37-47.

_____. (2001): **España en las relaciones UE-América Latina. Europa y España en la reconstrucción de Centroamérica**. Revista CIDOB d 'Afers Internacionals no. 54- 55.

_____. **La política exterior española hacia América Latina: tendencias recientes y proyección hacia el futuro**. Barcelona, Revista CIDOB d 'Afers Internacionals, n. 54-55, 2001.

GRATIUS, Susanne. **Las relaciones comerciales entre la UE y Mercosur en el actual contexto internacional**. Seminario negociaciones comerciales multilaterales, Montevideo, ALADI, 24 a 26 de mayo, 2000.

GRATIUS, Susanne: **Perspectivas para una asociación entre América Latina y Europa**, Contribuciones, Buenos Aires, Fundación Konrad Adenauer, nº 4, 2001, pp. 89-104.

GRATIUS, Susanne. **O Brasil nas Américas: Potência regional pacificadora?**. Madrid, Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior - FRIDE, abril de 2007.

GRATIUS, S. **Balance prospectivo del diálogo político: características, etapas y agenda**. En: FRERES C. et alt. (eds.) ¿Sirve el diálogo político

entre la UE y América Latina? CEALCI, Fundación Carolina, Documento de trabajo No. 15. P. 63-88.

GRUGEL, Jean. **Spanish Foreign Policy in the Caribbean**. The European Review of Latin American and Caribbean Studies, n. 50, junho de 1991.

GRUGEL, Jean. **España y Latinoamérica**. Em Richard Gillespie, Fernando Rodrigo and Jonathan Story (eds.), **Las relaciones exteriores de la España democrática**. Madrid: Alianza.1995.

GRUGEL, Jean e ALEGRE, Jorge. **La España del PSOE y América Latina: Hacia una nueva relación?**. Madri, Instituto Universitario Ortega y Gasset, 2004.

GUERRA, Antonio. **Procesos de liberalización del sector eléctrico en América Latina**. Análisis comparativo de la situación en Argentina, Brasil, Chile, Colombia y México. Papeles de Trabajo del Centro de Estudios Latino-americanistas Ortega y Gasset (CELOG), abril de 2004.

GUDIÑO, Florencio. **Las relaciones bilaterales entre España y Argentina en la década de los noventa**. Síntesis, n. 27-28, janeiro-dezembro de 1997.

GUILLÉN, Mauro F. **Spanish Multinationals and Foreign Policy in Latin America**. Foreign Policy, n° 154, maio-junho 2006.

GUTIERRÉZ, R. e SÁNCHEZ, A. **Vicente Blasco Ibáñez en la Argentina**, em M. GARCÍA (ed.), **Exiliados - la emigración cultural valenciana (siglos XVI-XX)**, Valencia, Generalitat Valenciana, T. 1, 1995, pp. 115-126.

HERMET, Guy. **France-Espagne: les grands malentendus**, em L'Histoire, n° 70, septembre 1984, p. 100-104.

HILLCOAT, Guillermo: **Les relations exterieures du Mercosur: bilan et perspectives**, Problèmes d'Amérique Latine, n° 26, juillet-sept, 1997, pág.107.

HITA, Elena. **Inversión en Iberoamérica**. Nueva Economía, 9/2/2003.

HOLMES, Peter. **Spain and the EEC.** In David S. Bell (ed.), *Democratic Politics in Spain: Spanish Politics after Franco*. New York: St. Martin's Press. 1983.

HOOVER, Kenneth R. **The Political Thought of Ortega y Gasset.** *Midwest Journal of Political Science*, Volume 10, Issue 2, may, 1966.

IAZZETTA, O. **Las privatizaciones en Brasil y Argentina:** una aproximación teórica desde la técnica y la política, Rosario, Homo Sapiens Ediciones, 1996.

INSTITUTO DE COMERCIO EXTERIOR. **Brasil: un futuro que no quiere verse aplazado,** *Expansión Internacional*, año XII, nº 127, julio, 1995, pp.28-42.

INSTITUTO DE COMERCIO EXTERIOR. **Brasil, destino de las inversiones españolas,** *El Exportador, ICEX*, nº 14, noviembre, 1998, p.72.

IRELA-SELA. **La inversión directa europea en América Latina:** los réditos de la apertura y la privatización. Caracas, junho de 2000.

ISBELL, Paul. **La experiencia económica de España:** lecciones y advertencias para América Latina. Real Instituto Elcano, DT n. 20, 2004.

_____. **España y el futuro de sus relaciones económicas transatlánticas,** em FUNDACIÓN DE ESTUDIOS FINANCIEROS, *España y la nueva arquitectura económica y financiera internacional: el desafío del G-8.* Papeles de la Fundación, n.13, 2005.

JÁUREGUI, Pablo. **Europeanism versus Africanism:** Europe as symbol of modernity and democratic renewal in Spain, European University Institute, 2000.

JÁUREGUI, Pablo. **Spain: "Europe" as a symbol of modernity, democracy, and renewed international prestige.** Bruselas, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, 2002.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos.: **La pervivencia del recelo anti-español:** la reacción portuguesa a la política española ibero-americana, em GÓMEZ DE LA TORRE, Hipólito: **Portugal, España y América**, Mérida, UNED, 1993, pp.255-278.

JUAN-NAVARRO, Santiago. **Una sola fe en una sola lengua:** la Hispanidad como coartada ideológica en el pensamiento reaccionario español. *Hispania* 89.2 , 2006, pgs 392-399.

JUBANY, Florencia. **Strengthening of the Ibero-american Conference:** Likely Impact on the Inter-American System and Canada's influence in the Americas. FOCAL Strategy Paper, mars 2006, p. 6.

JULIA, Santos. **Anomalia, dolor y fracaso de España**, em *Claves de Razón Práctica*, 66, 1996, p. 21.

_____. **Rebelión de los ricos**, *El País*, 12 de junho de 2005.

KENNEDY, Paul. **Spain**, em Manners, Ian y Whitman, Richard G (Eds.). **The foreign policies of EU Member States**. Manchester University Press, 2000.

KINOSHITA, F. **Aspectos políticos y constitucionales de los procesos de integración**. Conferência apresentada no Curso Internacional de Verão Mercosur y Union Europea: Dos Modelos de Integración Económica, Universidad de Valladolid, Espanha, 1997.

_____. **Comércio e desenvolvimento: a organizada relação entre o Brasil e a OMC**, em *Carta Internacional*, São Paulo, N° 93, 2000, pp. 14-14.

_____. **As negociações da zona de livre comércio entre o Mercosul e a UE: desenvolvimentos recentes**, *Carta Internacional*, São Paulo, NUPRI-USP, n° 92, outubro, 2000, pág. 6.

_____. **A Zona de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Européia: Antecedentes e Perspectivas**. Conferência apresentada no Curso de Mestrado em História e Relações Internacionais da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Brasil, Working Paper, Abril de 2000.

_____. **Uma visão panorâmica das Relações entre o Mercosul e a União Européia.** Conferência apresentada na Faculdade de Direito da Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil, Working Paper, Abril de 2000.

_____. **Breve análise das Negociações entre o Mercosul e a União Européia tendentes a uma Zona de Livre Comércio Intercontinental.** Conferência apresentada no Fórum da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, Working Paper, Novembro de 2000.

_____. **Nuevas Perspectivas de la Zona de Libre Comercio entre el Mercosur y la Union Europea:** Apuntes sobre las Negociaciones Intercontinentales. Conferência apresentada na Casa do Brasil, Madri, Espanha, Working Paper, Março de 2001.

_____. **Mercosul e União Européia:** Perspectivas de uma Zona de Livre Comércio Intercontinental, em Revista dos Tribunais - Constitucional, 2001.

_____. **Nuevos Apuntes sobre las Negociaciones Intercontinentales entre Mercosul y la Unión Europea:** La ronda número cuatro, em Boletín Jurídico de la Universidad Europea de Madrid, Madrid, España, Vol. 4, 2001.

_____. **A ação exterior do Mercosul: dez anos de triunfos,** em Carta Internacional, São Paulo, Nº 98, 2001, pp. 4-4.

KINOSHITA, F., AYLLON PINO, B. **Perspectivas Hispano-Europeas y Brasileño-Mercosureñas de una futura ZLC UE-MERCOSUR,** em Anais da 52ª Reunião Anual da SBPC, Brasília: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2000.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello: **Brasil y lo español,** Cuenta y Razón, Madrid, nº 8, otoño, 1982, pp.69-81.

KUHNEMUND, Martin. **La UE y el Mercosur: el largo camino hacia una zona de libre comercio birregional.** Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset, setembro de 2004.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Notas sobre a característica e o perfil do ciclo recente de investimentos diretos estrangeiros no Brasil.** In: VEIGA, P. M., O Brasil e os desafios da Globalização. Relume Dumará/Sobeet, Rio de Janeiro. 2000.

LACERDA, A. C. de. **O Papel dos Investimentos Diretos Estrangeiros em um Novo Modelo de Inserção Internacional e Desenvolvimento,** Departamento de Economia da PUC-SP. 1998.

LAFER, Celso: **O cenário mundial e o relacionamento União Européia / Mercosul,** Política Externa, São Paulo, vol. 9, nº 1, junho-julho-agosto, 2000.

_____. **As relações Brasil- Espanha e a Cúpula de Madri,** Carta Internacional, São Paulo, NUPRI-USP, nº 111, maio, 2002, pp.1-2.

LAGO Carballo, Antonio. **Ortega y Alfonso Reyes** (una relación intelectual con América al fondo). Revista de Occidente n. 264, 2003.

LAMPREIA, Felipe. **O Brasil e o Mundo no Século XXI: Uma Visão do Itamaraty.** In Política Exterior. Vol. 5, Nr 3, 1996, pp. 37-49.

LAMPREIA, L. F. P. **Perspectivas de las relaciones Brasil - Unión Europea,** em CELARE. **Relaciones con la UE: una visión latino-americana.** Santiago: Centro Latino-americano para las Relaciones con Europa, 1995, pp. 31-40.

LAMO DE ESPINOSA, Emilio. **La normalización de España,** em MORALES MOYA, A., (coord.), **Nacionalismos e imagen de España,** Madri, España Nuevo Milenio, 2001, p. 159.

_____. **De la vocación atlantista de España.** Madri, El País, 30 de maio de 2003.

LAPLANE, Mariano F., SARTI Fernando, SABBATINI, Rodrigo, HIRATUKA, Célio, BRITTO, **Gustavo: Investment for Development:** Awareness and capacity-building on investment regimes and international investment issues in selected developing and transition economies: Foreign Direct Investment in Brazil. Report A, NEIT-IE-UNICAMP, Dezembro 2001.

LASAGA, J. **Significados de Europa en el Pensamiento de Ortega: tres significados y un epílogo**, Revista de Estudios Europeos, número 40, Valladolid, Instituto de Estudios Europeos, maio/agosto de 2005.

LASHERAS, M. A. **La regulación económica de los servicios públicos**, Barcelona, Ariel Economía, 1999.

LEIVA, Patricio. **América Latina - Union Europea más allá del 2000**. Santiago de Chile. Centro Latino-americano para las Relaciones con Europa - CELARE, 1997.

LEÓN, B. **El nuevo desorden mundial**. El Escorial. Seminário organizado pelo Real Instituto Elcano, 2004.

LEÓN, B. **España y el proceso euromediterráneo**. Política Exterior. Noviembre/diciembre 2005.

LEMBO, Claudio Salvador. **Espanha e Brasil: encontros na história**, São Paulo, Cadernos Mackenzie, programa de direito, vol.2, nº 7, Editora Mackenzie, 1999.

LEMUS, Encarnación e PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos, **Transición y política exterior**, em PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos (coord.), **La política exterior de España (1800-2003)**, Barcelona, Ariel, 2003, pp. 517-538.

LINHA BANCÁRIOS. **Reestruturação do setor bancário brasileiro e a inserção das instituições financeiras espanholas**. São Paulo, maio de 2001.

LINDO, Elvira. **Hartazgo**, El País, 7 de marzo de 2007.

LIRA, Osvaldo. **Hispanidad versus Europa?**. Revista Arbil, Anotaciones de Pensamiento y Crítica.

LLAMAZARES, Gaspar. **La política exterior de España**. Conferencia Real Instituto Elcano, 24 de fevereiro de 2004.

LLOBELL, J. **La diplomacia española**. Expansión, 27 de maio de 2004, p.39.

LOBATO, Monteiro. **Velha Praga**. Em: **Urupês** (Obras completas, vol. 1). São Paulo: Brasiliense, 1961.

LOFF, Manuel. **Luso-brasileirismo e Hispanidad**: as origens equívocas de uma estratégia recorrente, em GÓMEZ DE LA TORRE, Hipólito: Portugal, España y **América**, Mérida, UNED, 1993, pp.229-255.

LOHLÉ, J. P. **De Guadalajara a Madrid**: desarrollo y perspectivas de la Conferencia Ibero-americana de Jefes de Estado y de Gobierno, em Revista América Latina Hoy, julio, núm. 4, 1992, pp. 31-34.

LOPEZ DUARTE, Cristina. e GARCIA CANAL, Esteban. **Internacionalización de la empresa española mediante inversión directa**: principales rasgos distintivos. Información Comercial Española, número 761, 1997, páginas 17-31.

LOPEZ DUARTE, Cristina e GARCIA CANAL, Esteban. **La inversión directa realizada por empresas españolas**: análisis a la luz del ciclo de desarrollo de la inversión directa en el exterior. Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa, número 7, 1998, páginas 161-178.

LÓPEZ DUARTE, Cristina e GARCÍA CANAL, Esteban. **La inversión directa de las empresas españolas en Latinoamérica**. Oviedo, Revista Asturiana de Economía, n. 23, 2002.

LORCA, A. **El retorno de España al Mediterráneo**, Información Comercial Española. Revista de Economía, diciembre, 1988: pp. 9-23.

LORCA, A. e G. ESCRIBANO. **Cambios en el contexto internacional de la economía española a raíz de su ingreso en la CEE**. Revista de Historia y Economía Aplicada, nº 6, 1996.

_____. **Geoeconomía y geopolítica mediterráneas**. Información Comercial Española. Revista de Economía, nº 759, 1998.

LOZANO ESCRIBANO, Tomás. **La institucionalización de la Comunidad Ibero-americana y algunas de sus posibles funciones en las actuales**

relaciones internacionales, em El futuro de la Comunidad Ibero-americana después del V Centenario, Cuadernos de Estrategia, núm. 65, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, Ministerio de Defensa, Madrid, 1993, pp. 181-184.

LUCCHESI, Christiane. **Avanço do crédito atraí nova leva de bancos ao país**. Valor Econômico, Caderno Finanças, 15 de março de 2007.

MACHADO, João B. e CROCCO, Ana Cristina: **Reformas Econômicas e Mudanças Estruturais: contrastes e semelhanças entre as economias do Brasil e da Espanha**, Seminario Brasil-Espanha, Río de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000.

MAHÍA, Ramón. **Relaciones comerciales España-Latinoamérica**. Centro de Estudios Latino-americanos. Universidad Autonoma de Madrid, 2001.

MAIHOLD, Gunther. **La Cumbre de Viena entre América Latina/Caribe y la UE: el éxito relativo de un encuentro de bajas expectativas**. Madri. Real Instituto Elcano. ARI, n. 59, 2006.

_____. **La Cumbre de Lima: Un encuentro de la asimetría euro-latino-americana**. ARI No. 58 (2008). Real Instituto Elcano.

_____. **Between Europe and Latin America: In search of new Agendas and Formats**. WP 43 (2007). Real Instituto Elcano.

MAINER, J.C. **Un capítulo regeneracionista: el hispanoamericanismo (1892-1923)**, em Ideología y sociedad en la España contemporánea. Por un análisis del franquismo. VII Coloquio de Pau, Madrid, Cuadernos para el Diálogo, 1977, pp. 149-203.

MALAMUD, Carlos. **Los sistemas políticos español y brasileño. Un intento de comparación en perspectiva histórica**, Seminario Brasil-Espanha, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000

_____. **España y América Latina tras la crisis iraquí**. Real Intituto Elcano, 08/7/2003.

_____. **Las relaciones hispano-argentinas en el marco de las negociaciones Unión Europea-Mercosur.** Madri, Real Instituto Elcano, ARI n. 143, 2003.

MALAMUD, Carlos (coord.). **La política española hacia América Latina: primar lo bilateral para ganar en lo global.** Madri, Real Instituto Elcano. Informes Elcano 3, Mayo 2005.

MALAMUD, Carlos. **Spain's Policy Strategies towards Latin America.** Fondation Canadienne pour les Amériques - FOCAL, março 2006.

_____. **Los actores extrarregionales en América Latina (y III):** las relaciones con la Unión Europea. Real Instituto Elcano, ARI n. 8/2008 (10/01/2008).

_____. **Las cuatro Cumbres de presidentes latino-americanos y el liderazgo brasileño.** Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos DT 3/2009 (21/01/2009).

MALAMUD, Carlos y MALLO, Tomás. **La Cumbre Ibero-americana de Costa Rica: el declive de las cumbres o una cumbre de transición?.** Análisis del Real Instituto, ARI, n. 192, Madri, Real Instituto Elcano, 2005.

MALAMUD, Carlos y MALLO, Tomás. **Después de Salamanca: ¿hay un nuevo rumbo para las Cumbres Ibero-americanas?.** Análisis del Real Instituto, A Madri, Real Instituto Elcano, 2005.

MALLO, Tomás. **De las cumbres ibero-americanas a la articulación de una comunidad ibero-americana de naciones.** Síntesis, n. 27-28, Madrid, 1998.

MALO DE MOLINA, J. L. **The Spanish Experience in EU Accession.** Banco de España Economic Bulletin, January 2003, v. 0, iss. 0, 2003, pp. 89-93.

MARCH PIJOL, Juan Antonio. **The making of the Ibero-american Space,** em ROY, Joaquín, GALINSOGA JORDÁ, Albert (ed). *The Ibero-american Space. Dimensions and Perceptions of the Special Relationship between*

Spain and Latin America, Miami, University of Miami and Universidad de Lheida, 1997.

MARAÑÓN, Gregorio: **Brasil, país del presente**, Cuadernos Hispanoamericanos, nº 53, mayo, 1954, pp.131-144.

MARCH, Juan Antonio. ¿Para qué sirven las Cumbres Ibero-americanas?, El País, 14/11/ 1999.

MARIAS, Julián. **Circunstancia y Vocación**. Madrid: Revista de Occidente, 1960.

MARÍN, Guillermo. **La tercera revolución de la diplomacia**. Weatherhead Center for International Affairs, Harvard University, agosto de 2000.

MARÍN, Manuel. **La cooperación entre Iberoamérica y las Comunidades Europeas**. Ed. Instituto de Cooperación Ibero-americana (ICI), Encuentro en la democracia: Europa-Iberoamérica. Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1985.

MARÍN, Manuel. **España y la crisis de Irak**. Política Exterior. n. 93, 2003.

MARÍN, Manuel: Acuerdos de liberalización comercial entre la UE y Mercosur: **perspectivas para el 2005**, Economía Exterior, Madrid, nº 7, 1998/1999, pp.7- 16.

MARTI i PUIG, Salvador. **¿Promesas incumplidas?** Un balance crítico de las teorías del cambio político y su aplicabilidad en América Latina. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, núm. 54-55, 2001.

MARTIN, Jorge. **Estados Unidos contra las inversiones españolas**. Buenos Aires, Prensa Obrera, 5/9/2002.

MARTIN URBANO, P. **Las telecomunicaciones en la Unión Europea**. Madrid, Ediciones GPS y Unión Sindical de Madrid-región de CCOO-Madrid, 1999.

MARTÍNEZ BLANCO, María Teresa. **Raza ibérica y raza latina.** El ideal de la hispanidad, em Identidad cultural de Hispanoamérica. Europeísmo y originalidad americana, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1988.

MARTÍNEZ CARRERA, José. **La política exterior española durante la restauración, 1875-1931** en Relaciones internacionales de la España contemporánea, Murcia, Ed. J.B. Vilar, 1989.

MARTINEZ-DÍAZ, Leonardo. **Banking-sector liberalization in Mexico and Brazil: explaining the timing and style of financial opening.** Paper prepared for the 10th annual conference of Latin American and Caribbean Economic Association (LACEA), Paris, October, 2005.

MARTÍNEZ LILLO, Pedro. **La política exterior de España en el marco de la guerra fría: del aislamiento limitado a la integración parcial en la sociedad internacional, 1945-1953,** em TUSELL, Javier, AVILÉS, Juan, PARDO, Rosa (dir.), **La Política exterior de España en el siglo XX,** Madrid, UNED/Biblioteca Nueva, 2000.

MARTINS, Ana Lúcia Nemi. **Os anos 20 e 30 no Brasil e na Espanha: a ação dos intelectuais e os limites da modernização.** Rio de Janeiro, Revista Intellectus, ano 4, vol II, 2005.

MATAMORO, Blas. **América y España en el 98:** miradas recíprocas, em Lourdes Royano (ed.), **Fuera del olvido: Los escritores hispanoamericanos frente a 1898,** Santander, Universidad de Cantabria, 2000, pp. 33-45.

MATTALÍA, Sonia. **Modernidad y fin de siglo en Hispanoamérica,** Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1996.

MATUTES, ABEL. **Objetivos de la política exterior española.** Fundación CIDOB, Afers Internacionals, n. 34-35, 1997.

MATUTES, Abel: **La Cumbre de Río y las relaciones entre la UE y América Latina,** Revista Española de Desarrollo y Cooperación, Madrid, nº 3, 1998.

MELLE, M. **Algunos resultados efectivos de las privatizaciones en España: Una primera aproximación.** Economía Industrial n. 330, 1999.

MESA, Roberto. **La política exterior de la España democrática.** Revista de Estudios Internacionales, vol 3, n.1, janeiro-março de 1982.

_____. **La posición internacional de España. Entre el centro y la periferia,** em Leviatán, n° 33, 1988.

_____. **La normalización de España,** em COTARELO, Ramón (org.). **Transición política y consolidación democrática, España (1975-1986).** Madri, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992, pp. 137-162.

MESTRES, Laia. **La agenda española en política exterior para la Presidencia de 2002.** Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 2001.

MESTRES, Laia. **La España de Zapatero entre los grandes?. Entre el peso institucional y las alianzas.** em E. Barbé (coord.), **España en Europa 2004-2008,** Monografías del Observatorio de Política Exterior Europea, n° 4, fevereiro 2008.

MIOTTI, L., PLIHON D. e QUENAN C. **Los efectos del euro en las relaciones financieras entre América Latina y Europa,** XIII Seminario Regional de Política Fiscal. CEPAL, 2001, enero.

MIRALLES, Débora. **La política europea de seguridad y defensa de la era Aznar,** Especial España en Europa 1996-2004, EE 10/2004, Instituto Universitario de Estudios Europeos, Universidad Autónoma de Barcelona, Observatório de Política Exterior y de Seguridad Común - PESC, Barcelona, 2004.

MIRANDA, Rafael. **Estratégias de internacionalização: a experiênci da ENDESA.** ICE. Economia Magazine. No. 799 Madri, abril-maio 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e as negociações multilaterais,** em **ROJAS ARAVENA,** Francisco (ed.): **Las Cumbres Ibero-americanas, una mirada global,** Caracas/Santiago, Nueva Sociedad/FLACSO, 2000, pp.99-115.

MOÏSI, Dominique. **Reinventing the West**. Foreign Affairs. Vol. 82. No. 6 (November / December 2003).

MOLERO, J. **Patterns of Internationalization of Spanish Innovatory Firms**. Research Policy, número 27, 1998, páginas 541-558.

_____. **Las ventajas tecnológicas relativas y la internacionalización de la economía española**. Papeles de Economía Española, número 81, 1999.

MOLINA, Ignacio e RODRIGO, Fernando. EU member states' foreign ministries: Change and adaptation in the Spanish Case. In Brian Hocking and David Spence (eds.), EU member states' foreign ministries: forthcoming, 2001.

_____. **Las transformaciones organizativas de la política exterior española**, Revista de Estudios Políticos, nº 117, 2002, pp. 173-220.

MOLINERO, Carme. **Treinta Años Después. La Transición revisada**, em MOLINERO, Carme (ed.), La transición, treinta años después: de la dictadura a la instauración de la democracia, Barcelona, Ediciones Península, 2006.

MONCLÚS, A. **El pensamiento español y la idea de América**, Cuadernos Americanos, 11, 1987, 2:142-175.

MONSIVÁIS, Carlos. La otra conquista ? De los vínculos culturales entre España y América Latina. Foreign Affairs en español, verão 2002.

MONTEOLIVA DORATIOTO, Francisco Fernando. **O Brasil e as grandes potências no século XX (1902-1991)**. Revista Múltipla, Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS, n. 21, dezembro de 2006.

MONTES FERNÁNDEZ, Pedro. **La integración en la Comunidad económica europea en el proceso de la internacionalización del capitalismo español**, em ETXEZARRETA, Miren (coord.), La reestructuración del capitalismo en España, 1970-1990, Barcelona, Economía Crítica, Icaria, 1991.

MONTOBBIO, Manuel. **La crisis centro-americana y la construcción de un nuevo orden internacional en América Latina**, Revista CIDOB d'Afers Internacionals, 37, 1997.

_____. **La política exterior española y las relaciones UE-América Latina**, Revista Española de Desarrollo y Cooperación, Madrid, nº 3, 1998.

_____. **El camino de la bicicleta. Reflexiones sobre el sentido, logros y retos de las cumbres ibero-americanas**, em ROJAS Aravena, F. Las cumbres ibero-americanas. Una mirada global. Caracas: Flasco Chile/Nueva Sociedad, 2000.

_____. **La política exterior de España en el marco de la proyección exterior de la Unión Europea: retos y paradigmas**. Revista de Derecho de la Unión Europea, n. 2, 2002.

_____. **Triangulando la triangulación**. España/Europa-América Latina-Asia Pacífico. Fundació CIDOB, 2004.

MORAES, João Quartim de. **Oliveira Vianna e a democratização pela alto**, em BASTOS e MORAES. **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

MORÁN, Fernando. **Principios de la política exterior española**. Levantán, n. 16, 1984.

MORATINOS, Miguel Ángel. **Una nueva política exterior para España**. Política Exterior, Madri, maio/junho de 2004, pp. 66-69.

MORATINOS, Miguel Ángel. **Nada ibero-americano nos es ajeno**. El País, 22/4/2005.

_____. **Veinte años de diplomacia**. Política Exterior, Madri, junho/julho de 2007.

_____. **L'Espagne et le monde de demain**. Le Monde, 3 de abril de 2004.

MORENO Juste, Antonio. **El sentido de las relaciones España-Europa tras el fin de la Segunda Guerra Mundial:** el Consejo de Europa (1949-1957), em Cuadernos de la Escuela Diplomática, nº 6, 1992, p. 95-133.

MORTIMORE, M. **Nuevas estrategias de las empresas transnacionales en el proceso de globalización:** la oportunidad que representan los SIPIs para algunos países en desarrollo, Universidad de Deusto, Bilbao, 19 de dezembro de 2000.

MOTA, Carlos Guilherme: **O Brasil no mundo ibero-americano**, O Estado de de São Paulo , 14 de maio de 2002.

MUELA, Mariano: **Brasil: un mercado por descubrir**, Economía Exterior, Madrid, nº 7, 1998/1999.

_____. **Brasil, la gran frontera**, Política Exterior, nº 69, mayo/junio, 1999, pp.101-109.

_____. **Rio Grande do Sul: un Estado brasileño a considerar**, El Exportador, ICEX, nº 24, octubre, 1999, pp.63-65.

_____. **Brasil, un coloso cercano**, Galicia en el mundo, año VII, nº 347, 22-28 de noviembre, 1999.

_____. **Brasil-España: una relación consolidada**, Anuario 1999, São Paulo, Cámara Oficial Española de Comercio en Brasil, 1999.

_____. **Visión actual de la economía brasileña y sus relaciones con la española, con unas gotas de historia**, Boletín electrónico de noticias de Latinoamérica, Barcelona, ICEX/Dirección Regional de Comercio de Cataluña, vol.1, nº 4, marzo, 2000.

_____. **¿Por qué Brasil salió de la crisis?**, Boletín Económico de ICE, nº 2663, 11-17 de setembro de 2000.

MUJAL LEON, Eusebio. **Iberoamérica en la nueva política exterior española**, em AA.VV., Realidades y posibilidades de las relaciones entre

España y América Latina en los ochenta. Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1986.

MURILLO FERROL, F. **Reflexiones sobre el pasado y su inevitable manipulación**, discurso de recepción en la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, 1997.

NÁJERA IBAÑEZ, Alfonso. **Europa y América Latina. Un lento proceso de acercamiento**. Revista de Estudios Internacionales, vol 7, n. 2, abril-junio de 1986.

NEAL, L. e GARCIA-IGLESIAS, M. C. **The Economy of Spain without and within the European Union: 1945-2002**. Quarterly Review of Economics and Finance, Special Issue Winter 2003, v. 43, n.º. 5, 2003: pp. 755-73.

NIÑO, A. **Hispanoamericanismo, regeneración y defensa del prestigio nacional (1898-1931)**, em P. PÉREZ e N. TABANERA, España/América Latina: un siglo de políticas culturales, Madrid, AIETI-OEI-Síntesis, 1992, pp. 15-48.

NOYA, Javier. **La Imagen de España en América Latina: Resultados de Latinobarómetro**. Madrid. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2004.

_____. **Una diplomacia pública para España**. Documentos del Real Instituto, Madrid, Real Instituto Elcano, 2006.

_____. **La contribución de América Latina al poder blando de España en el mundo**. Real Instituto Elcano, ARI n. 79, 2008.

NUÑEZ, Jesús A. **The Mediterranean: A Firm Priority of Spanish Foreign Policy?** Mediterranean Politics, 5, 2, 2000.

OBSERVATORIO DE POLITICA EXTERIOR - OPEX. **Las bases y los límites del consenso en política exterior**, Seminário organizado pela Fundação Alternativas. 20 de enero de 2005.

OCAMPO, José Antonio e PARRA, María Ángela **Las relaciones económicas entre América Latina y la Unión Europea.** Revista CIDOB d' Afers Internacionals, núm. 54-55, p. 37-48.

OCHOA BRUN, Miguel Ángel. **Historia de la diplomacia española**, 2 volumes, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1991

OFICINA DE INFORMACION DIPLOMATICA. **Republica Federativa de Brasil.** Madrid, Ministério de Asuntos Exteriores y de Cooperación, maio de 2006.

OFICINA ECONOMICA Y COMERCIAL DE ESPAÑA EN BRASÍLIA. **Estado de los Proyectos de Infraestructuras en Brasil**, mimeografiado. Brasília, março de 2007.

OFICINA ECONOMICA Y COMERCIAL DE ESPAÑA EN BRASÍLIA. **Flujos de inversión en Brasil**, mimeografiado. Brasília, janeiro de 2007.

OJEDA, Mario. **México y España veinte años después de la reanudación de las relaciones.** Foro Internacional, vol XXXVIII, México, abril-setembro de 1998.

OLASO, Ezequiel. Ríos de ideas en cauces de creencias, em: MOLINUEVO, J.L, et. al.(Coord.) **Ortega y la Argentina.** Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 1997.

OLIVARES, Mario Gómez e GUEDES, Cezar. **O investimento das grandes empresas ibéricas na América Latina** . Salvador. Bahia Análise e Dados, vol. 13, nº 1, 2003.

OLIVIÉ, Iliana. **La nueva arquitectura de la ayuda y sus implicaciones para América Latina:** algunas sugerencias para la cooperación española. Real Instituto Elcano, DT n. 41, 2004.

OLSEN, J. **The Many Faces of Europeanization**, Journal of Common Market Studies, vol. 40, nº 5, 2002, 921-952.

ONTIVEROS, Emilio e FERNÁNDEZ, Yolanda. **Flujos de inversión hacia América Latina**”, Perspectivas exteriores 2002. Los intereses de España en el mundo, Madrid, Política Exterior/FRIDE, 2002, pp. 273-313.

ORTEGA, Andrés. **España en la Post-Guerra Fría**. In Richard Gillespie, Fernando Rodrigo and Jonathan Story (eds.), **Las relaciones exteriores de la España democrática**. Madrid: Alianza, 1995.

_____. **Texto y contexto de la Presidencia . España y la UE**. Política Exterior, nº 86, marzo/abril 2002, pág. 32.

_____. **A mitad de la Presidencia . Eppur si muove**, Política Exterior, núm. 87, mayo/junio 2002.

_____. **Moldear un Nuevo Consenso**. Foreign Policy, fevereiro/março de 2005.

_____. **The Latin American Globalization of Spain**. Foreign Policy, nº 154, maio-junho 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **Carta de Ortega a Unamuno** (6 de janeiro de 1904). **Obras Completas**, Madri, Revista de Occidente, 1983.

_____. **En Defensa de Unamuno** (11 de outubro de 1914). **Obras Completas**, Madri, Revista de Occidente, 1983.

_____. **La pedagogía social como programa político**, conferencia en El Sitio, 12 de marzo de 1910. **Obras Completas**, vol. 10, Madri, Revista de Occidente, 1983.

OVIEDO PÉREZ DE TUDELA, Rocío. **Darío y España**, em BARRERA, Trinidad (ed.), **Modernismo y modernidad en el ámbito hispánico**, Sevilla, Universidad Internacional de Andalucía. Sede Ibero-americana de La Rábida. Asociación Española de Estudios Literarios Latino-americanos, 1998, pp. 149-155.

PABON TARANTINO, Elvyra e IGLESIA, Juan Pablo de La. **Las relaciones entre la Europa de los Doce y América Latina. Un proceso de cambio acelerado.** Pensamiento Ibero-americano 13, Madrid, 1988.

PABON TARANTINO, Elvyra. **La Integración Latino-americana y la Conferencia Ibero-americana de Naciones.** Revista de Estudios Políticos (Nueva Época), Núm. 82. Octubre-Diciembre 1993.

PAIVA, Paulo. **Espanha elege América Latina para fazer a sua globalização,** Gazeta Mercantil Latino-americana, ano 5, nº 23, 27 de novembro a 3 de dezembro, 2000, p.4.

PALACIO, A. **The Incredibly Shrinking Spain,** The Wall Street Journal, 14/2/2005.

PALACIO, Vicente, SARTORIUS, Nicolás, e RODRIGO, Fernando. **Por um nuevo consenso en política exterior.** El País, 25 de febrero de 2005.

PALACIO, Vicente e RODRIGO, Fernando. **¿Tiene Espana una política exterior?.** Política Exterior, 93, Madri, maio/junho de 2003.

_____. **Política Exterior: la ilusión del consenso.** Política Exterior, 99, Madri, mayo/junio de 2004.

PALOMARES, Gustavo. **La política exterior española: de la dictadura de Primo de Rivera a la guerra civil,** em CALDUCH, Rafael. La política exterior española en el siglo XX. Madrid, Ediciones Ciencias Sociales, 1994.

PALOU, Jordi. **El concepto de potencia media. Los casos de España y México.** Barcelona, Fundació CIDOB, Sumarios Afers Internacionals n. 26, 1993.

PAMPILLÓN, Rafael. **España en el nuevo modelo económico de América Latina.** Foreign Affairs en español, maio de 2001.

PARAMIO, Ludolfo. **Una posible agenda en las relaciones España-América-Latina**, em Reunión de Trabajo **España y América Latina: hacia dónde vamos ?**. Madri, SECIB-IUIOG, Circunstancia, n. 5, setembro de 2004.

PARDO, R. **La etapa Castiella y el final del régimen, 1957-1975**, em TUSELL, Javier, AVILÉS, Juan, e PARDO, Rosa, **La política exterior de España en el Siglo XX**. Madri, Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

PAULA, Luiz F. de. **A recente onda de bancos europeus no Brasil: determinantes e impactos**. São Paulo: Banco Santos, 2002.

PAULA, Luiz F. de. **Los determinantes del reciente ingreso de bancos extranjeros a Brasil**. Santiago de Chile, Revista de la CEPAL n. 79, abril de 2003.

PAZ, Maria José. **Importancia de las inversiones latino-americanas para las empresas españolas**. Madri. Asociación Paz con Dignidad, 2005.

PEÑA, Aniano. **Ortega y Gasset y la völkerpsychologie**. Centro Virtual Cervantes. Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas, Barcelona, 21-26 de agosto de 1989.

PEÑA, Felix. **La relación entre el Mercosur y la Unión Europea: una perspectiva del sentido estratégico de la negociación interregional**, Contribuciones, Buenos Aires, Fundación Konrad Adenauer, nº 3, 2001, pp. 85-105.

_____. **Presidencia alemana de la UE y MERCOSUR**. Diálogo Política Honrad-Adenauer-Stiftung A. C. Año XXIV-No. 1 (marzo 2007). P. 75-92.

PÉREZ, Ángel. **Latinoamérica: panorama estratégico**. Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 9 de julho de 2004.

_____. **La política exterior socialista**. Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 24 de setembro de 2004.

PEREZ, José Palacios e SALINERO. **La holding española como plataforma de inversiones en el exterior.** Información Comercial Española, número 825, setembro/outubro 2005, pp. 69-80.

PIEDRAFITA TREMOSA, Sonia. **The EU Eastern enlargement: Policy choices of the Spanish government.** European Integration online Papers, vol.9, n.3, 2005.

PIMENTEL PUGA, Fernando. **Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial.** In: GIAMBIAGI, Fabio e MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). A Economia Brasileira nos Anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p 411-465;

PINEDO, Javier. **Ser otro sin dejar de ser uno mismo.** España, identidad y modernidad en la Generación del 98. Talca, Revista UNIVERSUM n. 13, Universidad de Talca, 1998.

PIÑEIRO, Manuel. **La cultura en el centro de las Cumbres Ibero-americanas,** en ROJAS ARAVENA, F (ed.), Las Cumbres Ibero-americanas. Una mirada global , Caracas, Nueva Sociedad, 2000, pp. 75-83.

PINHEIRO, Leticia. **As políticas exteriores do Brasil e da Espanha:** notas sobre os efeitos da transição democrática, Seminario Brasil-Espanha, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000.

PIQUÉ, Josep. **España en el mundo: la modernización del Servicio Exterior.** Madri. Conferência na Escola Diplomática, 13 de junho de 2001.

_____. **Nuevas fronteras de la política exterior de España.** Política Exterior, n° 79, 2001.

_____. **Los intereses nacionales en la Política Exterior.** CESEDEN, Madrid, 31 de outubro de 2001.

PIZARRO, Manuel. **Las multinacionales españolas en Iberoamérica.** La experiencia de Endesa. *Universia Business Review. Actualidad Económica*, 2004.

PLÁ BARBER, José. **Estructura y Estrategia en la Empresa Multinacional Española.** ¿Qué Sabemos?, em DURÁN, Juan José (coordinador). *La Empresa Multinacional Española: Estrategia y Ventajas Competitivas*. Pp. 251-276. Madri, Minerva Ediciones, 2005.

PLAZA, Crisanto. **Las telecomunicaciones de Brasil y España en el entorno mundial,** Seminario Brasil-Espanha, Río de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000.

PORTALES, Ana María. **El sistema ibero-americano y su institucionalización: ¿un proceso que avanza?,** en T. MALLO e L. RUIZ JIMÉNEZ (coord.), *El sistema de Cumbres Ibero-americanas. Balance de una década y estrategias de consolidación*, Madrid, Instituto Universitario Ortega y Gasset, 2002, pp. 51-57.

PORTERO, Florentino. **La política exterior. Un ensayo interpretativo.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 25 de outubro de 2000.

_____. **España, entre Europa y América: un ensayo interpretativo.** Madri, Revista Ayer, n. 49, outubro de 2003.

_____. **La política exterior española y el vínculo trasatlántico.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 26 de junho de 2003.

_____. **Los primeros trazos de una política exterior.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 27 de maio de 2004.

_____. **Unos desafortunados comentarios.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 01 de novembro de 2004.

_____. **Ni tanto ni tan calvo.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 22 de novembro de 2004.

_____. **Oportunidades perdidas.** Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 9 de dezembro de 2004.

_____. **“La política de seguridad, 1975-1988.** TUSELL, Javier, AVILES, Juan, e PARDO, Rosa, **La política exterior de España en el Siglo XX.** Madri, Editorial Biblioteca Nueva, 2000, pp. 473-510.

POWELL, Charles. **The Tácito group and the transition to democracy, 1973-1977,** em PRESTON, Paul, Lannon, Frances. *Elites and power in twentieth-century Spain. Essays in honour of Sir Raymond Carr.* Oxford, Oxford University Press, 1991.

_____. **Fifteen years on: Spanish membership in the European Union revisited.** Harvard, Center for European Studies Working Paper n. 89, 2001.

_____. **Cambio de régimen y política exterior: España, 1975-1989,** em TUSELL, Javier, AVILÉS, Juan e PARDO, Rosa (eds.). **La política exterior de España en el siglo XX,** Madri, Biblioteca Nueva, 2000, pp. 413-454.

_____. **Política exterior y de seguridad de España.** Anuario Internacional CIDOB; 2002: edicion 2003

_____. **Un balance de la presidencia española de 2002.** Revista de Estudios Políticos, 119: 23-49, 2003.

_____. **The Spanish Debate on the Future of the European Union.** Análisis del Real Instituto Elcano, 2003.

POWELL, Charles, TORREBLANCA, José Ignacio e SORROZA, Alicia (coord). **Construir Europa desde España: los nuevos desafíos de la política europea.** Madri, Real Instituto Elcano, 2006.

PRATES, D. M; FREITAS, M. C. P; FARHI. Maryse. **Internacionalização bancária e derivativos financeiros no Brasil. in: André Scherer (Org).** *O Brasil frente à ditadura do poder financeiro: reflexões e alternativas.* Ed. Univates, 2005, pp. 149-172.

PRIOR REMIRO, Iñigo e FARIÑA RENES, Jaime. **Concesiones de carreteras en América Latina**. Pricewaterhouse, Madri, 2002.

PROCOPI (Programa de Apoyo a la Cooperación y la Política Ibero-americana): **Las relaciones entre España y Brasil**: reflexiones para el “redescubrimiento” del gigante ibero-americano, Informe, 17 de dezembro de 1999, em MALLO, Tomás (editor): España e Iberoamérica: fortaleciendo la relación en tiempos de incertidumbre, Madrid, AIETI, 2001, pp.109-127.

RAJOY, Mariano. **España en el mundo**. Política Exterior, 97, Madri, janeiro/fevereiro de 2004.

RALEY, Harold C. **Ortega y Gasset, filósofo de la unidad europea**. Madrid: Revista de Occidente, 1977.

RAMÍREZ CENDRERO, Juan Manuel. **Inversiones de las multinacionales españolas en Mercosur**. Boletín OMAL, nº 11, 2005.

RAMOS, Maria Manuel e RIBEIRO, José Félix. **O investimento directo espanhol: da América Latina para a Europa Continental**. Lisboa, Informação Internacional, Análise Económica e Política, vol 2, 2001.

RATO, Rodrigo. **Un Nuevo Horizonte para la Economía Española**, Política Exterior 1995/96, Vol. IX, nº48. Madri, 1995.

RED DE COOPERACIÓN EURO-LATINO-AMERICANA - RECAL. **De Rio a Madrid: reflexiones y propuestas para la asociación Unión Europea-América Latina y el Caribe**. Documento de trabalho 04/2002, maio de 2002.

RED DE COOPERACIÓN EURO-LATINO-AMERICANA - RECAL. **Hacia la III Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe. Balances y perspectivas**. Documento de trabalho 10/2004, janeiro de 2004.

RECARTE, Alberto. **Política exterior de España ?**. Libertad Digital, 16/4/2004.

REMIRO BROTONS, Antonio: **Las Relaciones Exteriores de las Comunidades Europeas**, en Eduardo García de Enterría, Julio González y Santiago Muñoz (comp.): **Tratado de Derecho Comunitario Europeo**. Civitas, 1986.

REGELSBERGER, E., **Spain and the European Political Cooperation – No Enfant Terrible**, *The International Spectator*, vol. XXIV, N° 2, abril-junio 1989.

RIVAROLA PUNTIGLIANO, Andrés. **Going Global: an organizational study of Brazilian foreign policy**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol.51 no.1, 2008

RIVERA-CAMINO, Jaime, MOLERO-AYALA, Victor e CERVIÑO-FERNÁNDEZ, Julio. **Quién interesa que invierta en España?: la inversión extranjera directa de Latino-america en España**. Tendencias recientes y perspectivas. *Journal GCG, Georgetown University, Universia*, vol. 3, n. 2, 2009.

ROBLES PIQUER, Carlos: **Iberoamérica y las Comunidades Europeas después del ingreso de España**. Conferencia pronunciada en la Universidad de Verano de Ibiza, 1986.

RODRIGO, Fernando. **La inserción de España en la política de seguridad occidental**, em GILLESPIE, Richard; RODRIGO, Fernando; e STORY, Jonathan (eds.). **Las relaciones exteriores de la España democrática**. Madrid, Alianza Editorial, 1995, pp. 77-103.

RODRIGO, Fernando. **La política exterior española en 1997**. Anuario Internacional CIDOB 1997.

RODRÍGUEZ, Emilio A. **Transición a la democracia en España. ¿Hacia una nueva política ibero-americana?**, en Instituto de Cooperación Ibero-americana, Realidades y posibilidades de las relaciones entre España y América en los ochenta. Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, España, 1986.

ROJAS ARAVENA, Francisco. **Introducción. Las Cumbres Ibero-americanas: articulando una comunidad**, en F. Rojas Aravena (ed.), *Las Cumbres Ibero-americanas. Una mirada global*, Caracas, Nueva Sociedad, 2000, pp. 11-25.

ROJAS MIX, Miguel. **La Generación del 98 y la idea de América**, em Leopoldo Zea e Mario Magallón (comp.), **1898 ¿desastre o reconciliación?**, México, F.C.E., 2000, pp. 33-50.

ROVETTA, Pablo. **EIALCA: retos e implicaciones para España**. *Economía Exterior*, 2001.

ROY, Joaquín. **The Ibero-american Conference: Prospects for Future Development**. *FOCAL*, mars 2006, p. 17.

RUESGA, S.M; CARRERA, J; CUNHA, A.M; GARCIA DE LA CRUZ, J.M; NAGAMINE, R e BICHARA, J.S. **Análisis del impacto de un Acuerdo de Libre Comercio entre la UE-Mercosur sobre el mercado de trabajo de España, Argentina y Brasil**. Universidad de la Coruña, Documentos de Trabajo en Análisis Económico, vol 2, n.7, 2003.

RUESGA, Santos Miguel; BICHARA, Julimar Silva. **Direct Spanish foreign investment in Latin America: determinants and company strategy**. *Canadian Journal of Development Studies*, XXV, n. 2, p. 321-334, 2004.

RUESGA, Santos Miguel; CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu e BICHARA, Julimar Silva. **O Investimento Direto Externo Espanhol na América Latina: Determinantes e Impactos**. *Brazilian Journal of Latin American Studies / Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP*, ano 6, n.10, vol. 01 (jan./jun. 2007).

RUIZ-GIMÉNEZ, Guadalupe. **Tras diez años de Cumbres Ibero-americanas**, en T. Mallo y L. Ruiz Jiménez (coord.), *El sistema de Cumbres Ibero-americanas. Balance de una década y estrategias de consolidación*, Madrid, I.U. Ortega y Gasset, 2002, pp. 43-49.

RUIZ JIMÉNEZ, Laura. **Las Cumbres y los ciudadanos: imágenes en la prensa española de la Comunidad Ibero-americana de Naciones**, en T. Mallo y L. Ruiz Jiménez (coord.), *El sistema de Cumbres Ibero-americanas. Balance de una década y estrategias de consolidación*, Madrid, I.U. Ortega y Gasset, 2002, pp. 83-93.

RUIZ JIMÉNEZ, Laura. **Las políticas de cooperación con América Latina y el papel de España**, em Reunión de Trabalho España y América Latina: hacia dónde vamos ?. *Madri, SECIB-IUIOG, Circunstancia*, n. 5, setembro de 2004.

RUIZ MIGUEL, Carlos. **La conveniencia de repensar el giro de nuestra política exterior**. Grupo de Estudios Estratégicos GEES, 14 de abril de 2004.

RUIZ SANDOVAL, Erika. **Cola de león o cabeza de ratón ? La apuesta atlantista de Aznar**. *Especial España en Europa 1996-2004, EE 02/2004*, Instituto Universitario de Estudios Europeos, Universidad Autónoma de Barcelona, Observatório de Política Exterior y de Seguridad Común - PESC, Barcelona, 2004.

RUPEREZ, Javier. **Continuidad y cambio en la política exterior española**. *Política Exterior Española, Ensayo n. 10*, 1998.

SAHAGÚN, Felipe. **La política exterior española en 1999**, *Anuario Internacional CIDOB 1999*, Barcelona, CIDOB, 2000, pp. 29-46.

SAHAGÚN, Felipe. **Spain and the United States: Military Primacy**, em GILLESPIE, R e YOUNGS, R (ed). *Spain : The European and International Challenges*. Londres, Frank Cass, 2001.

SAHAGÚN, Felipe. **Política exterior y de seguridad de España em 2004**. *Anuario Internacional CIDOB 2005*, Barcelona, 2006.

SÁINZ DE MEDRANO, Luis. **Rubén Darío y España**, *Horizontes*, I, Ponce, Puerto Rico, Universidad Católica de Puerto Rico, 1967, pp. 7-15.

SAMPER PIZARRO, E., **La Cumbre Ibero-americana: oportunidad para qué y para quién**, en *América Latina Hoy*, II época, núm. 4, julio, 1992, pp. 27-30.

SANAHUJA, José Antonio: **De Río a Madrid: límites y posibilidades de las relaciones Unión Europea – América Latina**. Seminario Las relaciones entre la Unión Europea y América Latina, México DF, IEIE-ITAM, 26 de noviembre de 2002.

_____. **La II Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe** (Madrid, 17 y 18 de mayo de 2002). Luces y sombras del vínculo euro-latino-americano, *Revista Española de Derecho Internacional*, vol. LIV, 1, 2002, pp. 181-190.

_____. **Cumbre Unión Europea-América Latina**, Madrid, 17-18 de mayo de 2002, en *Intermón/Oxfam*, La responsabilidad de la Unión Europea en la lucha contra la pobreza. Claves de la Presidencia española 2002, Madrid, Intermón/Oxfam, 2002, pp. 49-72.

_____. **De Río a Madrid: límites y posibilidades de las relaciones Unión Europea-América Latina**. Conferencia Las relaciones entre la Unión Europea y América Latina, Instituto de Estudios de la Integración Europea del ITAM, Centro de Estudios Internacionales de El Colegio de México, 26 de noviembre de 2002.

_____. **Crónica de esperanzas y decepciones: América Latina y las negociaciones comerciales con Estados Unidos y la Unión Europea**. México. *Revista Mexicana de Política Exterior*, n. 69, 2003.

_____. **Contigo en la distancia: los lazos con la Unión Europea tras la Cumbre de Madrid**. Barcelona, *La Vanguardia*, Dossier 4, marzo 2003.

_____. **La Cumbre de Guadalajara (México, 2004) y el interregionalismo en las relaciones Unión Europea-América Latina y el Caribe**. Madrid. *Circunstancia*, n.5, setiembre de 2004.

_____. **El viraje noeconservador de la política exterior española y las relaciones con América Latina**, Pensamiento Propio, nº 23, 2006.

_____. **América Latina: las visiones y políticas de Europa**, Foreign Affairs en español, vol. 6, nº 1, 2006, pp. 76-83.

_____. **Regiones en construcción, interregionalismo en revisión**. La Unión Europea y el apoyo al regionalismo y la integración latino-americana. En: FRERES C. et alt. (eds.) ¿Sirve el diálogo político entre la UE y América Latina? Documento de trabajo No. 15 CEALCI, Fundación Carolina, 2007. P. 1-41.

_____. **La política de cooperación española a partir de 2008: el reto de culminar las reformas**. Quórum. Revista Ibero-americana, nº 19, 2007.

_____. **La efectividad de la cooperación al desarrollo entre la Unión Europea y América Latina: balance y perspectivas**, Parlamento Europeo, Dirección General de Políticas Exteriores de la Unión, Nota de Información, 2008.

_____. **Desequilibrios globales: el impacto de la crisis en los países en desarrollo**, en M. Mesa (coord.), Crisis y cambio en la sociedad global. Anuario 2009-2010, CEIPAZ-Fundación Cultura de Paz/Icaria, Madrid/Barcelona, 2009. pp. 27-62.

_____. **La Unión Europea y América Latina: la agenda común tras la Cumbre de Lima, en V Cumbre América Latina y el Caribe-Unión Europea**, Lima 2008. Evaluación, desafíos y propuestas, CELARE, Santiago de Chile, 2009.

_____. **Barreras y obstáculos a la integración en América Latina y el Caribe**. Del regionalismo abierto al 'regionalismo postliberal. Crisis y cambio en la integración en América Latina, Anuario de Integración Regional de América Latina y el Caribe, nº 7, 2009, pp. 11-54.

SÁNCHEZ DÍEZ, Ángeles. **La inversión española en Argentina: una explicación estructural del proceso.** Buenos Aires. Revista Indicadores Económicos, año 11, n.47, maio de 2002.

_____. **La internacionalización de la economía española hacia América Latina:** los elementos determinantes en la década de los noventa. Institut de Governabilitat de Catalunya, Revista Instituciones y Desarrollo n. 14-15, 2003.

_____. **La inversión directa de España en Brasil y América Latina.** Niterói, Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Textos para Discussão 198, maio de 2006.

SÁNCHEZ-GUIÓN, ANTONIO: **Spanish Involvement in Latin America,** en William Perry y Peter Whener (eds.), *The Latin American Policies. Balancing Global Interest and Regional Concerns.* New York, Praeger, USA, 1985.

SÁNCHEZ MATEO, Elvira. **La política exterior española en 1998.** Barcelona, Fundació CIDOB, Anuario Internacional CIDOB 1998.

_____. **Camino nuevo y sendero nuevo: España, hacia una política exterior global?.** Barcelona, Fundació CIDOB, Anuario Internacional CIDOB 2000.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Esther M. **España como plataforma de lanzamiento a América Latina:** el caso de la empresa francesa Saint Gobain, 1945-1975, IX Congreso de la AEHE, 2008.

SANHUEZA, Raul. **El sistema de Cumbres Ibero-americanas,** en MALLO, T e RUIZ, L. Jiménez (coords.) *El sistema de Cumbres Ibero-americanas. Balance de una década y estrategias de consolidación,* Madrid, I.U. Ortega y Gasset, 2002.

SANTILLANA, I. **La Creación de una Multinacional Española.** El Caso de Telefónica, *Economistas,* (73), 1997.

SANTISO, Javier. **The emergence of latin multinationals**, mimeografado. Paris, OCDE Development Centre, março de 2007.

SANTOS DORNAS, Danilo. **A crise na política europeia na primeira metade do século XX e a proposta de solução de José Ortega y Gasset**. Universidade Federal de São João del Rei, 2004.

SANZ, F. e J. M. GIL. **An Assessment of the Agricultural Trade Impact of Spain's Integration into the EU**. Canadian Journal of Agricultural Economics, March 2001, v. 49, nº 1, 2001: pp. 53-69.

SCHMIGALLE, Gunther. **Más apreciaciones sobre la imagen de España en Rubén Darío**. Anales de Literatura Hispanoamericana, vol. 32, 2004, pp. 153-163.

SEBASTIAN, Miguel. **Spain in the EU: fifteen years may not be enough**. Center for European Studies, Working Paper Series 96, apresentado na conferência **From Isolation to Integration: 15 years of Spanish and Portuguese Membership in Europe**. Harvard University, Boston, 2-3 de novembro, 2001.

SEBASTIAN LORENTE, Jesus J. **La idea de Europa en en pensamiento político de Ortega y Gasset**. Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca) n.83, 1994.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. **As Conferências de Cúpula Ibero-americanas: um formato em busca de substância**, em FONSECA JÚNIOR, Gelson e NABUCO DE CASTRO, Sérgio Henrique (org.). **Temas de Política Externa Brasileira II**, São Paulo, Paz e Terra, 1994.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe: **Prefácio**, em SANTAELLA STELLA, Roseli: **O Domínio espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Felipes (1580-1640)**, São Paulo, UNIBERO/CEAUN, 2000, pp. VII-XXV.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de: **A agenda europeia do Brasil e a sua importancia**, Valor Econômico, São Paulo, 27 de junho de 2000.

SEPÚLVEDA, I. **Rafael Altamira, Programa americanista español.** Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, 3:123-142, 1990.

SEPÚLVEDA, I. **Comunidad Cultural e Hispanoamericanismo, 1885-1936.** Madrid, UNED, 1994.

SERRANO ROBLES, Eloi. **La inversión española en el extranjero (1993-2005). Origen regional: análisis y evolución.** Universidad Autónoma de Barcelona, Departamento de Economía e Historia Económica, 15/12/2006.

SEVILLA, José M. **Ortega y Gasset y la idea de Europa.** Madri, Revista de Estudios Orteguianos, n. 3, noviembre de 2001.

SIGUENZA OROZCO, Salvador. **Nacionalismo español.** México, Desacatos, n. 10, 2002.

SILVA-HERZOG, J. Guadalajara y Madrid. **Por una Comunidad Iberoamericana de Naciones, en América Latina Hoy,** núm. 4, julio, 1992.

SHAW, Donald. **Ganivet's España filosófica contemporánea and the Interpretation of the Generation of 1898.** HR, XXVIII, 1960.

_____. **Hacia una interpretación sociológica de la generación del 98.** Centro Virtual Cervantes.

SHAW, K.E. **Angel Ganivet. A sociological interpretation.** Revista de Estudios Hispánicos, Alabama, n. 2, 1968.

SOARES, Mário. **Portugal e Espanha na Comunidade Ibero-americana,** Fundação Mário Soares, 12 de abril de 2008.

_____. **A Ibero-América em mudança,** Fundação Mário Soares, 10 de dezembro de 2009.

SOLANA, Javier. **La UE y América Latina: un reencuentro definitivo en la era de la globalización.** Foreign Affairs en español, verão de 2002.

SOLE, Gloria. **La incorporación de España en la Sociedad de Naciones.** Hispania, Madrid, 1976, n.132, p. 131-169.

SOLER i LECHA, Eduard. **Luces y sombras de la política mediterránea de Aznar.** Especial España en Europa 1996-2004, EE 04/2004, Instituto Universitario de Estudios Europeos, Universidad Autónoma de Barcelona, Observatorio de Política Exterior y de Seguridad Común - PESC, Barcelona, 2004.

SORIANO, Juan Pablo. **América Latina, entre la esperanza y la desilusión,** em BARBÉ, Esther (coord.). España y la política exterior de la UE. Entre las prioridades y los desafíos del contexto internacional. Barcelona: Institut Universitari d'Estudis Europeus, 2002.

SOTELO, Igacio. **Ruptura en la política exterior ?.** Madri, El País, 29/4/2003.

SOTILLO, José Ángel. **La política exterior española y la primera Cumbre Unión Europea- América Latina y el Caribe,** en C. Díaz Barrado y C. Fernández Liesa (coord.), Iberoamérica ante los procesos de integración. Actas de las XVIII Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, Madrid, BOE, 2000, pp. 299-309.

SOUZA BRAGA, Pedro de. **O Brasil e o mundo ibérico,** Rio de Janeiro, Cadernos do Instituto Rio Branco/MRE, 1950.

SUAREZ, M. **La expansión internacional de la empresa española mediante alianzas estratégicas globales (1987-1997): principales características,** em ICADE. N° 48 (septiembre-diciembre 1999).

SUBIRATS, Eduardo. **Siete tesis contra el hispanismo,** em DINIZ, Alai Garcia (org). **Hispanismo 2004.** Florianópolis: UFSC, 2006

TAIBO, Carlos. **Cambio de rumbo en política exterior?** Barcelona, El Periódico de Cataluña, 18/3/2004.

TABANERA GARCÍA, Nuria. **El horizonte americano en el imaginario español, 1898-1930.** E.I.A.L., vol. 8, n.º 2, 1997.

TABANERA GARCÍA, Nuria. **Un cuarto de siglo de americanismo en España: 1975-2001**. Revista Europea de Estudios Latino-americanos y del Caribe n.72, abril de 2002.

TAMAMES, Ramón. **El potencial exportador de España, en el contexto de la economía internacional y la integración económica**. Política Exterior, 1987.

TORAL, Pablo. **The Impact of Spanish Investment on US-Spain-Latin American Relations**. Dallas, Texas, Meeting of the Latin American Studies Association, 2003.

_____. **Spanish Investment in Latin America**. FOCAL, mars 2006, p. 13.

_____. **The Insertion of Spain in the New Inter-American State System**, em [www. reei.org](http://www.reei.org).

_____. **Las Ventajas de las Compañías Españolas en América Latina, 1990-2000**. Historia Empresarial, n. 812, 2004, pp. 225-243.

TARANTINO Pabón, E. **La integración latino-americana y la Conferencia Ibero-americana de Naciones**, en Revista de Estudios Políticos, núm. 82, octubre-diciembre, 1993, pp. 273-331.

TORREBLANCA, José Ignacio. **La europeización de la política exterior española**, em CLOSA, Carlos (ed). La europeización del Sistema Político Español. Madri, Istmo, 2001.

_____. **Ideas, preferences and institutions: Explaining the Europeanization of Spanish Foreign Policy**. Madrid, Universidad e Instituto Juan March, 29 de maio de 2001.

_____. **Principios, intereses, instituciones y preferencias: un análisis de la racionalidad de la ampliación de la Unión Europea**. Revista de la AECPA, 4 de junho de 2001.

_____. **La presidencia española de 2002 y la ampliación al Este de la Unión Europea: una reflexión sobre el potencial y los límites de las presidencias de la UE.** Real Instituto Elcano, 2002. documentos/23.

_____. **La política exterior en las elecciones generales del 2004: entre el divorcio de la opinión pública y la falta de consenso entre los partidos.** Real Instituto Elcano, ARI n. 33, 2004.

_____. **España, Europa y la brecha transatlántica.** Política Exterior 103, 2005.

_____. **España toma la iniciativa europea.** ARI nº 8/2007, Real Instituto Elcano, 2007.

TORRENS, L. e GUAL, J. El riesgo de deslocalización industrial en España ante la ampliación de la UE. Barcelona, Universidad Pompeu Fabra/IESE, 2005.

TORRENT, Ramón. **Repensar las Cumbres Unión Europea-América Latina y Caribe tomando conciencia de sus fundamentos institucionales.** Madrid, Real Instituto Elcano, ARI, n. 97, 2005.

TREIN, Franklin. **As relações políticas da Espanha com a América Latina.** Brasília. Seminário Brasil-Espanha, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 7 de abril de 2000

_____. **A União Econômica Monetária e suas consequências entre a UE e o Mercosul,** Revista de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, ano I, maio/agosto, 1999.

_____. **As relações Brasil-UE: ano 2000,** em HOFMEISTER, Wilhelm e TREIN, Franklin: **Anuario Brasil-Europa, instituições e integração,** São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2001, pp.169-189.

TREVIÑO, Luisa. **La política exterior del gobierno socialista hacia latinoamérica.** Revista de Estudios Internacionales, vol 6, n. 1, janeiro-março de 1985.

UNAMUNO, Miguel de. **Grandes y pequeñas ciudades**, em **Obras Completas**, vol. 1, Madri, Fundación José Antonio de Castro, 1984, pp. 300-305.

UNCTAD. **Outward FDI from Brazil, poised to take off?**, Occasional Note, mimeografado, Genebra, dezembro de 2004.

VALCARCEL, Darío. **Las políticas exteriores de Brasil y España, algunas preguntas**, Seminario Brasil-Espanha, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2000, IPRI-FUNAG, 2000.

VALDÉS, J. G. **Ideas e intereses: el proyecto de Comunidad Ibero-americana de Naciones**, en **América Latina Hoy**, núm. 4, julio, 1992, pp. 35-38.

VALERO, Eva Maria. **Rafael Altamira y la reconquista espiritual de América**. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2009.

VALLS PEREIRA, Lia. **América Latina-Europa. La agenda pendiente**. Foreign Affairs en español, verão 2002.

VAQUER i FANÉS, J. **Europeanisation and Foreign Policy**, Working Paper nº 21, Institut Universitari D'Estudis Europeus, Universitat Autònoma de Barcelona, 2001.

VARELA, Manuel. **La posición española ante la negociación UE-Mercosur**. Icx, Boletín Electrónico de Noticias de Latinoamérica, vol 1, n.6, julho de 2000.

VASCONCELOS. A. **A política externa de uma Europa aberta**, em Política Externa, vol. 7, nº 1, junho-julho-agosto de 1998, pp. 95-116.

VELASCO, LUIS DE. **Relaciones económicas y comerciales entre España e Iberoamérica**. En Instituto de Cooperación Ibero-americana (ICI), **Encuentro en la democracia: Europa-Iberoamérica**. Editorial Cultura Hispánica, Madrid, España, 1986.

VIDAL SUÁREZ, Marta. **La expansión internacional de la empresa española mediante alianzas estratégicas globales (1987-1997): principales características.** Universidad de Oviedo, 1999.

VIDEIRA, Sandra Lúcia. **Transnacionais financeiras: a atuação do Banco Santander no Brasil.** Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO, Guarapuava, 2005.

VILANOVA, Pere. **El sistema político y la política exterior: el ciclo formal.** Barcelona, Universitat de Barcelona, Working Paper n. 94, 1994.

VILLALOBOS, Cristóbal. **Europa en el pensamiento de Ortega y Gasset.** Gibralfaro, 4/12/2009.

VIÑAS, A. **La política exterior del franquismo,** Historia 16, nº 121, 1986.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As negociações Mercosul-União Européia, Carta Internacional,** São Paulo, NUPRI-USP, nº 77, julho, 1999, pág. 4.

VUILLEMIN, F. **La Présidence Espagnole de l'Union Européenne ou le Pragmatisme iberique,** Synthèse de la Fondation Robert Schuman nº 27, Paris, 2001.

ZANDIVAR, Andrés. **Iberoamérica y España: unidad de sentido,** em Síntesis n. 27-28, Madrid, janeiro-dezembro de 1997.

ZAMORA, Augusto R. **Irak y la metamorfosis de la política exterior española.** Madri, La Insignia, maio de 2003.

ZAPATERO, José Luis Rodríguez. **Las perspectivas de las relaciones entre España y América Latina en la actual coyuntura internacional.** Quórum. Revista de pensamiento ibero-americano, n. 011, 2005.

_____. **Los retos de España en un mundo multipolar.** Fundación Ideas para el Progreso, outubro de 2009.

ZEA, Leopoldo. **1898, Latinoamérica y la reconciliación ibero-americana**, em Leopoldo Zea e Mario Magallón (comp.), **1898 ¿desastre o reconciliación?**, México, F.C.E., 2000, pp. 7-19.

ZORRILLA, José A. **España y el G-7**. Política Exterior, no. 88, 2002.

ZURBRIGGEN, Cristina. **Cumbres y gobernabilidad en América Latina. Desafíos y déficits pendientes. Santiago de Chile, Seminario Internacional Procesos de Cumbres : Gobernabilidad, Seguridad y Participación de las OSCs**, FLACSO, 26 de março de 2004.

WALSH, Elizabeth, **La politique ibéroaméricaine de l'Espagne**, Université Laval, Centre d'études interaméricaines, Décembre 2006.

WESTENDORP, Carlos. **La política exterior de España: las prioridades permanentes y los nuevos desafíos**. Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior - INCIPE, 1996.

WHITEHEAD, L. **La relación birregional**. Nueva Sociedad. No. 189 (enero-febrero 2004). P. 70-79.

WIARDA, Howard J. **The Significance for Latin America of the Spanish Democratic Transition**. In Robert P. Clark and Michael H. Haltzel (eds.), **Spain in the 1980s: The Democratic Transition and a New International Role**. Cambridge, Mass.: Ballinger, 1987.

WILLIANSON, J. **Latin American adjustment: how much has happened?**, Washington. Institute of International Economics. 1990.

WOLF, Martin. **Los desequilibrios españoles**. Expansión, 29 de março de 2007.

YÁKOVLEV, Petr P. **Cambios en la política exterior de España, em España**. Tres décadas de avances y transformaciones económicos y político-sociales. Actas del simposio ruso-español. Moscú. ILA, Academia de Ciencias de Rusia, 2006.

YÁÑEZ-BARNUEVO, J. A. e A. VIÑAS, **Diez años de política exterior del gobierno socialista (1982-1992)**, em Félix Tezanos, J. y A. Guerra, **La década del cambio**, Madrid, Sistema, 1992, pp. 85-135.

YÁÑEZ GALLARDO, César. **Las estrategias de las empresas trasnacionales españolas en América Latina**. Los casos de Endesa y Telefónica. Barcelona, Revista Instituciones y Desarrollo n. 12-13, 2002.

YOUNGS, Richars. **Spain, Latin America and Europe: The Complex Interaction of Regionalism and Cultural Identification**, Mediterranean Politics, 5, 2, 2000.



<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>